



**PROF HISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

---

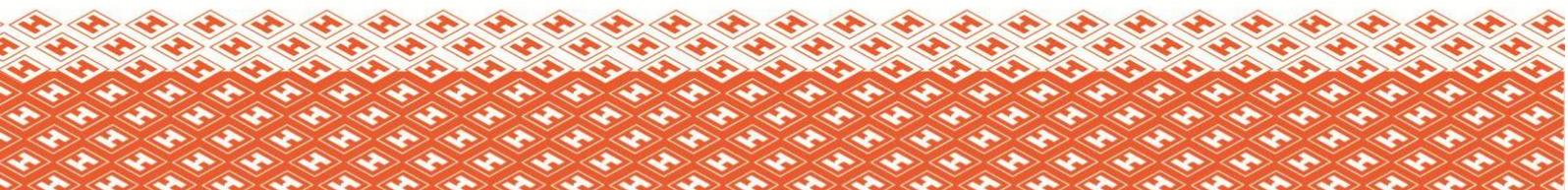
Márcio da Fonseca

**A EXPERIÊNCIA DOS CIEPS E OS  
PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO  
RIO DE JANEIRO: 1979-1986.**

Orientadora: Professora Dra. Maria Paula Nascimento  
Araujo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

NOVEMBRO / 2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

MÁRCIO DA FONSECA

**A EXPERIÊNCIA DOS CIEPS E OS PROFESSORES DAS ESCOLAS  
PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO: 1979-1986**

ORIENTADORA: PROFESSORA Dra. MARIA PAULA DO NASCIMENTO  
ARAÚJO

RIO DE JANEIRO

2021

**A EXPERIÊNCIA DOS CIEPS E OS PROFESSORES DAS ESCOLAS  
PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO: 1979-1986**

MÁRCIO DA FONSECA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Paula de Araujo do Nascimento

RIO DE JANEIRO

2021

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Aprovada por:

---

Profª Drª Maria Paula Nascimento Araujo

---

Profª Drª Alessandra Carvalho

---

Profº Drº João Trajano Sento-Sé

---

Profª Drª Libânia Nacif Xavier

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta pesquisa aquele que foi o meu primeiro grande mestre, Jorge Nassim Vieira Najjar. É uma grande tristeza não poder dividir com o amigo esse momento tão especial. Descanse em paz!

## AGRADECIMENTOS

Não são poucos os agradecimentos que precisam ser feitos depois que um trabalho como esse se encontrar realizado.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais. Desde que me entendo como pessoa minha mãe e meu pai me apontaram o caminho da educação como o rumo a ser seguido.

Rosimery Medeiros, minha esposa, e Clara Medeiros, minha filha, são duas pessoas que muito contribuíram para a elaboração dessa pesquisa. Sem elas acho que não conseguiria.

Devo muitíssimo à minha orientadora, Maria Paula Nascimento Araújo. Suas intervenções foram sempre precisas e nossas reuniões momentos de aprendizagem dos mais valiosos que já tive na vida.

Não posso deixar de mencionar a minha grande amiga, Márcia Elisa Rendeiro. Desde antes de entrar na pós-graduação os seus ensinamentos, em forma de conversas descontraídas, serviram de incentivo para que eu sempre seguisse em frente.

Tenho muita gratidão com os professores que me concederam entrevistas para a realização do capítulo quatro dessa dissertação. Preciso citar nominalmente a professora Paula Cristina Vieira, uma companheira de trabalho extraordinária; o professor Luís Carlos Pimental, um grande amigo das jornadas docentes; a professora Hildésia Medeiros, uma mulher de luta, uma líder sindical de muitas qualidades e com muita história para contar; e a professora Lia Faria, uma intelectual que soube como poucas inserir a prática política e a docência em sua carreira acadêmica.

Agradeço também aos meus irmãos, Mário Fonseca e Marcelo Fonseca. Mesmo algumas vezes distantes, sabemo-nos juntos.

Agradeço aos professores que fizeram parte da banca de dissertação, Alessandra Carvalho, João Trajano Sento-Sé, Libânia Nacif Xavier. Suas observações acrescentaram muito no processo e na execução dessa pesquisa.

Agradeço à CAPES, por ter me concedido uma bolsa para a realização dessa pesquisa. Aproveito a oportunidade para reafirmar a relevância e a necessidade de apoio e fomento à produção acadêmica em nosso país, principalmente no campo da educação.

Agradeço, por fim, a todos os meus amigos que me incentivaram a cumprir essa jornada e aos meus alunos das Escola Municipal Mario Piragibe, Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes e do CIEP 097 Carlos Chagas e das várias outras por onde lecionei ao longo da minha carreira.

A todos, o meu muito obrigado!

## RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo de analisar o processo de implantação do projeto pedagógico dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), no período de 1979 à 1983. Nessa abordagem, são consideradas tanto as ações do governo do estado do Rio de Janeiro como a reação do sindicato e dos professores da rede públicas de ensino. Outra questão importante nesse trabalho é discutir como o projeto dos CIEPs foi tratado pela imprensa, principalmente pelos veículos impressos. Para a realização desses objetivos são utilizadas as seguintes fontes históricas: os jornais de maior circulação na época (*O Globo* e o *Jornal do Brasil*); alguns livros escritos por pessoas que estiveram à frente do projeto, caso do *Livro dos CIEPs*, de Darcy Ribeiro, e *CIEP, uma utopia possível*, de Lia Faria; também são usadas fontes orais, produzidas a partir de entrevistas do autor com professores, sindicalistas e pessoas que pertenciam ao quadro do governo estadual no período. O produto analisa as possibilidades de utilização das fontes históricas sobre os CIEPs no âmbito do ensino básico, isto é, com alunos de escolas dos ensinos fundamental e médio.

**Palavras-chave:** educação, memória, movimento sindical

## ABSTRACT

This dissertation has the goal of analyzing the process of the implementation of the pedagogical project CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública) in the period of 1979 to 1983. This approach considers both the actions of Rio de Janeiro's state government and the reaction of the syndicate and the public school teachers. Another important topic in this essay is discussing how the CIEPs project was handled by the press, mainly by printing media. The historical sources used for the fulfilment of these goals were: the most circulated papers in that time (O Globo and O Jornal do Brasil), books written by people that were at the front of the project, like 'Livro Dos CIEPs, written by Darcy Ribeiro and CIEP, a Utopia Possível, by Lia Faria. Oral sources were also used, made by interviews by the author with teachers, unionists and people that were part of the state's government at the time. The product analyzes the possibilities of using historical sources about the CIEPs in secondary education, with students of middle and high schools.

**Keywords:** education, memory, trade union.

## **Lista de abreviações**

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ)

Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ)

Campanha Estadual dos Professores (CEPE)

Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE)

Centro Estadual dos Professores (CEP)

Centro Integrado de Educação Pública (CIEP)

Confederação dos Professores do Brasil (CPB)

Consultoria Pedagógica de Treinamento (CPT)

Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN)

Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ)

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)

Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

Jornal do Brasil (JB)

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)

Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos de São Paulo (MOVA-SP)

Movimento Democrático Brasileiro (MDB)

Partido Democrático Trabalhista (PDT)

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)

Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU)

Partido dos Trabalhadores (PT)

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES)

Plano Estadual de Educação (PEE)

Secretaria Municipal de Educação (SME)

Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE)

Sociedade Estadual dos Professores (SEP)

Universidade de Brasília (UNB)

Universidade do Distrito Federal (UDF)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

## SUMÁRIO

Introdução .....	1
Capítulo 1: O projeto pedagógico dos CIEPs .....	4
1-1-1 Darcy Ribeiro: um homem de muitos fazeres .....	9
1-1-2 Um diagnóstico da educação pública brasileira .....	11
1-1-3 Escolas populares com ênfase na alfabetização e no ensino de Língua Portuguesa .....	12
1-1-4 A Consultoria Pedagógica de Treinamento (CPT) .....	16
1-1-5 Formação continuada em serviço: uma originalidade dos CIEPs .....	19
1-2 As críticas ao projeto dos CIEPs .....	22
1-2-1 Um projeto pedagógico questionável? .....	22
1-2-2 Um projeto assistencialista e estigmatizante? .....	27
1-2-3 O primeiro encontro dos professores do primeiro grau do estado e do município do Rio de Janeiro .....	32
1-3 Os projetos pedagógicos de Anísio Teixeira e Paulo Freire .....	37
1-3-1 Anísio e Darcy: a busca por mudanças .....	38
1-3-2 O projeto pedagógico de Paulo Freire em São Paulo .....	42
1-3-3 O desafio de organizar uma rede de escolas .....	44
1-3-4 Escolas democráticas .....	48
Capítulo 2: O movimento docente e o governo Brizola .....	52
2-1 O Rio de Janeiro e as atividades sindicais durante a ditadura militar .....	53
2-1-1 O CEP e o novo sindicalismo .....	54
2-1-2 A primeira greve de 1979 .....	56
2-1-3 A segunda greve de 1979 .....	58

2-1-4 Uma greve contra a ditadura militar .....	65
2-2 O governo Brizola e a questão da educação .....	66
2-2-1 Um construtor de escolas .....	67
2-2-2 O projeto político de Brizola .....	69
2-3 A greve de 1986 .....	71
2-3-1 O CEP de volta à legalidade .....	72
2-3-2 Um sindicato de muitas tendências .....	73
2-3-3 Uma greve diferente .....	74
2-3-4 Hildésia Medeiros: uma liderança moderada .....	76
2-3-5 O desenrolar da greve .....	77
2-3-6 Entre perdas e ganhos .....	81
Capítulo 3: Brizola, os CIEPs e a imprensa .....	85
3-1 Aspectos teóricos e metodológicos para a utilização da imprensa em pesquisa de história .....	86
3-2 A relação de Leonel Brizola com a imprensa .....	87
3-2-1 A relação de Brizola com a imprensa carioca .....	90
3-2-2 O <i>Jornal do Brasil</i> : o primeiro oponente de Brizola .....	91
3-2-3- As críticas contra a política de segurança pública .....	93
3-2-4 A polêmica em torno da construção do sambódromo .....	94
3-2-5 Críticas à conservação das escolas .....	96
3-3- As primeiras discussões públicas sobre os CIEPs .....	99
3-3-1 A eleição para a prefeitura do Rio de Janeiro de 1985: o primeiro teste eleitoral dos CIEPs .....	99
3-3-2 O impacto dos primeiros CIEPs .....	103
3-3-3 As eleições para o governo do Estado do Rio de Janeiro de 1986. ....	104

3-3-4 Os intelectuais contra os CIEPs .....	111
3-3-5 A título de conclusão .....	111
Capítulo 4: As memórias docentes sobre os CIEPs .....	115
4-1 Aspectos teóricos da história oral .....	115
4-1-2 A escolha dos entrevistados e o papel do entrevistador .....	116
4-1-3 O processo de construção da entrevista .....	119
4-1-4 A questão da memória .....	120
4-2 Diálogos sobre os CIEPs .....	124
4-3 As disputas pela memória .....	127
4-3-1 Um projeto considerado apaixonante .....	128
4-3-2 Escolas consideradas superiores .....	132
4-3-3 As narrativas atuais sobre os CIEPs .....	136
4-4 As imagens de Darcy Ribeiro e Brizola .....	137
4-4-1 Darcy, o educador .....	137
4-4-2 Brizola, o político .....	141
4-5 Discussões transversais .....	143
4-5-1 Um sindicato formado por mulheres .....	143
4-6 Conclusão: a qualidade das entrevistas .....	148
Capítulo V (Produto): O uso de fontes históricas no ensino básico .....	151
5-1 A metodologia do trabalho com fontes orais .....	152
5-2 A análise das fontes .....	155
5-3 Fontes impressas .....	158
5-3-1 Os editoriais do JB .....	161
5-3-2 Fins inconfessáveis: um tijolo .....	164

5-4 Fontes iconográficas .....	166
5-4-1 A fotografia enquanto fonte histórica .....	167
5-4-2 A inauguração do CIEP Tancredo Neves .....	170
5-4-3 Aluno não é leitão .....	171
5-4-4 Dois CIEPs .....	174
5-5 As chrges .....	175
5-5-1 O Rambo .....	176
5-5-2 O CEP fechou o CIEP .....	179
5-6 As fontes orais .....	180
5-6-1 A entrevista de Lia Faria .....	182
5-6-2 A entrevista de Hildésia Medeiros .....	185
5-7 Conclusão .....	185
Conclusão .....	150
Fontes e referências bibliográficas .....	187

*“Fracassei em tudo o que tentei na vida.*

*Tentei alfabetizar as crianças brasileiras,*

*Não consegui.*

*Tentei salvar os índios,*

*Não consegui.*

*Tentei fazer uma universidade séria e fracassei.*

*Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei.*

*Mas os fracassos são minhas vitórias.*

*Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.”*

Darcy Ribeiro

## INTRODUÇÃO

A educação pública brasileira passa por um período marcado por um considerável imobilismo. Os problemas se acumulam e não conseguimos avançar principalmente no que é essencial: a aprendizagem dos alunos.

Não existem, pelo menos nas grandes redes públicas, projetos educacionais de qualidade ou propostas de inovações consistentes. O que temos de novidade são iniciativas isoladas que afloram em alguns lugares e são fruto de iniciativas individuais ou de pequenos grupos.

A educação, na maioria dos casos, não é considerada uma prioridade para nenhum governo ou para qualquer grupo político, em nenhuma das instâncias governamentais: municipal, estadual e federal.

Os professores, por sua vez, não conseguem oferecer alternativas a esse imobilismo generalizado, lutam desesperadamente para tentar garantir direitos conquistados anteriormente e que correm perigo nos tempos atuais. Inexistem projetos coletivos defendidos pelas instituições que representam os docentes ou por grupos específicos e, além disso, os obstáculos para a mobilização da categoria são quase intranponíveis. Percebe-se dificuldades, inclusive, para que os docentes se entendam enquanto um grupo profissional.

Esse cenário atual de desalento contrasta com a conjuntura que existiu no final do século XX. Nesse período, pelo menos os grupos políticos do campo progressista e alguns setores conservadores, apontavam a educação como a solução para diversos problemas brasileiros. Nessa mesma conjuntura também ocorreu a retomada de diversos projetos nacionais que a ditadura militar havia interrompido. Alguns planos educacionais que traziam possibilidades de mudanças realmente viáveis foram colocadas em prática em algumas rede públicas do país.

Um deles foi implementado pelo governo trabalhista de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro nas redes públicas do estado e do município do Rio de Janeiro. Esse projeto tinha nos CIEPs, os Centros Integrados de Educação Pública, a sua expressão mais importante.

Essa dissertação tem o objetivo de avaliar, no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em História (ProfHistória), a experiência educacional que se instaurou no

estado do Rio de Janeiro a partir da implantação do projeto dos CIEPs e a polêmica relação entre os governos estadual e municipal com os professores da rede pública.

Levarei em consideração tanto algumas fontes produzidas pelo governo do estado como as vivências das pessoas que participaram desses acontecimentos. Darei ênfase ao primeiro governo de Leonel Brizola e ao primeiro Plano Estadual de Educação (PEE). Esse plano foi colocado em prática entre março de 1983 e março de 1987.

Utilizo uma variedade de fontes para empreender esse trabalho. Entre elas estão: os dois jornais de maior circulação no estado do Rio de Janeiro na época, *O Jornal do Brasil* e *O Globo*, esses periódicos são utilizados em praticamente todos os capítulos; uso também alguns periódicos de circulação limitada, caso de alguns jornais produzidos pelo governo do estado e pelo sindicato dos professores; alguns livros também foram considerados como importantes fontes, como o *Livro dos Cieps*, escrito por Darcy Ribeiro, e *CIEP: uma utopia possível*, escrito por Lia Faria, uma professora que teve um papel de destaque na implementação do projeto dos CIEPs; por fim, produzi algumas fontes orais que foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

A dissertação encontra-se dividida em cinco partes. Quatro capítulos e o produto que a complementa e com ela se relaciona de uma forma direta.

No primeiro capítulo, analiso o projeto educacional dos CIEPs e o comparo com outros projetos educacionais que, de alguma forma, dialogaram com ele, caso do projeto das escolas parque, desenvolvido por Anísio Teixeira, na Bahia, na década de 1950, e o projeto educacional implantado por Luiza Erundina e Paulo Freire, colocado em prática na prefeitura de São Paulo, entre 1989 e 1993.

No segundo capítulo, analiso o processo de formação do sindicato dos professores do estado do Rio de Janeiro, destacando dois momentos que foram fundamentais para a sua consolidação: as greves de 1979 e 1986. Essa última ocorreu durante o primeiro governo Brizola, no ápice do processo de implementação dos CIEPs.

No terceiro capítulo, acompanharei as discussões públicas que ocorreram logo após o projeto dos CIEPs começar a ser colocado em prática. Observei que, além da oposição dos principais órgãos de imprensa e de políticos que se opunham aos pedetistas, o projeto também foi combatido por intelectuais e outros grupos do campo progressista, além os próprios professores da rede pública de ensino.

No quarto capítulo, analiso as fontes orais que produzi a partir de entrevistas com professores, líderes sindicais e membros das cúpulas das secretarias estadual de educação e de cultura. Esta última autarquia pública era comandada por Darcy Ribeiro e era responsável pela implementação dos CIEPs em todo o estado.

No produto procuro demonstrar que algumas fontes que foram utilizadas ao longo dessa dissertação também podem ser trabalhadas com os alunos de turmas de ensino básico.

Entre as fontes selecionadas para uso no produto, constam fragmentos de jornais, fotografias, charges e trechos das fontes orais que produzi para o capítulo 4. Um dos objetivos desse produto é mostrar que o ensino de história pode se tornar mais interessante e pode contribuir para a formação de cidadãos críticos e autônomos. As possibilidades que a utilização de fontes e a realização de pesquisas em sala de aula oferecem para o cumprimento desses objetivos são significativas.

Uma questão que surgiu ao longo da pesquisa foi a busca por explicações para o fato de os CIEPs não terem dado certo. Defendo a hipótese de que a falta de apoio dos intelectuais e, principalmente, dos professores tenha sido um fator essencial para que o projeto tenha sofrido processos de desmontes logo após o fim dos governos trabalhistas.

O processo de elaboração dessa dissertação foi trabalhoso, porém muito prazeroso. Primeiro porque pesquisei sobre questões diretamente relacionadas à minha prática docente, abordando questões como: a relação ensino pesquisa, a importância do processo de formação continuada para o trabalho docente, a necessidade de se buscar novas metodologias e novos enfoques para se trabalhar com o ensino de história na educação básica e a análise de um importante projeto educacional a partir do ponto de vista de um professor da rede pública de ensino.

Além disso, trabalho em duas escolas herdeiras, de alguma maneira, do projeto de Darcy Ribeiro: um CIEP, em Duque de Caxias, e uma escola considerada de horário integral, no município do Rio de Janeiro. Em ambas as marcas do projeto dos CIEPs, apesar de todos os problemas, ainda são perceptíveis.

## Capítulo I

### O projeto pedagógico dos CIEPs.

Os Centros Integrados de Educação Pública, também conhecidos como CIEPs e pelo nome popular de “Brizolões”<sup>1</sup>, foram escolas públicas construídas durante as gestões de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro no governo do estado do Rio de Janeiro. Esse projeto de educação foi implementado no primeiro mandato, de 1983 a 1987, e no segundo entre, 1991 e 1995.

O projeto arquitetônico dos CIEPs foi concebido por Oscar Niemeyer e o projeto pedagógico pelo próprio Darcy Ribeiro, vice-governador e secretário estadual de ciência e cultura no primeiro mandato de Brizola e presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), órgão público ao qual os CIEPs estavam vinculados. Desde o período eleitoral, os dois candidatos do Partido Democrático Trabalhista (PDT) elegeram a educação como a prioridade do governo que planejavam exercer.

Brizola e Darcy não tinham, no entanto, nem durante a campanha e nem no primeiro ano de governo, clareza do que seria essa prioridade para a educação. Desejavam construir novas escolas, mas não tinham certeza do modelo a ser seguido. Consideravam a possibilidade de construir escolas-parque, cogitavam a construção de centros culturais, que serviriam de apoio às escolas existentes e pensavam, ainda, em escolas equipadas para o atendimento das crianças em horário integral.

Essa dúvida pode ser identificada em uma matéria do *Jornal do Brasil* do mês de novembro de 1983, oito meses após a posse do governo trabalhista, depois da compra do prédio do antigo Panorama Palace Hotel, em Ipanema:

[...] a Comissão Coordenadora de Educação e Cultura, presidida pelo Vice-Governador Darcy Ribeiro, aprovou a desapropriação do prédio, para a instalação de um centro comunitário ao qual ele deu o nome de Brizolão. No dia 8, Brizola assinou o decreto desapropriando a área, a fim de atender os favelados dos Morros Pavão, Pavãozinho e Cantagalo (JORNAL DO BRASIL, 22/11/1983, p. 5).

---

<sup>1</sup> Desde o governo de Anthony Garotinho, 1999 a 2002, o apelido Brizolão, dado por Darcy Ribeiro, foi incorporado ao nome oficial dos CIEPs. Dessa forma, os CIEPs passaram a incluir o nome Brizolão em sua documentação pública. Por exemplo, o CIEP em que leciono em Duque de Caxias passou a ser chamado de CIEP Brizolão 097 Carlos Chagas.

Além da linguagem inadequada empregada pelo jornal para os nossos padrões ao se referir aos habitantes daquelas comunidades da zona sul do Rio, percebemos nessa matéria que Darcy Ribeiro ainda não sabia o que seriam os tais Brizolões, chamando o que se planejava como um grande centro comunitário com essa denominação. Tempos depois, o antigo hotel transformou-se em um brizolão de fato, o CIEP João Goulart<sup>2</sup>.

Segundo a pedagoga Lúcia Veloso Maurício, o modelo das escolas-parque, idealizadas por Anísio Teixeira, que representava uma das grandes referências intelectuais de Darcy Ribeiro, agradava bastante o antropólogo mineiro, que chegou a defender a adoção desse de tipo de unidade educacional em documentos públicos:

na primeira versão das metas educacionais propostas pelo Programa Especial de Educação, que foram discutidas pelos professores públicos do Rio de Janeiro no chamado Encontro de Mendes, em 1983, até as expressões escola-parque e centro de demonstração foram utilizadas, com a perspectiva de funcionamento idêntico à proposta de Anísio Teixeira (MAURÍCIO, 2004, p. 2).

A definição de que os CIEPs seriam as escolas que hoje conhecemos só ficou estabelecida depois que Oscar Niemeyer apresentou o seu projeto arquitetônico para Darcy e Brizola. Diante de um projeto com tão grande lastro, os líderes trabalhistas deixaram de ter dúvidas. Darcy, em pessoa, passou a cuidar do projeto pedagógico a ser utilizado nessas novas escolas e o tornou público no chamado Plano Estadual de Educação (PEE).

O primeiro esboço desse PEE foi apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em novembro de 1983 e aos professores do primeiro grau durante um encontro na cidade de Mendes, nesse mesmo mês. A sua versão definitiva foi publicada no *Livro dos CIEPs*, de 1986.

Nesse capítulo, acompanharei o processo de implementação desse projeto. Utilizarei, para tal, a bibliografia existente sobre o assunto e também algumas fontes, tais como: periódicos de grande circulação na época (*O Jornal do Brasil* e *O Globo*); uma revista produzida pelo próprio governo do Estado, a revista *Escola Viva, Viva a escola*; livros produzidos pelos responsáveis pelo projeto, como *O livro dos CIEPs*, de Darcy Ribeiro, e *CIEP, uma utopia possível*, de Lia Faria; e algumas entrevistas realizadas com professores que atuavam nos CIEPs nesse período do primeiro governo trabalhista.

---

<sup>2</sup> Essa unidade e as que funcionam sob as arquibancadas do sambódromo, na Marquês de Sapucaí, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, são os únicos CIEPs que não seguem o projeto arquitetônico clássico de Niemeyer.

Tentarei entender as qualidades e os problemas dos CIEPs analisando, inicialmente, o seu projeto pedagógico. Em seguida analisarei as principais críticas que esse novo modelo de escola sofreu desde que foi anunciado publicamente nos jornais, no mês de setembro de 1984. Por fim, pretendo compará-lo a dois outros projetos de educação pública: um que lhe serviu de inspiração, a escola-parque de Anísio Teixeira; e outro que apresentou uma consistência comparável ao projeto elaborado por Darcy, que foi colocado em prática por Paulo Freire na gestão de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo.

### **1-1- A elaboração e a implementação do projeto pedagógico dos CIEPs**

Diversos pesquisadores abordaram as temáticas relacionadas à política educacional do governo Brizola e, principalmente, os CIEPs, em seus trabalhos acadêmicos ou ensaísticos. Acreditamos que podemos separar a maioria desses trabalhos em três grupos: o primeiro grupo é formado por aqueles que apoiaram incondicionalmente esse projeto educacional de Darcy; o segundo é formado por aqueles que o criticaram implacavelmente; já o terceiro, constituiu-se daqueles que conseguiram enxergar as qualidades e os problemas do projeto em questão. Acredito que as análises desse último grupo são as que melhor compreendem o que foi a experiência dos CIEPs.

No primeiro grupo estão os livros escritos por aqueles que participaram da elaboração ou da execução do projeto dos CIEPs, o próprio Darcy Ribeiro escreveu *O livro dos CIEPS* (1986) e *Educação como prioridade* (1992). Nessas obras, o antropólogo caracteriza o projeto educacional dos CIEPs como o início de uma verdadeira revolução na educação brasileira, pois se tratava de uma política governamental direcionada à população mais pobre e compreende essa nova experiência, também, como sendo a escola do futuro (RIBEIRO, 1986; 1992).

Outro trabalho que pode ser incluído nesse grupo é o de Lia Faria, *CIEP, uma utopia possível* (1991). A professora Lia Faria teve um papel de destaque na equipe de Darcy Ribeiro, tendo sido a responsável pela implantação do projeto pedagógico dos CIEPs, já que coordenava a Consultoria Pedagógica de Treinamento (CPT).

O livro de Lia Faria tem o objetivo de analisar o processo de implantação e funcionamento da citada consultoria. Essa obra pode ser considerada uma fonte histórica muito importante sobre o projeto dos CIEPs, pois a autora pertencia ao grupo de pessoas responsáveis pela execução do Plano Estadual de Educação (PEE). Da mesma forma que Darcy Ribeiro, Lia Faria entendeu os CIEPs como uma grande revolução na educação brasileira e como a escola do futuro.

Outra autora que defendeu o projeto dos chamados Brizolões foi Ana Maria Monteiro. Em artigo bastante sucinto, a professora destacou a experiência original de inovação e democratização da educação que esse novo modelo de escolas ensejava. Além disso, destacou o espaço que foi reservado para a formação continuada dos professores nos CIEPs. Ana Maria Monteiro tem um entendimento muito parecido com o de Darcy e Lia Faria. Para ela os CIEPs foram *“uma escola revolucionária em todos os sentidos, que atuaria como o espaço privilegiado para a crítica das desigualdades e luta para a construção de uma sociedade mais justa”* (MONTEIRO, 2009, p. 41). Trata-se, portanto, de um ponto de vista comum para esse primeiro grupo o fato de os CIEPs serem considerados escolas revolucionárias e para o futuro.

No segundo grupo, o dos críticos implacáveis, estão intelectuais como Luís Antônio Cunha e Ana Cristina Venâncio Mignot. Os dois defendem a ideia de que o projeto educacional de Brizola e Darcy resumia-se aos CIEPs e que esse mesmo plano negligenciava todas as demais escolas da rede pública. Eles também apontaram para o fato de que o processo de elaboração desse projeto desconsiderou a opinião e as demandas dos professores, pois, durante o período do governo trabalhista foram realizados, no máximo, encontros de caráter consultivo com os docentes.

Além disso, destacam também que os CIEPs acabaram estigmatizando os seus alunos, na medida em que as propagandas e todas as menções oficiais ao projeto, associavam os alunos dos CIEPs aos grupos sociais mais carentes e marginalizados. Luís Antônio Cunha foi o crítico mais severo do projeto, esse intelectual não atribuiu nenhuma qualidade e nem qualquer reconhecimento a todo o plano educacional colocado em prática por Darcy Ribeiro.

No terceiro grupo estão os trabalhos de Helena Bomeny, Ana Maria Vilela Cavaliere, Libânia Xavier e Irla Silva. Essas autoras apontam os problemas do chamado Plano Estadual de Educação, elaborado por Darcy, e que contou com vultosas quantias

de recursos, mas excluiu a maior parte dos alunos da rede pública de escolas (BOMENY, 2006, p. 96). Porém ressaltam a importância de se investir em educação pública e nos resultados positivos que esses investimentos poderiam trazer; além de reconhecerem que há pontos positivos no projeto pedagógico de Darcy (SILVA, 2009).

Bomeny destaca também que, desde a década de 1980, os CIEPs passaram a ser sinônimos de educação integral, segundo ela: “[...]essa foi uma associação que o tempo não desfez [...]” (BOMENY, 2009, p. 114). Ademais, também significaram um esforço concentrado por parte do Estado de levar a questão social para dentro das escolas (BOMENY, 2009, p. 114). Ana Maria Cavaliere concorda com Bomeny, acrescentando que os CIEPs significaram “[...] a explicitação de uma nova concepção de escola” (CAVALIERE, 2009, p.109).

A historiadora Libânia Xavier também manifestou uma concepção muito parecida com as analistas anteriores, destacando, mais uma vez, a importância dos CIEPs na discussão sobre educação integral no Brasil. Segundo ela, as escolas projetadas por Niemeyer mostraram que:

educação integral não é somente tempo integral, mas um conjunto de conhecimentos e hábitos, de experiências que você pode promover dentro da escola, que é bom para o aluno e poderia ser bom para os professores também (entrevista concedida a Sheila Cristina Monteiro de Mattos, 2016, p.41).

Por outro lado, as três autoras concordam que a utilização política do projeto dos CIEPs foi uma das grandes razões para o seu fracasso. Libânia Xavier destaca que o campo da educação é um dos mais vulneráveis às disputas político-eleitorais; Bomeny acrescenta que “*uma proposta educacional identificada com um partido político ou com um grupo político torna-se alvo fácil de grupos rivais.*” (BOMENY, 2007, p. 58). Por isso, segundo Ana Maria Cavaliere, os dois desmontes porque passaram o projeto dos CIEPs, após o fim dos governos de Brizola, foram a grande marca negativa da proposta (CAVALIERE, 2009, p.110).

Excetuando Luís Antônio da Cunha, que, como destacado, não apontou virtudes para o projeto dos CIEPs, todos os demais autores destacaram a qualidade total ou parcial do projeto pedagógico elaborado por Darcy, principalmente no que diz respeito ao processo de formação continuada oferecida aos professores, a ênfase na alfabetização dos alunos das séries iniciais e no estudo da língua portuguesa, a partir da antiga 5ª série, atual 6º ano de escolaridade.

Mesmo reconhecendo que essas propostas não chegavam a todos os professores e, principalmente, a todos os alunos das escolas públicas do Rio de Janeiro, a maioria dos autores destacam a importância de se ter a educação pública como uma prioridade de governo. Alçar a educação a tal condição - em um dos estados mais importantes do Brasil e em uma conjuntura de redemocratização política -, foi mérito tanto do governador Brizola como de seu vice e grande colaborador Darcy Ribeiro.

Conhecer um pouco melhor a trajetória intelectual e política desses dois personagens da história recente de nosso país pode, portanto, significar um importante pressuposto para se compreender melhor suas ideias e o projeto educacional que elaboraram e colocaram em prática nas décadas de 1980 e 1990. A trajetória de Brizola será analisada no capítulo 2 e a de Darcy aqui nessa primeira parte.

### **1-1-1 Darcy Ribeiro: um homem de muitos fazeres**

Darcy Ribeiro se autodefinia como um homem de muitos fazeres. Quatro destes ganharam destaque ao longo de sua vida: o de antropólogo, o de romancista, o de político e o de educador. Segundo o pesquisador André Luís Mattos, Darcy se considerava uma cobra, não em razão do seu veneno, mas pela capacidade de trocar de pele (MATTOS, 2007, p. 15).

No campo da educação, aquele que mais nos interessa, Darcy foi arregimentado por ninguém menos do que Anísio Teixeira, um dos seus grandes mestres. A parceria entre os dois começou em 1957, quando Anísio convidou Darcy para assumir a divisão de estudos sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), à época presidida pelo educador escolanovista.

Essa experiência com projetos educacionais (somadas às suas ligações pessoais e políticas), acabaram levando Darcy a liderar o processo de criação da Universidade de Brasília (UnB) e a assumir o Ministério da Educação e Cultura, entre 1962 e 1963, durante o governo de João Goulart. Nesse cargo, passou a ser um defensor de reformas estruturais na educação brasileira, ideias que se coadunavam com as chamadas reformas de base, uma das prioridades do governo Jango. Darcy tentou colocar em prática a primeira Lei de

Diretrizes e Bases, promulgada em 1961, porém a radicalização política que tomava conta do país, mesmo antes do golpe de 1964, impediu a sua permanência no cargo.

Depois do golpe militar, Darcy, assim como Brizola e diversos outros membros e apoiadores do governo Goulart, foram obrigados a abandonar o país e se exilar fora das fronteiras nacionais. Na sua volta, em 1979, tornou-se o grande parceiro de Leonel Brizola no Partido Democrático Trabalhista. Na eleição de 1982 foi eleito vice-governador desse que já era seu novo companheiro de caminhada.

Darcy Ribeiro possuía, segundo Helena Bomeny, uma personalidade política marcante. Para essa autora “*a liderança de Darcy Ribeiro sempre foi identificada pelos partidários e opositores como personalista, carismática e messiânica*” (BOMENY, 2001, p. 63). Para a socióloga, essas características não eram apenas um reflexo da relação de Darcy com a academia, elas eram um traço de sua personalidade.

A reação negativa e a resistência de Darcy a qualquer processo democrático representam mais que um desencantamento com a excessiva formalização que resultou a expressão weberiana clássica “jaula de ferro”. É uma recusa ao que impõe limite ao voluntarismo messiânico, ao carisma em pleno exercício, ao talento de quem se vê como “gênio” e age com esse auto e sincero convencimento. (BOMENY, 2001, p. 64).

Para Bomeny, Darcy se enxergava como alguém acima da média, como uma pessoa excepcional.

Um das condições ao exercício da ação carismática é a crença do próprio líder em seu talento e dom extraordinários. Ver-se como um gênio iluminado é mais do que uma declaração cabotina de irresponsável e leviana vaidade pessoal. É a crença sincera de ser portador de características intransferíveis capazes de conduzir uma coletividade em certa direção, para a melhor direção (BOMENY, 2001, p. 64).

Essa personalidade marcante de Darcy foi fundamental para que um projeto tão grandioso fosse colocado em prática. Seu projeto foi implementado em uma conjuntura em que tanto os opositores do campo conservador como os opositores do campo progressistas massacravam os CIEPs com críticas de toda espécie. Darcy destacou-se no debate público que se seguiu ao anúncio do plano educacional e ganhou notoriedade em diversos momentos do processo de implementação dos CIEPs, como um de seus mais entusiasmados defensores.

Darcy apresentou, além do novo modelo arquitetônico de seu grande companheiro Oscar Niemeyer, um projeto pedagógico com muitas inovações e com possibilidades reais de mudanças para o ensino básico brasileiro, por isso defendeu suas

ideias com força e veemência contra todos aqueles que as criticavam naqueles anos finais de ditadura militar e do início da redemocratização política brasileira.

### **1-1-2 Um diagnóstico da educação pública brasileira**

Em maio de 1985 começou a funcionar o primeiro CIEP propriamente dito, o CIEP Tancredo Neves<sup>3</sup>, localizado no Bairro do Catete, zona sul do Rio de Janeiro. Poucos meses depois, Darcy Ribeiro tornou público o projeto pedagógico idealizado para essa nova rede de escolas, através do já citado *Livro dos CIEPs*. Esse livro é uma fonte muito importante para todos aqueles que pretendem estudar a fundo o projeto de Darcy e para conhecer um pouco do educador/antropólogo que o escreveu, pois além de esclarecer sobre alguns detalhes do plano pedagógico em si, também explicita uma parte do pensamento educacional do então vice-governador.

Inicialmente, Darcy Ribeiro realiza um diagnóstico da educação pública do Rio de Janeiro que, por extensão, se adequaria à maior parte dos centros urbanos brasileiros naquele período. Para o antropólogo mineiro, existiam dois grandes gargalos na educação pública carioca e fluminense naquela época. O primeiro era a fase ou o ciclo da alfabetização, que correspondia aos dois primeiros anos de escolaridade. Segundo o seu entendimento, *“quem salta as duas primeiras séries – principais barreiras e verdadeiros depósitos de crianças condenadas à evasão – tem grandes possibilidades de concluir o primeiro grau* (RIBEIRO, 1986, p. 11).

O outro gargalo situava-se na antiga 5ª série, atual 6º ano de escolaridade, onde a quantidade de alunos reprovados impressionava qualquer pessoa (RIBEIRO, 1986, p. 11). O diagnóstico realizado por Darcy foi preciso. Ele apontou exatamente o ponto que se deveria priorizar, os anos de escolaridade nos quais as políticas públicas se faziam mais necessárias. Ainda hoje, as primeiras séries da alfabetização continuam sendo um dos grandes problemas da educação básica brasileira.

Para Darcy Ribeiro, os responsáveis por esses desajustes eram dois grupos bastante específicos. Em primeiro lugar ele menciona os professores, que segundo as

---

<sup>3</sup> O CIEP Tancredo Neves foi o primeiro seguindo o modelo clássico de Niemeyer com três prédios: um para as salas de aula e administração, outro para a biblioteca e outro para o anfiteatro/quadra de esportes.

ideias expressas no *Livro dos CIEPs*, consideravam os alunos das classes populares como ineducáveis<sup>4</sup> (RIBEIRO, 1996, p. 13). O segundo lugar, Darcy atribuía às nossas elites:

A raiz desse fracasso está, de fato, é numa perversão de nossa sociedade, enferma de desigualdade. Perversão provavelmente oriunda do fato de que fomos o último país do mundo a acabar com a escravidão. Uma classe dominante descendente de senhores de escravos – afeitos a gastar gente como se fosse carvão humano, com total descaso pelos que trabalham para eles – tende a continuar olhando o povo com o mesmo desprezo (RIBEIRO, 1986, p. 50).

Para Darcy Ribeiro, havia a necessidade urgente de se organizar um novo tipo de escola no Brasil, pois o modelo de escola existente repelia os menos favorecidos. Para ele a escola brasileira era “*uma escola desvairada que vê como desempenho normal, desejável e até exigível de toda a criança, o rendimento ‘normal’ de alunos que têm quem estude com eles*” (RIBEIRO, 1986, p. 14). Ou seja, a escola brasileira estava sendo organizada e dirigida para alunos das classes médias e altas e não para as classes populares.

Os CIEPs tinham o objetivo de se apresentarem como as instituições que resgatariam o passado das populações pobres e marginalizadas. Eles foram pensados como um espaço pedagógico para se criticar a permanência dessa mentalidade escravista e do ensino enciclopédico, mantenedores das desigualdades sociais que as elites brasileiras tanto se apegam

### **1-1-3 Escolas populares com ênfase na alfabetização e no ensino de língua portuguesa**

Darcy Ribeiro passou a defender que os CIEPs seriam as escolas que atenderiam às classes populares em suas reais necessidades, pois funcionariam em horário integral, ofereceriam refeições, banhos e cuidados médico e odontológicos. Para além dessa dimensão assistencialista, os CIEPs tinham também um consistente projeto pedagógico que procurou atacar e resolver os problemas detectados pelo vice-governador.

Um dos principais pontos do projeto pedagógico dos CIEPs era olhar para os mais vulneráveis de uma outra maneira. Para Darcy, era necessário considerar os saberes que

---

<sup>4</sup> Segundo Luís Antônio da Cunha, essa postura de Darcy Ribeiro muito contribuiu para o afastamento dos professores em relação ao Governo do Estado e sua política educacional (CUNHA, 1995, p. 130).

os alunos com essa condição possuíam, assim como não tratar com preconceito a sua linguagem. Um dos pontos mais importantes de seu projeto era a valorização dos alunos provenientes das classes populares. Segundo as suas palavras: “[...] *somente oferecendo um tratamento diferenciado aos alunos é que será possível erradicar o fenômeno indesejável da repetência e do baixo nível de aprendizagem*” (RIBEIRO, 1986, p. 50).

A questão da alfabetização nos anos iniciais de escolaridade também foi um ponto fundamental na proposta pedagógica dos CIEPs. Além do material didático específico para essa fase da vida escolar, as secretarias municipal e estadual de educação, ofereciam uma gratificação de 20% a mais para os professores que trabalhassem com esse segmento. Recomendavam e incentivavam os diretores das unidades a escolherem os melhores profissionais de sua equipe para lecionarem nessa etapa da escolaridade. Várias professoras dos CIEPs desse período, entrevistadas pela pesquisadora Irla Silva, corroboram esse procedimento, que não podia, no entanto, constar em documentos oficiais por caracterizar discriminação (SILVA, 2009, p.139).

Outro segmento do ensino que foi enfatizado na proposta elaborada por Darcy Ribeiro foi a antiga 5ª série do primeiro grau, atual 6º ano do ensino fundamental. Diante da grande quantidade de alunos reprovados nessa etapa escolar, Darcy propôs uma intensificação do estudo da nossa língua. Segundo ele, essa disciplina facilitaria o entendimento de todas as outras, e possibilitaria a realização de um trabalho interdisciplinar, que teria a Língua Portuguesa como suporte (DARCY, 1986, p. 51). Também para esse segmento foi elaborado material didático próprio pelas secretarias de educação.

O antropólogo atribuía uma importância fundamental ao estudo da forma culta da nossa língua, porém advertia, constantemente, aos professores, para que não deixassem de levar em conta a linguagem que o aluno trazia consigo. Segundo ele, era preciso “[...] *introduzir a criança no domínio do código culto, mas valorizando a vivência e a bagagem de cada um deles*” (RIBEIRO, 1986, p.48).

Nesse ponto, a proposta pedagógica de Darcy Ribeiro se aproximava consideravelmente da proposta de educação dialógica de Paulo Freire, para quem o

conhecimento dos alunos sempre deveria ser levado em conta e ser o ponto de partida para qualquer experiência envolvendo aprendizagem (FREIRE, 1996, p. 14)<sup>5</sup>.

Outra mudança interessante proposta pelo projeto pedagógico dos CIEPs foi a redefinição dos conteúdos, que tinha o objetivo de eliminar saberes que só conferiam legitimidade aos grupos dominantes. Vivia-se, nessa época, a fase final da ditadura militar e Darcy procurou eliminar disciplinas e temas defendidos pelo regime de exceção, desde a reforma educacional de 1971, tais como as tão criticadas Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (MONTEIRO, 2009, p. 40).

Há que se destacar também que o projeto pedagógico dos CIEPs consagrava espaço privilegiado para atividades diversificadas. Durante o dia as crianças não permaneciam todo o tempo dentro de uma única sala de aula. Elas ficavam circulando, passando pela sala de vídeo, o anfiteatro, onde professores de Educação Física e animadores culturais desenvolviam atividades, a sala de leitura e a sala de Estudos Dirigidos. Esta última tinha a mesma função da explicadora dos alunos da classe média, tirando as dúvidas e auxiliando nas tarefas de casa.

Uma questão estratégica para Darcy Ribeiro era acabar com o terceiro turno diário. A existência dessa jornada de estudo era uma prática muito comum na época e acabava diminuindo drasticamente o tempo de permanência dos alunos nas escolas. Esse terceiro turno existia em função da grande demanda de alunos por escolas públicas e a pequena quantidade de vagas existentes.

Para resolver esse problema, prefeitos e governadores de várias partes do Brasil decidiram criar um turno a mais de aula durante o dia. Assim, as escolas ao invés de terem apenas os turnos da manhã e da tarde passaram a ter também um turno intermediário, no meio do dia, que subtraía uma parte do horário da manhã e outra parte do horário da tarde, estendendo a exclusão para todos.

Darcy foi um crítico feroz desse expediente e estabeleceu como uma de suas prioridades acabar com essa malfadada prática. Infelizmente os CIEPs não atingiram uma quantidade suficiente de salas de aula, nessa primeira gestão trabalhista, para acabar com

---

<sup>5</sup> Mesmo sem referências diretas, encontramos muitas ideias de Paulo Freire nesse projeto estruturado por Darcy.

o terceiro turno, porém Darcy conseguiu chamar a atenção de todos para a gravidade do problema.

Em relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA), Darcy não considerou o “A” dessa sigla, isto é, não incluiu os adultos entre aqueles que os CIEPs deveriam priorizar. Desde sua volta do exílio, o antropólogo mineiro se posicionou contra a alfabetização de adultos<sup>6</sup>, considerando os investimentos nessa faixa etária como um gasto indevido do dinheiro público. Ressalta-se que no projeto pedagógico dos CIEPs não entra nem a expressão adulto:

o Programa de Educação Juvenil está estruturado para recuperar a parcela da juventude que já ultrapassou a idade de escolarização obrigatória, mas que, por permanecer analfabeta, está marginalizada num meio social em que o domínio do código letrado é fundamental (RIBEIRO, 1986, p.41)

Por fim, cabe observar que ao mesmo tempo em que criticava algumas práticas dos professores, Darcy também procurou, no próprio documento, sensibilizá-los para a importância da sua proposta:

a exigência fundamental que deve fazer a si mesmo cada professor é assumir uma atitude socialmente responsável no exercício de sua missão profissional importantíssima de mestre de crianças brasileiras, tal como elas são em sua imensa maioria. Um professor se mede pelo número de crianças carentes que ele alça, recupera e leva adiante, não pelo desempenho de alunos brilhantes que, com ele ou sem ele, progredem igualmente (RIBEIRO, 1986, p.58).

Uma das leituras possíveis para o Livro dos Cieps é tomá-lo como uma tentativa de Darcy Ribeiro de convencer os professores da rede pública de que eles estavam ensinando de uma forma errada. Ou, complementando essa possibilidade, considerar o Livro dos Cieps e diversos outros artigos escritos por Darcy nesse período como tentativas de se convencer os professores sobre as especificidades de se ensinar para a alunos das classes populares. E de que o projeto dos CIEPs era a melhor alternativa para se desenvolver essa aprendizagem.

Essas críticas aos professores, no entanto, acabaram dificultando ainda mais a relação do governo do estado com a categoria. A relação entre Darcy, representando o governo do estado e o projeto dos CIEPs, e os professores e a sua organização sindical foi um problema para o governo trabalhista em diversos momentos. Um nó que ficou

---

<sup>6</sup> Nesse ponto Darcy divergia frontalmente de Paulo Freire. O educador pernambucano devotou grande parte de seu trabalho teórico e prático à alfabetização de adultos, criando, inclusive, um método para alfabetizar essas pessoas, o método Paulo Freire de Alfabetização. Práticas muito diferentes do que foi proposto para os CIEPs.

atado desde o primeiro ano do primeiro mandato, a despeito da existência de algumas tentativas de aproximação.

Uma das alternativas utilizadas para se tentar estreitar esse diálogo foi a criação da Consultoria Pedagógica de Treinamento (CPT), uma instituição pública criada por Darcy e que conseguia acompanhar o funcionamento de todos os CIEPs.

#### **1-1-4 A Consultoria Pedagógica de Treinamento (CPT)**

Para que as metas estabelecidas fossem alcançadas, havia, para Darcy, a necessidade de se acompanhar de perto tudo o que acontecia nos CIEPs. Esse acompanhamento foi possível graças à criação de um órgão público que foi denominado de Consultoria Pedagógica de Treinamento (CPT), que ficou sob a responsabilidade da professora Lia Faria.

A consultoria tinha uma importância estratégica para o projeto de Darcy Ribeiro: ela tinha a missão de levar para os CIEPs, muitos deles localizados em áreas remotas, as ideias do vice-governador. Não eram poucas as atribuições da CPT. Vale a pena destacar o que o próprio Darcy planejara para ela:

Foi criada, também, uma Consultoria Pedagógica de Treinamento (CPT) composta por 60 professores, constituída por um grupo de Classe de Alfabetização (CA), à 4ª série e um grupo de 5ª a 8ª séries, que entre outras atribuições deveriam aperfeiçoar o corpo docente e funcionários de apoio, através de treinamento em serviço, orientar equipes técnicos-pedagógicos dos CIEPs para a organização dos currículos e fazer acompanhamento do processo de implantação do trabalho pedagógico, dando especial atenção ao projeto de alfabetização, ao desenvolvimento do Estudo Dirigido e ao repasse dos treinamentos em serviço recebido por professores e funcionários (RIBEIRO, 1986, p. 49).

Todos os membros da consultoria eram professores das redes municipal e estadual, inclusive a responsável, a professora Lia Faria. Ela fazia parte do sindicato dos professores e, durante o Encontro de Mendes, foi convidada pelo vice-governador para integrar a sua equipe<sup>7</sup>.

O projeto dos CIEPs caracterizou-se por praticamente não contar com nenhum professor do ensino superior. Apenas Maria Yedda Leite Linhares, secretária municipal

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida por Lia Faria ao autor da dissertação em 27 de novembro de 2020.

de educação, Yara Vargas, secretária estadual de educação, e o próprio Darcy Ribeiro tinham vínculos anteriores com universidades.

Esse distanciamento da academia deveu-se a uma das características marcantes do intelectual Darcy Ribeiro, e que se tornou ainda mais acentuada depois que voltou do exílio em 1979, o seu anti-intelectualismo<sup>8</sup>. Havia também vantagens financeiras na utilização de professores das próprias redes nessa tarefa, pois empregando docentes já remunerados pelo estado e pelo município haveria uma redução de custos significativa.

Voltando à professora Lia Faria, a responsável pela CPT, é interessante assinalar que ela continua sendo uma das maiores defensoras do projeto pedagógico dos CIEPs, em seus relatos e em sua produção intelectual. Ainda hoje, ela publica livros e artigos em revistas especializadas defendendo que o projeto dos CIEPs significou uma revolução na educação brasileira (FARIA, 2019, p. 15). Uma de suas publicações mais importantes foi *CIEP, uma utopia possível*, de 1991. Como a professora Lia Faria foi uma das responsáveis pela implementação da CPT, esse livro se constitui também como uma importante fonte histórica sobre o projeto pedagógico dos CIEPs.

Em relação às atribuições da CPT propriamente ditas, Lia Faria demonstrou que uma das iniciativas mais interessantes que a consultoria propôs, além das já citadas por Darcy, foi uma abertura para atividades de formação a todos os profissionais que trabalhavam nos CIEPs, uma vez por ano. Segundo a professora:

através dos Seminários de Ativação Pedagógica, de dezembro de 1983 a dezembro de 1988, todos os profissionais de educação envolvidos no projeto de construção dos CIEPs estudaram e analisaram o processo da história da educação brasileira, assim como as teorias da educação que têm influenciado as nossas escolas, tanto públicas, como particulares (FARIA, 1991, p. 16).

Apesar da relevância das discussões fomentadas pela CPT, essenciais para qualquer projeto educacional, é sempre importante lembrar que essas formações se destinavam apenas aos profissionais que trabalhavam nos CIEPs. Durante o primeiro

---

<sup>8</sup> Segundo André Luiz Mattos (2007), Darcy teve uma vida acadêmica marcada por diversas polêmicas. Uma das mais importantes ocorreu depois que voltou do exílio com Roberto da Matta, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os dois antropólogos tinham visões diferentes sobre os rumos da disciplina no Brasil. Darcy defendia a prioridade de se estudar as tribos indígenas e Roberto da Matta tinha uma visão mais abrangente, defendendo o estudo de personagens urbanos brasileiros, como os “malandros”. Essa discussão, praticamente, significou, segundo o mesmo André Luiz Mattos, a proscrição de Darcy do meio acadêmico, pois a maioria dos antropólogos ficou do lado do autor de *Carnaval, malandros e heróis* (MATTOS, 2007, p. 4)

governo Brizola/Darcy, esses profissionais representavam menos de 10% do total das escolas da rede pública do estado e do município.

Além desses seminários anuais, pelo menos um professor de cada CIEP mantinha uma rotina de encontros com os membros da CPT. Todas as unidades desse novo modelo de escolas escolhiam os seus representantes para os encontros frequentes com a CPT na sede da secretaria de educação. Existiam grupos para professores das séries iniciais do primeiro grau e para as séries finais do mesmo segmento com formações e formadores próprios (FARIA, 1991, p. 16). Esses professores representantes tinham a tarefa de repassar as discussões de que participavam, junto aos membros da CPT, para toda a sua escola, no chamado treinamento<sup>9</sup> permanente, definido por Lia Faria como: “[...] o (treinamento) *permanente consiste em quatro horas semanais para os professores orientadores de alfabetização: o de primeira à quarta séries – o segmento prioritário - e em quatro horas quinzenais para as demais séries*” (JORNAL DO BRASIL, 30/05/1986, p. 10).

A consultoria orientava, segundo relatos de professores, as equipes de direção e coordenação dos CIEPs para que fossem escolhidos professores mais experientes ou mais comprometidos para representar as escolas, pois estes docentes seriam os responsáveis pelas formações que ocorriam nas unidades de ensino (SANTOS, 2019). Existiam, segundo Ana Maria Monteiro (2009), discussões e avaliações sobre a prática de cada professor nessas reuniões. Essas atitudes caracterizavam, segundo a mesma autora, a existência de um processo de formação continuada em serviço:

essas atividades de planejamento integrado fazem parte das atividades de formação em serviço, que são complementadas por reuniões de estudos envolvendo os grupos de profissionais; assim eles têm oportunidades de discutir suas práticas e repensá-las, em face dos questionamentos decorrentes das leituras e de observações de colegas (MONTEIRO, 2009, p. 44).

Vários especialistas elogiam esse processo de formação por diversas razões. Muitos, por exemplo, destacam que o fato de ele ocorrer dentro do próprio ambiente de trabalho dos professores já denota uma de suas grandes virtudes, pois nesses espaços os professores se sentem muito mais à vontade para se expressarem e discutirem suas práticas. Formações feitas em uma universidade, por exemplo, afastam os professores de

---

<sup>9</sup> É interessante destacar que tanto Lia Faria como Darcy Ribeiro utilizaram constantemente as palavras treinamento e até reciclagem para se referirem ao processo de formação continuada nos CIEPs. O conceito de formação docente e formação continuada passaram a ser mais comuns nos círculos intelectuais brasileiros a partir dos anos 1990.

seu espaço e acabam estabelecendo uma relação de inferioridade, como bem anotou Bourdieu: “*quando deslocam-se de seus campos perdem poder, pois o poder já está distribuído de outra forma no campo para o qual se deslocaram e porque desconhecem as peculiaridades desses campo* (Apud: SILVA, 2009, p. 170).

Essa perspectiva de se oferecer formação continuada em serviço para os professores dos CIEPs, defendida por Darcy e pela CPT, foi um dos pontos mais importantes do projeto pedagógico dos CIEPs. Esse tipo de formação docente é defendido ainda hoje pelos principais teóricos que tratam das questões referentes à aprendizagem.

### **1-1-5- Formação continuada em serviço: uma originalidade dos CIEPs**

Em um encontro ocorrido na cidade de Niterói, em 1991, Paulo Freire, o patrono da educação brasileira, tornou pública toda a admiração que guardava em relação a Darcy Ribeiro e ao projeto dos CIEPs:

Eu quero na presença de vocês todos como educador e dentro do Brasil e fora do Brasil, uma responsabilidade que não me envaidece, mas me deixa feliz pelo que representa, pelo que significa a repercussão de algumas coisas que eu tenho dito e que tenho falado nos meus livros, e quero dizer a vocês e dizer também de público e diretamente a Darcy, a alegria que eu tenho de ser brasileiro, exatamente nesse fim de século, a teu lado, defendendo essa coisa, brigando. [...] Eu estarei contigo toda vez que tu tenhas responsabilidade no grito e na mão e na ação, defendendo os CIEPs (FARIA, 2019, p. 20).

A recíproca também parecia verdadeira, pois, como bem aponta a pesquisadora Irla Silva, as ideias de Paulo Freire representaram um dos suportes teóricos do projeto pedagógico dos CIEPs, elaborado por Darcy Ribeiro (SILVA, 2009, p. 10)<sup>10</sup>. Um dos pontos de contato mais fortes entre esses dois autores encontra-se justamente nessa questão da formação profissional continuada oferecida aos professores e demais funcionários dos CIEPs.

Freire defendia que os professores deveriam assumir certas responsabilidades ao abraçar essa profissão. A primeira delas é a reflexão sobre a própria prática, pois, segundo ele, “*a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria e a prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática ativismo*. (FREIRE,

---

<sup>10</sup> Darcy e Freire discordaram publicamente apenas em uma oportunidade, na já citada questão envolvendo a alfabetização e a educação de adultos.

1996, p.12). Paulo Freire argumentava ainda que a formação de professores não deveria se limitar ao início da carreira, ela deveria ocorrer ao longo de toda a vida desse profissional, pois “*na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a sua prática*” (FREIRE, 1996, p. 18).

Diversos teóricos da América do Norte e da Europa defenderam e aprofundaram essas ideias de formação continuada e reflexiva. Antônio Nóvoa (1992), por exemplo, considerou que a formação docente deveria estimular uma perspectiva crítico-reflexiva e também devia proporcionar espaços de interação entre as dimensões pessoais e profissionais. Segundo o educador português, a formação docente não se constrói por acumulação, “*mas através da reflexividade crítica sobre as práticas de reconstrução permanente da identidade profissional*” (NÓVOA, 1992, p. 13). A formação continuada é, portanto, uma necessidade para todo o magistério.

O pedagogo canadense Maurice Tardif também chamou a atenção para essas características específicas da formação docente. Para ele os professores não se formam em laboratórios, a exemplo dos cientistas, a formação docente ocorre na prática e, assim como Freire e Nóvoa, Tardif também destaca a importância da reflexão: “*a reflexão unida diretamente à ação que a sustenta é uma das fontes mais importantes da aprendizagem profissional*” (TARDIF, 2018, p. 2).

Viabilizar nas escolas esse momento de formação continuada reflexiva é uma tarefa das mais difíceis para qualquer rede de ensino ainda hoje, em virtude de uma série de razões: os professores possuem vários empregos e estão sempre correndo de um lugar para o outro; o tempo para planejamento e formação, que, segundo a lei, equivale a um terço da carga horária do professor, não é totalmente cumprido; em muitas unidades escolares ocorre a falta de paciência, de competência e até de boa vontade para se discutir assuntos teóricos. Notadamente, as reuniões de mestres, em muitas ocasiões, ficam reduzidas a conversas diversas sobre o cotidiano escolar.

Nos CIEPs, no entanto, esses espaços de formação em serviço funcionaram de uma forma sistematizada. A CPT oferecia suportes, sugerindo temas e orientando debates a serem realizados nas unidades. Posteriormente, os resultados dessas reuniões eram discutidos tanto com a equipe de direção e coordenação da unidade, como com os professores representantes, em reuniões específicas. Além disso, ainda ocorriam visitas

dos membros da CPT nas escolas, conforme as informações recolhidas nas entrevistas que realizei <sup>11</sup>.

Alguns relatos, dados à pesquisadora Irla Silva (2009), corroboram a ideia de que os professores não discutiam só os temas propostos pela CPT, como também trocavam experiências que tinham sido bem sucedidas na própria unidade. Essas trocas serviam para atenuar o que Shulman, outro importante estudioso da questão da aprendizagem, classifica como amnésia individual e coletiva do magistério. Segundo ele, “*a consistência com que as melhores criações dos educadores são perdidas por seus pares tanto contemporâneos como futuros*” é uma das grandes falhas dos sistemas educacionais (SHULMAN, 1987, p.212). Nos CIEPs essa amnésia era bastante atenuada ou mesmo inexistia.

Um último aspecto relacionado às formações continuadas em serviço é lembrado pelo pedagogo norte americano Donald Schon (1992). Segundo o pesquisador esse tipo de prática pode proporcionar avanços significativos para a escola e a educação como um todo, na medida em que se passa a questionar “*o conhecimento emanado do centro e imposto a periferia*” (SCHON, 1992, p. 2). Fato que possibilita a existência de uma educação verdadeiramente crítica.

A partir da análise que estamos desenvolvendo nessa dissertação, há a possibilidade de se constatar que esse último avanço, enunciado pelo pesquisador Donald Schon, não tenha sido plenamente alcançado. Darcy Ribeiro e a CPT foram grandes estimuladores de críticas à sociedade capitalista e as nossas elites, de uma forma geral, e às escolas tradicionais, em particular. Porém, os momentos para a discussão do próprio projeto educacional dos CIEPs com os professores não ocorreram com uma frequência desejada e necessária.

As discussões com os professores e as eventuais críticas que eles viessem a fazer deveriam não só serem colocadas em discussão, como incorporadas ao projeto dos CIEPs. Essa atitude daria mais consistência ao projeto e as ideias de Darcy Ribeiro. No entanto, isso não ocorreu.

Brizola e Darcy não souberam administrar muito bem as críticas e até as contribuições externas ao projeto dos CIEPs. Qualquer manifestação diferente de elogios

---

<sup>11</sup> Conforme relato dado ao autor da dissertação pela professora Paula Cristina Vieira Santos em 05 de novembro de 2019.

explícitos era tratada pelo governo trabalhista com a mesma repulsa e indignação que dispensavam à perseguição que alguns grupos de mídia realmente mantinham contra eles.

Mesmo uma mãe de aluno reclamando da dificuldade de se conseguir vagas para os filhos nesse novo modelo de escola foi tratada por Brizola como uma grande crítica a todo o projeto e chegou a render, inclusive, uma ardente discussão pública em uma das muitas visitas que o governador realizou aos CIEPs<sup>12</sup>.

## 1-2 As críticas ao projeto dos CIEPs

Os CIEPs foram escolas muito caras em todos os sentidos, apenas a sua construção custava algo em torno de um milhão de dólares<sup>13</sup>. Apesar de Brizola e Darcy, e até Niemeyer, defenderem que a construção dos CIEPs era fácil e rápida, na prática o processo demandava muito tempo, trabalho e investimentos.

Em primeiro lugar, havia a necessidade de se viabilizar uma área bastante extensa para abrigar esse novo modelo de escola, esses terrenos deveriam ser muito maiores que o da grande maioria das escolas existentes, pois deveria abrigar os três prédios que formam o conjunto arquitetônico (CUNHA, 1995, p. 148). Além disso, era necessário a realização de uma grande obra de terraplanagem para preparar o terreno para receber as placas de cimento gigantes.

Outros detalhes encareciam ainda mais o projeto de Niemeyer, como a instalação de cozinhas industriais, do consultório médico dentário, de todo o mobiliário personalizado e a composição dos acervos das bibliotecas, entre outros gastos. Tudo muito mais caro do que o existente em uma escola convencional.

---

<sup>12</sup> O caso ocorreu em Nova Iguaçu, onde Adna Vieira de Oliveira, presidente de uma associação de moradores local, reclamou com o governador, durante a visita a um CIEP, que as vagas para os alunos estavam condicionadas à entrega de uma carta de apresentação de um político do PDT. Brizola pensou que o assunto se relacionasse a busca de vagas para se trabalhar nos CIEPs e respondeu com muita rispidez à colocação da presidente, iniciando um grande bate boca. Essa questão rendeu calorosas discussões na imprensa carioca, estimulando até editoriais no *JB*. Ver as edições *Jornal do Brasil* dos dias 13, 14 e 15 de abril de 1986.

<sup>13</sup> Alguns críticos do projeto, entre eles o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, defenderam que o custo dos CIEPs variava entre 1 e 2 milhões de dólares, dependendo do local em que eram construídos. É difícil determinar o preço de cada unidade, pois, como lembra Luís Antônio Cunha, naquela época ainda não se exigia transparência na divulgação desses dados pelo governo do estado. A única conclusão que Luís Antônio Cunha chega é a de que nenhum CIEP custou menos de 1 milhão de dólares (CUNHA, 1995, p. 147).

Godofredo Pinto, presidente do Centro Estadual dos Professores (CEP) na época, estimava que com o valor gasto para construir um CIEP era possível se construir três escolas convencionais. O próprio parecer do tribunal de contas, em 1983, era o de que o Estado não conseguiria arcar com as despesas dos chamados brizolões<sup>14</sup> (MIGNOT, 1989, p. 49).

A imprensa e vários intelectuais também questionavam o alto custo de manutenção dos CIEPs, principalmente porque os problemas estruturais começaram a surgir ainda no primeiro ano de funcionamento. Outro fator que encarecia bastante o projeto era a grande quantidade de profissionais que ele demandava. Além de precisar do dobro de professores de uma escola convencional, pois os alunos ficavam o dia inteiro na unidade, os CIEPs contavam ainda com vários professores lotados na biblioteca, na sala de leitura, na sala de Estudo Dirigido, além dos animadores culturais e um número grande de profissionais de apoio de todo o tipo, como porteiros, agente-educadores, secretários, serventes, cozinheiras, etc.

Brizola e Darcy não deram muita atenção a essas críticas, pois estavam determinados em colocar esse projeto em prática. Se faltava o apoio da mídia, dos intelectuais e, em certa medida, até dos professores, eles buscaram respaldo popular e, ao mesmo tempo, apoio internacional para o projeto.

Entre as iniciativas que os trabalhistas adotaram para conseguir esse apoio internacional estavam: a realização de propagandas dos CIEPs em várias partes do mundo, a criação de cartões postais que incluíam os CIEPs entre as maravilhas do Rio, o convite a personalidades para visitarem as novas escolas – entre os ilustres visitantes aos CIEPs figuraram: Néelson Mandela, François Mitterrand, Jimmy Carter, Edward Kennedy, entre outros (MIGNOT, 2001, p. 4).

Em relação ao alto custo do projeto, Brizola e Darcy também tinham respostas convincentes, afirmando que não estavam gastando, estavam investindo nos mais pobres, estavam construindo escolas de ricos para pobres (JORNAL DO BRASIL, 01/09/ 1984, p. 1). Além do alto custo, que voltaremos a tratar adiante, existiram três outros tipos de crítica ao projeto dos CIEPs: questionamentos ao projeto pedagógico, críticas à

---

<sup>14</sup> Em 1985 Darcy Ribeiro foi obrigado a contratar uma auditoria internacional, a Price Waterhouse, para provar ao Tribunal de Contas do Estado que os gastos dos CIEPs eram viáveis para o Estado do Rio de Janeiro (JORNAL DO BRASIL, 01/05/1985, p. 9).

estigmatização que o projeto imputava aos seus alunos e oposições à postura do governo em relação aos professores.

### **1-2-1 Um projeto pedagógico questionável?**

Luís Antônio Cunha é um dos pedagogos mais ativos e mais destacados em nosso país desde o final do século passado. Seu estudo sobre os CIEPs ocorreu em meio a um grande balanço que realizou das políticas públicas dos estados brasileiros em relação à educação no período de redemocratização, entre as décadas de 1980 e 1990. Em sua análise sobre os chamados Brizolões, ele se revelou como um dos maiores críticos do projeto como um todo.

Algumas dessas críticas foram realmente muito pertinentes e certas, outras, no entanto, exageradas, principalmente as que se dirigiam ao projeto pedagógico de Darcy, que, como demonstrado anteriormente, apresentava várias originalidades.

Sua desconfiança se manifesta logo com o próprio idealizador do projeto. Para Cunha o antropólogo mineiro era uma figura pública, no mínimo, polêmica: “[...] *Darcy Ribeiro, um controvertido antropólogo e romancista, que havia sido Ministro da Educação e Chefe da Casa Civil do Presidente João Goulart, além de projetista e primeiro reitor da Universidade de Brasília*” (CUNHA, 1995, p. 129).

Observa-se que Cunha não considera Darcy nem professor e nem educador, ele é tratado como um homem de outras esferas das ciências sociais e como um político. Alguém que não possuía, na sua visão, atributos necessários para estar à frente de um projeto tão grandiosos como o dos CIEPs. Muito dessa insatisfação de Cunha para com Darcy associou-se às querelas que o vice-governador manteve com os intelectuais, especialmente os pedagogos, após a sua volta do exílio.

Darcy, por sua vez, sempre que podia alimentava esse tipo de posicionamento, tratando os pedagogos e demais intelectuais com imenso desprezo. Não se cansava de criticá-los gratuitamente em diversos veículos da imprensa. Constantemente o vice-Governador fazia provocações a essa categoria, como ocorreu nessa entrevista de 1986: “*o que existe é um número de pedagogos vadios e prolixos. Ou seja, há toda uma ideia*

*conformista da escola que existe, é uma ideia de sociólogo que cai muito nisso”* (JORNAL LEIA, março de 1986, p. 40).

Além de Cunha, muitos outros intelectuais criticaram o projeto do CIEP, caso de Moacyr de Góes, Maria Helena Silveira, Vanilda Paiva Brandão e Ana Cristina Venâncio Mignot.

Cunha e Mignot realizaram excelentes sínteses sobre essas críticas que valem a pena serem analisadas e discutidas. Em primeiro lugar, Cunha caracterizou o projeto pedagógico dos CIEPs como confuso, porque, segundo ele, resultou de propostas de diversos grupos de trabalho, tendo sido uma espécie de colcha de retalhos.

Essa ideia é bastante discutível, posto que se isso tivesse acontecido o projeto dos CIEPs teria de se constituir a partir da participação de diferentes sujeitos: dos professores e dos intelectuais, por exemplo. As fontes e a bibliografia pesquisadas apontam para o fato de que o projeto pedagógico desse novo modelo de escolas tenha sido elaborado apenas por Darcy e a CPT, sem levar em consideração as contribuições de outros grupos ou, no máximo, só considerando o ponto de vista de algumas poucas pessoas que os cercavam. Por isso, acredito que todos os méritos e críticas ao projeto devam ser assinalados e endereçados, principalmente, ao vice-governador e à consultoria.

Também não parece procedente a afirmação de que o projeto tenha sido confuso. Ainda com base na pesquisa realizada, entende-se que o projeto pedagógico dos CIEPs tinha objetivos muito bem definidos, priorizando a alfabetização e o ensino de língua portuguesa na 5ª série. Conjuntamente previa uma forma de ação igualmente direta, com gratificações diferenciadas para os professores que trabalhavam com alfabetização, programas de formações continuadas, acompanhamento dos professores feito pela CPT e materiais didáticos próprios para as duas etapas de ensino (SILVA, 2009, p. 140).

Ainda sobre as críticas relacionadas ao campo pedagógico, Cunha ressaltou a falta de democracia interna nos CIEPs e em todas as escolas da rede pública nesse período, porquanto não havia eleições para diretores, já que os mesmos eram indicados pelas secretarias de educação. Além disso, o Conselho Escola Comunidade (CEC), uma instância deliberativa que existia dentro das escolas - e que poderia incentivar a participação democrática dos professores, pais e alunos - tinha apenas caráter consultivo, o que centralizava as decisões no diretor e naqueles que o indicavam, isto é, as secretarias de educação (CUNHA, 1995, p. 150).

Cunha também faz uma outra crítica oportuna ao projeto dos CIEPs, apontando que ele estava contra a tendência de municipalização da educação que vinha sendo estimulada em todo o Brasil. Buscava-se uma definição de responsabilidades das diferentes esferas de governo, nesse sentido o antigo primeiro grau, atual ensino fundamental, passou a ser responsabilidade dos municípios. O grande problema era que todos os CIEPs inaugurados na primeira gestão de Brizola foram destinados ao primeiro grau, embora alguns deles já pertencessem a Prefeitura do Rio de Janeiro<sup>15</sup>.

Na segunda gestão de Brizola o problema tornou-se ainda mais grave, pois a quantidade total de CIEPs pulou de um pouco mais de uma centena para mais de 500, sendo a maioria deles pertencentes à rede estadual. Depois da aprovação da LDB, em 1996, começou a ocorrer um processo de migração de turmas, com a diminuição da oferta de vagas no ensino fundamental e o progressivo aumento das vagas no ensino médio.

Nos dias de hoje, a maioria dos CIEPs estaduais só atende os alunos adolescentes. O mais irônico dessa situação foi que o próprio Darcy Ribeiro ficou incumbido de ser o relator dessa lei, quando exerceu o mandato de senador pelo estado do Rio. Mais irônico ainda é o fato de que a LDB recebeu o nome de Lei Darcy Ribeiro e acabou sendo a responsável pelo desvio definitivo dos CIEPs do caminho que o próprio Darcy havia planejado para eles, o de priorizar o processo de aprendizagem dos alunos do ensino fundamental.

A última crítica de Cunha<sup>16</sup> ao projeto pedagógico de Darcy é também a mais incisiva de todas: segundo ele, o projeto dos CIEPs criou duas redes de ensino no estado do Rio de Janeiro. Havia a rede formada pelos CIEPs, que recebia a maioria das verbas e atenção do governo; e a outra, formada pelas demais escolas, que continuou sem receber investimentos e até mesmo sem ter um projeto pedagógico próprio. Essa segunda rede

---

<sup>15</sup> Alguns desses CIEPs já pertenciam a prefeitura do Rio de Janeiro, pois durante a maior parte do primeiro governo Brizola ainda prevaleceu um resquício da ditadura militar no qual os governadores escolhiam o prefeito de suas capitais. Assim, a prefeitura do Rio de Janeiro era quase uma extensão do governo do estado e o prefeito seguia o governador em seus projetos, como no caso dos CIEPs. Apenas em 1985 houve eleição direta para as capitais.

<sup>16</sup> Para Luís Antônio da Cunha o projeto dos CIEPs só teve uma “virtude”: cumpriu a meta eleitoral. Apesar de Darcy ter sido derrotado por Moreira Franco em 1986, o projeto ajudou na eleição de Saturnino Braga para a prefeitura do Rio de Janeiro em 1985, tendo sido encampado como parte do plano educacional de todos os candidatos ao governo do estado do Rio de Janeiro, em 1986; destaca-se que também foi defendido pelos governadores eleitos de Minas Gerais e do Espírito Santo no mesmo ano, além disso, esteve presente em vários planos de candidatos à presidência em 1989 (CUNHA, 1995, p.150)

permaneceu apresentando os mesmos problemas da época da ditadura militar, com prédios sucateados, salas superlotadas e professores mal remunerados e desestimulados.

Essa visão de que a rede de escolas regulares encontrava-se em estado precário de conservação também era difundida pelos principais veículos de imprensa do Rio de Janeiro, em especial o *Jornal do Brasil* e o jornal *O Globo*, que faziam oposição aberta ao governo Brizola. No entanto, a maioria dos professores que entrevistamos não manifestaram esse mesmo posicionamento. Eles defenderam que existiam algumas escolas mal conservadas, porém a maioria estava em bom estado. Para esses profissionais o problema maior era a falta de materiais didáticos e a falta de atenção de alguns diretores específicos <sup>17</sup>.

A rede dos CIEPs vinculava-se à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), que por sua vez estava ligada à secretaria estadual de cultura, ciência e tecnologia, que era comandada pelo próprio Darcy Ribeiro. Essa rede de escolas concentrava toda a atenção do poder público e contava com recursos quase ilimitados, por isso todos os seus problemas eram prontamente solucionados.

Portanto, por melhor estruturado que tenha sido o projeto dos CIEPs, e de fato foi, ele, além de não contar com a participação dos professores em seu processo de elaboração e implementação, também teve um alcance limitado, atingindo menos de 10% de duas redes, a estadual e a municipal. Esse fato, no entanto, não descrescia a relevância e a profundidade desse projeto.

### **1-2-2 Um projeto assistencialista e estigmatizante?**

Apesar de toda a qualidade e dos eventuais defeitos do projeto pedagógico elaborado por Darcy Ribeiro, vários especialistas que estudaram o tema atribuíram outra ordem de críticas aos chamados Brizolões. Esses estudiosos destacaram negativamente a dimensão assistencialista e a utilização política dos CIEPs no combate à violência urbana.

Os principais jornais de oposição ao governo Brizola, como veremos adiante, não chegaram a dar muito destaque para essas questões. Eles se ativeram mais ao alto custo

---

<sup>17</sup> Ver a esse respeito a entrevista que o autor da dissertação realizou com o professor Luís Carlos Pimentel em 23 de janeiro de 2021.

desse novo modelo de escolas, aos problemas relacionados à localização e a má utilização do dinheiro público durante o período de construção. Muitos pedagogos que analisaram o projeto, no entanto, enfatizaram que os benefícios sociais que o governo trabalhista oferecia aos alunos desse novo modelo de escolas foram um aspecto negativo.

A relação de Darcy com os pedagogos durante o período em que foi vice-governador do estado do Rio de Janeiro não foi das mais amenas. Como já demonstramos, em mais de uma oportunidade Darcy classificou esse grupo de intelectuais como “vadios”, isto é, como uma categoria que defendia uma ideia de escola conformista ultrapassada e que agradava à classe dominante brasileira (*Jornal Leia*, abril, 1986, p. 46, *Revista Educação e Sociedade*, Set/Dez. de 1985, p. 132).

Para Darcy Ribeiro, a prática docente era mais importante do que a pedagogia. Para ele a experiência profissional dos professores era o fator primordial no processo de ensino e aprendizagem:

o professor que ensina melhor não é o que tem mais cursos ou diplomas. É preciso reconhecer e valorizar o talento e a sensibilidade daqueles professores que, apesar de todas as dificuldades, conseguem na prática alfabetizar, para que se possa aprender com eles, vendo-os trabalhar e analisar o seu modo de atuar. Ensinar é uma arte. Pedagogia e didática são instrumentos que facilitam o exercício dessa arte, mas não substituem. A arte de educar, que só se aprende ensinando, jamais pode ser dominada mediante explanações teóricas ou acadêmicas (RIBEIRO, 1986, pp. 38-39)

As resistências ao antropólogo mineiro nas faculdades e institutos de educação e ao seu projeto pedagógico eram, por sua vez, bastante significativas. Vanilda Paiva foi uma das primeiras intelectuais a fazerem críticas contundentes ao próprio Darcy Ribeiro:

Não foram poucos os que, tendo vivido, quando muito jovens o governo Goulart e seu desfecho, aceitaram os atores políticos derrotados em 1964 indistintamente como mártires e heróis. Tais figuras foram idealizadas como portadoras de uma ética pessoal e política na qual poderíamos nos reconhecer, e colocadas ao abrigo de toda a crítica. Pouca credibilidade recebiam as ponderações dos que haviam convivido com alguns daqueles personagens mais de perto no período em que detinham parcelas consideráveis de poder. O próprio sr. Darcy Ribeiro era desde há muito conhecido nos meios políticos e acadêmicos pelo permanente fascínio que sobre ele exercia e exerce o canto da tirania (PAIVA, 1985, p.134).

Vanilda Paiva foi uma das primeiras intelectuais a associar o projeto dos CIEPs ao que denominava o populismo político dos trabalhistas. A pedagoga Ana Christina Venâncio Mignot, uma das mais ferrenhas críticas do projeto junto com Luís Antônio da Cunha, também criticou o assistencialismo do projeto dos CIEPs. Para ela, os professores e boa parte da sociedade carioca dos anos 1980 e 1990 passaram a identificar os alunos dos CIEPs como crianças em risco social por terem nessas unidades um tratamento

diferenciado dos demais alunos da rede pública (MIGNOT, 2001, p.59). Segunda ela, muitos pais acabaram deixando de matricular seus filhos nessas escolas novas e acabaram dando preferência para a rede regular ou para a rede particular (MIGNOT, 2001, p.60).

Luís Antônio da Cunha também corroborou esse tipo de crítica. Para esse sociólogo a propaganda dos CIEPs sempre dava maior espaço para a questão assistencialista, destacando fatos como o fornecimento de alimentação e abrigo para as crianças nessas escolas. Além disso, esse autor destaca que a proposta pedagógica dos CIEPs poderia ser implantada em uma escola regular sem maiores adaptações, enquanto esse assistencialismo dependia desse novo modelo de escola para ser colocado em prática (CUNHA, 1995, pp. 147-150).

Mesmo a pedagoga Irla Silva, que realizou um trabalho de pesquisa que teve como principal objetivo entrevistar várias docentes que iniciaram as suas carreiras nos CIEPs e, em sua análise, apontou diversos pontos positivos do projeto de Darcy, acabou endossando esse ponto de vista. A pesquisadora defendeu que até as famílias que apresentavam uma situação econômica mais vulnerável começaram a ter uma certa resistência para manter seus filhos matriculados nos CIEPs, pois essas escolas abrigavam muitos alunos em risco social e os pais ficavam ressentidos de seus filhos serem estigmatizados como tais (SILVA, 2001, p. 129)<sup>18</sup>.

Outra conclusão que essa mesma pesquisadora chegou foi a de que as professoras que trabalharam nos CIEP davam mais ênfase em suas ações pedagógicas para questões como o ensino de boas maneiras em detrimento da aprendizagem curricular propriamente dita. Segundo as docentes que foram entrevistadas pela pesquisadora, ensinar práticas como pedir licença, usar a expressão obrigado, cumprimentar os colegas de sala e até a forma correta de se pegar no garfo era mais relevante, para muitos professores, do que a alfabetização dos alunos. Tal atitude, segundo Irla Silva, também contribuiu para aumentar ainda mais a estigmatização em relaçãoos alunos dos CIEPs (SILVA, 2001, p. 127).

Outra pedagoga que enveredou nesse caminho de crítica ao assistencialismo dos CIEPs foi Ana Maria Cavaliere. Essa autora também defendeu que Brizola e Darcy acabaram afastando a classe média, e até os grupos pobres remediados, dos chamados

---

<sup>18</sup> É relevante observar que a pesquisadora chega a essa conclusão entrevistando professoras dos CIEPs e não os alunos e os seus familiares.

Brizolões, porque defenderam que esse novo modelo de escolas seria a principal solução também para a questão da violência no Rio de Janeiro.

Alguns professores e membros do sindicato também acabaram criticando o assistencialismo que o governo trabalhista implementou nos CIEPs. Em uma faixa exibida durante a greve de abril de 1986 há uma mensagem que afirmava que “*os alunos não eram leitões*”, ou seja, os docentes estavam defendendo que os alunos só estavam indo para a escola para comer, para se beneficiar da política assistencialista (JORNAL DO BRASIL, 03/04/1986, P.8)

Brizola e Darcy não viam esse assistencialismo e a associação dos CIEPs à solução da questão da violência como problemas. Muito pelo contrário, procuravam sempre destacar esse fato como sendo a principal virtude do projeto. Em mais de uma oportunidade os líderes trabalhistas argumentaram que os CIEPs eram escolas de ricos construídas para as classes populares, e por isso, segundo a visão deles, despertavam tanto repúdio (O GLOBO, 03/11/1985, p.5). Darcy, como já mencionado, considerava muitos pedagogos e cientistas sociais como defensores do modelo de educação proposto pela elite brasileira, por isso manifestava opiniões contrárias a esses grupos constantemente.

O assistencialismo não era negado ou escondido pelos pedetistas, era tão valorizado como as inovações do projeto educacional. Na propaganda nacional dos CIEPs, veiculada nas emissoras de TV e nas rádios de maior audiência, esse assistencialismo era sempre destacado, como bem assinala Luís Antônio da Cunha, porém os diferenciais pedagógicos também eram lembrados nesse reclame.

O texto declamado durante a peça publicitária dizia que: “*Vocês verão agora, em 30 segundos, o que uma criança faz em 9 horas nos CIEPs: café da manhã, ginástica, almoço, sala de leitura, estudo dirigido. banho e jantar. Já fizemos 60. Vamos fazer outros 500. CIEP: uma aula de futuro*” (MIGNOT, 2001, p.4).

Apesar da importância atribuída ao assistencialismo, pode-se perceber que nessa mensagem publicitária os aspectos pedagógicos como a sala de leitura, o estudo dirigido, são tratados com a mesma importância dos aspectos assistencialistas, como café, almoço, banho. Demonstrando que para os trabalhistas uma questão não excluía a outra.

A questão da violência urbana no Rio de Janeiro ou a percepção pública dessa questão, esse foi um problema particularmente sensível nos dois governos de Brizola.

Como assinala o pesquisador Bruno Marques Silva, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) colocou em prática uma política de segurança pública inovadora, na qual algumas medidas importantes foram adotadas, como o policiamento comunitário e a ideia do policial cidadão, ou seja, a figura de uma corporação policial que respeitasse os direitos dos moradores das comunidades mais pobres (SILVA, 2016, p.240).

A despeito disso, a imprensa publicava, com uma frequência quase diária, notícias que chamavam a atenção dos seus leitores para o crescimento da insegurança em todo o estado, principalmente nos bairros na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Fomentava-se com isso a percepção pública de um aumento descontrolado da violência urbana<sup>19</sup>.

Apesar de criticarem veementemente esses periódicos<sup>20</sup>, Brizola e Darcy passaram a defender uma abordagem diferente para a questão da violência:

O aumento da desigualdade social, provocado pela “modernização conservadora”, era visto como a principal razão para o acirramento das tensões. E o governo deveria combater esse problema, desenvolvendo programas sociais de impacto (SILVA, 2016, p.244).

O projeto dos CIEPs poderia contribuir decisivamente para, se não resolver, pelo menos atenuar significativamente o problema da extrema pobreza, na medida em que esse novo modelo de escolas afastaria as crianças em risco social da influência da criminalidade, pois elas estariam durante todo o dia nos Brizolões.

Alguns pedagogos que analisaram o projeto durante a sua implantação, e mesmo algum tempo depois, não compreenderam a questão dessa forma. Para esses autores as intenções de Brizola eram meramente eleitoreiras e só tinham a finalidade de promover a sua candidatura presidencial. Eles procuraram colocar em destaque a dimensão assistencialista do projeto e tentaram associar Brizola à mesma política populista atribuída a outros líderes trabalhistas como João Goulart e Getúlio Vargas.

Para o cientista político João Trajano do Sento-Sé, Brizola tomou a decisão correta e tinha o apoio da sociedade carioca e fluminense daquele período, porém essa iniciativa demoraria muito tempo para mostrar os seus efeitos positivos, por isso acabou sendo considerada ineficiente (SENTO-SÉ, 2000, p.7). Nessa disputa de narrativas, a imprensa

---

<sup>19</sup> Ver, entre muitas edições, o *Jornal do Brasil* de: 23/02/1983, 06/01/1983, 07/01/1985, 02/04/1985...

<sup>20</sup> A respeito dessa discussão ver o “*Tijoloço*” de 06 de janeiro de 1984, publicado tanto no *Jornal do Brasil* como no *O Globo*.

e os demais opositores dos CIEPs acabaram levando vantagem. A ideia de que o caos urbano era causado pelo governo pedetista acabou prevalecendo.

A professora Lia Faria lembrou ainda que Brizola sempre deu prioridade a construção de escolas em sua vida política. Desde o seu primeiro mandato legislativo, na prefeitura de Porto Alegre, no final de década de 1950, Brizola já se caracterizava como um construtor de escolas. Quando foi governador do Rio Grande do Sul, ele chegou a construir 3.000 salas de aula. Para Lia Faria, portanto, os CIEPs, foram apenas mais um capítulo na vida desse político que tinha a educação como uma de suas prioridades<sup>21</sup>.

Grande parte dessas críticas ao assistencialismo do projeto de Brizola e Darcy se deveram ao fato de, até bem recentemente, não existirem projetos sociais governamentais que tivessem vinculação com as escolas no Brasil. A partir do momento em que iniciativas como a dos CIEPs e, mais recentemente do Bolsa Família, passaram a fazer essa associação, as resistências, principalmente entre os intelectuais, diminuíram bastante, embora não tenham desaparecido por completo.

Como os trabalhistas se afastaram, desde o início do governo, dos intelectuais, principalmente dos pedagogos, Darcy tentou, logo no primeiro ano de gestão uma aproximação com os professores da rede pública. O Encontro de Mendes foi uma importante tentativa de se iniciar esse diálogo.

### **1-2-3 O primeiro encontro dos professores do primeiro grau do estado e do município do Rio de Janeiro**

Os professores das escolas públicas do Estado e do Município do Rio de Janeiro mostraram-se muito entusiasmados com a eleição de Brizola e Darcy no pleito de 1982. Nem era para ser diferente, pois os novos administradores tinham uma longa ficha de serviços prestados à causa. Como assinalado, Brizola tinha se caracterizado como um grande construtor de escolas em sua passagem como prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul (MIGNOT, 2001, p. 2). Darcy, por sua vez, trazia em seu currículo carimbado o projeto e a implementação da Universidade Brasília (UNB),

---

<sup>21</sup> Entrevista concedida ao autor em 27 de novembro de 2020.

além de ter sido um dos responsáveis pela primeira LDB, em 1961, e de ter ocupado o cargo de ministro da educação, durante o governo de João Goulart.

Depois que o projeto dos CIEPs já se encontrava devidamente definido, os líderes trabalhistas buscaram o apoio do magistério às suas ideias e práticas. Brizola e, principalmente, Darcy, esperavam que o apoio da categoria ao plano recém elaborado ocorresse de uma forma quase incondicional, em virtude da ligação que possuíam com a educação popular. Consideravam também que a qualidade do projeto dos CIEPs por si só seria a garantidora de apoio dos docentes.

Para tentar se aproximar dos professores da rede pública, o vice-governador convocou no final de 1983 todos os professores do primeiro grau, atual ensino fundamental, do estado e do município do Rio de Janeiro para um encontro. Darcy apostou alto no sucesso do encontro e no apoio dos professores as suas ideias, tanto que não convidou nenhum palestrante para as tais conferências. A grande estrela era ele mesmo. A mesa principal era formada pelo antropólogo e pelas duas secretárias de educação, Maria Yedda Linhares, do município do Rio de Janeiro, e Yara Vargas, do estado.

A ideia era a de que o encontro fosse feito em várias etapas, cada qual menor do que a outra, pois passaria a ser realizada por delegados escolhidos na reunião anterior. O primeiro encontro reuniu, segundo várias fontes, cerca de 52 mil docentes, distribuídos por 493 núcleos, nos bairros da capital e em diversos municípios do estado (JORNAL DO BRASIL, 11/11/1983, p. 6).

Os professores e Darcy Ribeiro mantinham, nesse período, um ponto em comum: para ambos a educação deveria ser a prioridade do governo. As discordâncias não tardaram a emergir. Ainda assim, o encontro começou de uma forma bastante amistosa. Na primeira fase os professores só responderam a um questionário elaborado pelos organizadores: “*os professores receberam envelopes para se comunicarem com a direção do encontro por ‘mala direta’, mediante o que fizeram reivindicações, principalmente, de caráter salarial e de condições de trabalho*” (CUNHA, 1995, p. 38).

Grande parte dos professores não entenderam a importância daquele momento e aproveitaram o espaço para realizarem uma espécie de catarse coletiva, reclamando dos salários, das condições de trabalho e até dos critérios de avaliação adotado pelo novo governo:

Melhoria salarial, retorno do critério de notas e fim dos conceitos, limitação do número de alunos por sala de aula e participação ativa nas decisões das escolas, foram as reivindicações constantes em todo os relatórios apresentados ontem no 1º Encontro de Professores do 1º Grau, aberto pelo Vice-Governador Darcy Ribeiro, em Mendes (JORNAL DO BRASIL, 26 de novembro de 1983, p. 6).

Nenhuma das reivindicações dos professores apontava para a criação de um novo modelo de escola, todas as propostas indicavam possibilidades de melhoria na rede existente. Mesmo diante de opiniões divergentes, Darcy mantinha um grande entusiasmo com o encontro:

a resposta do magistério foi surpreendente. Ávidos por uma participação realmente democrática na busca de soluções conjuntas para os problemas educacionais 52.000 professores do 1º grau realizaram centenas de reuniões em suas próprias escolas, **envolvendo e mobilizando todos os profissionais da área**, num fenômeno sem precedentes no Rio de Janeiro (RIBEIRO, 1986, p. 32. Destaque nosso).

A pesquisa realizada em diferentes documentos sobre o encontro<sup>22</sup> sugere que o mais importante para o vice-governador não era a contribuição dos docentes propriamente, mas a participação de todos eles no encontro para referendar o seu projeto. Darcy não levou em consideração, naquele momento, o fato de a categoria encontrar-se em uma fase de reorganização coletiva e possuir demandas próprias.

A despeito disso, é relevante continuar analisando o encontro, pois ainda há muito para se observar sobre as próximas etapas. Os jornais se referem a uma fase intermediária, marcada para o dia 18 de novembro, porém não encontramos registros sobre esses encontros. Ela tanto pode ter sido realizada em escolas e o seu registro encontrar-se disperso em várias unidades ou simplesmente não ter ocorrido.

A fase final do encontro foi realizada no Colégio Marista da cidade de Mendes, por isso também foi chamado de Encontro de Mendes. O número de participantes foi reduzido, Luís Antônio Cunha estimou em 100 (CUNHA, 1995, p.138) e o *Jornal do Brasil*, com repórteres presentes no local, informou que foram 250 professores (JORNAL DO BRASIL, 27/11/1983, p. 15).

No primeiro dia prevaleceu um clima de harmonia, fato que levou Darcy a convidar o presidente do CEP, Godofredo Pinto, para compor a mesa, que até então só tinha a presença de Maria Yedda e Yara Vargas. O segundo dia começou com a mesma tranquilidade de antes. O clima seguia tão ameno que possibilitou até que alguns

---

<sup>22</sup> Pesquisei tanto nos Jornais de maior circulação na cidade (*Jornal do Brasil* e *O Globo*) como na revista *Escola Viva, Viva a escola*, publicada pelo próprio governo do Estado.

professores encaminhassem o pedido para que o governador, que estava realizando mudanças em seu secretariado e no do município, mantivesse as titulares da pasta da educação, pedido esse que foi aprovado pelos presentes.

A primeira parte do encontro terminou na mais absoluta paz e com a “*aclamação à permanência das Secretárias de Educação do Estado e do Município [...] em seus cargos* (JORNAL DO BRASIL, 27/11/1983, p. 15). Faltavam apenas as considerações finais para o vice-governador conseguir realizar os objetivos a que se tinha proposto. Foi nesse momento, no entanto, que a calma desapareceu.

O clima começou a mudar quando os professores presentes começaram a entender que a mesa, ou seja, que Darcy Ribeiro, não colocaria em discussão os relatórios enviados pelos professores no ou nos encontros anteriores. Darcy pulou para a leitura das 49 teses escritas por ele e a plateia formada por professores ficou sem entender muito bem o que estava acontecendo. Essas teses apresentadas por Darcy passaram a ser o norte de todo o projeto educacional do governo estadual, elas, inclusive, constituíam um resumo do Plano Estadual de Educação (PEE), que já estava em tramitação na Assembleia Legislativa e serviu como uma espécie de esboço do *Livro dos CIEPs*, que viria a publicar anos mais tarde.

Essas 49 teses estavam divididas em três blocos: as 15 primeiras faziam um diagnóstico da educação no estado; as 11 seguintes explicitavam as ações que o governo pretendia executar e as 23 últimas esclareciam o papel e a participação dos professores na nova política educacional do governo. O Encontro de Mendes, classificado por Darcy como o mais democrático da história do magistério brasileiro, terminava com o antropólogo esquecendo as contribuições dos professores e reafirmando as suas convicções sobre educação.

Uma observação interessante a ser feita a respeito dessas teses é a de que a construção de uma nova rede de escolas, os CIEPs, aparecia como a última prioridade do segundo bloco, que esclarecia quais seriam as ações do governo do estado na educação. Nesse sentido, é relevante observar que não havia nenhum tipo de destaque, estava como que escondida no meio de várias outras prioridades.

Após a leitura das 49 teses os professores encontravam-se furiosos e o clima de paz virou coisa do passado. Um tumulto generalizado se instalou na instituição religiosa da pacata cidade do interior do Rio de Janeiro:

terminou ontem, às 14 horas, o primeiro Encontro dos Professores do Primeiro Grau do Rio. Em clima tumultuado, os professores discutiram com as autoridades presentes as propostas do governo para o próximo ano letivo, ficando acertado, apenas, a formação de uma comissão mista para a redação de um novo documento conclusivo do encontro (JORNAL DO BRASIL, 27 de novembro de 1983, p. 15).

O jornal estava enganado sobre o alcance da proposta, não era para um ano e sim para o quadriênio do governo Brizola/Darcy, de 1983 a 1987. Nada foi resolvido no encontro, mas ficou claro que os professores presentes não concordaram com o que Darcy apresentou. Como não foi feito um documento escrito ao final do encontro, diversos polos publicaram a sua posição em uma revista do próprio governo do estado. Os professores de Niterói, por exemplo, foram bem explícitos ao se expressarem contra os CIEPs

[...] discordamos da construção de grandes escolas como meta definitiva, para não cairmos nos problemas de massificação decorrentes destas. Sugerimos a expansão da rede escolar atendendo às necessidades da comunidade (que deve participar através das associações de moradores), com um número maior de escolas de médio porte, nos bairros, e a utilização do espaço ocioso das escolas existentes (ESCOLA VIVA, VIVA A ESCOLA, nº 2, p. 38, 1984).

Darcy não deu o braço a torcer e não assumiu o fracasso do encontro ou admitiu que as suas teses tenham sido rejeitadas. Logo após os tumultos ele não só elogiou os debates, como minimizou os conflitos: “*Darcy Ribeiro achou que a reunião foi um sucesso absoluto e considerou o tumulto – meio estudantil – um resultado da ânsia de todos para falar, depois de 20 anos calados.*” (JORNAL DO BRASIL, 27/11/1983, p. 15). A tal comissão para redigir o documento final do encontro jamais foi organizada.

Depois que a poeira assentou, a única voz pública a mencionar o Encontro de Mendes, em registros oficiais, passou ser a de Darcy Ribeiro. Ele passou a difundir a sua versão, omitindo os conflitos e destacando sempre o sucesso de sua iniciativa, como nessa passagem do *Livro dos CIEPs*:

Em Mendes, as teses foram debatidas com o Presidente da Comissão, o professor Darcy Ribeiro, com a Secretária de Educação do Estado Yara Vargas e com a Secretária Municipal de Educação do Rio, Maria Yedda Linhares [...]. Finalmente, **o debate dos problemas educacionais saía dos círculos de decisão dos gabinetes para um confronto mais aberto, mais amplo** – e por isso mesmo mais produtivo (RIBEIRO, 1986, p. 32. Destaque nosso).

A partir de então, Darcy Ribeiro se atribuiu a responsabilidade de explicar o que foi o Encontro de Mendes para a sociedade como um todo, ou seja, ele passou a difundir a versão oficial do encontro. Nessa sua narrativa, desapareceram todos os questionamentos dos professores e prevaleceu versão defendida pelo vice-governador de que o projeto foi amplamente discutido. Todos aqueles que leem o *Livro dos CIEPs* ficam

com a impressão de que o projeto nasceu de propostas e discussões com a categoria e com a convicção de que o projeto educacional trabalhista foi uma ação verdadeiramente democrática.

Muitos intelectuais, inclusive, acabaram realizando análises apaixonadas pelos brizolões após a leitura desse *Livro dos CIEPS*, de Darcy. Como já assinalado, o processo de pesquisa em fontes diferenciadas possibilita entender essa obra como uma fonte de grande relevância, mas, não é possível utilizá-la, assim como qualquer outra fonte histórica, sem um olhar crítico e comparativo com outras possibilidades documentais.

O Encontro de Mendes deixou muito claro para todos os seus participantes que o projeto político educacional defendido por Brizola e Darcy não se compatibilizava com o projeto defendido pelos professores e o seu órgão de representação de classe, o Centro Estadual dos Professores (CEP). Enquanto os trabalhistas apresentavam um novo modelo de escolas com características pedagógicas e sociais diferentes de tudo que existia até então no Brasil e quiçá em toda a América Latina, os professores e o sindicato defendiam que os investimentos públicos deveriam privilegiar a melhoria das escolas da rede convencional. Um planejava as escolas do futuro, os outros defendiam as escolas do presente, os dois acabaram sendo derrotados.

Além das discussões dos pontos fortes e das críticas elaboradas, o entendimento do projeto político educacional dos CIEPs também pode ser melhor compreendido a partir da análise de suas origens e a partir da comparação com outros projetos de educação popular do mesmo período. Espelhar o projeto de Brizola/Darcy com o projeto da escola-parque de Anísio Teixeira e com o projeto de Erundina/Freire em São Paulo pode significar uma experiência muito produtiva. Este último além de ter sido executado praticamente na mesma, época, também estava no mesmo campo político e, principalmente, apresentava muitos pontos de interseção entre as ideias de Darcy Ribeiro e as de Paulo Freire, como já assinalado.

### **1-3 Os projetos pedagógicos de Anísio Teixeira e Paulo Freire**

Duas grandes influências pedagógicas foram marcantes no projeto educacional dos CIEPs: a de Anísio Teixeira e a de Paulo Freire. Anísio foi um dos grandes mestres e

parceiros de Darcy. O educador baiano foi o responsável por arregimentar o antropólogo para a causa da educação e convertê-lo em um dos mais importantes educadores brasileiros do século XX.

A influência de Freire foi um pouco menos direta, porém fundamental na concepção pedagógica de Darcy. Várias ideias de Freire podem ser encontradas no projeto dos CIEPs. A melhor compreensão das ideias e, principalmente, dos projetos políticos educacionais desses dois grandes educadores brasileiros pode contribuir para um aprofundamento das ideias de Darcy e do projeto dos CIEPs.

### 1-3-1 Anísio e Darcy: a busca por mudanças

Darcy Ribeiro foi uma figura pública que combinou da melhor forma possível a sua vida profissional com a sua vida pessoal: alguns de seus colegas de trabalho transformaram-se em seus amigos e referências intelectuais. Ele sempre demonstrou grande admiração por seus parceiros de vida e profissão, atribuindo-lhes, inclusive, influências diretas sobre a sua personalidade:

Anísio exerceu uma influência muito grande sobre mim. Tanto que costumo dizer que tenho dois *alter egos*: um, meu santo herói, Rondon, com quem vivi e trabalhei por tanto tempo, aprendendo a ser gente. Outro o meu santo sábio, Anísio. Por que santos os dois? Sei lá... Missionários, cruzados, sim, sei que eram. Cada qual de sua causa, que foram ambas as causas minhas. Foram e são: a proteção dos índios e a educação do povo (RIBEIRO, 2012, p. 202)<sup>23</sup>.

Anísio foi o responsável por tirar Darcy de uma de suas grandes paixões, a etnografia, e trazê-lo para o campo da educação, onde as suas ações acabaram o projetando como um dos grandes educadores do Brasil. Apesar de sempre ter sido uma figura pública combativa, Darcy imaginou que a sua chegada ao Instituto Nacional De Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), presidido por Anísio Teixeira, ocorreria em um ambiente de paz e tranquilidade. O que encontrou, no entanto, foi uma verdadeira batalha em que seu mestre e amigo Anísio já vinha travando há alguns anos:

Quando sai do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) para trabalhar com Anísio no Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas, imaginei estar deixando um

---

<sup>23</sup> Faz-se necessário acrescentar dois outros companheiros de vida e profissão que estiveram ao lado de Darcy em momentos importantes de sua trajetória: Oscar Niemeyer, que foi seu parceiro nos projetos da UnB e dos CIEPs; e Leonel Brizola, seu grande companheiro em todo o período posterior a volta do exílio. Para muitos analistas, inclusive a professora Lia Faria, Brizola teve o mesmo peso de Rondon e Anísio na vida e produção intelectual e profissional de Darcy.

ambiente de tensão insuportável para um posto tranquilo de antropólogo, estudioso da sociedade e da cultura brasileira. Pouco depois percebi meu engano. Tinha entrado no meio de uma tempestade, na voragem da maior guerra ideológica que o Brasil já viveu. Era o enfrentamento da elite intelectual católica contra um homenzinho só, que metia medo neles (RIBEIRO, 2012, p. 209).

O encontro entre os dois intelectuais significou uma das parcerias mais frutíferas no campo da educação brasileira, tendo sido responsável não apenas pela dinamização do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), mas por outros projetos como a criação da Universidade de Brasília, da primeira Lei de Diretrizes e Bases e, posteriormente, do projeto dos CIEPs. Mesmo morto, Anísio foi a principal referência de Darcy na criação desse novo modelo de escola.

Grande parte do sucesso dessa parceria relacionou-se, segundo a socióloga Helena Bomeny, à influência que o *ethos* intelectual existente na década de 1950 exerceu sobre os dois pensadores. Além de Darcy e Anísio, essa geração foi composta por pensadores brilhantes como Florestan Fernandes, Celso Furtado, Paulo Freire, entre outros. Em todos eles, é possível identificar a principal característica dos intelectuais desse período: ter a busca de soluções para os graves problemas sociais brasileiros como uma verdadeira meta de vida:

a geração de 50 [...] foi uma geração que se comprometeu com o significado da expressão ‘*mudanças provocadas*’, oriunda na crença na capacidade de intervenção planejada, racional e, em alguns casos, engajada dos intelectuais com vistas à modernização do país: uma geração intelectual e profundamente marcada pela sociologia: pelos temas, problemas tratados e eleitos por esse campo do conhecimento (BOMENY, 2009, p. 111).

Anísio foi um dos intelectuais que, mesmo sendo atuante no cenário público brasileiro desde a década de 1920, melhor incorporou essa luta por mudanças no campo da educação. Outro grande exemplo dessa verdadeira batalha por transformações sociais foi dado por Darcy Ribeiro que, subtraindo o período da ditadura militar e do exílio, praticamente foi emendando um grande projeto educacional com repercussão nacional em outro.

O projeto dos CIEPs, iniciado mais de uma década após a morte de Anísio Teixeira, significou, com bem assinala a professora Lia Faria, uma retomada desses grandes projetos de mudança provocada<sup>24</sup>. A influência de Anísio sobre Darcy no que diz respeito ao projeto dos “Brizolões” foi tão considerável como a influência do próprio Brizola.

---

<sup>24</sup> Entrevista concedida ao autor em 27 de novembro de 2020.

Inicialmente, pode-se assinalar que a ideia dos CIEPs enquanto uma escola modelo, que deveria ser seguido pelas demais, foi uma ideia que Anísio já havia incorporado do pensador liberal norte americano John Dewey há algumas décadas:

A tal estrutura (da escola de educação da UDF) coaduna-se à perspectiva experimentalista advogada pelo filósofo norte-americano John Dewey (1859-1952). Assim, as ‘escolas experimentais’ deveriam ser espaços abertos ao planejamento, implantação e avaliação de métodos experimentais de ensino [...] (XAVIER, 2011, p. 674).

Darcy e Anísio também compactuavam de visões muito parecidas sobre a educação brasileira. No *Livro dos CIEPs* (1986), Darcy criticou veementemente o fato de a educação brasileira ser pensada para a elite, de valorizar a cultura dessa classe e de afastar as camadas populares de suas salas (RIBEIRO, 1986, p. 33). Anísio Teixeira, décadas antes, expressou um diagnóstico muito próximo ao do antropólogo mineiro no seu livro *Educação para a democracia*:

[...] o ensino brasileiro favorecia as camadas mais abastadas da sociedade pelo fato de ser ornamental e livresco. O homem dessas camadas era cultivado somente para sobressair nas artes de falar e escrever. Portanto, essa escola possuía um tipo de currículo, de organização e de métodos, que seriam eficientes para uma determinada classe social que poderia fornecer outras experiências para seus filhos (*Apud*: CAVALIERE, 2015, p. 530).

Além de pontos de vista muito parecidos sobre a educação brasileira, o projeto pedagógico do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, a chamada escola parque, idealizada por Anísio Teixeira quando foi secretário de educação na Bahia, também apresentou muitos pontos em comum com os CIEPs de Darcy Ribeiro. O modelo de escola que Anísio implementou em Salvador dividia-se em duas partes: as escolas classe, onde ocorriam as aulas regulares; e as escolas-parque, que possuíam ginásio, biblioteca, pavilhão de trabalho, teatro, setor artístico, etc (CAVALIERE, 2009, p. 250). Mesmo sem utilizar o conceito, Anísio criou uma escola de ensino e horário integral.

Os alunos ficavam o dia inteiro nessas escolas e voltavam para casa no final da tarde alimentados e de banho tomado, exatamente como destacava a propaganda e a prática dos CIEPs, décadas depois. Outra semelhança entre os dois projetos pode ser percebida na intenção de Anísio em destinar 5% das vagas da instituição para crianças que fossem abandonadas, concepção que Darcy considerava uma das grandes vantagens de seus CIEPs posteriormente também.

Outra inspiração do Centro Educacional Carneiro Ribeiro para Darcy foi a disciplina escolar Estudo Dirigido, que foi concebida por Anísio para que professores

auxiliassem os alunos após as aulas em suas tarefas e dúvidas. Darcy utilizou a mesma proposta nos CIEPs, sem acrescentar ou cortar quase nada. Para os dois educadores essa disciplina representava uma maneira de se melhorar o apoio à aprendizagem dos estudantes das classes populares.

O educador escolanovista, assim como Darcy, também foi um defensor da formação permanente para os professores, essa proposta pode ser encontrada tanto na concepção da escola parque na década de 1950, como também durante a curta existência da Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal (UDF), alguns anos antes:

sua organização e articulação à UDF pretendia inaugurar uma concepção de organização do trabalho pedagógico fundado na ideia de que a capacitação do magistério deveria ser um processo contínuo e ininterrupto, ao mesmo tempo em que, nesse processo, a escola se tornava campo empírico para observação e o desenvolvimento da pesquisa na universidade (XAVIER, 2011, p. 674).

A formação continuada em serviço foi, como visto anteriormente, uma das mais importantes contribuições do projeto pedagógico dos CIEPs para a educação pública brasileira. Mais uma vez é necessário dar crédito às ideias de Anísio Teixeira como importante fonte de inspiração na concepção e ideias de Darcy.

Anísio, assim como Darcy e Brizola, também recebeu críticas contundentes da imprensa baiana. Para os periodistas soteropolitanos os gastos com o Centro Educacional Carneiro Ribeiro eram muito altos e injustificados, pois as demais escolas da rede pública encontravam-se em avançado estado de precariedade. Décadas depois, os jornalistas cariocas repetiram centenas de vezes esse mesmo tipo de crítica ao projeto dos brizolões.

Por fim, cabe assinalar que, apesar da grande comunhão intelectual com a qual Darcy e Anísio conviveram, houve também diferenças marcantes tanto na produção intelectual dos dois, como também nos projetos que colocaram em prática:

foi o volume de estabelecimentos, e foi a velocidade com que (Darcy) impôs a si mesmo para solucionar um problema com o qual a sociedade brasileira conviveu em todo o período republicano. Em suas experiências a frente de secretarias de educação, Anísio Teixeira construiu não mais que dezenas de escolas [...]. O que os dois governos de Brizola fizeram em números no Rio de Janeiro não tinha paralelo no Brasil republicano (BOMENY, 2007, p. 61).

A pressa que Darcy tinha para construir e colocar em funcionamento uma rede de escolas novas no sentido arquitetônico, pedagógico e até social, pode também ter sido uma das razões para ele ter negligenciado alguns aspectos tão importantes na construção de um projeto no campo da educação pública, como não se conseguir o apoio dos

professores da rede pública e dos professores universitários para uma empreitada tão grandiosa e ousada.

### **1-3-2 O projeto pedagógico de Paulo Freire em São Paulo**

Em 1989, dois anos depois do fim do primeiro governo de Brizola e Darcy no Rio de Janeiro, outra experiência de educação popular começou a ser implantada na cidade de São Paulo, tendo Luíza Erundina e Paulo Freire à frente. Analisar comparativamente esse projeto de Freire com o projeto dos CIEPs de Darcy pode se revelar como um caminho interessante, não só para melhor compreender os dois projetos, mas também para explorarmos possibilidades e viabilidades de projetos na área da educação pública.

Luíza Erundina foi a primeira mulher a governar uma grande capital brasileira. Ela escolheu para seu secretário de educação não só um dos principais intelectuais de seu partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), mas também um dos mais respeitados pensadores da educação brasileira, Paulo Freire.

O posicionamento ideológico de Freire, favorável aos grupos menos privilegiados, transpareceu desde os seus primeiros atos no cargo que lhe foi confiado. O educador pernambucano tratou a educação popular como prioridade absoluta de sua gestão: *“os viadutos eram prioritários, mas, para servir as classes abastadas e felizes, com repercussão adjetiva também entre as classes populares. As escolas eram prioritárias para as classes populares, com repercussão adverbial para a classe dominante”* (FREIRE, 2000, p. 51).

Essa análise inicial já deixa claro uma primeira convergência entre os governos de Erundina e Brizola: a prioridade dada à educação. Tanto Freire em São Paulo, como Darcy no Rio de Janeiro, implementaram projetos educacionais para governantes que colocaram a educação como a questão mais importante de seus mandatos. Esses foram os últimos governos de grandes centros urbanos com essa característica em todo o Brasil.

A teoria freireana esteve presente em sua prática como gestor da educação. Nesse sentido, uma das atitudes que ele mais privilegiou em sua passagem na Secretaria de Educação foi o diálogo, prática coerente com o modelo de educação defendida pelo mestre em sua vasta obra:

Gostaria, sim, de sublinhar alguns pontos que são caros para nós enquanto administração petista. Um deles é o que entendemos por participação. Para nós, participação não pode ser reduzida a uma pura colaboração que setores populacionais devessem e pudessem dar a administração pública. A participação, para nós, [...] vai mais além. Implica a participação política das classes populares através de suas representações ao nível das opções, das decisões e não só do fazer o já programado (FREIRE, 1992, p. 75).

O intelectual Paulo Freire esteve sempre junto com o administrador público: ele iniciou a sua jornada teorizando sobre a sua prática através da palavra escrita. Ele utilizou o diário oficial para escrever uma espécie de carta aos professores, prática muito comum em sua biografia. Esse documento foi intitulado *Aos que fazem educação na Cidade de São Paulo*. Ao deixar o cargo, publicou o livro *A educação na Cidade*, uma reflexão a partir de diversas entrevistas sobre a sua experiência como secretário.

Darcy também escreveu bastante durante o tempo em que foi secretário. O *Livro dos CIEPS*, por exemplo, foi escrito por ele como forma de tornar público o seu projeto pedagógico e *Educação como Prioridade* foi publicado poucos anos após deixar a administração da educação fluminense. Os dois livros também tiveram o objetivo de fazer um balanço das ações de seus autores.

Uma parte da imprensa paulistana perseguiu implacavelmente Paulo Freire. Vimos, anteriormente, que a imprensa carioca teve esse mesmo comportamento em relação a Darcy e Brizola e a imprensa baiana com Anísio Teixeira, décadas antes.

Paulo Freire não se calou diante desses ataques e seguiu publicando muito sobre a sua prática como secretário, porém, diferentemente de Brizola e Darcy, que utilizavam os jornais de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro para responder aos seus críticos, o educador pernambucano utilizava alguns dos diversos jornais sindicais existentes para se expressar.

Esses desgastes, no entanto, acabaram encurtando o período de gestão de Paulo Freire na SME paulistana. O educador pernambucano não seguiu Erundina até o final do seu governo. Segundo ele a rotina de intelectual estava lhe fazendo falta. Isso não quer dizer que houve uma ruptura na política educacional petista. Freire foi substituído pelo seu chefe de gabinete e orientando, o filósofo Mário Sérgio Cortella, que deu continuidade aos projetos que estavam em andamento.

### 1-3-3 O desafio de organizar uma rede de escolas

Erundina e Freire receberam a Prefeitura de São Paulo e a rede de escolas municipais das mãos de Jânio Quadros em 1989. Segundo o pesquisador André de Freitas Dutra, além de encontrar escolas em situação de grande precariedade, Freire e sua equipe tiveram dificuldades até para determinar a quantidade de escolas que pertenciam à rede municipal.

Existiam situações das mais irregulares possíveis: escola funcionando em prédios cedidos ou alugados e até escolas funcionando dentro do prédio de outras escolas municipais (DUTRA, 2015, p. 126). Em suma, uma situação muito parecida com a que Brizola encontrou no Rio de Janeiro após o governo de Chagas Freitas.

Para tentar resolver esses problemas, Freire construiu prédios para abrigar todas essas unidades que se encontravam dispersas e iniciou um grande plano de reformas em muitas outras escolas, cujo funcionamento significava riscos de vida para os alunos, os professores e os funcionários. Não foi adotado nenhum projeto arquitetônico diferenciado para as novas escolas, seguiu-se o modelo tradicional, medida que significou uma economia expressiva.

Paralelamente a essas reformas urgentes, a secretaria de educação também começou a colocar em prática o seu projeto pedagógico. Diferentemente de Darcy Ribeiro, que só incluiu os CIEPs em seu plano, Freire envolveu todas as escolas que faziam parte da rede pública municipal.

Em termos de ensino e aprendizagem, a proposta da secretaria de educação liderada por Freire concentrou as atenções iniciais em três marcos: o movimento de reorientação curricular, a formação permanente dos professores e a interdisciplinaridade, pontos que eram muito parecidos com a proposta pedagógica apresentada por Darcy para os CIEPs.

Uma diferença marcante entre os dois projetos foi a inexistência em São Paulo de uma instituição que realizasse um acompanhamento tão sistematizado como o que a Consultoria Pedagógica de Treinamento (CPT) promoveu no Rio de Janeiro. Segundo os relatos de Paulo Freire, o acompanhamento das escolas era feito pelos próprios

professores e demais funcionários da secretaria sem nenhuma instituição designada para tal finalidade (FREIRE, 2000, p.81).

A reorientação curricular realizada pela educação paulistana tinha como premissa básica a participação de toda a comunidade escolar: professores, funcionários, alunos e responsáveis, participaram dos encontros e deram as suas opiniões a respeito. As discussões começavam nas escolas em uma primeira etapa, que foi chamada etapa de problematização. Após essa primeira rodada de discussões as escolas enviavam as suas conclusões para a secretaria de educação.

Paulo Freire mantinha na sede da secretaria uma equipe para ler essas conclusões e reencaminhar relatórios para as escolas para novas discussões. Só depois que realizavam a reformulação do primeiro documento as proposições das escolas passavam a ser consideradas conclusivas (DUTRA, 2015, p. 140).

Essa prática da secretaria de educação, de ler o que era produzido nas escolas e reencaminhar as propostas para a reformulação, deve ter surpreendido muitos professores, pois, naquela época e ainda hoje, a prática recorrente das autoridades é a de não considerar o que vem da base, o que a comunidade escolar propõe. O Encontro de Mendes marcou o início da separação entre o governo Brizola e os professores justamente porque Darcy não discutiu as proposições que os docentes levaram para essa conferência.

A proposta de interdisciplinaridade no projeto educacional de Paulo Freire em São Paulo também foi estruturada de uma forma democrática, como a maioria das propostas da sua gestão. A interdisciplinaridade ocorreria a partir da indicação de um tema gerador, sugerido pela SME ou pela própria comunidade escolar. Esse tema seria trabalhado nas escolas por todos os professores de todas as matérias. A ideia de se trabalhar com temas geradores surgiu após os professores fazerem várias críticas, durante o processo de reorientação curricular, ao fato de o ensino oferecido nas escolas ser desarticulado entre as várias disciplinas. Ou seja, a partir de um diálogo com os professores se chegou a essa solução (DUTRA, 2015, p. 144).

Nesse aspecto da interdisciplinaridade, o projeto de Freire se mostrou melhor estruturado do que o dos CIEPs. O projeto elaborado por Darcy propunha apenas o predomínio da língua portuguesa sem maiores orientações ou aprofundamentos, deixando para cada unidade decidir a forma de aplicação que melhor lhe aprofundasse e sem uma proposta concreta de atividades que aproximasse as disciplinas.

Em relação à formação permanente dos professores, é possível observar inicialmente que Freire, ao contrário de Darcy, manteve-se próximo das universidades e dos intelectuais. Desde o início de sua gestão Freire se reunia constantemente com intelectuais da USP, UNICAMP e da PUC. Esta última, inclusive, foi a universidade a qual estava vinculado antes de se tornar secretário e para qual voltou depois de deixar o cargo.

O caminho seguido pelas formações era diversificado, porém priorizou as mesmas premissas do modelo dos CIEPs, procurando sensibilizar os professores no próprio ambiente de trabalho:

Esse programa assume múltiplas e variadas formas. Será privilegiada a formação que se faz no âmbito da própria escola, com pequenos grupos de educadores ou com grupos ampliados, resultantes de agrupamentos de escolas próximas. Este trabalho no acompanhamento da ação-reflexão-ação dos educadores que atuam na escola; envolve a explicação e análise da prática pedagógica, levantamento de temas de análises de prática que requerem fundamentação teórica e a reanálise da prática pedagógica considerando a reflexão sobre a prática e a reflexão teórica (FREIRE, 1992, p. 81).

O modelo que a Consultoria Pedagógica de Treinamento implantou nos CIEPs era mais minucioso, embora não se possa dizer que São Paulo estivesse fazendo algo apenas para constar.

Essa formação continuada nas escolas paulistanas também foi estimulada com a garantia do cumprimento de um terço da carga horária dos professores para o planejamento e formações. Para que se tenha uma ideia de quanto essa medida foi importante basta compararmos com a situação das redes públicas do Rio de Janeiro atualmente: apenas a rede de educação da cidade do Rio de Janeiro passou a garantir, recentemente, para a maioria dos seus professores, esse terço do tempo para planejamento. Todas as demais redes públicas não garantem integralmente e nem sequer discutem essa possibilidade ainda<sup>25</sup>.

Uma outra medida que a secretaria liderada por Paulo Freire realizou a favor dos professores foi tomar medidas no sentido de profissionalizar a categoria. A pesquisadora Dalila Oliveira entende que uma das razões para a proletarização dos professores na atualidade esteja associada justamente ao fato de a categoria nunca ter passado por um

---

<sup>25</sup> Durante a vigência dos governos de Brizola esse um terço de planejamento era observado apenas nos CIEPs, onde até a carga horária dos docentes era diferenciada. As demais escolas cumpriam apenas uma parte do tempo determinado.

processo de profissionalização, tal como ocorreu com outros setores, como médicos e advogados (OLIVEIRA, 2004, p. 1133).

Não por acaso, como grande conhecedor da educação brasileira, Paulo Freire tentou reverter esse problema há décadas atrás, criando o Estatuto do Magistério:

o Estatuto do Magistério é um importante instrumento para garantir a profissionalização dos educadores da cidade. Fruto de um longo debate com os profissionais de ensino e entidades sindicais. Sua elaboração levou dois anos para ser concluída. Quando o projeto de Lei do Estatuto do Magistério foi apresentado na Câmara dos Vereadores em 1991, ocorreram várias rodadas de negociação com o executivo [...]. Por meio desse estatuto ficou assegurada a aplicação de um piso salarial que corrigia as perdas geradas pela inflação. O estatuto também estipulava a jornada de trabalho de tempo integral, com 30 horas de trabalho, estipulava 20 horas em sala de aula e 10 horas dedicadas a atividades coletivas, estudos e preparação de aulas [...] (DUTRA, 2015, p. 151).

O Estatuto do Magistério foi a solução encontrada por Freire para que os governos que sucedessem Erundina não desconsiderassem todas as conquistas dos professores. No Rio de Janeiro não existiu nada parecido, principalmente depois do Encontro de Mendes quando as reuniões de Brizola e Darcy com a categoria diminuíram sensivelmente.

É interessante observar também que os sindicatos negociaram com Freire algumas conquistas para os professores, como o estatuto, porém nem Freire, nem Erundina e nem o Partido dos Trabalhadores, foram poupados de um movimento grevista bastante longo. Várias reivindicações históricas da categoria, vocalizadas pelo sindicato, não eram contempladas pelo projeto de Freire, por isso o atrito entre a representação da categoria e o governo acabou ocorrendo.

A gestão Freire/Cortella na Secretaria de Educação trouxe algumas outras mudanças importantes. Uma delas foi a substituição do sistema de divisão das escolas em séries pelo sistema de ciclos e a substituição da forma numérica das notas por conceitos. Essa reformulação também ocorreu nos CIEPs alguns anos antes.

No entanto, tanto os professores de São Paulo, como os do Rio de Janeiro encaravam com muitas reservas essas inovações. No sistema de ciclos só se pode reter os alunos ao final deles, o que pode durar dois ou três anos. Essa foi uma das maiores discordâncias existentes entre a categoria dos professores e o projeto de Freire e de Darcy.

Entre os docentes do Rio de Janeiro e os de São Paulo havia a preferência pelo sistema tradicional de seriação de notas expressas de forma numérica. Sempre que conseguiam se expressar publicamente, os docentes reclamavam de tais mudanças. Não

se pode deixar de assinalar que o magistério é uma das categorias que mais resistem em mudar as suas práticas profissionais.

O projeto que, muito provavelmente, mais encantou Freire em sua passagem como secretário de educação em São Paulo foi a alfabetização e a educação de adultos. Durante a sua gestão foi criado o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo (MOVA/SP). Esse era feito a partir de parcerias da Prefeitura com diversas entidades – associações de moradores, sindicatos, etc. – e tinha o objetivo de oferecer alfabetização e pós-alfabetização para adultos das classes populares.

Nessa parceria, a Prefeitura se responsabilizava pela formação dos professores e com a garantia do apoio financeiro ao projeto, enquanto as organizações ofereciam o espaço e a mão-de-obra necessária para que os projetos se instalassem nos bairros de classes populares (DUTRA, 2015, p. 148).

Não podemos deixar de registrar, mais uma vez, que Darcy Ribeiro era contra a alfabetização de adultos, considerando essa modalidade de ensino desperdício de recursos públicos. As aulas dos CIEPs à noite, seguindo a orientação de Darcy, seriam destinadas apenas aos adolescentes, como já assinalamos. Os adultos, seguindo os planos do vice-governador, deveriam buscar as unidades convencionais. As escolas do futuro eram apenas para moços e moças.

#### **1-3-4 Escolas democráticas**

Em um dos seus livros mais brilhantes, *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire destaca diversos pontos relevantes a serem considerados pelos educadores (FREIRE, 1996). Nessa obra, que pode ser considerada como um verdadeiro ensaio de filosofia da educação, Freire considera a democracia como uma condição indispensável para qualquer prática relacionada à aprendizagem.

Em sua passagem pela secretaria de educação da cidade de São Paulo, Freire também adotou a ação democrática como a sua marca mais importante. Além disso, o seu próprio partido, o PT, tinha, naquela época de uma forma bem acentuada, o ideal democrático como principal referencial:

a meta assumida pela administração petista, a construção de escola popular e democrática era entendida pelo estímulo à formação de uma instituição de ensino que seria construída seguindo os seguintes princípios, adotados por aquela gestão: democratização do acesso, democratização da gestão, educação de jovens e adultos trabalhadores, nova qualidade do ensino (DUTRA, 2015, p. 136).

Freire, particularmente, pensou e procurou colocar em prática um modelo de escola popular e democrática que proporcionasse aos filhos das classes menos favorecidas a mesma qualidade oferecida pelas escolas destinadas às crianças das elites, outra preocupação do educador pernambucano que o aproximava bastante das ideias de Darcy Ribeiro.

A peça-chave para garantir a democratização e a melhoria da qualidade das escolas públicas paulistanas eram os conselhos escolares. Essa instância deliberativa existia em todas as unidades de ensino e era formada por professores, pais, alunos e funcionários. O conselho era *“responsável pela direção da escola e pelas decisões que são tomadas, por isso, elabora, acompanha e avalia o plano escolar”* (CORTELLA, 1992, p. 56).

Freire, agindo de forma coerente com a sua prática, defendia a participação ativa dos alunos nos conselhos escolares. Essa iniciativa tinha o objetivo tanto de enfatizar a perspectiva dialógica, tão importante em sua obra, como de levar em conta a opinião e os saberes dos educandos, outro ponto de extrema relevância na obra do mestre pernambucano (FREIRE, 1996, p. 14).

Porém, Freire e sua equipe constataram, ainda durante a sua gestão na secretaria de educação, que não conseguiram uma adesão significativa dos alunos aos conselhos. Esse ponto foi assumido por eles como uma das fragilidades do projeto (FREIRE, 1996, p. 15).

Os conselhos escolares também tinham funções administrativas significativas, pois eles eram os responsáveis pelas escolas propriamente dita, pois cabia a eles *“tomar as medidas necessárias para que a escola desempenhasse as funções que justificavam a sua existência”* (CORTELLA, 1992, p. 55). Eles tinham a função tanto de escolher os diretores das escolas, como a de fiscalizar a sua gestão. Essa ênfase na existência de colegiados não era uma característica só das escolas, toda a estrutura da secretaria municipal de educação paulistana funcionava dessa forma (DUTRA, 2015, p. 137).

Essa experiência dos conselhos escolares não funcionou da mesma forma em todas as escolas. Em algumas unidades eles passaram a fazer parte da rotina normalmente, já em outras ocorreram baixa participação dos alunos e a resistência dos professores. A principal razão para os professores terem feito críticas a essa iniciativa dos conselhos vinha do fato de ser esse colegiado o responsável pela escolha dos diretores das escolas (DUTRA, 2015, p. 153). O sindicato e a categoria sempre tiveram a eleição direta para o cargo de direção como uma bandeira histórica, fato que explicita mais uma discordância do movimento organizado dos professores com a gestão Freire.

Os CIEPs e as escolas públicas do Rio de Janeiro, em geral, possuíam também um órgão colegiado, o Conselho Escola Comunidade (CEC), só que, como assinalamos anteriormente, ele não tinha poderes de fato e nem teve nenhum tipo de estímulo para que funcionassem vindo do governo estadual. O que prevalecia na rede pública do Rio de Janeiro nessa época era o poder do diretor escolar, que era indicado pela secretaria de educação ou outra autoridade estadual. Como veremos adiante, os jornais de oposição aos trabalhistas utilizaram muito essa postura antidemocrática dos trabalhistas para criticá-los

Apesar de alguns percalços administrativos durante o caminho, Paulo Freire realizou uma administração estruturada pelo diálogo aberto a todos os sujeitos que faziam parte do universo escolar: instâncias burocráticas, diretores, professores, funcionários, alunos e responsáveis. Na gestão de Darcy Ribeiro, tanto para os CIEPs, como para as escolas convencionais, observamos uma estrutura verticalizada, nas quais as principais decisões saíam do próprio vice-governador e dos seus colaboradores mais próximos.

A percepção erguida nessa análise comparativa é a de que os dois projetos se complementavam. Um parece acrescentar o que o outro não executou tão bem. Nesse caso, observa-se que se faltou participação docente no projeto fluminense, o paulistano parece que adotou a democracia como um princípio. Se as formações em São Paulo não foram muito bem estruturadas, no Rio de Janeiro havia a CPT, que conseguia fazer com que essa prática chegasse a todos os CIEPs.

Há que se considerar ainda que uma questão que não foi levada em conta pelo projeto de Freire em São Paulo foi a possibilidade de existir escolas de educação e horário integral. Não se encontra, no dito projeto, nenhuma referência ou discussão sobre a

possibilidade de existência de unidades com essas características. As escolas convencionais foram as que receberam toda a atenção e investimentos da gestão petista.

Uma última diferença a ser anotada entre os dois educadores foi a de que Paulo Freire sabia que as suas ações não resistiriam a uma troca de governo, principalmente se o governo Erundina fosse sucedido por um governo conservador (FREIRE, 1996, p. 14). Darcy, muito pelo contrário, esperava que o seu projeto se tornasse uma grande referência nacional. Ele esperava ver o seu projeto de escolas do futuro adotado pela maior quantidade possível de redes públicas no Brasil, não planejou o seu possível descarte após uma simples derrota eleitoral dos trabalhistas.

Em suma, tanto o projeto dos CIEPs, como o projeto da escola-parque de Anísio e o projeto educacional de Freire na Prefeitura de São Paulo, foram ações realmente inovadoras e que trouxeram avanços significativos e necessários para a educação. Tratá-los com a devida importância é tarefa das mais relevantes para todos aqueles que ainda acreditam na necessidade de mudanças urgentes no campo da educação pública brasileira.

Na mesma época em que os projetos de Darcy e Freire eram executados no Rio de Janeiro e em São Paulo, os professores demonstravam grande capacidade de organização e defesa da categoria e de discussão desses grandes projetos educacionais. O magistério representava, nessa época, uma grande força política que não podia e nem devia ser ignorada por qualquer proposta de mudança na educação pública brasileira.

Enquanto Darcy Ribeiro e Brizola pensavam e colocavam em prática o projeto dos CIEPs, uma outra importante força política da educação pública brasileira encontrava-se em processo de consolidação enquanto categoria, o Centro Estadual dos professores (CEP), atual Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE).

## Capítulo II

### O movimento docente e o governo Brizola

Os professores da rede estadual do Rio de Janeiro constantemente figuram entre os mais mal remunerados do país. Isso ocorre atualmente, por exemplo, pois o governo do estado não reajusta o salário da categoria há cerca de oito anos. Por outro lado, essa mesma categoria já conseguiu organizar movimentos que foram muito bem sucedidos em governos com as mais diferentes linhas de atuação política. Nesse sentido, dois movimentos se destacaram: as greves de 1979 e 1986.

Esse período, que compreende o final da década de 1970 e uma parte da década de 1980, foi muito importante para os professores das escolas públicas do Rio de Janeiro: o estado vivia os momentos iniciais de uma fusão feita de forma abrupta e autoritária; as entidades que representavam o magistério unificavam-se; o movimento organizado dos professores passava por uma importante fase de afirmação pública; os espaços públicos passaram a ser utilizados por várias categorias, inclusive a dos docentes, para passeatas e assembleias; a pauta de reivindicações dos professores começou a ser conhecida pela população, enfim, a categoria ganhava visibilidade.

Nesse processo de construção da própria identidade profissional, o Centro Estadual dos Professores (CEP), instituição que deu origem ao atual Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE), teve um papel muito importante, afirmando-se como o representante da categoria, em uma época em que ocorria o fim da ditadura militar e se iniciava um longo processo de abertura democrática.

Nessa conjuntura, os professores da rede estadual e da rede municipal promoviam movimentos unificados, pois os centros de decisão encontravam-se, de certa forma, atrelados. Por imposição do governo militar, os prefeitos das principais capitais brasileiras, como a cidade do Rio de Janeiro, estavam vinculados aos seus respectivos governadores. Dessa forma, eram os governadores que indicavam os prefeitos e, em alguns casos, todo o seu secretariado municipal. Aproveitando-se dessas medidas antidemocráticas, o CEP organizou, da sua fundação em 1979 até o ano de 1987, movimentos unificados com as duas redes. Essa mobilização acabou tendo um alcance maior e se revelou como um importante método de mobilização e pressão por melhores condições salariais.

Vale a pena acompanhar o desenrolar dos dois movimentos grevistas que ocorreram no período e destacar a importância política e os ganhos que eles trouxeram para a categoria. Para tal, utilizaremos, além da bibliografia disponível sobre o assunto, três tipos de fontes: alguns documentos produzidos pelo sindicato dos professores, entrevistas orais que realizamos com algumas lideranças e professores do período e reportagens de dois jornais de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro, os jornais *O Globo* e *o Jornal do Brasil*<sup>26</sup>. Pesquisaremos em algumas seções desses periódicos: nas notícias sobre as greves que eram sempre publicadas na seção Cidade, nas cartas enviadas pelos leitores, nos editoriais e nos pronunciamentos oficiais dos governantes, fossem eles pagos ou não, além das capas dos mesmos.

## **2-1 O Rio de Janeiro e as atividades sindicais durante a ditadura militar**

A organização sindical foi uma das atividades que foram violentamente reprimidas durante a ditadura militar brasileira. Isso não significa dizer que as organizações para a representação dos trabalhadores desapareceram inteiramente, algumas instituições continuaram ativas, porém, tiveram que adequar os seus estatutos à nova realidade, tornando público a ênfase em outras finalidades, como a promoção da cultura ou os fins assistencialistas.

A pesquisadora Kênia Miranda destaca que essas instituições eram particularmente numerosas nos grandes centros urbanos e que algumas delas acabaram abrigando sindicalistas históricos, que não foram presos ou exilados, que estavam habituados a lutar pela melhoria das condições de trabalho e salário dos seus associados, embora não existisse muito espaço político para tal (MIRANDA, 2011, p. 25).

---

<sup>26</sup> Existiam outros jornais na cidade que faziam a cobertura do cotidiano dos governos municipal e estadual, porém, eles não foram considerados em virtude de algumas de suas características: o jornal *O Dia*, por exemplo, foi durante grande parte do período analisado de propriedade do Governador Chagas Freitas e sua linha editorial se caracterizou pelo apoio incondicional às ideias políticas do seu dono; além disso, o próprio *O Dia*, assim como *O Última Hora* e *o Jornal dos Sports*, caracterizavam-se por apresentar matérias muito resumidas sobre o cotidiano político da cidade e sem grande aprofundamento. Uma outra razão para termos escolhido esses *O Globo* e *o JB* foi o fato de o governador Leonel Brizola ter escolhido esses dois veículos como as principais arenas para o debate público, ele tanto questionava as linhas editoriais desses meios, como publicava as suas próprias ideias neles, através de uma coluna paga por seus colaboradores.

O historiador Marcelo Badaró Mattos acrescenta que durante a ditadura os sindicatos não foram destruídos, mas passaram a ser controlados pelo regime repressor. A existência dessas instituições, segundo o mesmo pesquisador, permitiu o surgimento de novas lideranças e possibilitou que o movimento sindical se mantivesse vivo:

sem a existência dessa base organizatória, capaz de fornecer recursos administrativos e financeiros, além de ativistas e militantes, o movimento sindical dificilmente teria conseguido se levantar com tanta rapidez e ocupar um espaço importante na política brasileira (MATTOS, 1998, p. 72).

A situação dos docentes cariocas e fluminense era particularmente complexa nessa época, no que dizia respeito à organização enquanto categoria. A recente unificação dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara ainda possibilitava a existência de diversas associações, baseadas tanto na cidade do Rio de Janeiro, como na cidade de Niterói, capital do antigo estado do Rio de Janeiro.

O processo de unificação dessas instituições teve início em 1977, com a criação da Sociedade Estadual dos Professores (SEP), uma entidade de caráter reivindicativo e aberta ao diálogo com as outras representações. Esse processo consolida-se em 1979, depois de uma greve docente, quando foi criado o Centro Estadual dos Professores (CEP), *celúla mater* do atual Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE), uma instituição que surgiu a partir da união de várias outras.

## **2-1-1 O CEP e o Novo Sindicalismo**

Ainda durante o processo de unificação das diversas organizações sindicais<sup>27</sup>, os fundadores do futuro CEP participaram de dois grandes movimentos no ano de 1979. Nessa ocasião, os professores das escolas públicas do Rio de Janeiro realizaram duas greves: a primeira logo no início do ano letivo, ainda sob o governo de Faria Lima, e a segunda no início de agosto, já no governo de Chagas Freitas e com o CEP recém-criado e unificado.

---

<sup>27</sup> O CEP nasceu da união de vários outras instituições: a Sociedade Estadual dos Professores (SEP), a União dos Professores do Rio de Janeiro (UPRJ), a Associação de Músicos do Estado da Guanabara, Associação dos Professores de Educação Física, União dos Educadores da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto dos Professores Públicos e Particulares (RJ), Associação dos Professores Públicos do Ensino Médio (Niterói), União dos Professores Primários do Estado (Niterói) (MIRANDA, 2011, p. 54)

Essas greves de professores do final da década de 1970 estavam inseridas em um contexto mais amplo de luta reivindicatória dos trabalhadores brasileiros. O período em que o CEP surgiu foi uma época de grande ebulição no movimento sindical, segundo o DIEESE ocorreram mais de 6.500 greves em todo o país nessa época (DIEESE, Boletim de 1979).

Segundo o cientista político Luiz Werneck Vianna, essas greves não se limitaram aos metalúrgicos, a despeito do inegável protagonismo desse grupo. Além das greves no ABC paulista, existiram outros movimentos em várias partes do país, tais como: a greve nos bananais de São Paulo, nos canaviais de Pernambuco, dos metroviários do Rio de Janeiro, as greves de professores da rede pública do Rio de Janeiro, do Paraná, São Paulo, etc. Todos esses movimentos expressavam o surgimento de uma nova consciência de cidadania entre os trabalhadores assalariados:

“além de uma prática reformada e vitalizada do sindicalismo nos setores modernos da indústria e que igualmente atingiu parcela significativa do setor tradicional, patenteava-se a existência de uma nova consciência de cidadania nos assalariados urbanos e rurais, principalmente na classe operária, que a dinâmica e a lógica do sindicalismo não continha e nem podia explicar (VIANNA, 1979, p.219).

É nesse contexto de luta dos trabalhadores assalariados que tanto os sindicalistas como os intelectuais de dentro e de fora da academia começaram a fazer o uso, praticamente simultâneo, de uma nova forma de se denominar o renovado movimento organizado dos trabalhadores, surgindo a categoria novo sindicalismo. Segundo o historiador Marcelo Badaró Mattos, essa categoria não possui a precisão de um conceito, mas tem sido essencial e utilizada sem questionamento por pesquisadores e sindicalistas (MATTOS, 1998, p. 63). Segundo o mesmo pesquisador, essa categoria é uma construção contrastiva e relacional:

Definiram assim o ‘novo sindicalismo’ brasileiro, como a literatura especializada o faria, em oposição a vários sindicalismos antigos. Ele opunha-se, obviamente, ao imobilismo do sindicalismo controlado e reprimido pelos governos militares, mas opunha-se também às formas consideradas como dominantes no movimento sindical pré-1964, genericamente denominado ‘sindicalismo populista’ (MATTOS, 1998, p. 63).

Ainda segundo Marcelo Badaró Mattos, esse novo sindicalismo apresentava as seguintes características: os trabalhadores do setor industrial de ponta, principalmente os metalúrgicos das indústrias automobilísticas, dominavam a cena sindical; defendia-se a proposta de um movimento sindical de massas, exemplificado pela realização de assembleias em campos de futebol; propugnava-se a organização dos trabalhadores a

partir da base, com comissões de fábricas, escolas e empresas e a existência de delegados sindicais e representação de pequenas unidades em geral (MATTOS, 1998, p. 37).

Nesse contexto de intensas lutas sindicais, o Centro dos Professores Estaduais (CEP) surgiu, bem no meio a uma importante greve. Essa nova instituição que passou a representar os docentes cariocas e fluminenses manteve uma organização muito semelhante a esses sindicatos que ficaram conhecidos como o novo sindicalismo. Como assinala a pesquisadora Kênia Miranda, a expansão desse novo sindicalismo ocorreu na mesma época em que a organização dos trabalhadores em educação também crescia, era natural, portanto, que o diálogo entre essas duas instituições ocorresse (MIRANDA, 2011, p. 48).

Essa nova organização dos professores do Rio de Janeiro dirigia-se, a princípio, aos docentes das esferas pública e privada e se caracterizava também por conviver com grupos com ideias e práticas diferentes das defendidas por seus dirigentes, pois nasceu da junção de várias instituições com diferentes orientações. Essa abertura para o diálogo e para a luta por melhores condições de trabalho e renda para os seus associados também foram fatores que aproximaram o CEP do novo sindicalismo, como assinala o historiador Américo Freire, as ligações entre os dois movimentos eram bastante óbvias:

O CEP, assim como o sindicato dos metroviários, teve origem no impulso inicial do “Novo Sindicalismo”, ainda sob a denominação Sociedade Estadual dos Professores. Seu “batismo de fogo” se deu em março de 1979, quando liderou a deflagração de um movimento grevista às vésperas da posse do governador Chagas Freitas (FREIRE, 2008, p. 138).

Em suma, ao final da década de 1970 os docentes da rede pública do Rio de Janeiro podiam contar com uma entidade forte, com sindicalistas experimentados e prontos para representar os interesses trabalhistas e, de uma forma mais ampla, as lutas sociais existentes no período, em uma época em que o movimento sindical brasileiro vivia a sua época de ouro.

### **2-1-2 A primeira greve de 1979**

O Estado do Rio de Janeiro tal como o conhecemos hoje foi uma criação dos governos militares. Com apenas uma assinatura em uma lei complementar, o General

Ernesto Geisel fundiu os antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e criou o terceiro estado mais populoso do Brasil, em março de 1975.

Essa fusão gerou uma série de problemas políticos, econômicos e administrativos para a nova unidade da federação. Nesse sentido, os funcionários públicos tiveram as suas atividades e remunerações bastante modificadas, segundo a pesquisadora Kênia Miranda “*tanto os aposentados, como os funcionários em atividade enfrentavam problemas como a diferença que havia entre os salários dos dois antigos estados*” (MIRANDA, 2011, p. 53).

O magistério foi a categoria mais atingida por essas mudanças, pois se tratava da categoria de funcionários públicos mais numerosa.

O magistério, que representava 60% do total do funcionalismo, foi o setor que mais esperou. Somente em 1977 os vencimentos foram nivelados. Por sua vez, os aposentados, não fazendo jus à equiparação salarial que foi sendo feita com os funcionários da ativa, ficaram com os seus salários defasados. O que pode ter motivado o início da organização desse setor do funcionalismo e do magistério (MIRANDA, 2011, p. 53).

A observação de Kênia Miranda torna-se ainda mais evidente ao observarmos que a Sociedade Estadual dos Professores surgiu justamente no ano de 1977, menos de três anos após a fusão. Mesmo após esse nivelamento, os profissionais da educação continuaram acumulando perdas, o aumento da inflação e o achatamento dos salários geravam prejuízos significativos para todas as categorias. No início de 1979 os docentes reagiram a essa situação, pois ainda estavam sendo ameaçados com o aumento da sua carga de trabalho.

No início do ano letivo de 1979, no dia 11 de março, em assembleia realizada no sindicato dos operários navais, em Niterói, com a presença de cerca de cinco mil professores das escolas municipais e estaduais de 1º e 2º graus, a categoria decidiu entrar em greve por melhores condições de vida e trabalho. Em oposição ao plano de cargos e salários proposto pelo governador Faria Lima (ARENA) que, dentre outras medidas, aumentava a carga horária de 12 para 20 horas semanais de aulas (MIRANDA, 2011, p. 56).

Esta greve, no entanto, acabou sendo bastante curta, pois no quarto dia de paralisação houve a troca no cargo de governador. Chagas Freitas, que havia sido eleito pelo voto indireto, assumiu o governo prometendo negociar com a categoria e atender as principais reivindicações, os jornais destacavam a prioridade que ele alegava dar para essa questão:

“**Urgência**”, porque o assunto é da maior importância para o seu governo, foi o que pediu o Governador Chagas Freitas às duas comissões especiais, constituídas por secretários que vão estudar soluções para acabar com a greve dos professores

e evitar a dos médicos (o destaque foi dado pelo próprio jornal, JORNAL DO BRASIL, 22/03/1979, p. 1).

O governo solicitou um voto de confiança e a categoria aceitou, a existência de uma comissão para estudar as possíveis soluções dos problemas sugeria a intenção do governador para resolvê-los, além disso, as entidades de organização dos professores encontravam-se bem no meio de uma negociação visando a sua própria unificação. No dia 22 de março os professores voltaram a exercer as suas funções normalmente.

### **2-1-3 A segunda greve de 1979**

A segunda greve de 1979 começou antes mesmo do final das férias, foi decidida por uma assembleia realizada em 30 de julho que teve a presença de cerca de duas mil pessoas (JORNAL DO BRASIL, 31/07/1979, p. 1). Havia transcorrido quase um semestre em relação ao primeiro movimento e nenhuma mudança concreta tinha sido sugerida pela tal comissão ou implementada pelo governo de Chagas Freitas.

Antes mesmo dos professores paralisarem suas atividades, alguns interlocutores do governo estadual começaram a se manifestar. Um dos primeiros a se expressar publicamente sobre o movimento foi o Secretário Estadual de Educação, Arnaldo Niskier, para quem a greve se tratava de um grande blefe

Foi deflagrada a greve? Como, se nós estamos de férias? Assembléia de quem? Alguém pediu a carteira de identificação dos professores na assembléia? Como que temos a certeza se havia professores nela? Quero dizer que não acho essa assembléia representativa de 110 mil professores. Tenho certeza que no dia 1º (amanhã) todos os professores vão retornar às aulas com tranquilidade, dando prova de sua maturidade (JORNAL DO BRASIL, 31/07/1979, p. 8)

Outro personagem que se manifestou logo após a assembleia foi o Ministro da Educação, Eduardo Portella. Este mostrou mais moderação e se colocou à disposição das duas partes para intermediar as negociações, “o Sr. Eduardo Portella explicou que nas negociações entre o magistério e o Estado, o MEC só pode agir como intermediário, ainda assim oficiosamente, procurando evitar que o diálogo se esgote (JORNAL DO BRASIL, 31/07/1979, p. 8)

No dia seguinte, o Secretário Estadual de Educação foi obrigado a mudar de estratégia, pois a greve atingiu a maioria das escolas estaduais e municipais. Nessa oportunidade, Arnaldo Niskier utilizou um quadro negro para mostrar quantas vantagens

e concessões o governo do estado planejava oferecer para a categoria (JORNAL DO BRASIL, 01/08/1979 p. 9).

A foto do secretário com o quadro negro repleto de números e porcentagens foi capa dos dois jornais. Não podemos passar por esse evento sem assinalar que o secretário utilizou um dos símbolos do magistério para tentar “ensinar” que os profissionais estavam errados e também para se mostrar superior a todos, nesse caso, lançava mão de uma espécie de representação de mestre dos mestres. (JORNAL DO BRASIL e O GLOBO, 01/04/1979, p. 1).

Niskier se apresentou como o negociador oficial do governo e, depois que duvidou da própria possibilidade de existência da greve, utilizou a estratégia de tentar convencer a categoria, através de seus argumentos, a retomar as suas atividades. O Secretário de Educação utilizou constantemente os meios de comunicação e se aproveitou do fato de ser a sua versão a única difundida por esses veículos para tentar enfraquecer o movimento.

É interessante assinalar que nem o governador, nem o prefeito e nem o secretário municipal de educação se manifestaram, a princípio, sobre o movimento. Outra observação importante, essa sobre a cobertura jornalística da greve, é de que os dois periódicos analisados jamais abriam aspas para as lideranças sindicais, isto é, jamais permitiam que os representantes do sindicato dessem a sua versão sobre os fatos. Nem mesmo as reivindicações da categoria foram informadas durante todo o período da greve.

Uma segunda autoridade federal manifestou-se ainda no primeiro dia da greve, tratava-se do Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que elevou o tom e lembrou aos professores que tipo de governo existia no país,

se os professores do Rio de Janeiro entrarem em greve, nós vamos ter que declará-la ilegal, (...). O movimento grevista é ilegal, pois é um setor de atividade essencial. E se houver greve, depois de declarada a sua ilegalidade, caberá ao governo do Estado do Rio de Janeiro tomar as providências que se fizerem necessárias (JORNAL DO BRASIL, 01/08/1979, p. 8).

Essas constantes intervenções de autoridades federais demonstravam que a greve estava incomodando o governo militar. Pelas informações dos jornais não podemos afirmar se os professores e as lideranças do CEP tinham consciência dessa dimensão, pois, como já assinalamos, os jornais jamais traziam a posição dos sindicalistas, contudo, recentemente, em relatos dados por essas lideranças, percebe-se que eles tinham ideia exata do que estavam realizando. O professor Ítalo Moricone, um dos membros do CEP em 1979, oferece um bom exemplo da visão desses líderes sobre esse assunto: “a greve

*em serviço público era proibida; tudo era ilegal e por isso mesmo a coragem das professoras e professores foi impressionante, com uma enorme quebra de tabu”* (REVISTA DO SEPE, 2019, p. 14)

As autoridades federais perceberam que a greve dos professores estava alcançado uma dimensão nacional. O quadro descrito mais acima pelo Ministro do Trabalho acabou se concretizando de fato: os professores sustentaram a greve, que segundo os periódicos, chegou a atingir pelo menos 80 % da categoria, o Ministério do Trabalho declarou a greve ilegal e o governo do estado a reprimiu com veemência, descontando os dias de greve do salário dos docentes e ameaçando não incluir os professores paralisados em nenhuma das vantagens que o secretário de educação listou em seu quadro negro (JORNAL DO BRASIL, 01/08/1979, p. 9).

A despeito de todas essas ameaças e repressões, a greve ganhava cada vez mais adeptos e as assembleias a cada dia se mostravam mais cheias. Os grandes jornais jamais conjecturavam sobre a quantidade de professores presentes nessas assembleias, porém os editoriais de *O Globo e do Jornal do Brasil* contra a greve eram quase diários, fato que pode denotar a força do movimento. Esses editoriais além de criticar os grevistas, também se baseavam na Constituição de 1967 e até citavam o AI5 para exigir medidas mais enérgicas do governo estadual em relação à greve,

agora são os professores que paralisam novamente o ensino público. E mais uma vez prevalece o cacoete que o AI5 deixou nos governadores ditos indiretos: nenhuma palavra, nenhum gesto efetivo, à espera de que venham providências de Brasília. [...] É a aplicação do fato consumado: deixa de haver greve ilegal por omissão do governo. E deixa também de vigorar a constituição que nos resta. (JORNAL DO BRASIL, 07/08/1979, p. 9).

Depois de quase uma semana sem que as suas exigências de utilização da Lei de Segurança Nacional contra a greve fosse atendida, os editoriais passaram a criticar o governo do estado, acusando Chagas Freitas de imobilismo e de ser o grande culpado pelo movimento “*o comando de greve sabe que existe um vácuo de poder no Estado e se dispõe a ocupá-lo. A confirmação do vazio da autoridade se comprova com o fato de que a greve de funcionários públicos é taxativamente proibida pela Constituição*” (JORNAL DO BRASIL, 07/08/1979, p. 9).

Pressionado pelo governo federal e pela grande imprensa, o governador não demorou a utilizar os mecanismos repressivos ao seu alcance, prendendo professores que faziam piquetes na porta das escolas e encaminhando para a delegacia, a “título de

averiguação”, vários docentes que faziam parte da liderança do CEP, incluindo o próprio presidente, Godofredo Pinto:

às 10:15, o professor Godofredo foi preso e levado para o Departamento de Polícia Política e Social, onde ficou em uma sala, sem que ninguém falasse nada com ele. Às 13h começou a ser ouvido pelo delegado da DPPS, delegado Artur Brito Pereira. O depoimento terminou às 17:30m, mas até 19:30 o professor ficou detido, enquanto os policiais telefonavam para várias autoridades (JORNAL DO BRASIL, 04/08/1979, p. 14).

Ainda nesse mesmo dia, o secretário estadual de educação fez mais um dos seus diagnósticos. Dessa vez, não desqualificou a greve, pois o movimento já tinha mostrado a sua força, mas dirigiu pesadas críticas contra as lideranças sindicais, que para ele não passavam de aproveitadores: *“especialistas em tumultos estão organizando a greve dos professores, uma violência contra crianças e profissionais, além de pretexto para que haja retrocesso no processo de democratização”* (JORNAL DO BRASIL, 04/08/1979, p. 1).

Em outras palavras, o secretário considerava os professores culpados por um possível retrocesso no processo de abertura política que ocorria no país. É interessante acompanhar como as estratégias utilizadas por Arnaldo Niskier, o negociador oficial do governo do estado, mudavam ao longo dos dias de paralisação. Primeiro ele tentou desqualificar o movimento, argumentando que ele não foi decidido pelos professores; em seguida, diante da adesão da categoria ao movimento, ele passou a defender a ideia de que a greve não tinha razão para existir, pois os professores eram muito bem remunerados; por fim, ele tentou convencer os professores de que os líderes do movimento eram baderneiros e de que a greve só prejudicava as crianças mais pobres, que estudavam nas escolas públicas.

As medidas punitivas por parte do governo estadual não cessavam: Chagas Freitas, a despeito das críticas dos editoriais, utilizava com maestria todo o repertório repressivo que o governo ditatorial lhe fornecia, foi nessa época, inclusive, que o CEP foi declarado ilegal pelo governo estadual:

três medidas punitivas foram tomadas ontem pelo governo do Estado em relação à greve dos professores estaduais e municipais do Rio: foi requerido a sustação do registro do estatuto do Centro Estadual dos Professores (CEP), entidade que coordena o movimento, determinada a sustação do pagamento dos salários e gratificações dos que tiveram seis faltas consecutivas; e transformado em inquérito policial a sindicância que vem sendo feita (JORNAL DO BRASIL, 08/08/1979, p. 1).

Dois dias depois, o presidente da República, o general João Batista Figueiredo, corroborou todas essas medidas em nível federal, dissolvendo todas as entidades representativas dos professores do Rio de Janeiro (JORNAL DO BRASIL, 10/09/1979, p. 1). A partir desse momento o Centro Estadual dos Professores do estado do Rio de Janeiro era considerado oficialmente uma entidade ilegal.

Apesar de toda essa repressão, os professores tinham um valioso aliado em sua luta: a população carioca e fluminense. Segundo a pedagoga Ana Cristina V. Mignot, a maioria da população reconhecia que os professores não eram valorizados, além disso, as péssimas condições de conservação de algumas unidades de ensino funcionavam como letreiros gigantes para o movimento (MIGNOT, 1989, p. 47).

Os jornais não abordavam nenhum desses aspectos de forma direta. Porém, algumas notícias sobre o movimento acabavam expressando o apoio popular à greve, como ocorrido no dia 10 de agosto, “*Para a surpresa das diretoras das escolas da zona sul, o apelo feito pelo Prefeito Israel Klabin, anteontem na televisão, para que os pais mandassem seus filhos às escolas não surtiu efeito*” (JORNAL DO BRASIL, 10/08/1979, p. 7). Chama a nossa atenção o fato de que essa foi a primeira intervenção pública do Prefeito sobre a greve, nesse sentido, nossa percepção é de que ele se manteve calado porque nessa época o seu cargo era uma indicação do governador, como já assinalamos, e o alcaide acabava tendo o mandatário do estado como um superior.

Os editoriais dos jornais seguiam em suas cruzadas contra a greve dos professores, em 15 de agosto, por exemplo, o *Jornal do Brasil* publicou um editorial com o sugestivo título “A necessidade da lei”, nele os editores responsáveis por esse importante veículo voltaram a cobrar a utilização da Lei de Segurança Nacional,

A sociedade aceita a convivência com o exercício da reivindicação trabalhista. Mas para aceitá-lo como natural precisa ter a certeza de que a Lei é o limite da liberdade de todos. [...] Todos os caminhos legais existentes levam à Lei de Segurança Nacional (JORNAL DO BRASIL, 15/09/1979, p. 10)<sup>28</sup>.

Paralelamente, no entanto, o apoio político à greve só aumentava. As dioceses de Nova Friburgo e a de Nova Iguaçu, liderada por Dom Adriano Hipólito, uma figura de destaque na luta contra a ditadura militar no estado, manifestaram-se publicamente a favor

---

<sup>28</sup> Segundo a historiadora Marieta de Moraes Ferreira, o *Jornal do Brasil* sempre se caracterizou por ser um veículo “*católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada* (FERREIRA, 1996, p. 154)”. Nesse caso, é interessante assinalar, observa-se o jornal defendendo a constituição mesmo quando essa referendava um regime político discricionário.

dos professores, realizando, inclusive, cultos ecumênicos de apoio ao movimento (JORNAL DO BRASIL, 06/08/1979, p. 4).

Além disso, a principal liderança sindical do país naquela época, Luís Inácio da Silva, compareceu e discursou em apoio à categoria em uma das assembleias (O GLOBO, 14/08/1979). O Deputado Ulisses Guimarães, líder histórico do MDB, e o Deputado Miro Teixeira, que era do mesmo grupo político do governador Chagas Freitas, também se manifestaram favoravelmente à greve (JORNAL DO BRASIL, 06, 07 e 15 de agosto de 1979). Em meu entendimento, algumas dessas personalidades políticas apoiaram a greve dos professores por também perceberem que ela contava com apoio de boa parte da população do Rio de Janeiro.

Diante desse apoio popular, o presidente João Figueiredo foi o primeiro a começar recuar e não mais intervir contra o movimento. Em um telegrama enviado pelo Ministro da Comunicação Social, Said Abrahim Farhat, para a professora Isa Locatelli, em nome do Presidente da República, essa posição transparece:

“o Presidente da República acredita no entendimento, ele lembra a carência de recursos financeiros, mas reconhece o interesse e boa vontade das autoridades do Estado e Município do Rio de Janeiro, na busca de soluções adequadas à remuneração do magistério público (JORNAL DO BRASIL, 17/08/1979, p. 1)

A fala do presidente apontava para um possível desfecho do movimento, reconhecendo as reivindicações do magistério público do Rio de Janeiro. Porém, antes de analisarmos o fim do movimento, alguns fatos interessantes merecem, ainda, a nossa atenção. Durante quase todos os dias da greve os jornais publicaram cartas dos leitores sobre o movimento. É relevante observar que essas cartas mais pareciam com os editoriais do que com correspondências escolhidas aleatoriamente. Merece destaque esse comentário de um leitor sobre um dos editoriais do *JB* que discutimos acima,

em editorial a 7 de agosto passado, “Em Tempo”, este jornal comentou a greve dos professores. Pergunto: Por que esta preocupação pelo simples fato de não ser respeitada a proibição constitucional das greves pelo funcionalismo público, preocupação que não encontra amparo histórico desde os idos de 1964? (JORNAL DO BRASIL, 18/08/1979, p. 9)

Outros leitores se revelavam verdadeiros estrategistas militares ao defenderem que “*é preciso uma segurança nacional muito rasteira por uma greve tão elementar*” (JORNAL DO BRASIL, 17/08/1979, p.12). Em outras palavras, esses leitores estavam pedindo uma intervenção das forças repressivas contra os professores.

Acreditamos que essa não era a opinião majoritária sobre a greve, como já foi apontado, nem refletia o apoio popular à ditadura militar naquele momento, pois a inflação atingia níveis estratosféricos e a popularidade dos generais presidentes encontrava-se em baixa. Em nenhuma carta publicada no mês de agosto, tanto pelo *O Globo* como pelo *JB*, encontrou-se algum elogio ou apoio à greve. Acreditamos que essas cartas diziam mais sobre as linhas editoriais dos jornais do que sobre a opinião pública propriamente dita.

Em relação ao movimento grevista, observamos que o CEP, mesmo proibido, tornava-se forte a ponto de chegar a ser um dos signatários da expulsão de Chagas Freitas do MDB:

a dissolução do Diretório Regional do Estado do Rio de Janeiro e a expulsão do Governador Chagas Freitas do MDB foram reivindicadas ao Presidente da executiva Nacional do Partido, Ulisses Guimarães, por memorial redigido por Édson Khair, endossado por 100 parlamentares e entregue por comissão de professores públicos em greve (JORNAL DO BRASIL, 22/08/1979, p. 14).

No dia seguinte, a greve terminou sem que os jornais publicassem quais tinham sido os ganhos dos professores e a proposta do governo. O jornal *O Globo*, por exemplo, preferiu destacar que o CEP saía da greve dividido, porque não houve unanimidade em torno da proposta de se acabar com o movimento (O GLOBO, 23/08/1979, p.14). O *JB*, por sua vez, assinalou que os professores estavam voltando ao trabalho por perceberem que o movimento começava a se esvaziar (JORNAL DO BRASIL, 23/08/1979, p. 1). Duas percepções muito distantes da realidade.

O governo, segundo a pesquisadora Kênia Miranda, havia atendido as principais reivindicações da categoria: o aumento do piso salarial para cinco salários mínimos, uma reivindicação histórica do CEP, poucas vezes conseguida em movimentos grevistas (e que continua nos horizontes reivindicatórios do SEPE até os dias de hoje), e várias outras gratificações para difícil acesso, para o exercício do cargo de diretor, etc. (MIRANDA, 2011, p. 61). O plano de carreira, uma outra reivindicação histórica da categoria, no entanto, não foi conquistado dessa vez.

## **2-1-4 Uma greve contra a ditadura militar**

A greve de 1979 trouxe alguns benefícios significativos para os professores das redes públicas do Estado e do Município do Rio de Janeiro, eles conseguiram praticamente quadruplicar os seus salários. Além disso, o movimento também pode ser considerado um grande passo para os servidores públicos de uma forma geral, pois mostrou que a legislação ditatorial que proibia as greves nesse setor já não tinha mais a mesma força de tempos anteriores e que a repressão militar havia abrandado (SENTO-SÉ, 1999, p. 50). Foi, portanto, uma greve que fortaleceu os trabalhadores e enfraqueceu o governo militar.

Para o chamado novo sindicalismo o movimento dos docentes de 1979 também significou uma grande vitória, pois abriu uma nova frente de apoio e atuação, a dos funcionários públicos que, ao longo da década de 1980, se constituiu como um dos pilares das organizações sindicais ligadas a essa nova forma de luta dos trabalhadores.

As paralisações de 1979 também são excelentes momentos para a demonstração de alguns aspectos teóricos ligados à questão dos sindicatos. Para Jean Pierre Rioux os sindicatos tanto se caracterizam por serem instituições que buscam reivindicações próprias de seus membros, como apresentam outros aspectos relacionados às disputas políticas nacionais e internacionais (RIOUX, 1996, p.102). O movimento analisado tanto trouxe ganhos salariais para os professores, como significou uma luta vitoriosa contra os governos militares, que existiam no Brasil e em várias outras partes da América Latina.

A greve de 1979, no entanto, não trouxe mudanças para uma questão que era fundamental para a população do Rio de Janeiro: a situação de conservação das escolas públicas. Não ter pressionado o governo para, pelo menos, apresentar um plano a esse respeito foi, em meu entendimento, um erro dos professores e do CEP, pois acabou passando a ideia de que a categoria só estava preocupada com os seus interesses financeiros.

Não se pode deixar de considerar também que essa greve trouxe dificuldades significativas para a organização sindical, o CEP continuou sendo considerado ilegal por mais quase três anos, mas, nem por isso, a instituição deixou de existir. Em minha percepção o CEP conseguiu ser reconhecido pela categoria, logo após a sua criação, como

a entidade que representava os interesses dos professores das escolas públicas, ele era apoiado pela maioria dos profissionais e representava uma força importante no jogo político naquela conjuntura.

## **2-2 O governo Brizola e a questão da educação**

Poucos dias após o fim da greve dos professores, mais especificamente no dia 6 de setembro de 1979, Leonel Brizola desembarcou de volta para o Brasil e para a vida pública. Depois de passar cerca de um mês na cidade de São Borja, ele se estabeleceu definitivamente na cidade do Rio de Janeiro.

Em pouco tempo ele estava de volta à política, dessa vez concorrendo ao cargo de governador do estado do Rio de Janeiro. A campanha para as eleições de 1982, a primeira depois da reabertura política e do fim do bipartidarismo, apresentava representantes das diversas lideranças da cidade e do estado do Rio de Janeiro: Miro Teixeira representava o governador Chagas Freitas, Sandra Cavalcante apresentava-se como a herdeira de Carlos Lacerda e Moreira Franco assumiu-se como substituto do seu sogro e padrinho político, Amaral Peixoto.

Para essa eleição, apresentou-se também a candidatura de Leonel Brizola, ex-prefeito de Porto Alegre, ex-governador do Rio Grande do Sul e ex-deputado federal pelo antigo estado da Guanabara, além de principal opositor da ditadura militar vivo naquele momento. Segundo a historiadora Marieta de Moraes Ferreira, desde a volta para o Brasil em 1979, Brizola fincou o pé e o seu futuro político na Cidade do Rio de Janeiro, considerada por ele o principal centro da política brasileira (FERREIRA, 2008, p. 27).

De acordo com a percepção do historiador Carlos Eduardo Sarmiento, durante o período da campanha, Brizola foi suficientemente astuto para perceber que o eleitor carioca estava insatisfeito com o aumento do custo de vida, gerado pela política econômica dos governos militares, e com o fisiologismo e a letargia do governo estadual de Chagas Freitas (SARMENTO, 2008, p. 49).

Ao mostrar toda a sua experiência política e a eloquência discursiva que o caracterizava desde os anos 1950, Brizola nacionalizou os temas centrais da pauta das discussões políticas, conseguindo um crescimento espetacular na reta final da campanha

e por fim a vitória apertada sobre o candidato Moreira Franco do PDS, em uma das eleições mais polêmicas da história recente do país. (SARMENTO, 2008, p. 49).

Antes de analisarmos a greve de 1986 propriamente dita, achamos importante discutir um pouco a história política de Leonel Brizola, assim como fizemos com Darcy Ribeiro no capítulo anterior. Também julgamos relevante a realização de um resumo desse primeiro governo, destacando principalmente as querelas políticas travadas pelos trabalhistas, dando ênfase a relação que mantiveram com os seus críticos.

### **2-2-1 Um construtor de escolas**

Uma outra percepção de Brizola, ainda durante a campanha de 1982, foi a insatisfação da população do estado e do município do Rio de Janeiro com a qualidade da educação e com as condições de conservação em que as escolas se encontravam. Agindo de acordo com essa demanda, o líder trabalhista transformou a educação em uma de suas prioridades, contudo, sem apresentar nenhum tipo de plano ou projeto para a área, falava genericamente, segundo a pedagoga Ana Cristina V. Mignot, na melhoria das escolas e da remuneração dos professores, na construção de escolas e, claro, no atendimento às criancinhas (MIGNOT, 1989, p. 48).

Os eleitores sabiam, no entanto, que Brizola tinha lastro para tratar da questão da educação, pelo menos mais do que todos os seus adversários daquele momento. Ele havia se notabilizado nacionalmente tanto como um inimigo da ditadura, mas também como um administrador que expandiu a rede de escolas de seu estado natal, o Rio Grande do Sul.

Segundo a historiadora Libânia Xavier, durante a primeira experiência de Brizola no executivo municipal de Porto Alegre, entre 1956 e 1958, ele comandou um grande programa de construção de escolas, que ficaram popularmente conhecidas como Brizoletas.

Brizola iniciou um programa de expansão escolar, construindo prédios simples, muitas vezes com a mão-de-obra das próprias comunidades locais, por meio do sistema de mutirão. Na ocasião ele justificou a opção por construir prédios modestos, em geral de madeira, tendo em vista o imperativo de universalizar a educação primária, visando alcançar um maior número de escolas para poder distribuir nas áreas mais carentes (XAVIER, 2016, p. 276).

Quando assumiu o governo do estado do Rio Grande do Sul, entre 1959 e 1963, a educação continuou como a sua prioridade a partir do programa denominado Plano de Emergência e Expansão do Ensino Primário, que, segundo Libânia Xavier, tinha metas ousadas para a época.

O referido plano tinha metas bastante ambiciosas, tais como a escolarização de todas as crianças de 7 a 14 anos e a erradicação do analfabetismo, e foi batizado de Plano das Duas Mil, em razão da meta governamental de construir 2 mil escolas em dois anos, expandindo significativamente a oferta de vagas escolares em todo o Estado (XAVIER, 2016, p. 276).

Apesar de não conseguir erradicar o analfabetismo em seu estado natal, Brizola conseguiu inaugurar grande parte das escolas que prometera e possibilitou que muitos filhos das classes populares tivessem acesso à escola pública. Entre 1963 e 1964 Brizola mudou de foco, eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro, ele passou a se destacar na defesa da democracia e acabou degredado após o golpe militar de 1964. Ao voltar do exílio, Brizola se tornou o principal opositor do governo militar e, ao mesmo tempo, o maior herdeiro dos ideais trabalhistas de Vargas. De acordo com o cientista político João Trajano Sento-Sé, ele reivindicou a legenda do antigo partido fundado pelo “pai dos pobres”, mas foi impedido, a justiça militar anteviu complicações que essa herança poderia causar aos seus aliados políticos em períodos eleitorais posteriores ( SENTO-SÉ, 1999, p. 96).

Brizola se viu obrigado a criar uma nova legenda, o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Esta fase passou a ser chamada de Novo Trabalhismo, Darcy Ribeiro, no entanto, preferiu denominá-la de “socialismo moreno”. Seja como for, algumas características marcantes desse novo período foram a mistura das demandas do antigo trabalhismo varguista – desenvolvimento econômico estimulado pelo Estado, imposição de limites à atuação do capital internacional – com a defesa da educação e das minorias:

foi o brizolismo que primeiro incorporou a questão das minorias como *issue* fundamental no debate político brasileiro, trazendo os problemas das populações indígenas, de gênero e etnia para o interior de um partido político (SENTOSÉ, 1999, p. 105).

Depois que ganhou a eleição e assumiu o governo do estado do Rio de Janeiro, Brizola ainda não tinha um projeto educacional definido, a única coisa certa para ele era a determinação de construir escolas. A partir dessa diretriz, alguns de seus aliados notáveis acabaram arquitetando um dos maiores projetos de educação popular já implementado no Brasil.

O projeto dos CIEPs não estava pronto desde o início do governo Brizola, havia dúvidas, por exemplo, do modelo predial que seria seguido, se seriam as escolas parques de Anísio Teixeira ou se concentrariam tudo em uma unidade. Niemeyer deu a solução com o seu projeto (MINGOT, 1989, p.46).

Se os problemas arquitetônicos estavam resolvidos, os problemas pedagógicos, por sua vez, começaram a ser encaminhados com a criação da Comissão Coordenadora de Educação e Cultura, presidida por Darcy Ribeiro, o grande parceiro de Brizola na nova versão do trabalhismo, as qualidades e os problemas do projeto pedagógico dos CIEPs foram amplamente discutidos no capítulo anterior.

Brizola e Darcy Ribeiro possuíam personalidades políticas muito semelhantes. É interessante assinalar que apesar dos dois serem tão parecidos em relação ao personalismo jamais se desentenderam, ou melhor, nunca manifestaram discordâncias públicas. Mantiveram uma grande e duradora parceria até a morte do antropólogo.

Com personalidades políticas tão marcantes e tão semelhantes, os parceiros trabalhistas governaram o Rio de Janeiro com um objetivo maior e sem levar em consideração os detalhes, para eles ordinários, que a administração de uma máquina pública tão complexa gerava. O político gaúcho, sempre apoiado por Darcy, tinha grandes pretensões políticas.

### **2-2-2 O projeto político de Brizola**

Desde o momento em que ficou sabendo de sua vitória para o governo do estado do Rio de Janeiro, Brizola desviou o seu olhar para uma outra capital e para um outro cargo, passou a almejar naturalmente o posto de Presidente da República. Como apontado por Paulo Branco:

Brizola, quando ganhou o governo do Estado, achou que estava no penúltimo degrau para chegar à presidência da República. O que ele fez então? Não governou o Estado do Rio de Janeiro, botou dois projetos na rua, entre os quais o projeto dos CIEPs (...) e tocou uma campanha presidencial. Quer dizer fez o governo do estado de olho na presidência da República (*Apud*: MOTTA, 2008, p. 151).

Brizola estava mais interessado em consolidar a sua plataforma política para a presidência do que pensar nos problemas cotidianos que uma máquina tão complexa como a administração de um Estado poderia lhe trazer. Esta tarefa mundana, como destaca o historiador Carlos Eduardo Sarmiento, Brizola deixou nas mãos de seus leais

companheiros que o acompanhavam desde a época do antigo PTB e outros aliados que surgiram naquela ocasião (SARMENTO, 2008, p. 64). Nossa percepção na análise das fontes e da bibliografia é a de que essa negligência acabou sendo a responsável por alguns confrontos desnecessários e derrotas que poderiam ser evitadas

A primeira queda de braços que os trabalhistas perderam foi disputada com os deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, uma instância do poder estadual que sempre prezou pela aproximação com os governos que passaram pelo Palácio Laranjeiras e sempre procurou conquistar o maior número possível de vantagens com essa aproximação.

Como o governador ignorava a existência dos deputados estaduais, mesmo não tendo uma maioria para apoiá-lo, esses parlamentares trataram de criar empecilhos à sua administração. Aproveitando-se de uma comoção pública em virtude do aumento dos índices de criminalidade, os deputados instauraram uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a política de segurança pública do governo estadual, fato que estava sendo muito discutido pela mídia desde o início do mandato de Brizola. Depois dessa investida, o governador foi obrigado a descer do seu olimpo e realizar a política que considerava menor, a dos acordos políticos partidários,

a relação distanciada do governador em relação aos deputados estaduais também contribuiu para a instabilidade política. Inúmeros vetos reorientaram o governo no sentido de estabelecer canais de negociação. Acordos estabelecidos com a bancada do PMDB representavam a forma pelo qual o projeto renovador pedetista procurava superar os impasses. Brizola defrontava-se com a realidade política (SILVA, 2016, p. 250).

Antes do final do primeiro ano de governo, Brizola promoveu mudanças em seu secretariado para conseguir governar com o apoio dos deputados da ALERJ:

Numa cerimônia que durou apenas dois minutos, os 20 secretários, o Prefeito do Rio de Janeiro, Jamil Haddad e o presidente do BANERJ, Marcelo Alencar, colocaram os seus cargos à disposição do Governador Leonel Brizola, para facilitar a coalizão com o PMDB e o PTB. [...] O PMDB espera receber de três a cinco secretarias e o PTB deseja uma (JORNAL DO BRASIL, 26/11/1983. p.1).

Encerrava-se, assim, a primeira queda de braços do governo trabalhista, com uma derrota de Brizola e seus aliados. O PMDB, comandado por Chagas Freitas, mostrava que ainda tinha força. A derrota na primeira batalha, no entanto, não serviu para apaziguar o gosto do governador por polêmicas, ele continuou enfrentando todos aqueles que dirigiam críticas a ele e ao seu projeto de construção de uma nova rede de escolas.

Algumas querelas eram alimentadas pelo próprio Brizola, principalmente através dos dois jornais diários que citamos anteriormente, o *Jornal do Brasil* e *O Globo*. Esta discussão será aprofundada no capítulo seguinte.

Outra instituição que acabou se envolvendo em discussões públicas com Leonel Brizola foi o Centro Estadual dos Professores (CEP). Nestas discussões, os CIEPs ocuparam um espaço de grande destaque.

### **2-3 A greve de 1986**

O Centro Estadual dos Professores (CEP), como já dissemos, tem as suas origens relacionadas ao novo sindicalismo. Isso significava, na prática, a existência de diversas correntes, com diferentes posicionamentos progressistas em seu interior. Segundo Kênia Miranda, nesse modelo de sindicato, repudiava-se tanto o controle feito por um partido político, ainda que esse se apresentasse como um defensor das classes populares; como o controle das ações sindicais pelo Estado; e também os sindicatos apolíticos, que prevaleceram durante a ditadura militar (MIRANDA, 2011, p. 45).

Por ser uma instituição que se estruturou a partir da diversidade de grupos progressistas, o CEP e muitos professores das escolas públicas do Rio de Janeiro deram a Brizola e Darcy uma espécie de carta branca durante a maior parte do mandato. O fato de os trabalhistas também defenderem os ideais progressistas explica parte dessa confiança, porém, o que de fato pesou mais, segundo a mesma Kênia Miranda, foi a recondução da organização à legalidade,

outro aspecto relevante para a ausência de greves era a expectativa que parte da militância do sindicato criou com o governo Brizola, eleito com a plataforma política focada nas questões sociais, particularmente na educação, e também por ter sido o governador que devolveu a legalidade ao CEP (MIRANDA, 2011, p.66).

Esse último fator parece ter pesado bastante no posicionamento do CEP em relação a Brizola. Outro fator que nos parece ter sido muito importante para que durante quase 3 anos não houvesse manifestações de oposição ao governo trabalhista foi uma espécie de moderação que caracterizou as lideranças do CEP nesse período.

### **2-3-1 O CEP de volta à legalidade**

A greve de 1979 trouxe ganhos extraordinários para os professores, mas também problemas para o exercício da atividade sindical, como já assinalamos. Segundo Kênia Miranda, durante todo o mandato de Chagas Freitas, a polícia política do estado do Rio de Janeiro acompanhou com atenção os principais dirigentes do CEP (MIRANDA, 2011, p. 59).

Os professores também sofreram retaliações, como a chamada de concursados para ocupar postos dos mais antigos, transferência de professores lotados na secretaria de educação que participaram da greve de volta às salas de aula, remoção de professores sindicalizados ao CEP para escolas distantes de suas residências. Enfim, uma verdadeira caça às bruxas.

Todas essas medidas dificultaram as ações do CEP, mas não conseguiram paralisá-lo. Ainda em outubro de 1979 o CEP realizou um processo eleitoral para a sua diretoria com a presença de 7.500 docentes, nessa eleição Godofredo Pinto foi aclamado Presidente da instituição; em 1980 o sindicato esteve à frente da greve dos professores celetistas do estado que atuavam principalmente em cidades do interior (REVISTA SEPE, 2019, p. 9).

A organização tentou ainda manobras jurídicas para voltar à legalidade, como a mudança de nome para Campanha Estadual dos Professores, mas o governador Chagas Freitas estava atento e muito decidido a boicotar todas as ações do sindicato. Apenas no início do governo Brizola o CEP voltou à legalidade e teve a sua sede devolvida.

Brizola, ao devolver o CEP à legalidade, tentou uma das suas jogadas políticas de mestre, oferecendo as dependências do Palácio Laranjeiras para que a organização se instalasse (JORNAL DO BRASIL, 31/03/1986, p. 4).

Se for permitido ao pesquisador em história pelo menos uma pequena dose de especulação, diríamos que essa oferta do Palácio Laranjeiras tinha o interesse de mudar as premissas sindicais do CEP, transformando-o em uma instituição à semelhança dos sindicatos varguistas. Prudentemente, a organização disse não e preferiu voltar para a sua sede no centro da cidade ((JORNAL DO BRASIL, 31/03/1986, p. 4).

### 2-3-2 Um sindicato com muitas tendências

O CEP era uma organização que congregava, como já pontuamos, diversas tendências políticas progressistas. Existiam no sindicato até grupos favoráveis aos dois governadores do período analisado, Brizola e Chagas Freitas. Contudo, ao longo da década de 1980 essas diferenças se aprofundaram ainda mais.

Só para termos uma breve noção dessas diferenças, apenas entre as principais lideranças, destacamos que o presidente do CEP à época, Godofredo Pinto, foi eleito suplente de deputado estadual pelo PMDB; a diretora Hildésia Medeiros foi candidata a vereadora derrotada pelo PT; além desses, existiam também militantes do PCB, do PC do B, do próprio PDT e sindicalistas ligados à CUT.

Tanto Godofredo Pinto como a sua substituta Hildésia Medeiros, a despeito de suas ligações políticas partidárias, mantiveram posições moderadas à frente da organização. Eles, por exemplo, não colocaram em pauta a possibilidade de se realizar greves nos três primeiros anos do governo Brizola, como já mencionado.

Mesmo sem pressionar o governador ao longo da maior parte de seu mandato, Brizola e Darcy excluíram o CEP de todas as suas agendas a partir de 1984, o segundo ano do governo. Acreditamos que esse isolamento se deveu ao fato de os líderes trabalhistas desejarem um tipo de apoio quase incondicional do CEP ao governo e ao projeto dos CIEPs, enquanto o sindicato, segundo as palavras de seu presidente Godofredo Pinto, se proclamava publicamente uma instituição que procurava “*preservar a independência e a autonomia da entidade que é política, mas não partidária*” (JORNAL DO BRASIL, 27/11/1986, p. 15).

Nas discussões internas do sindicato, no entanto, a pressão pela greve era cada vez maior, as perdas salariais se acumulavam e os grupos opositoristas defendiam o indicativo de uma greve imediata para a categoria:

quando o governo Brizola assumiu(...), o confisco salarial (...) foi de 38,77% e 40,23% dos professores IV e I, respectivamente. Em 84, segundo ano do Governo Brizola, a categoria foi premiada com o piso do professor IV reduzido para 1,8 do salário mínimo e do prof. I para 2,74, onde seus poderes aquisitivos tinha caído para 63,6% e 63%, respectivamente (CEP, Cadernos de Teses do II Congresso Estadual de Professores Samora Machel. Rio de Janeiro, 1986, p. 34).

Além disso, o governador não se pronunciava a respeito do plano de carreira, uma reivindicação da categoria desde 1979. Diante do distanciamento e do silêncio de Brizola e Darcy, o CEP marcou o início de uma nova greve para 1 de abril de 1986, depois de dois dias de paralisação no mês de março sem que o governador sequer respondesse às demandas apresentadas.

### **2-3-3 Uma greve diferente**

O ano de 1986 foi de grande expectativa para a população brasileira. O Plano Cruzado, arquitetado pelo Ministro Dílson Funaro, apresentava-se como a solução esperada para o maior problema brasileiro da época, a inflação. Muitos brasileiros envolveram-se em uma verdadeira batalha quixotesca a favor do congelamento de preços e salários, a figura do “fiscal do Sarney” inundava os noticiários e proporcionava a seus idealizadores uma popularidade espetacular.

Poucas eram as vozes que se levantavam contra o governo federal, uma delas foi justamente a do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, contrário ao chamado “arrocho salarial” imposto pelo governo federal. No início de 1986, Brizola havia acabado de chegar de uma viagem à Europa, depois de participar do enterro do líder sueco Olof Palme e se encontrar com chefes de Estado, como o Primeiro Ministro de Portugal, Mário Soares. Segundo Brizola, as principais lideranças do “Velho Mundo” encontravam-se assustadas com o governo brasileiro, que mais uma vez sacrificava os trabalhadores com o congelamento dos seus salários (JORNAL DO BRASIL, 20/03/1986, p. 4).

Nessa mesma ocasião, em março de 1986, os professores das escolas públicas do Rio de Janeiro organizaram as primeiras paralisações durante o governo trabalhista. Brizola fez pouco caso do assunto, o único movimento que o governador realizou nessa primeira paralisação foi culpar o governo federal pelas perdas salariais dos funcionários públicos, conforme foi publicado no *JB* do dia da assembleia que decretou a continuidade da greve em abril:

o Governo Leonel Brizola afirmou que está se preparando para questionar até nos tribunais a perda salarial provocada pelo programa econômico tanto do funcionalismo público como dos servidores regidos pela CLT que pertencem a administração indireta do Estado (JORNAL DO BRASIL, 19/03/1986, p. 2).

O CEP não deixou o governador sem resposta, Hildésia Medeiros, a nova presidente do CEP, foi aos jornais demonstrar que ele estava sendo incoerente, pois se apresentava como contrário às perdas salariais produzidas pelo Plano Cruzado e, ao mesmo tempo, manifestava-se contra os professores, “(...) *há uma contradição entre a afirmação de Brizola de que o pacote econômico trouxe confisco salarial e sua posição contrária ao plano de cargos do magistério*” (JORNAL DO BRASIL, 01/04/1986, p. 4)

Esse período inicial da greve de 1986 permite-nos delimitar duas diferenças em relação ao movimento de 1979: a primeira seria a de que o governador tentou nacionalizar o movimento a todo custo, jogando nas costas do Plano Cruzado as perdas salariais da categoria. Com essa estratégia, Brizola não desejava apenas se eximir da culpa pela greve, queria também enfraquecê-la a partir da construção de uma narrativa própria sobre o movimento.

A segunda diferença diz respeito à cobertura jornalística da greve. No movimento de 1986 os jornais não tiveram problemas em dar voz aos líderes sindicais, como visto em alguns exemplos já citados. Isso se explica não só pelo fim da ditadura militar, mas também pelo fato de uma parte da imprensa fazer oposição aberta ao governo Brizola. A utilização daquele velho provérbio: “*o inimigo de meu inimigo é meu amigo*” parece apropriado para classificar a atitude dessa parte da imprensa naquela conjuntura.

Outra estratégia utilizada por Brizola em sua disputa discursiva com o CEP, foi uma associação do movimento a grupos radicais de esquerda. Segundo as suas próprias palavras, havia “(...) *um grupo intransigente e sectário que estava preocupado em fazer greve para criar dificuldades para o seu governo,*” (O GLOBO, 01/04/1986, p. 8).

Do lado do sindicato, Brizola tinha uma interlocutora bastante atenta. Hildésia Medeiros repelia rapidamente as argumentações do governador, conseguindo em pouco tempo se firmar como a principal liderança dessa greve. Até mesmo os dois jornais analisados viam nela uma liderança gabaritada, alguém que estava sabendo proceder tanto com os governos, como com os grupos mais radicais do sindicato durante as assembleias.

### 2-3-4 Hildésia Medeiros: uma liderança moderada

Hildésia Medeiros foi uma das poucas mulheres a liderar uma categoria profissional, que ainda nos dias de hoje, se caracteriza por ser majoritariamente composta por profissionais do gênero feminino. Ela não surgiu no sindicato durante a greve de 1986, ela tinha história no CEP, foi uma de suas fundadoras em 1979.

Segundo Maria das Dores Mota, outra exceção em um universo dominado pelos homens, Hildésia já tinha tido um papel de grande importância na greve de 1979, tendo sido a responsável pelo fato de a greve ter atingido quase todos os municípios do estado. Hildésia, segundo Maria das Dores, “*tinha os municípios por telefone*”, ou seja, controlava a movimentação em todas as cidades do interior com uma agenda minuciosa e precisa (REVISTA SEPE, 2019, p. 5).

No final de 1985, depois que Godofredo Pinto assumiu o mandato de deputado estadual e o cargo de vice-presidente da Confederação de Professores do Brasil (CPB), Hildésia assumiu, primeiro de forma interina, a presidência de uma das mais importantes organizações sindicais do Brasil, o CEP.

Mesmo sendo filiada ao Partido dos Trabalhadores, Hildésia era considerada uma liderança moderada, tanto por seus opositores no sindicato, quanto pela própria imprensa carioca, como expresso no dia seguinte à decretação da greve de 1986:

considerada representante da linha moderada do PT, Hildésia Medeiros propôs, na assembléia, que os professores façam novas paralisações dias 1º, 9, 17 e 25 de abril. Já os representantes da linha pesada (ou xiita) do PT queriam que a categoria entrasse em greve por tempo indeterminado e só retornassem às aulas depois de terem atendidas as suas reivindicações (JORNAL DO BRASIL, 22/03/1986, p. 7).

Mesmo derrotada na assembleia, Hildésia seguiu liderando a categoria durante toda a greve e procurou, de todas as formas, iniciar o diálogo com um governador que não estava disposto a negociar, “*a Presidente do Centro Estadual dos Professores do Rio (CEP/RIO), Hildésia Medeiros, reafirmou ontem a decisão de esperar até o último minuto de hoje uma proposta do Governo do Estado* (O GLOBO, 30/03/1986, p. 1).

Com a decisão do governador de não negociar e nem receber o CEP, a greve começou mais uma vez com muita força. A princípio, o Prefeito Saturnino Braga assumiu o cargo de negociador com a categoria. Para os jornais, no entanto, um outro personagem

realizava diagnósticos e pronunciamento quase diários sobre a greve, o próprio Leonel Brizola.

Depois do primeiro encontro da comissão de greve com o Prefeito Saturnino, Hildésia fez uma análise bastante simples dessa reunião e do movimento como um todo, em sua opinião “[...] *o encontro de terça-feira com o prefeito Saturnino Braga [...] representou avanço político porque o poder executivo estava bloqueado para nós*” (JORNAL DO BRASIL, 03/04/1986, p. 7). A sindicalista mostrava-se satisfeita, portanto, apenas por ter sido ouvida pelo prefeito.

Não obstante, o próprio Saturnino Braga, prefeito eleito da cidade do Rio de Janeiro em 1984, afirmava que o encontro com o CEP não tinha representado nenhum avanço, segundo ele, a reunião foi muito pouco produtiva, pois todos saíram dela “[...] *sem muita conclusão para manter um diálogo civilizado*” (JORNAL DO BRASIL, 02/04/1986, p. 5). Todos sabiam também que sem o aval de Brizola nenhuma decisão poderia ser tomada.

Essa postura moderada de Hildésia já havia sido derrotada algumas vezes nas assembleias de professores. No início da greve, sua proposta para se fazer um dia de greve por semana do mês de abril não foi aceita, como já assinalamos, ainda no meio da greve ela defendeu a proposta de se baixar a exigência de aumento salarial inicial de 5 salários mínimos para 4. Mais uma vez a assembleia de professores votou contra a sua presidente (JORNAL DO BRASIL, 11/04/1986).

Em minha percepção, o posicionamento moderado de Hildésia Medeiros desagradava tanto a algumas lideranças sindicais, como a uma parte dos professores grevistas, que acreditavam que a força do movimento faria com que os governos municipal e estadual atendessem a todas as reivindicações da categoria. Mesmo existido divergências explícitas, a autoridade de Hildésia não era questionada e ela seguiu liderando a categoria até o fim da greve.

### **2-3-5 O desenrolar da greve**

A greve de 1986 foi um movimento com objetivos claros, o CEP e a categoria tinham uma pauta de reivindicações que era conhecida pelo governo estadual desde 1985

e conhecida por toda a população desde o anúncio da greve, porque os jornais dessa vez a publicaram em várias oportunidades:

entregues ao governo em outubro do ano passado, as reivindicações feitas pelos professores (...) são: incorporação da gratificação por regência de turma aos vencimentos de todos os professores, paridade para os inativos, efetivação dos contratados, transformação dos quinquênios em triênios e (...), as principais, aprovação do plano de carreira e piso salarial de cinco salários mínimos (JORNAL DO BRASIL, 14/04/1986, p. 7).

Brizola, contudo, continuou dando pouca importância para o movimento, sua única estratégia era a utilização da mídia contra os grevistas. Ele tinha a intenção de enfraquecer a greve usando a força de seu discurso, afinal, ele já tinha travado disputas como essa em tantas outras oportunidades de sua vida política e se achava capaz de convencer a população de que o movimento era abusivo.

Em um dos seus artigos pagos nos jornais, chamados de tijolões ou tijolaços, publicado nos dois veículos da imprensa carioca que estamos analisando, Brizola chegou a mencionar informações incorretas sobre a remuneração dos docentes cariocas e fluminenses:

Como governador, sinto-me no dever de dirigir-me à população, pois a greve dos professores, além de prejudicar as escolas, representa um transtorno às famílias mais pobres que tem filhos estudando nas escolas públicas. Mas tudo faremos para que, pelo menos a merenda, não falte às crianças. O meu governo sempre procurou dignificar o magistério público, e, vale a pena lembrar, os professores das escolas públicas do Rio são os mais bem pagos do país. (JORNAL DO BRASIL, 02/04/1986, p. 5)

No outro dia, Hildésia Medeiros, que tinha o seu espaço garantido em praticamente todas as edições dos jornais, desmentiu Brizola, mostrando que pelo menos outros cinco Estados mantinham uma remuneração maior que a do Rio de Janeiro.

O CEP contestou a afirmação do governador Leonel Brizola de que os professores fluminenses recebem os maiores salários do país. “Nós estamos apenas em sexto lugar, precedidos por São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Acre, Paraná”, disse Hildésia de Medeiros. Ela disse que o piso da rede pública de São Paulo é de três salários mínimos, contra 1,8 no Estado do Rio para o professor das quatro primeiras séries (JORNAL DO BRASIL, 04/04/1986, p. 8).

Apesar dessas coberturas jornalísticas muitas vezes favoráveis ao movimento, os editoriais dos jornais expressavam duras opiniões sobre a greve. O primeiro a ser criticado, assim como havia ocorrido em 1979, era o governador, que segundo as editoriais estava conduzindo as negociações com total incompetência:

A incapacidade de negociação demonstrada pelo governo comprovada igualmente pelo mutismo das Secretarias de Educação e Cultura do Estado e do Município. Se até dentro do governo só pode haver uma voz, como esperar que

haja algum diálogo com o mundo exterior. (JORNAL DO BRASIL, 11/04/1986, p. 8).

Também fizeram duras críticas contra a posição defendida pelo CEP e pelos professores públicos.

A greve dos professores fluminenses e cariocas – reconheçamos – é indefensável sobre todos os pontos de vista, inclusive sobre o ponto de vista moral (...). Nas reuniões do CEP figura rara é a do professor. As assembleias instigadoras da greve enchem-se de ativistas sindicais da CUT, do PDT, do próprio brizolismo fanático de representantes de toda a fauna de mobilizadores e agitadores (O GLOBO, 05/04/1986, p. 4)

A despeito da opinião de Brizola e das editoriais, a greve ganhava as ruas do Rio de Janeiro, com a adesão cada vez maior da categoria ao movimento. A assembleia que decidiu pela greve, no dia 21 de março, contou com a presença, segundo o *JB*, de 1500 profissionais; na segunda assembleia do dia 06 de abril nenhum jornal arriscou um número, mas o mesmo *JB* publicou que o Clube Municipal estava lotado; a terceira assembleia precisou ser marcada no Maracanãzinho e contou com 15 mil professores. A última assembleia também ocorreu no Maracanãzinho e teve, pelo menos, 10 mil presentes (JORNAL DO BRASIL, 11/04/1983, 16/04/1983 e 24/04/1983)<sup>29</sup>.

Não é possível determinar, a partir da análise dos jornais, se essa greve teve menos ou mais apoio popular do que a de 1979. No entanto, pudemos acompanhar que nos setores de carta as críticas contra o projeto educacional de Brizola e Darcy se avolumavam. Ao contrário do que ocorreu em 1979, muitas críticas acabaram sendo publicadas: denunciava-se a falta de professores em algumas unidades antes da greve, o mau estado de conservação das escolas e até a dificuldades para se conseguir vagas nos primeiros CIEPs (JORNAL DO BRASIL e O GLOBO, período 01/04/1986 a 20/04/1986). Voltamos a assinalar que essas cartas revelam mais sobre a posição dos jornais do que sobre a opinião pública.

Brizola, no entanto, acreditava que a população estava ao seu lado e, portanto, totalmente contra a greve, segundo ele, uma pesquisa feita pelo estado indicava que “*oito entre cada 10 pessoas estão contra greve de professores*” (JORNAL DO BRASIL, 16/04/1986, p.7). Observamos esses números como mais uma estratégia de combate

---

<sup>29</sup> Esses números são contestados por alguns professores. Nilda Alves, por exemplo, que na época era professora da Universidade Federal Fluminense, cita, em um Congresso realizado nessa época, que a última assembleia da greve de 1986 contou com a participação de 20 mil profissionais (O GLOBO, 17/08/1986, p.13).

mediático que o governador travava contra a greve do que qualquer número ou dado próximo da realidade.

A opinião da população em relação ao movimento é sempre difícil determinar, mas os pais de alunos, que compunham uma parte dessa população, não pareciam satisfeitos com o movimento, pelo menos assim se expressaram ao participar de um evento na FAMERJ,

a greve dos professores da rede oficial é justa ou injusta? Qual a importância da greve na transformação educacional? Essas foram as questões que a FAMERJ colocou ontem em discussão, aberta aos pais, e professores em greve e à comissão de educação da entidade. Após quatro horas de tumultuada reunião em que houve insultos e quase agressões físicas, as opiniões se dividiram: pais disseram que não foram consultados para o movimento(...), os professores achavam que a reunião foi manipulada pela FAMERJ (JORNAL DO BRASIL, 16/04/1986, p. 7).

A reportagem acima não pode ser considerada conclusiva, porém ela demonstra que pelo menos uma parte dos pais de alunos das escolas públicas estavam contra o movimento. Posições como essa também foram observadas, segundo Kênia Miranda, nas greves de 1987 e 1988 e acabaram culminando com a criação da Associação de Pais e Mestres, depois da greve de 1988, uma instituição que passou a questionar na justiça a legalidade das greves do magistério (MIRANDA, 2011, p. 83).

A greve seguia forte em todo o município e em grande parte do estado do Rio. O *Jornal do Brasil* chegou a defender que mais de 90 % da categoria encontrava-se paralisada (JORNAL DO BRASIL, 09/04/1986, p. 9). Brizola e Darcy sentiam que o seu projeto educacional já havia sido atingido pelo movimento, pois os CIEPs também estavam fechados<sup>30</sup>. Os líderes trabalhistas resolveram agir e encaminharam ao sindicato uma proposta próxima do que era pedido.

No dia 21 de abril de 1986 uma assembleia de professores realizada no ginásio do Maracanãzinho pôs fim ao movimento. Mesmo sem receber uma única vez a categoria, Brizola e depois o Prefeito Saturnino Braga, fizeram propostas que agradavam a maioria dos professores:

o piso salarial para o professor em início de carreira passa para 3,5 salários mínimos. O reajuste será pago em três parcelas iguais, em julho, outubro e março do próximo ano. Fica criado uma comissão mista, composta por representantes

---

<sup>30</sup> Brizola manifestou grande contrariedade ao ver a foto de uma cartaz levado para a uma passeata que dizia: “Já fechamos 60 CIEPS e fecharemos outros duzentos”. Esse cartaz fazia alusão a uma campanha publicitária do BANERJ a favor dos CIEPs veiculada na TV e deixou Brizola particularmente revoltado com a categoria (JORNAL DO BRASIL, 10/04/1986, p. 7).

do CEP e secretarias estaduais e municipais (...). A comissão elaborará o plano de carreira para o magistério (JORNAL DO BRASIL, 22/04/1986, p.8).

Em uma assembleia bastante tumultuada e dividida, a categoria decidiu por voltar às atividades docentes, dessa vez levando em baixo dos braços um plano de carreira que, quase 35 anos depois, continuava sendo a única garantia de correções dos salários do magistério fluminense.

### **2-3-6 Entre perdas e ganhos**

A greve de 1986 trouxe algumas mudanças importantes para os professores e para o CEP. Os professores da rede estadual conquistaram o almejado plano de carreira, ainda hoje considerado por muitos profissionais um dos melhores do Brasil. Também conseguiram um aumento salarial de mais de 100%, que atenuou tanto as perdas que a categoria teve ao longo do governo Brizola, como as perdas impostas pelo fatídico Plano Cruzado.

Se os ganhos monetários foram fundamentais, há que se assinalar que a greve dos professores, mais uma vez, não trouxe nenhum benefício para os demais membros da comunidade escolar. Como bem resumia um cartaz exibido durante uma passeata: *“Na escola só tinha arroz com feijão e os professores só estavam pensando nos cinco salários de piso como reivindicação”* (JORNAL DO BRASIL, 15/04/1986, p. 1). As melhorias das condições de trabalho, da infraestrutura das escolas da rede regular, não estavam sequer na pauta de reivindicação dos professores. Em meu entendimento, essa é uma falha histórica dos professores e de sua entidade representativa.

O CEP, aliás, saiu do movimento da mesma forma que estava no dia da última assembleia, praticamente cindido ao meio. De um lado ficou Hildésia e um grupo de profissionais mais moderados, do outro um grupo mais radical que, inclusive, considerava que a categoria havia sido derrotada na greve.

Ao contrário daquele ano (1979), desta vez os resultados para a categoria ficaram muito aquém das reivindicações. Ao contrário daquele ano, desta vez o professorado não encontrou à cabeça da sua luta uma direção firme, que encorajasse a categoria a cada momento e lhe inspirasse confiança. Ao contrário,

a timidez política foi a sua marca registrada em inúmeros momentos de mobilização (CONSTRUIR UM CEP DE LUTAS, 1987)<sup>31</sup>.

Se a greve de 1979 fortaleceu a união do CEP, a de 1986 causou dissensões. Depois da greve de 1986, o CEP ficou dividido e essa foi uma das razões para os movimentos grevistas de 1987 e 1988 terem sido fracassados, sem que a categoria conseguisse nenhum centavo de reajuste ou qualquer outro ganho importante. Em 1987 passou a existir, inclusive, a separação das campanhas salariais do estado e do município, um duro golpe interno que a categoria sofreu.

Podemos, ainda, a título de conclusão desse capítulo, recuperar algumas diferenças marcantes entre as greves de 1979 e 1986. Em relação às discussões políticas nacionais, a greve de 1979 foi realmente um marco, pois foi a primeira greve de funcionários públicos durante a ditadura militar. Na greve de 1986, aparentemente quem tentou nacionalizar o movimento foi o governador Brizola, relacionando às perdas salariais da categoria ao congelamento de salários imposto pelo Plano Cruzado.

No entanto, acreditamos que, mesmo sem se manifestarem de forma explícita, os professores cariocas e fluminenses acabaram nacionalizando algumas discussões durante a greve de uma outra forma, discutindo com a imprensa e a sociedade a desvalorização dos profissionais da educação, mesmo em um cenário de um governo progressista, que gastava milhões construindo um novo modelo de escola e que impunha à categoria perdas salariais consideráveis.

Na greve de 1979, as autoridades, além de não negociarem com a categoria, reprimiram e perseguiram discricionariamente as principais lideranças sindicais, mas no final acabaram atendendo as principais reivindicações dos professores. Minha percepção é a de que essa vitória só foi possível em virtude do apoio popular que o movimento teve.

De outra feita, em 1986 Brizola também não negociou com os professores, tentou desqualificar o movimento quase diariamente na imprensa, mas sem perseguir os grevistas. Mesmo sem o apoio popular da greve anterior, os professores conseguiram vantagens significativas porque a categoria abraçou o movimento, uma vez que a greve paralisou praticamente todas as escolas.

---

<sup>31</sup> Como o arquivo do SEPE passou por uma mudança recente, em que foi transferido para uma sala da UERJ de Duque de Caxias, não conseguimos definir ainda a origem precisa desse documento. Acreditamos que ele possa ser algo como um panfleto ou a ata de uma assembleia. De qualquer forma, ele está provisoriamente alocado no armário número 2, pasta 6.

Existiram também semelhanças entre os dois movimentos. Os dois interlocutores, Arnaldo Niskier em 1979 e Leonel Brizola em 1986, utilizaram praticamente as mesmas estratégias para tentar enfraquecer as greves com que se defrontaram: primeiro afirmaram que a greve não teria adesão da categoria, em seguida procuraram convencer os professores de que a greve não tinha motivos para continuar, pois os docentes gozavam de muitos benefícios e por fim passaram a difamar as lideranças sindicais, classificando-as com adjetivos como agitadores ou baderneiros.

A principal diferença entre os dois interlocutores foi o fato de Brizola, diferentemente de Niskier, não apoiar a repressão contra os professores. Reforça-se que, em minha percepção, o líder trabalhista manteve uma ação pautada no respeito à democracia, mesmo diante de problemas de difícil solução para o seu governo.

Em suma, a implementação do projeto dos CIEPs podia e devia ser realizada com a participação dos docentes e de sua representação sindical. O comportamento de Brizola e Darcy ao longo de todo o governo e durante essa greve em particular, acabou por distanciá-los dos professores, fato que representou uma grande perda, afinal quem defendia a educação como prioridade não podia se distanciar tanto do magistério.

Brizola e Darcy pensavam que o apoio do sindicato e dos professores ao projeto dos CIEPs deveria ocorrer de uma forma quase incondicional. Os líderes trabalhistas acabaram não prestando muita atenção às demandas da categoria e nem ao fato de o sindicato encontrar-se em um período de consolidação e expansão do seu campo de influência.

Para o governador e o seu vice, as reivindicações históricas da categoria, como o piso de 5 salários mínimos e o plano de carreira, tinham uma importância reduzida diante do projeto dos CIEPs. Para Brizola e Darcy, eram as mudanças que esse novo modelo de escolas ensejariam que deveriam mobilizar as ações dos professores.

O sindicato, por sua vez, não considerou a possibilidade de que os CIEPs poderiam significar o início de uma mudança estrutural na consolidada rede pública de escolas do Rio de Janeiro, também não deram a devida importância para o fato de que, pela primeira vez em muitos anos, o governo de um importante estado brasileiro elegeu a educação como a sua prioridade. O diálogo entre as duas partes, infelizmente, durou menos de um ano.

Cabem, por fim, algumas observações sobre o papel da imprensa durante as greves docentes e no governo trabalhista como um todo. O cientista político João Trajano Sento-Sé entende a imprensa não só como um veículo no qual os grupos políticos difundem as suas ideias, mas também como um ator político presente no debate público (SENTO-SÉ, 1999, p. 29,30).

Brizola, em minha percepção, entendeu perfeitamente esse duplo papel da mídia no final do século XX, pois ele tanto utilizou os veículos de comunicação para promover os seus projetos e criticar seus adversários, como também combateu aqueles órgãos de imprensa que assumiram posturas contrárias ao seu partido e aos seus projetos, em outras palavras, usou a imprensa para combater a imprensa. A batalha que travou contra as “*organizações Globo*” nas décadas de 1980 e 1990 foi apenas um dos exemplos desse embate político travado em alto nível, em que a democracia guiou as ações dessa importante liderança política.

### Capítulo III

#### Brizola, os CIEPs e a imprensa

A imprensa ocupa um lugar privilegiado no processo de produção do conhecimento histórico. Existe entre essas duas áreas uma relação rica, duradoura e complexa. Depois que René Remond e um grupo de historiadores defenderam uma renovação da história política, a partir do final do século XX, essa relação tornou-se ainda mais frutífera.

A renovação em questão sugeriu novas formas de se abordar a história política. O próprio René Remond definiu essa nova abordagem com sendo o processo de análise do *“Estado, do poder e das disputas por conquistas ou conservação das instituições em que ele se concentrava, as revoluções que o transformavam”* (REMOND, 1995, p. 15).

Após essas mudanças, a história política passou a se apropriar de problemas que antes não faziam parte do seu campo de atuação e, ao mesmo tempo, começou a propor novas abordagens para questões que a escola factual novecentista tratava como verdades inquestionáveis.

A ampliação do campo de ação do poder público também influenciou de uma forma direta essa nova linha de pesquisadores. A atuação em áreas como a educação, a saúde, a cultura passaram a ser domínio também da história política. Além disso, as relações que algumas instituições, como a imprensa, mantinham com o poder, despertou o interesse de diversos pesquisadores.

Novos estudos sobre a imprensa tornaram-se cada vez mais comuns e propostas para se tratar essa área de uma forma completamente diferente das escolas historiográficas tradicionais ganharam relevância. Essa renovação possibilitou que novos aspectos passassem a ser levados em consideração.

Ao longo desse capítulo destacaremos alguns desses aspectos, tais como: a utilização da imprensa enquanto uma importante fonte histórica; o entendimento de que a imprensa é um ator político com interesses próprios, a percepção de que esses interesses políticos da imprensa são diversificados e complexos.

### 3-1 Aspectos teóricos e metodológicos para a utilização da imprensa em pesquisas de história

A imprensa, como assinalado, teve um papel de extrema relevância nesse processo de renovação da história política. Segundo a historiadora Tânia de Luca, a imprensa foi uma das principais fontes utilizadas nesse processo: *“as renovações no estudo da história política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder”* (LUCA, 2005, p. 128).

Para essa historiadora a imprensa oferece diferentes possibilidades de pesquisa e análise, pois existiram tanto os órgãos de imprensa militantes como instituições que aceitaram colaborar com o poder estabelecido. Tânia de Luca conclui que ocorreu no Brasil uma generalização do uso dos periódicos em pesquisas a partir dos anos 1980:

os exemplos poderiam ser multiplicados, mas importa destacar que (...) a importância da palavra impressa nos periódicos está plenamente assente. O seu uso generalizou-se a ponto de tornar-se um dos pontos distintivos da produção acadêmica brasileira a partir de 1985 (LUCA, 2005, p.130)

A imprensa, todavia, não deve ser tomada apenas como uma fonte histórica. Como assinala o cientista político João Trajano do Sento-Sé, ela também deve ser considerada como um importante ator político presente no debate público:

ela, de fato, é campo privilegiado onde diversos atores veiculam suas posições e travam confrontos com seus concorrentes, não é menos verdadeiro que a mídia, no mundo moderno, ocupa um papel ativo e criativo nos debates ocorridos na esfera pública. Mais ainda, ela é um dos poderosos criadores e definidores da arena política (SENTO-SÉ, 1999, p. 30).

Essa atuação política da imprensa caracteriza-se por ser extremamente complexa. Como lembra Tânia de Luca, existe dentro dos jornais uma gama variada de interesses em jogo, desde os anunciantes, passando pelos jornalistas e editores e o dono da empresa:

as ambiguidades e hesitações que marcaram os órgãos da grande imprensa, suas ligações cotidianas com diferentes poderes, a venalidade sempre denunciada, o peso dos interesses publicitários podem ser apreendidos a partir de determinadas conjunturas (LUCA, 2005, p.130).

O historiador francês Jean-Noel Jeanneney acrescenta um ponto interessante a essa discussão ao chamar atenção para a complexidade política da imprensa, de uma forma geral. Para ele as disputas políticas de âmbito nacional repercutem de forma direta nas diversas formas de mídia:

na vida cotidiana de um jornal, de uma rádio, de uma televisão, se reflete constantemente a vida política do país. Com todas as deformações que queira, vê-se aí resumido, reunido, com relevos acentuados o jogo que é jogado no mundo político (JEANNENEY, 1996, p.225).

A imprensa, portanto, não é um ator político com posições únicas. Trata-se de um personagem com posicionamentos variados e complexos. Dentro dessa complexidade, a análise das editoriais dos jornais tem uma importância fundamental. Segundo Jeannenay os editores mantêm relações que ultrapassam os espaços das redações dos jornais. Ele propõe que os analistas tenham atenção também com o que ocorre fora das redações: “*é necessário sair do microcosmo das redações e aprender o meio em seu conjunto, considerar os vínculos que os une: os restaurantes que frequentam, os clubes que estão associados*” (JEANNENAY, 1996, ps. 222-223).

A análise dessas redações, portanto, é um processo que demanda atenção e perspicácia dos pesquisadores:

as redações, tal como salões, cafés, livrarias, editoras, associações literárias e academias, podem ser encaradas como espaços que aglutinam diferentes linhagens políticas e estéticas, compondo redes que conferem estrutura ao campo intelectual e permitem refletir a respeito da formação e estruturação e dinâmica deste. Nessa perspectiva, o sumário que se apresenta ao leitor resulta de uma ‘intensa atividade de bastidores’, cabendo ao pesquisador recorrer a outras fontes de informação para dar conta do processo que envolveu a organização, o lançamento e a manutenção do periódico (LUCA, 2005, p.141).

Veremos adiante que a postura de crítica, adesão e imparcialidade dos principais órgãos de imprensa do Rio de Janeiro em relação ao governo Brizola variava de acordo com a posição política de seu proprietário, mas também com os posicionamentos assumidos pelo corpo de editores que essas instituições mantinham. A mudança dos editores poderia significar, também, uma mudança de posicionamento político do jornal.

### **3-2 A relação de Leonel Brizola com a imprensa**

A fim de mapear os atores e o papel desempenhado por eles no enorme debate político que envolveu a criação dos CIEPs, faz-se necessário ressaltar que na década de 1980, a imprensa escrita, principalmente os jornais diários, tinham um alcance muito maior do que nos dias atuais. Veículos como *O Globo* e *o Jornal do Brasil* tinham tiragens diárias inimagináveis para os nossos padrões. Ter visibilidade nesses meios era, como assinala o cientista político João Trajano Sento-Sé, fundamental para qualquer político:

*“houve um tempo, ainda não muito longínquo, em que a imprensa escrita era um instrumento eficaz e fartamente utilizado na divulgação dos valores e posições dos partidos políticos”* (SENTO-SÉ, 2004, p. 52).

Brizola não abriu mão desse importante meio para difundir as suas ideias e projetos, ao contrário, deu muita importância a essa forma de se comunicar com os seus eleitores e com o público em geral. Segundo a pesquisadora Mônica Rodrigues, Brizola *“sempre expressou a sua opinião de forma contundente e travou debates pela imprensa, parecendo ser esse o seu jogo preferido com os adversários”* (RODRIGUES, 2008, p. 68).

A comunicação sempre esteve intrinsecamente ligada à história de vida de Leonel Brizola. O líder trabalhista foi adotado, quando criança, por uma família protestante e ele não só passou a conviver com os longos sermões praticados por esse credo, como dominava com maestria a oratória para realizá-los (RODRIGUES, 2008, p. 73).

A ligação de Brizola com os meios de comunicação começou ainda durante a sua juventude, na década de 1950, quando tinha um programa de rádio que era um grande sucesso no Rio Grande do Sul, todas as sextas-feiras. Segundo o próprio Brizola esse programa foi:

muito importante na minha carreira. Era tanto sucesso que as outras rádios da região não vendiam mais o horário e eu praticamente passei a falar em cadeia. Depois de tempo, com experiência, entrei numa espécie de pregação porque tive uma formação protestante, falava durante horas, sem problemas (*Apud*: RODRIGUES, 2008, p. 73).

Nesse período, Brizola costumava se apresentar também como membro da imprensa, fazendo questão, inclusive, de exibir a sua identidade de jornalista, já que, naquela época, não existia a cobrança de se cursar faculdade específica para essa carreira. Na década seguinte, o líder trabalhista voltou a ter uma experiência com o rádio, dessa vez defendendo a legalidade democrática após a renúncia de Jânio Quadros, no movimento que garantiu que João Goulart pudesse assumir a presidência da República conforme previa a Constituição (RODRIGUES, 2008, p. 70).

Ainda nesse período anterior ao exílio político, Mônica Rodrigues identifica alguns momentos em que as circunstâncias levaram Brizola a ter alguns desentendimentos com a imprensa. O primeiro deles foi em uma querela pessoal com o jornalista David Nasser, da revista *O Cruzeiro*, que realizava uma perseguição implacável a Brizola quando ele exercia o cargo de governador do Rio Grande do Sul. Essa

perseguição irritou tanto o jovem governador gaúcho que o levou a protagonizar uma briga com esse periodista em um encontro casual em um aeroporto (RODRIGUES, 2008, p. 72).

O segundo momento ocorreu ainda na década de 1950, quando a imprensa fazia oposição ferrenha contra o grande mestre político de Brizola, Getúlio Vargas. Essas circunstâncias acabaram culminando com o suicídio do Presidente, e, segundo a compreensão de Brizola e de vários trabalhistas de então, a imprensa foi uma das grandes culpadas por essa tragédia. O terceiro momento ocorreu com o golpe de 1964, época em que Brizola considerou a atuação da imprensa fundamental para a vitória dos militares (RODRIGUES, 2008, p. 74).

Depois que voltou do exílio, em 1979, Brizola já estava escaldado em relação à atuação da imprensa e procurou manter com ela uma relação ambígua: sabia da sua importância e também dos riscos que representava. Em virtude dessa experiência pretérita, Brizola optou por manter uma relação amistosa com alguns veículos em momentos políticos específicos e com outros fez questão de manter uma certa distância, mas sem o rompimento definitivo.

Na década de 1980, os órgãos de comunicação de maior capital simbólico, pela difusão e alcance de suas notícias, eram o *JB*, *O Globo*, a *TV Globo*, a *TV Manchete*, e as revistas *Veja* e *Isto é*. Ao apoiar a *TV Manchete* e o *JB*, distribuindo verbas publicitárias do governo do estado para esses veículos (mas sem deixar de anunciar nas Organizações Globo). Brizola tentou construir a sua rede de apoio na imprensa, à maneira de Vargas (RODRIGUES, 2008, p. 72)<sup>32</sup>.

Posteriormente, as seguidas críticas de veículos de comunicação como o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *A Folha de São Paulo* às iniciativas de seu governo, levaram Brizola a reagir. Segundo o historiador Américo Freire, Brizola passou a utilizar uma poderosa arma para enfrentar esses inimigos e outros tantos órgãos da imprensa que lhe faziam oposição, os *tijolões* ou *tijolaços*:

Leonel Brizola, nas décadas de 1980 e 1990, valendo-se do prestígio do seu nome junto a correligionários, levantou recursos para publicar sistematicamente artigos na grande imprensa brasileira, os quais passaram a ser conhecidos como *tijolaços* ou *tijolões*. Durante cerca de quinze anos, Brizola usou e abusou daquele espaço, seja combatendo seus inimigos políticos, estivessem eles à direita ou à esquerda, seja prestando contas de sua administração como governador do Rio de Janeiro, ou ainda divulgando ideário nacionalista do *novo trabalhismo* (FREIRE, 2011, p. 32).

---

<sup>32</sup> Veremos adiante que essa relação com o *Jornal do Brasil* nem sempre foi assim tão amistosa como defende a pesquisadora.

Os dois principais jornais da capital fluminense, *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, foram implacáveis com a gestão do governador trabalhista, cada um a seu tempo. Os CIEPs, assim como todas as demais ações e realizações do governo Brizola, passaram por um amplo debate público nas páginas desses veículos. As críticas sempre prevaleceram, embora os dois jornais tenham passado também por períodos de relativa moderação em relação ao governo do Estado.

### **3-2-1- A relação de Brizola com a imprensa carioca**

A relação de Leonel Brizola com a imprensa carioca foi marcada por muita polêmica desde o momento em que escolheu a cidade como seu domicílio eleitoral, ainda em 1962. Inicialmente, os jornais alinhados com um de seus maiores opositores do período, o governador Carlos Lacerda, inclusive a *Tribuna da Imprensa* que pertencia ao político udenista, travaram uma verdadeira guerra contra o ex-governador gaúcho, assim como os jornais ligados aos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. O grande empresário do setor jornalístico foi um opositor declarado de Brizola desde que se tornou governador do Rio Grande do Sul, no final da década de 1950.

Na volta do exílio, durante a disputa eleitoral de 1982 e durante o seu mandato como governador do Rio de Janeiro, essa relação com a imprensa continuou cercada por muitas polêmicas. Logo no processo eleitoral de 1982, surgiu o chamado escândalo da PROCONSULT, um esquema denunciado por alguns jornalistas em que a empresa responsável pela apuração dos votos, chamada PROCONSULT, o Serviço Nacional de Segurança (SNI) e o jornal *O Globo* tentariam mudar os resultados da eleição para o governo do estado, favorecendo o candidato do PDS, Moreira Franco. Se não fosse a contagem paralela e a publicação do resultado dessa contagem feita pelo *JB*, dificilmente Brizola teria sido homologado como vitoriosos pelo TRE<sup>33</sup>.

Mesmo sem ocorrer uma investigação séria sobre o caso, que acabou sendo arquivado e sem nenhuma punição ou processo aberto contra as instituições citadas, ficou

---

<sup>33</sup> Sobre essa polêmica ver: AMORIM, Paulo Henrique; PASSOS, Maria Helena. **PLIM-PLIM**. A peleja de Brizola contra a fraude eleitoral. São Paulo: Conrad: Editora do Brasil, 2005. RODRIGUES, Mônica. Imprensa: uma relação de amor e ódio. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **A FORÇA DO POVO**. Brizola e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ALERJ/CPDOC, 2008.

muito claro para Brizola e os trabalhistas a oposição de uma parte da imprensa carioca ao seu governo.

### **3-2-2- O *Jornal do Brasil*: o primeiro oponente de Brizola**

Apesar desse conflito político travado com o jornal *O Globo* e com a *TV Globo* antes mesmo de ganhar a eleição de 1982, o grande oponente do governo trabalhista nos dois primeiros anos de mandato, 1983 e 1984, foi o *Jornal do Brasil*. Embora não existam pesquisas sobre assunto, a leitura das fontes leva a crer que essa postura crítica do *JB* nesse período específico se explique pela posição antibrizolista que seus editores passaram a ter a partir de 1983.

Durante o processo eleitoral de 1982 o editor do *JB* era Paulo Henrique Amorim, jornalista que, ao longo da sua vida, manteve posições políticas públicas de apoio a partidos e a políticos progressistas. Essa pode ser uma das explicações para o fato desse periódico ter feito uma apuração paralela e ter evitado um provável esquema de fraude eleitoral em 1982. Não se pode deixar de levar em consideração também a anuência do proprietário do jornal para que tal linha viesse a ser seguida<sup>34</sup>.

A partir de 1983 o *JB* passou a contar com nomes como Wilson Figueiredo e José Nêumanne Pinto em seu corpo de editores. Em meados de 1983 o próprio Paulo Henrique Amorim deixou a editoria geral do jornal, que passou a ser comandada por João Batista Lemos. Depois dessas mudanças a oposição ao governo trabalhista tornou-se explícita.

O *Jornal do Brasil*, apesar de se proclamar um defensor histórico do constitucionalismo, apresentou-se nos dois anos seguintes como um dos mais empedernidos defensores do governo ditatorial do general João Batista Figueiredo. A posição de seus novos editores em relação às eleições diretas, uma proposta que tinha grande apoio popular na época e que mobilizou a população brasileira para comícios e

---

<sup>34</sup> Poucos tempo antes da eleição de 1982, Manuel Francisco do Nascimento Brito, o proprietário do *Jornal do Brasil*, teve um pedido de concessão para um canal de televisão negado pelo presidente João Batista Figueiredo. O general deu preferência para o empresário Sílvio Santos. Essa recusa, há que ser levada em consideração no posicionamento do periódico na defesa da eleição de Leonel Brizola em 1982.

passadas como em poucas outras vezes de nossa história, reforça esse apoio do jornal à ditadura militar nessa nova conjuntura.

Apesar de toda essa mobilização popular, para o corpo editorial do *JB* o Presidente Figueiredo estava coberto de razão ao defender a realização de eleições diretas apenas em 1989. Os editoriais deixavam muito claro a posição oficial do jornal em relação ao clamor popular pelas diretas:

A campanha das diretas é exagero dessa gente numerosa e tinindo de vontade de votar. Que dá para segurar um pouco mais não há dúvida. Uma boa conversa política aguentará sem eleição direta mais um pouquinho. Até a impaciência dos candidatos pode segurar em penitência (JORNAL DO BRASIL, 15/04/1984, p.11).

Uma outra hipótese a ser considerada é a de que essa oposição do *Jornal do Brasil* para com Brizola possa ser considerada como uma espécie de retratação dessa empresa com o governo militar. O jornal teve uma participação fundamental na apuração e denúncia da tentativa de fraude da eleição de 1982, no chamado escândalo da PROCUNSLT. Essa denúncia acabou expondo o próprio Serviço Nacional de Informação (SNI), uma instituição de extrema relevância para o regime. Posicionar-se contra Brizola poderia ser uma forma de o jornal se desculpar e se reconciliar com os generais.

Como o governador Brizola era, naquela conjuntura, o grande inimigo da ditadura e do governo do general João Batista Figueiredo, não tardou para que os editores do *Jornal do Brasil* direcionassem todo o seu arsenal crítico contra o governo trabalhista fluminense.

Essas mudanças no posicionamento político do *JB* demonstram que as editoriais dos jornais é um espaço político variado, marcado por disputas significativas (LUCA, 2005,p.141) e que também são atravessadas por discussões políticas nacionais (JENNENAY, 1996, p. 225), como assinalamos acima<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> Disputas como essas também ocorreram no jornal *O GLOBO* nessa mesma época. O coordenador da apuração da eleição de 1982 era Iram Frejat, irmão do deputado trabalhista José Frejat. Iram se manifestou em algumas ocasiões contra a apuração da PROCONSULT e contra a cobertura jornalística de *O GLOBO*. O próprio Roberto Marinho reuniu-se algumas vezes com esse jornalista para cobrar mudanças no seu posicionamento (AMORIM, 2005, p. 70).

### 3-2-3- As críticas contra a política de segurança pública

A questão da segurança pública, como assinalado, foi sempre um dos pontos que mais geraram polêmicas na imprensa carioca durante os governos de Leonel Brizola. Por apresentarem planos e defenderem um modelo de organização que se pautavam nos direitos humanos como o limite para a atuação das forças de segurança pública, os trabalhistas acabaram sendo qualificados como fracos, coniventes com o crime e até como defensores daqueles que transgrediam às leis.

Alguns veículos de imprensa, em sua ânsia por conquistar mercados e também em virtude das alianças políticas que mantinham, acabavam sendo grandes difusores de uma espécie de sensação de insegurança generalizada nos dois mandatos governamentais de Brizola. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, assumiu, entre 1983 e 1984, a postura de associar de forma direta o aumento dos índices de violência no Rio de Janeiro à política de segurança pública do governo Brizola<sup>36</sup>. Para esse órgão da imprensa carioca os trabalhistas eram nada menos do que defensores dos marginais da cidade:

o Sr. Leonel Brizola fez nitidamente opções fundamentais, sendo a primeira a escolha da marginalidade como seu público e seu ponto de apoio social. A segunda é apenas uma decorrência desta e consiste na destruição da autoridade. O governo não se exerce, sobretudo no que respeita a manutenção da ordem pública, porque marginalidade é sinônimo de desordem (JORNAL DO BRASIL, 14/12/1984, p.10)

O jornal chegou a associar a alegada omissão de Brizola no combate à violência ao fato de ser de fora do estado, por ser um forasteiro o governador não conseguia, segundo o periódico, compreender o funcionamento da cidade:

graças a omissão de um governo forasteiro, estranho aos padrões de civilização da cidade e indiferente à sua deterioração, milhões de cariocas estão condenados a um redivivo e nada mitológico faroeste [...]. Esta situação não pode se eternizar. O Rio desordem, o Rio paraíso do crime, o Rio loteamento de bicheiros e narcotraficantes deve desaparecer já (JORNAL DO BRASIL, 02/04/1985, p.10).

Brizola, como bom polemista que era, não deixou seus críticos do *JB* sem respostas. Por meio dos chamados *tijolaços*, que foram colocados em prática logo no seu

---

<sup>36</sup> Nesse período, entre os anos de 1983 e 1984, o jornal *O GLOBO* mantinha uma posição mais moderada em relação ao governo Brizola. Alguns casos de violência, como o assassinato de turistas, eram até destacados, mas sem o tom dramático impresso pelo *JB*. Essa postura talvez seja explicada em virtude do fato de que a justiça ainda estava investigando o caso PROCONSULT e as chamadas “organizações *Globo*” provavelmente não estavam interessadas em dar ainda mais combustível ao governador do Rio de Janeiro.

primeiro ano de mandato, o governador do Rio de Janeiro procurava se defender desses ataques e, ao mesmo tempo, denunciar a existência de uma oposição injusta de alguns veículos da mídia:

qualquer pessoa responsável ou de simples bom senso verifica que há uma preocupação obsessiva, cada dia maior, em desmerecer e até desmoralizar o Governo do Estado do Rio de Janeiro, eleito livremente pela população. [...] Mas não argumentam com solidez e firmeza, apenas justificam slogans pretenciosos e vazios: “cidade sem lei”, “vácuo de autoridade”, “governo socialista”, “Brizola se pensa...”, etc, etc. (JORNAL DO BRASIL, 06/01/1984, p.5).

Nesse período em que os CIEPs ainda estavam nas pranchetas de Niemeyer e nos rascunhos de Darcy, o governo trabalhista também foi muito questionado pelo *JB* a respeito de sua gestão no Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ), no Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), sobre as constantes idas de Brizola ao Uruguai, sobre a manutenção das escolas públicas e sobre a construção da chamada Passarela do Samba ou sambódromo. A análise dessas duas últimas discussões merece destaque especial, em virtude do fato de terem sido utilizados argumentos muito parecidos aos que foram encontrados em relação ao debate público sobre os CIEPs, alguns meses adiante.

### **3-2-4 A polêmica em torno da construção do sambódromo**

Durante o rápido processo de construção do Sambódromo, na Marques de Sapucaí, na Praça Onze, o *Jornal do Brasil* deixou ainda mais claro o seu posicionamento político de oposição ao governo Brizola e seu apoio ao governo ditatorial do presidente João Figueiredo.

Em primeiro lugar, o jornal se posicionou contra o projeto de Niemeyer para a construção de uma passarela fixa para os desfiles. Para os editores do *JB* esse tipo de estrutura era inadequada para as escolas de samba e seus passistas:

Nunca é excessivo o esforço de esclarecer o que está imerso nas sombras. A nota do arquiteto Oscar Niemeyer sobre a Passarela do Samba revela que as escolas de samba figuram no projeto da obra como Pilatos no credo. Em vez de causa, o samba é complemento, porque o principal era a construção de uma praça como “outra não existe no país” e “ocorreu naturalmente a ideia para utilizá-la para os desfiles (JORNAL DO BRASIL, 20/01/1984, p.10).

Jornalistas ligados ao *JB*, como o secretário de redação José Nêumane Pinto, classificavam o projeto do sambódromo como faraônico (JORNAL DO BRASIL,

01/03/1985, p.11). Além disso, com uma frequência quase diária, o periódico criticava o alto custo da obra e as constantes alterações no seu preço final (JORNAL DO BRASIL, 22/02/1984, 28/02/1984, 01/03/1984...).

Depois que a Passarela do Samba ficou pronta, o jornal ainda continuou a sua campanha, defendendo que a população carioca não dava importância para o novo aparelho público da cidade. Os redatores não pouparam o novo modelo de carnaval implantado por sugestão de Darcy Ribeiro, com dois dias de desfile e uma campeã para cada um deles e mais um desfile suplementar para se definir uma supercampeã para o carnaval (JORNAL DO BRASIL, 02/03/1984, 07/03/1984).

No dia 9 de fevereiro de 1984 o *JB* publicou uma das críticas mais virulentas contra os trabalhistas. Tratava-se de uma associação feita entre o sambódromo e o nazifascismo defendido em um dos editoriais. Essa crítica atingia também um dos maiores colaboradores do governo pedetista, o arquiteto Oscar Niemeyer

O término virtual da obra denominada *sambódromo* permite ter uma visão definitiva da determinante verdadeira de sua construção: trata-se de uma grande praça de comícios [...]. A fonte inspiradora é claro os locais especialmente construídos a fim de comportar grandes concentrações humanas, que apareceram em nossa época primeiro na Rússia soviética e na Itália de Mussoline, depois copiada por Adolph Hitler na Alemanha nazista (JORNAL DO BRASIL, 09/02/1984, p. 10).

Mais uma vez Brizola não deixou os seus detratores sem resposta. Em outro *tijolão* representativo, o líder trabalhista não se preocupou apenas em se defender das acusações, mas também atacou os seus opositores. Pouco tempo depois da publicação desse editorial e com a continuação das críticas do jornal ao seu governo, Brizola associou nominalmente o proprietário do *JB* à política econômica do governo Figueiredo, caracterizando-o como apoiador e beneficiário das medidas que corroíam o custo de vida e os salários dos trabalhadores:

A opinião pública do país, a população do Rio de Janeiro [...] já se aperceberam porque o Jornal do Brasil do Sr. M.F. do Nascimento Brito vem atacando e achincalhando todos os dias a administração do Rio de Janeiro e o seu governador[...]. Tornou-se de conhecimento público e notório que o referido Sr. Brito (*JB*) e Mesquita Neto (*Estadão*) são sócios parceiros e beneficiários em grandes operações concedidas pelo Governo Federal[...]. Atacar e hostilizar impiedosamente o governo Leonel Brizola seria como lubrificar todas as engrenagens e o próprio centro motor das decisões. Além disso, forneceria matéria e inspiração para, em conversas posteriores, estabelecerem outros desdobramentos (JORNAL DO BRASIL, 26/8/1984, p.7).

Utilizar as próprias páginas do *JB* para atacar o seu proprietário era uma estratégia que tornava o debate político ainda mais espetacular, porém essa não era a única tática de

defesa utilizada pelo governo trabalhista. Além desses *tijolaços*, Brizola também utilizava espaços de propaganda para enaltecer as suas realizações nas páginas desses grandes jornais. No período de inauguração e da utilização do sambódromo para o carnaval, por exemplo, tanto o próprio governo do estado, como as empreiteiras que realizaram a obra, mantiveram publicidade de página inteira enaltecendo o feito e o próprio governo trabalhista (JORNAL DO BRASIL, 20/01/1984, 02/03/1984, 15/03/1984).

Outra estratégia que também foi utilizada por Brizola para promover o seu governo e as suas realizações eram as reportagens que faziam elogios às suas iniciativas. Como ocorreu, por exemplo, em março de 1984, quando uma reportagem do *JB* assinala que “*quando o samba deixar a passarela nesta semana, os camarotes serão preparados para os filhos dos que provavelmente não poderiam assistir aos desfiles*” (JORNAL DO BRASIL, 08/03/1984, p.13).

Segundo Mônica Rodrigues, Brizola sempre procurou cultivar esse tipo de estratégia. Se por um lado ele mantinha uma guerra com alguns figurões da grande imprensa e com os editores chefes desses veículos, por outro lado, ele mantinha uma relação amistosa e respeitosa com os repórteres a serviço das mesmas empresas (RODRIGUES, 2008, p. 77). Todavia, esse tipo de reportagem era rara, o mais comum mesmo eram as críticas à política educacional do governo pedetista.

### **3-2-5- Críticas à conservação das escolas**

Durante os primeiros 18 meses do governo Brizola o assunto CIEP não foi muito comentado pela mídia, mesmo porque o governo trabalhista avançou pouco em relação a essa iniciativa. Nesse período apenas duas ações ocorreram: a compra do Hotel Panorama em Ipanema no final de 1983, que posteriormente deu origem ao CIEP João Goulart, e o início das atividades nos CIEPs que existiam sob as arquibancadas da Passarela do Samba.

O fato de não mostrar avanços no campo da educação, como houvera prometido durante a campanha eleitoral, acabou gerando críticas dos opositores do governo estadual. Rubem Medina, que posteriormente se lançaria candidato à prefeitura do Rio de Janeiro, e que gozava de muito prestígio e espaço nos periódicos analisados, tanto para expor as

suas ações como para criticar Brizola, lembrou em um dos seus artigos no *JB* que os trabalhistas, que tinham elegido as criancinhas como prioridade, não haviam tomado, até então, nenhuma medida para cumprir a promessa de campanha (JORNAL DO BRASIL, 06/02/1984, p.9).

Nesse período inicial, a mídia concentrou muito esforço em criticar o estado de conservação das escolas estaduais e também procurou destacar os processos de exoneração de diretores, feitos pelas secretarias de educação, em algumas unidades de ensino.

O projeto criado pelo governo para reformar as escolas públicas do estado e do município, denominado “Mãos à obra nas escolas”, foi duramente criticado pelo jornal *O Globo*, que, vez por outra, realizava algumas críticas ao governo trabalhista:

não é nada animador o panorama da volta às aulas no Rio. Muitas escolas da rede estadual e municipal, apesar do alarido do programa “Mãos à obra...”, apresentam-se em péssimas condições de instalação e funcionamento ou estão sem professores (O GLOBO, 24/02/1984, p. 12)<sup>37</sup>.

O *Jornal do Brasil*, nessa época o grande opositor de Brizola, também procurou expor ao máximo as condições precárias de algumas escolas da rede pública. Em algumas reportagens conseguiu, inclusive, relacionar a questão dos problemas das escolas com a questão da segurança pública. Quando denunciou os problemas de uma unidade em Mesquita, na Baixada Fluminense, essa associação ficou bem clara:

os professores não querem mais trabalhar na Escola Estadual Santo Elias, de cerca de 400 alunos, em Mesquita, devido a fama de assaltos que nela ocorrem até mesmo de dia [...]. As ditas professoras que ainda vão lá afirmam que só ficam em solidariedade para com a diretora (JORNAL DO BRASIL, 22/02/1984, capa).

Essa reportagem ocupou a capa do *JB* e destacava as condições de uma escola específica, porém sugeria que essa era a situação de toda a rede de educação. É difícil defender que todas as escolas públicas estavam em um bom estado de conservação, existiam problemas evidentemente. Porém, como assinalou um dos nossos entrevistados, o professor Luís Carlos Pimentel, que atuava tanto em escolas da rede estadual, como em

---

<sup>37</sup> Apesar de *O GLOBO* não ter feito coro com *JB* nas críticas em relação à construção do sambódromo, o jornal começou a criticar o governo Brizola, ainda discretamente, no início de 1984. A questão que o *GLOBO* mais destacava nesse período foi a falta de conservação nas escolas. Talvez o fato de o SNI ter arquivado o processo da PROCONSULT tenha deixado os seus editores mais à vontade para criticar os trabalhistas.

escolas de rede municipal, existiam muitas escolas bem conservadas e cuidadas e algumas outras em não tão bom estado<sup>38</sup>.

O grande problema das escolas na época, ainda segundo o professor Luís Carlos Pimentel, era a falta de material didático para os professores, questão que os jornais dificilmente abordavam. Além do relato do professor Pimentel, reportagens feitas pelos próprios veículos e propagandas dos governos estadual e municipal relatavam a existência de reformas em diversas unidades de ensino. Porém, os jornais eram sempre implacáveis ao publicarem denúncias de problemas em escolas públicas específicas.

A partir do início de 1985 o *Jornal do Brasil* passa, mais uma vez, por mudanças em sua equipe editorial e começa a ter uma posição mais moderada em relação ao governo Brizola, como, aliás, já tinha assumido durante o período eleitoral de 1982. O jornal *O Globo*, definitivamente livre dos processos do caso PROCONSULT, assumiu, a partir desse momento, uma postura de crítica implacável ao governo trabalhista<sup>39</sup>. As escolas passaram a ser o seu alvo predileto, até porque a fábrica de escolas localizadas na Avenida Presidente Vargas começava a operar e as primeiras unidades dos CIEPs começavam a ser inauguradas.

As críticas do jornal *O Globo* à falta de conservação das escolas tornavam-se cada vez mais frequentes e, assim como o *JB* havia feito nos dois anos anteriores, o periódico do jornalista Roberto Marinho começou denunciar também a falta de infraestrutura, apontando problemas nas instalações prediais, a falta de cadeiras, etc. Mais uma vez, as trocas de diretores, empreendidas pela secretaria de educação, também foram mencionadas.

A proximidade das eleições diretas para o cargo de prefeito das capitais brasileiras trouxe a questão da educação, uma prioridade dos trabalhistas, e a questão dos CIEPs, para a ribalta das discussões políticas nos dois periódicos. O jornal *O Globo*, como já assinalamos, mantinha a sua posição de crítica ferrenha ao projeto de Brizola e Darcy.

---

<sup>38</sup> Entrevista concedida pelo professor Luís Carlos Pimentel ao autor em janeiro de 2021.

<sup>39</sup> Não se está defendendo a ideia de que existe uma relação de automatismo entre o fato de o *JB* ter assumido uma posição mais moderada e, logo a seguir, *O Globo* passar a defender uma posição mais crítica. As mudanças conjunturais citadas, troca do corpo editorial do *JB*, arquivamento do caso PROCONSULT e a proximidade da eleição municipal, foram algumas das razões para essa mudança de postura de ambas as partes.

### **3-3- As primeiras discussões públicas sobre os CIEPs**

Depois que o primeiro CIEP, propriamente dito, o CIEP Tancredo Neves, localizado no bairro do Catete, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, foi inaugurado, as críticas ao projeto educacional de Darcy tornaram-se bastante frequentes nos veículos analisados: no *JB* de uma forma mais ponderada e no *O Globo* de uma forma bem ostensiva.

As inaugurações dos CIEPs, sempre tratadas com um grande ato político eleitoral pelos trabalhistas, procuravam promover todos os candidatos pedetistas de uma forma nada discreta. A imprensa logo percebeu essa associação, e, como opositores políticos de Brizola, procuraram colocar em evidência os pontos fracos do projeto, assim como os demais problemas da rede de escolas públicas. Nessa verdadeira batalha política, os dois lados buscaram aliados para tentar defender as suas teses. Jornalistas, políticos, intelectuais foram mobilizados pelos antagonistas para criticar ou defender o novo modelo de escolas.

#### **3-3-1 A eleição para o prefeitura do Rio de Janeiro de 1985: o primeiro teste eleitoral dos CIEPs**

O final do ano de 1984 e o início de 1985 foram marcados por uma grande mobilização da população brasileira. As manifestações em defesa da Emenda Dante de Oliveira, que tinham o objetivo de reestabelecer as eleições diretas para o cargo de Presidente da República, reuniam multidões em comícios e passeatas nas principais capitais do país.

As aspirações de muitos acabaram, no entanto, tolhidas pelo último general da ditadura e seus aliados do Partido Democrático Social (PDS), partido formado por políticos que apoiavam o regime militar brasileiro na década de 1980. As eleições presidenciais de 1985 foram indiretas, isto é, realizadas pelo chamado colégio eleitoral, controlado pelos aliados da ditadura e pelos que aceitavam as regras impostas por esse regime (PAULA, 2010, p.256).

Para tentar aplacar os ânimos populares, que desejavam muito as eleições diretas, a chamada Nova República, que sucedeu o governo militar, estabeleceu que as eleições para prefeitos das capitais dos estados e para as chamadas áreas de segurança nacional, municípios que, segundo a ditadura militar, poderiam ser alvos de sabotagem ou supostos atos terroristas, ocorreriam de forma direta ainda no final de 1985.

No Rio de Janeiro, três candidatos ganharam destaque desde o início da campanha: o Senador Saturnino Braga, candidato apoiado por Brizola e o PDT, Jorge Leite, o candidato do PMDB e apoiado pelo ex-governador Chagas Freitas e Rubem Medina, candidato do Partido da Frente Liberal, uma cisão do PDS que havia nascido com a Nova República.

Saturnino Braga saiu na frente das pesquisas eleitorais, afinal tinha o apoio de Leonel Brizola, figura pública que desfrutava de grande popularidade naquele momento. A imprensa carioca não tardou em apontar o seu preferido, o escolhido foi Rubem Medina, o idealizador do *Rock in Rio*. O candidato chaguista, Jorge Leite, também não tinha muito a reclamar do tratamento que recebia por parte da imprensa.

Com a campanha eleitoral a todo vapor, o jornal *O Globo* deu início a sua cobertura, dando sempre muito destaque aos problemas existentes na administração pública estadual e nos erros cometidos pelo candidato do PDT. Saturnino Braga também era considerado um inimigo declarado das chamadas “organizações Globo”, em seu mandato como Senador pelo estado do Rio de Janeiro tentou reabrir as investigações do caso *Globo/Time-Life*, tornando-se *persona non grata* aos olhos daquele grupo jornalístico<sup>40</sup>.

Durante a campanha eleitoral de 1985, o jornal de Roberto Marinho não utilizou a mesma estratégia que o *Jornal do Brasil* havia utilizado anos antes em suas críticas contra Brizola e o PDT. Enquanto o *JB* fez ampla utilização dos editoriais para atingir os trabalhistas, o jornal *O Globo* fazia os seus ataques por meio dos seus noticiários. Em

---

<sup>40</sup> A empresa norte americana *Time-Life* contribuiu financeiramente para o início das atividades da *TV Globo* em 1965, além disso, mantinha um dos seus funcionários no corpo administrativo da emissora. Alguns políticos de então, entre eles o ex-governador Carlos Lacerda, denunciaram esse acordo por transgredir a constituição brasileira, que não permitia a participação de empresas estrangeiras nas concessões de canais de tv. As denúncias motivaram a formação de uma comissão parlamentar de inquérito, que foi presidida pelo próprio Saturnino Braga, em 1966. A comissão concluiu que a associação *Globo/Time-Life* era irregular. O governo militar, no entanto, não considerou esse parecer e aprovou a concessão da *TV Globo*. Além disso, ainda viabilizou créditos para que o grupo *Time-Life* fosse ressarcido. Depois dessa decisão a *TV Globo* passou a ser uma das maiores aliadas do regime militar brasileiro.

quase todos os dias do mês de outubro e nos dias do mês de novembro que antecederam às eleições o jornal publicou problemas da administração estadual, dando sempre destaque a esse tipo de reportagem.

A cobertura sobre os candidatos de oposição ao governo estadual era bem diferente. Rubem Medina, por exemplo, sempre ganhava a parte mais nobre do caderno Rio, que cobria as eleições. Suas ações de campanha sempre ocupavam uma boa parte da página, com títulos em negrito e letras grandes. Logo abaixo vinham as notícias do candidato Jorge Leite, ocupando um espaço um pouco menor, mas ainda com algum destaque. A Saturnino Braga era reservado sempre um pequeno espaço na lateral da página.

Para se ter uma dimensão do espaço que *O Globo* reservava para a campanha do líder nas pesquisas, Saturnino Braga, basta dizermos que era o mesmo dispensado ao candidato do Partido Liberal (PL), Álvaro Vale, um dos últimos colocados na pesquisa de intenção de votos (O GLOBO, 01/09/1985, 09/09/1985, 18/10/1985, 06/11/1985, entre os mais significativos).

Como lembra a historiadora Tânia Regina de Lucca, essas questões de diagramação dos jornais nunca ocorreram por descuido ou sem uma intenção determinada. Segundo essa pesquisadora a utilização da imprensa como fonte histórica demanda atenção às questões relacionadas à formatação dos jornais, aos destaques que são dados a determinadas notícias, ao local em que são publicadas, enfim aos detalhes de paginação:

é importante estar aberta para aspectos que envolvam a materialidade dos impressos e seus suportes que nada têm de natural. Das letras miúdas compridas em muitas colunas às manchetes coloridas e imagens imateriais nos vídeos dos computadores, há avanços tecnológicos, mas também práticas diversas de leituras (LUCCA, 2005, p. 132).

O jornal *O Globo* não tinha a preocupação naquele momento de ser isento ou mesmo de manifestar as suas preferências de uma forma sutil, sua postura de oposição a Leonel Brizola era pública e notória.

Os trabalhistas só ganhavam destaque quando alguma denúncia ou notícia negativa era publicada. Entre essas notícias negativas, além das já citadas, figuravam: críticas à gestão do BANERJ e do DETRAN, os problemas relacionados à segurança pública, fatos que já haviam sido destacados pelo *JB* nos anos anteriores.

A novidade trazida pelo *O Globo* em suas críticas contra Brizola, a partir de 1985, eram os CIEPs, que começavam a ser inaugurados e surgiam como grandes promotores dos candidatos trabalhistas nos pleitos eleitorais a partir desse ano.

### 3-3-2 O impacto dos primeiros CIEPs

As inaugurações dos CIEPs, que começaram a ocorrer a partir de abril de 1985, marcaram uma nova onda de críticas dos diversos veículos da imprensa ao governo trabalhista do Rio de Janeiro<sup>41</sup>. Editores, jornalistas, políticos e até intelectuais são instados pelos jornais a criticarem um projeto educacional que, naquele momento, significava uma grande novidade no cenário educacional brasileiro.

Um dos primeiros detratores do projeto dos CIEPs foi o Deputado Jorge Leite, postulante ao cargo de prefeito da cidade do Rio de Janeiro que tinha o apoio de Chagas Freitas nas eleições municipais de 1985. Leite iniciou as suas críticas aos trabalhistas utilizando as reportagens do *JB* do ano anterior para pedir explicações a Brizola em relação a construção da Passarela do Samba. Porém logo mudou o foco e passou a questionar o alto custo do projeto do novo modelo de escolas, além de apontar irregularidades no processo de licitação para a construção dos mesmos:

O Deputado Jorge Leite, candidato do PMDB à Prefeitura do Rio, desafiou ontem o Governador Leonel Brizola e o vice Darcy Ribeiro a explicarem as irregularidades, segundo ele verificadas, no processo de licitação dos Cieps. Munido de vasta documentação, Leite denunciou a contratação da empresa Projectum de engenharia para a execução dos serviços de fiscalização e acompanhamento das obras sem a realização de licitação (O GLOBO, 25/10/1985, p. 8)<sup>42</sup>.

O jornal *O Globo* deu amplo destaque ao fato, enquanto o *JB*, mais moderado em suas críticas ao governador nesse período, reservou um pequeno espaço para tais denúncias. O deputado e candidato chaguista à Prefeitura, ainda questionava o fato de ser

---

<sup>41</sup> Apesar da moderação já citada do *Jornal do Brasil*, outros veículos como *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo* mantinham uma postura de crítica implacável ao governo trabalhista, além do próprio *O Globo*.

<sup>42</sup> Jorge Leite foi um dos poucos políticos do período que teve coragem de declarar durante o período eleitoral que, caso fosse eleito, não só paralisaria as obras dos CIEPs, como não daria continuidade ao projeto pedagógico de Darcy. Nem Rubem Medina, na campanha de 1985 para prefeitura, e nem Moreira Franco, na campanha para o governo estadual de 1986, tiveram coragem de assumir essa postura durante o pleito, embora Moreira tenha desprezado o projeto desde o primeiro dia de seu governo.

a FAPERJ, presidida por Darcy, e não Empresa Municipal de Obras Públicas (EMOP) a responsável pelo acompanhamento das obras. Além disso, Leite questionava a presença de Márcia Cibilis Viana, filha do secretário de governo Cibilis Viana, uma figura importante do trabalhismo carioca, e de João Otávio Brizola, filho do governador, no Programa Especial de Educação.

Como essas denúncias ganhavam cada dia mais espaço na imprensa, Jorge Leite acabou se excedendo e muitas vezes descaracterizando com as suas críticas todo o projeto dos CIEPs. Tal atitude acabou incentivando os defensores dos *Brizolões* a se manifestarem, Leonel Brizola foi o primeiro a se posicionar. Com uma certa dose de ironia, ele lembrou a opinião pública, em um dos seus *tijolaços*, as ligações de Leite com Chagas Freitas e com a ditadura militar:

Ainda não nasceu alguém, muito menos um chaguista vivo e confesso, capaz de atingir a honra e idoneidade moral e profissional de cidadãos como Darcy Ribeiro, Oscar Niemeyer [...]. Mas a direita não se cansa em seus clássicos processos. Quando um movimento transformador está na oposição pacífica e democrática é considerado subversivo, e quando está no governo, procuram envolver suas obras e realizações em um suposto e sórdido ambiente de irregularidades e corrupção (O GLOBO, JORNAL DO BRASIL, 03/11/1985).

O próprio Darcy Ribeiro assinou dois *tijolaços*, fato bastante incomum, para se defender e responder as acusações arroladas pelo deputado peemedebista. Porém, o ponto alto dessa discussão ocorreu quando o próprio Oscar Niemeyer enviou uma carta ao jornal *O Globo*, veículo que mais repercutia as acusações de Leite, para defender Darcy e os CIEPs.

Niemeyer, inicialmente chamou as críticas de Jorge Leite de infundadas e arrematou a sua argumentação esclarecendo a sua posição sobre os CIEPs:

começarei dizendo se tratar de um projeto revolucionário, sob o ponto de vista educacional. Escolas que não visam apenas – como as antigas – instruir seus alunos, mas sim dar um apoio efetivo a todas as crianças do bairro. [...] Por outro lado, os CIEPs não representam custos vultosos, nem são faraônicos para usar o termo do agrado da mediocridade inevitável (O GLOBO, 01/10/1985, p.4)<sup>43</sup>.

Diante dessa repercussão, o candidato Jorge Leite acabou recuando em suas posições em relação ao projeto dos CIEPs, embora continuasse a disparar críticas contra o vice-governador:

Jorge Leite negou ter questionado na gravação o projeto pedagógico dos Cieps, “até por que o grande autor desse projeto de ensino integrado é o saudoso

---

<sup>43</sup> Destaca-se, mais uma vez, que essa carta foi endereçada apenas ao jornal *O Globo*.

professor Anísio Teixeira e nunca Darcy Ribeiro ou muito menos Leonel Brizola”- disse ele (O GLOBO, 03/10/1985, p. 12).

As críticas de Jorge Leite aos CIEPs revelaram-se como um grande fracasso eleitoral. O candidato ficou em terceiro lugar e com uma quantidade ínfima de votos, se comparado ao candidato vencedor, Saturnino Braga. Em seu primeiro teste eleitoral, os CIEPs demonstraram que contavam com a simpatia da população do Rio de Janeiro.

Por estar à frente de grandes projetos do governo do estado, como a Passarela do Samba e os CIEPs, e também por ser o candidato natural do PDT para a sucessão de Brizola, Darcy Ribeiro, continuava a ser alvo constante dos ataques de políticos e de jornais de oposição aos trabalhistas. Entre 1983 e 1984 o *Jornal do Brasil*, durante a discussão pública em torno da inauguração do Sambódromo, chegou a chamá-lo pejorativamente de “morubixaba da cultura carioca” (JORNAL DO BRASIL, 22/02/1984 e 25/02/1984), fazendo um jogo de palavras insultuosas entre a formação acadêmica de Darcy e a função pública que exercia. Em 1986, com a campanha para o governo do estado do Rio de Janeiro a todo vapor, o jornal *O Globo* procurou a todo custo associá-lo aos contraventores do jogo do bicho carioca (O GLOBO, 06/10/1985, 20/10/1985, 21/10/1985).

### **3-3-3 As eleições para o governo do Estado do Rio de Janeiro de 1986**

Os CIEPs foram os grandes propulsores das campanhas eleitorais pedetistas nas eleições de 1985, para a prefeitura do Rio de Janeiro, e para o governo do estado no ano seguinte. No segundo semestre de 1986, Brizola, Darcy e diversos outros candidatos trabalhistas viveram uma intensa e cansativa agenda de inaugurações de brizolões em todo o estado. Em cada nova escola inaugurada um comício para celebrar e promover a candidatura de Darcy e de outras lideranças de seu partido.

Os seus principais adversários nessa eleição foram Moreira Franco, agora no PMDB, e as chamadas organizações Globo, que assumiram uma postura de crítica implacável aos trabalhistas. Ambos perceberam que os CIEPs contavam com a simpatia popular, por isso evitaram criticá-lo amiúde, caso de Moreira Franco, ou buscavam erros pontuais para poder criticar o projeto de uma forma disfarçada, caso do jornal *O Globo*.

Depois da eleição para a prefeitura do Rio de Janeiro, o projeto pedagógico dos CIEPs dificilmente era criticado pelos seus opositores. Moreira, ao contrário de seu correligionário Jorge Leite, chegou até a declarar durante a campanha que daria continuidade ao projeto de Darcy:

Aos seus desmentidos para as acusações do PDT de que não continuará com as obras dos CIEPs na Baixada, Moreira acrescenta que não só construirá mais brizolões – ele acha que esse nome pode continuar – como também reformará as escolas e construirá outras de 2º grau, outra carência da região (O GLOBO, 26/10/1985, p.3).

Palavras jogadas ao vento, pois o afilhado político e genro de Amaral Peixoto foi um dos grandes algozes dos CIEPs durante o seu governo no estado do Rio de Janeiro. É relevante assinalar ainda que, segundo essa reportagem do *Globo*, Moreira Franco estava disposto a manter inclusive a forma popular de se denominar os CIEPs, criada por Darcy Ribeiro, a alcunha de *Brizolão*. Essa observação do jornalista responsável pela matéria, que não foi identificado pelo jornal, é bastante pertinente, pois o próprio *O Globo* quase nunca utilizava essa forma popular para denominar os CIEPs, preferindo chamá-los de escolões, quando havia necessidade de se utilizar outra forma de designação. Essa foi, mais uma vez, uma estratégia consciente dos editores dos jornais em sua cruzada contra Leonel Brizola e Darcy Ribeiro (O GLOBO, 07/10/1985, 21/05/1985... entre outras edições).

Moreira Franco, por sua vez, fez questão de utilizar o nome Brizolão e defender a continuidade do projeto para não angariar a antipatia popular, como havia ocorrido com Jorge Leite no pleito anterior.

Outra estratégia utilizada pelo jornal de Roberto Marinho contra Brizola nesse período era a de quase nunca utilizar os editoriais, que nessa época refletiam em muito as posições de seu proprietário<sup>44</sup>, para criticar o líder trabalhista e os CIEPs. As reportagens eram quase sempre o método de crítica mais utilizado para esse combate. Muitas dessas reportagens traziam, inclusive, críticas banais aos CIEPs, tais como, o fato de se manter as luzes acesas durante toda a noite ou as obras gerarem poeira e barulho nos bairros em que ocorriam (O GLOBO, 07/10/1986, 13/10/1986, 30/10/1986).

---

<sup>44</sup> Em geral, o jornal *O GLOBO* só utilizava os editoriais contra Brizola para responder as críticas que o governador fazia ao jornal ou ao seu proprietário nos *tijolaços*. Editorial contra os CIEPs só foi feito uma única vez, no período final da campanha para o governo do Estado (O GLOBO, 31/10/1986 p.8).

Uma dessas críticas banais aos CIEPs chegou a figurar na capa de *O Globo* durante o período que antecedeu às eleições de 1986. Tratava-se de uma manifestação de moradores:

Cerca de cem moradores da Ilha do Governador destruíram ontem de manhã a placa que anunciava a construção de um CIEP no Parque Manuel Bandeira, em Cocotá, na Ilha do Governador, segundo eles a única área de lazer do bairro [...]. Eles ressaltaram que não são contra a construção do Ciep, mas sim contra a escolha da área sem consulta à comunidade (O GLOBO, 11/10/1986, capa).

Deixando de lado o fato de um jornal com circulação nacional dar relevância a uma manifestação contra uma placa, o evento também demonstrava mais uma vez que os CIEPs contavam com a aprovação popular naquele momento, pois, nesse caso, os moradores estavam contra a localização e não contra o projeto em si. Essa foi uma das razões para o jornal *O Globo* e o próprio Moreira Franco não criticarem de forma direta e explícita o projeto de Darcy Ribeiro.

Os CIEPs desfrutavam, naquele momento, de grande prestígio em todo o país. Políticos de outros estados e de outros partidos que não apenas do PDT incluíram esse projeto em seus planos de governo:

o fraco desempenho do candidato do PDT ao governo do Espírito Santo, Rubem Gomes, não impediu que os Cieps seja um dos temas mais discutidos na atual campanha eleitoral. O candidato do PFL, Élcio Álvares, que ressalta, não ter “afinidade ideológica” com o governador do Rio, se for eleito, copiará no Estado a experiência dos Cieps, que marcaram a administração brizolista (O GLOBO, 24/10/1986, p.2).

Como já assinalado anteriormente, Darcy Ribeiro foi convidado, após perder a eleição para o governo do Rio, pelo governador eleito de Minas Gerais, Newton Cardoso, para levar o projeto dos CIEPs para as alterosas, fato que acabou sendo inviabilizado pelas circunstâncias políticas de então.

Como muitos políticos acabaram percebendo rapidamente, criticar os CIEPs não era tarefa das mais populares. Os órgãos de imprensa, em geral, não se arriscavam a formular críticas muito profundas, apesar de alguns deles desejarem continuar denunciando os pontos fracos do projeto. As críticas mais comuns dos jornais de oposição aos trabalhistas eram as denúncias sobre o estado de conservação das escolas da rede regular, que ocorreram durante todo o período de governo.

Para tentar sair dessa encruzilhada e continuar criticando os CIEPs, mesmo que de uma forma velada, os jornais utilizaram uma estratégia nova: a partir de um certo

momento eles incorporaram também os intelectuais em suas críticas ao novo modelo de escolas.

### 3-3-4 Os intelectuais contra os CIEPs

Os ambiciosos projetos arquitetônico e pedagógico dos CIEPs foram divulgados primeiramente pelo próprio Brizola em um dos seus *tijolaços*, no início de setembro de 1984. Não demorou muito para que o *JB*, um dos mais exaltados críticos dos trabalhistas naquela oportunidade, movimentasse o seu corpo editorial contra a novidade. Os redatores do *JB* reforçaram o modelo de crítica que já vinham fazendo à política educacional de Brizola e Darcy, dessa vez acrescentando apenas que a prioridade nos CIEPs significava a degradação ainda maior da rede regular:

O socialismo moreno continua a fazer as suas mágicas. O Sr. Leonel Brizola gosta de notícias retumbantes, que produzam efeitos político. Informa, assim, que está dando partida ao “escolódromo”: quer construir 360 novas escolas até o início do próximo ano letivo [...]. Ao mesmo tempo, o diretor do Departamento de Educação do Sr. Brizola encaminha ao Conselho Estadual de Educação[...] parecer que reduz drasticamente a carga horária destinada aos alunos do segundo grau das escolas estaduais (JORNAL DO BRASIL, 05/09/1984, p. 10).

Nesse primeiro momento, logo após o anúncio do projeto, *O Globo* manteve-se distante de grandes polêmicas, resumindo-se a publicar as novas propostas do governo do estado. Porém, a partir do segundo semestre de 1985, com a proximidade da eleição municipal, o periódico de Roberto Marinho assumiu uma postura de crítica feroz aos chamados brizolões, publicando diversas reportagens contra esse novo modelo de escolas.

O jornal *O Globo* manteve a mesma estratégia do *JB* de comparar os CIEPs com as demais escolas da rede, acrescentando apenas o argumento de que o novo modelo de escolas era muito mais caro:

o governo do Estado está investindo na construção de sofisticados Centros Integrados de Educação Pública – os chamados escolões ou brizolões. Paradoxalmente, porém, se esquece das escolinhas aquelas das cidades do interior e que servem ou deveriam servir os filhos dos lavradores (O GLOBO, 10/05/1985, p.10).

Brizola e Darcy, que dificilmente deixavam uma crítica sem resposta, adoravam rebater a esse tipo de questionamento. Assumiam, sem problemas, que os CIEPs eram mesmo escolas caras e sofisticadas, diziam que eram escolas de rico construídas para a

população mais carente, desconstruindo o discurso e, algumas vezes, corando os seus críticos de vergonha por assumirem posições elitistas (RIBEIRO, 1986, p.37).

As reportagens com críticas banais continuavam a ganhar espaço. *O Globo* chegou a dar destaque até para um secretário de governo da cidade de São Gonçalo, na região metropolitana, que defendia que a verba destinada aos CIEPs poderia ser utilizada para eliminar todas as valas negras do estado do Rio de Janeiro (O GLOBO, 04/09/1985, p.8).

Os argumentos que a imprensa utilizava contra os CIEPs, portanto, não ganhavam muita repercussão e, mais do que isso, não ganhavam aceitação e respaldo popular. Nessa parte final do primeiro mandato de Brizola também era difícil encontrar algum político, com exceção de Jorge Leite, que depois da derrota no pleito municipal perdeu espaço em seu partido, com coragem para criticar o projeto. O único ambiente em que esse tipo de crítica conseguia espaço era nas universidades. Como assinalamos anteriormente, Darcy não angariava muita simpatia entre os seus pares intelectuais.

Os periódicos de oposição ao governo não demoraram a perceber esse posicionamento de parte dos intelectuais. Para reforçar a postura crítica que mantinham em relação ao governo Brizola e ao projeto dos CIEPs, esses jornais passaram a oferecer amplos espaços para que esses intelectuais tecessem as suas considerações sobre a política educacional de Darcy.

A pedagoga Vanilda Paiva foi precursora nesse tipo de crítica e, logo em outubro de 1984, um mês após o anúncio oficial do projeto dos CIEPs, começou a apontar algumas falhas no jornal *A Folha de São Paulo*. O próprio Darcy Ribeiro procurou responder a essas críticas, tanto na própria *Folha*, como em carta endereçada ao jornal *O Globo*.

O debate entre os dois acabou se estendendo bastante e chegou até as páginas da revista *Educação & Sociedade*. Algumas críticas de Vanilda Paiva ao projeto merecem ser destacadas, pois tocaram em aspectos que realmente não foram levados em consideração pelo governo trabalhista. A pedagoga, por exemplo, defendia a necessidade de se realizar um censo escolar para se localizar o verdadeiro *déficit* escolar e só depois se pensar em políticas públicas buscando a universalização do acesso dos alunos, segundo ela:

É muito mais trabalhoso e menos espetacular dar-se ao incômodo de realizar um censo escolar para identificar onde se encontram as 300 mil crianças que estão fora da escola e planejar a expansão da rede de acordo com as suas necessidades. Até porque isso implicaria em abandonar o projeto arquitetônico de escolas padronizadas com localização a partir do critério e não da serventia [...] (PAIVA, 1986, p.136).

Vanilda Paiva criticou ainda a localização da fábrica de escolas no centro da cidade do Rio de Janeiro, em plena Avenida Presidente Vargas, o que gerava muita poluição em toda a região. Além disso, para essa socióloga Darcy era um político tirânico:

Não foram poucos os que, tendo vivido quando muito jovens o governo Goulart e seu desfecho, aceitaram os atores políticos derrotados em 1964 indistintamente como mártires e heróis. Tais figuras foram idealizadas como portadores de uma ética pessoal e política na qual poderíamos nos reconhecer (...). O próprio sr. Darcy Ribeiro era desde há muito conhecido nos meios políticos e acadêmicos pelo permanente fascínio que sobre ele exercia e exerce o canto da tirania. Mas como ver homens em sua verdade, se os víamos apenas como vítimas de um golpe militar? (PAIVA, 1986, p.137).

A polêmica se estendeu durante pelo menos dois anos. Darcy sempre procurou responder as críticas da educadora. Vez por outra, o tom dessa discussão subia além da conta, com acusações e ofensas pessoais de ambas as partes (PAIVA, 1985, p.137).

No período que antecedeu às eleições para o governo do Estado de 1986, os intelectuais mais uma vez foram convidados pelos jornais para fazerem análises sobre o projeto educacional de Brizola e Darcy. Em setembro de 1986 o jornal *O Globo* chegou até a promover uma discussão democrática sobre assunto.

Foram convidados intelectuais contrários ao projeto, como a pedagoga Nilda Alves e membros do Centro Estadual dos Professores (CEP) e pensadoras que defendiam os CIEPs, como a professora Lia Faria e a secretária municipal de educação Maria Yedda Linhares para um debate bastante produtivo.

A professora Nilda Alves desenvolveu muito bem o seu papel de crítica, demonstrando que os treinamentos oferecidos pelo governo do estado não chegavam a todos os professores:

Acho um erro esses treinamentos perenes promovidos pelo Estado, formulados sem nenhuma consulta à categoria e que partem do princípio de que o professor não sabe nada [...]. É necessário acabar com esse paternalismo do Estado e pensar que uma categoria que faz assembleia com a participação de 25.000 mil pessoas, como tivemos na última greve, tem muito a contribuir na busca de soluções para o problema de sua formação (O GLOBO, 17/08/1986, p. 22).

A professora Lia Faria, presente nas discussões, se apressou em contrargumentar, lembrando da seriedade e das várias etapas existentes nas formações oferecidas pela Consultoria Pedagógica de Treinamento (CPT), pela qual era a responsável:

Estamos começando hoje um treinamento para 600 professores de brizolões antigos que não haviam sido treinados e outros dois, nos próximos dias, para mais 1,2 mil. Esse é apenas o treinamento inicial. Há o permanente, que consiste

em quatro horas semanais para os professores orientadores de alfabetização [...] (O GLOBO, 17/08/1986, p.22).

A professora Vera Dias foi a representante do CEP na discussão e apresentou críticas bem moderadas ao projeto de Darcy:

É necessário discutir com os diversos segmentos da comunidade a execução do Programa Especial de Educação, para que os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) não continuem a funcionar como uma rede paralela de escolas que detém todos os recursos e atenções em detrimento do sistema tradicional (O GLOBO, 17/08/1986, p.22).

Esse encontro tinha o objetivo, segundo o próprio jornal, muito relevante, de discutir os CIEPs na prática e encaminhar sugestões para a secretária de educação, Maria Yedda Linhares, que esteve presente nas discussões. Apesar das críticas, nota-se que havia uma certa preocupação do jornal em tentar contribuir com o aperfeiçoamento do modelo educacional formulado por Darcy para os brizolões. Essa foi a única iniciativa construtiva da imprensa em favor do projeto dos CIEPs que localizamos.

Com a chegada da disputa eleitoral para o governo do estado essa colaboração deixou de existir. No final de outubro de 1986, *O Globo* convidou o economista João Paulo de Almeida Magalhães, professor titular da Faculdade de Direito da UFRJ, para analisar os CIEPs.

O economista chamou atenção para fatos já mencionados por outros críticos, como: a falta de investimentos nas demais escolas e instituições estaduais, a localização dos brizolões, que, segundo ele, atendiam à critérios de propaganda e não a necessidades reais; porém, também chamou atenção para outro aspecto até então pouco percebido: os altos custos com a manutenção dos CIEPs (O GLOBO, 31/10/1986, p.8).

Mesmo com tantas críticas e até com a derrota eleitoral de Darcy em 1986, o projeto dos CIEPs ainda desfrutava de muita popularidade. Além de algumas manifestações que já citamos para ilustrar essa afirmação, a defesa dos brizolões por membros do CEP e por professores também atestam essa popularidade:

O CEP não é contra o CIEP, quer apenas discutir a forma como vem sendo implementado. O governo no seu Plano de Desenvolvimento Econômico de 1983, disse que ouviria os diversos setores da comunidade antes de implementá-lo; não fomos ouvidos em momento algum (O GLOBO, 17/08/1986, p.22).

Como veremos no capítulo seguinte com maior detalhamento, as lideranças do Centro Estadual dos Professores (CEP) reconheciam as qualidades do projeto dos CIEPs.

Eles, no entanto, criticavam a prioridade que o governo do estado dava a essa rede de ensino e a falta de diálogo com a categoria.

Todas as professoras e o professor que entrevistei para essa pesquisa, entre os quais constavam sindicalistas, professores da rede regular, professores de CIEPs e membros do corpo administrativo da secretaria de educação, também foram unânimes em apontar o projeto dos CIEPs como a grande iniciativa política educacional brasileira do período posterior à ditadura militar.

Se esse diálogo de que fala o Centro Estadual dos Professores (CEP) acima, entre governo, sindicato e professores, se fosse realmente viabilizado, dificilmente o projeto dos CIEPs seria descartado tão facilmente por Moreira Franco, em 1987, e Marcelo Alencar, em 1995. O governo trabalhista errou ao apostar em sua autossuficiência na implementação do projeto e o sindicato e os professores ao não defenderem a continuidade dos *Brizolões* nos governos que sucederam Brizola. Todos perderam.

### **3-3-5 A título de conclusão**

Os CIEPs foram amplamente utilizados em vários momentos eleitorais como o carro chefe das campanhas de Brizola, Darcy e dos pedetistas como um todo. Esse foi, aliás, um dos pontos negativos do projeto segundo várias especialistas que o analisaram, caso de Helena Bomeny (2007), Libânia Xavier (2016) e Ana Maria Cavaliere (2003).

Os principais veículos de imprensa, sempre procuraram se contrapor a esse posicionamento, procurando descaracterizar o projeto dos CIEPs e os projetos trabalhistas como um todo.

Em determinados momentos, como na eleição de 1986, essas intervenções da imprensa tiveram o efeito desejado e influíram decisivamente no resultado do pleito. Em outros momentos, apesar de toda a intensidade e virulência do discurso midiático, os trabalhistas venceram com folga, caso da eleição municipal de 1985 e, posteriormente, na segunda eleição de Brizola para o governo do estado, em 1991.

O cientista político Fernando Lattman Weltman explica essa variação de resultados chamando atenção para a questão da recepção do discurso midiático, para a forma como os leitores, ouvintes ou telespectadores processam as informações transmitidas pela imprensa. Para esse pesquisador, entender os mecanismos de busca de informações políticas por parte dos cidadãos comuns é tarefa das mais importantes (WELTMAN, 2018, p.243).

Segundo Weltman, os militantes buscam notícias para ratificar a sua ideologia, podem, portanto, ratificar ou descartar as opiniões da mídia sem grandes problemas; enquanto o cidadão comum, muito menos propenso a esse processo de conhecimento, leva em considerações outros fatores para estabelecer a sua escolha: “outras percepções e atalhos cognitivos poderiam pesar mais na decisão do voto” (WELTMAN, 2018, p. 241).

Para Weltman, que estudou, entre outros processos políticos, a vitória eleitoral de Dilma Rousseff em 2014 em meio à grande oposição da imprensa brasileira, as mídias se partidarizam em momentos em que não conseguem mudar a opinião pública:

Por que justamente no momento em que possivelmente se observa o mais alto grau de engajamento (proto)partidário contra um determinado grupo político – e em que, supõe-se, eles teriam atingido elevado nível de interferência no jogo – isso não se traduz em resultados eleitorais congruentes [...]? (WELTMAN, 2018, p.243).

A mídia não conseguiu derrotar Saturnino em 1985 e não foi a causa da derrota eleitoral de Darcy em 1986, apesar de sua intensa partidarização. O que determinou a eleição de Moreira Franco em 1986, assim como a de vários outros governadores do PMDB em todo o país, foi o Plano Cruzado, posto em prática pelo Presidente José Sarney. Vencer a inflação naquela conjuntura parecia, aos olhos da população brasileira, muito mais urgente e relevante do que qualquer outro projeto, inclusive o dos CIEPs. O Plano Cruzado, apresentava-se, portanto, como um desses atalhos cognitivos de que fala Weltman. Sarney e seus aliados ofereceram um espetáculo de prestidigitação para o problema da inflação e acabaram iludindo todo o país.

É necessário destacar, por fim, que apesar de se opor a linha editorial de alguns veículos da imprensa, Brizola jamais ameaçou ou tentou impor limites à liberdade de expressão ou a própria democracia. “*no caso do Novo Trabalhismo, exatamente por estar se constituindo em torno da liderança de Brizola, a preocupação em firmar compromisso com a institucionalidade democrática foi bastante enfatizada*” (SENTO-SÉ, 2004, p. 59).

Segundo depoimento do próprio Brizola, em 1993, ele desejava impor limites legais a atuação das Organizações *Globo* e não a censurar:

Aqui no Rio de Janeiro foi quase um milagre a minha eleição enfrentando a *Globo*, que se parcializa quando não se pode parcializar. Ela tornou-se uma força avassaladora extremamente prejudicial ao país. Por isso digo que o país não conseguirá sair da crise, das dificuldades em que se encontra, sem pôr limites, sem colocar esse poder avassalador no seu leito lógico e natural. Não preconizo, censura, preconizo uma legislação e autoridades públicas que se disponham a cumprir o dever de controlar, de aplicar a legislação e de fiscalizar (*Apud: RODRIGUES, 2008, p. 76*).

Para a pesquisadora Mônica Rodrigues essa postura de Leonel Brizola foi importante para a consolidação das ideias democráticas no Brasil naquele período final da ditadura e de abertura política:

A capacidade dos cidadãos e dos políticos de estabelecer essas cobranças, e até mesmo de duelar com a imprensa livre, constitui o maior legado de uma democracia. Quando ela realmente existe, não há político nem imprensa intocável (*RODRIGUES, 2008, p. 89*).

A imprensa foi amplamente utilizada por Brizola para combater os seus inimigos, inclusive para responder a uma parte da própria imprensa que lhe criticava. Em 1986, quando os professores da rede pública declaram uma nova greve, Brizola utilizou a imprensa para tentar combater o movimento, tanto através dos pronunciamentos pagos, os *tijolaços*, como em suas entrevistas e pronunciamentos sobre o movimento, que sempre tinham espaço na seção do noticiário sobre a cidade do Rio de Janeiro.

As memórias desses professores que participaram com tanta intensidade da greve de 1986 sobre os CIEPs é um outro elemento importante a ser levado em consideração, principalmente porque muitos daqueles que protestaram contra a prioridade dada pelos trabalhistas ao projeto de Darcy em detrimento de todas as demais escolas, hoje consideram, como assinalado, essa uma das maiores iniciativas que ocorreram na esfera da educação pública no Brasil no período posterior à ditadura militar.

## CAPÍTULO IV

### As memórias docentes sobre os CIEPs

A parte mais gratificante dessa dissertação é, sem dúvida, essa que se inicia. As entrevistas orais me possibilitaram conhecer melhor parte da história profissional de alguns colegas, rever outros após um longo tempo e conhecer trajetórias de pessoas absolutamente fascinantes, além de analisar os temas trabalhados a partir de uma perspectiva bastante interessante proporcionada pela história oral. Após muita reflexão, decidi me limitar a cinco entrevistas, todas de professores atuantes nos CIEPs, no sindicato ou em escolas da rede pública do Rio de Janeiro no período delimitado.

Essas entrevistas serão analisadas ao longo desse capítulo através de algumas discussões temáticas, envolvendo questões que já tenham sido citadas nos capítulos anteriores, tais como: a repercussão do projeto dos CIEPs entre os professores, a forma como as imagens públicas de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro foram construídas e compreendidas pelos professores, o Encontro de Mendes, as formações da CPT, as greves de 1979 e 1986, a fundação do atual SEPE.

Tenho a intenção de promover uma espécie de diálogo entre os nossos entrevistados, expondo a contribuição de cada um deles sobre esses temas. Além disso, também abordarei outras questões que se destacaram durante o processo de produção das fontes orais, esse é o caso, por exemplo, das discussões sobre gênero, que ganharam relevo principalmente a partir das memórias acerca da liderança de Hildésia Medeiros e de outras professoras durante o processo de constituição do atual SEPE. Histórias que merecem ser ouvidas e, principalmente, narradas por todos aqueles que possuem responsabilidade social.

#### **4-1 Aspectos teóricos da história oral**

A oralidade é essencial para os seres humanos, ela acompanha a nossa espécie desde os seus primórdios e não só antecedeu em muito à comunicação escrita como

subsistiu muito mais tempo do que ela. Segundo o historiador Jorge Eduardo Aceves Lozano,

abordar o fenômeno da oralidade é ver-se defronte e aproximar-se bastante de um aspecto central da vida dos seres humanos: o processo de comunicação, o desenvolvimento da linguagem, a criação de uma parte muito importante da cultura e da esfera simbólica (LOZANO, 2000, p. 15).

A história oral apresenta-se como uma excelente metodologia para a compreensão da oralidade a partir do ponto de vista das ciências humanas. Para melhor situar a forma como trabalharei com essa metodologia, faz-se necessário apresentar as definições que utilizarei. Nesse sentido, a historiadora Verena Alberti oferece uma interessante dimensão do seu uso, segundo ela,

se podemos arriscar uma rápida definição, diríamos que a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a entrevista com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto estudado. (ALBERTI, 2017, p.18).

O historiador Jorge Eduardo Aceves Lozano, complementa a definição da professora Verena Alberti, corroborando o caráter interdisciplinar da história oral e chamando atenção também para a possibilidade que ela oferece de interpretações qualitativas dos processos históricos, além de outras observações em relação à construção das fontes orais:

diria que antes é um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escala e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos históricos sociais. Para isso, conta com métodos e técnicas precisas em que a constituição de fontes e arquivos orais desempenha um papel importante. Dessa forma a história ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na visão e versão que dimanam no interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais (LOZANO, 2000, p. 16).

Assim, selecionar interlocutores que possam contribuir de uma forma positiva e propositiva com o tema da pesquisa é uma das primeiras tarefas a serem levadas em conta pelo pesquisador em história oral.

#### **4-1-1 A escolha dos entrevistados e o papel do entrevistador**

Seguindo a linha proposta pelos autores acima, iniciei o processo de construção de minhas entrevistas, na premissa de que elas se configuram as fontes orais que serão

utilizadas nessa parte da pesquisa. Todos os entrevistados escolhidos, como já foi dito, foram professores da rede pública no período e tiveram, em suas trajetórias profissionais, relações diretas com os CIEPs ou com as escolas da rede pública regular durante primeiro governo de Leonel Brizola no estado do Rio de Janeiro.

Há que se assinalar ainda que todas essas pessoas que entrevistamos, além de professores, atuaram em outras funções estratégicas no período delimitado, exercendo cargos como o de presidente do sindicato, funções de chefia em secretarias de governo, alguns também atuaram como diretores de escolas, como coordenadores pedagógicos e como articuladores das salas de leitura. Ou seja, os nossos entrevistados se mostraram em condições de analisar o projeto dos CIEPs tanto a partir do ponto de vista das salas de aula, como também de modo que se levassem em consideração outros referenciais.

Além da seleção de entrevistados, outro elemento fundamental para a história oral que exigiu cuidado foi o processo de produção das entrevistas. Uma das primeiras questões que se apresentam a esse respeito trata da participação de um especialista no processo de elaboração da fonte. Nesse caso, há que se considerar que o pesquisador tem uma influência direta na concepção desse tipo de documento. Alessandro Portelli explica esse processo de uma forma bem didática, para ele,

(...) a narração oral da história só toma forma em um encontro pessoal causado pela pesquisa de campo. Os conteúdos da memória são evocados e organizados verbalmente no diálogo interativo entre fonte e historiador, entrevistado e entrevistador (PORTELLI, 2010, p. 19).

Para o intelectual italiano, o historiador não deve se esquivar da tarefa de participar da produção da fonte oral, ele deve provocar a criação do seu entrevistado, por meio de sua presença, de suas perguntas e de suas reações,

a diferença cultural entre pesquisador e narrador sujeita este último a estímulos imprevistos, força-o a explorar setores e aspectos da sua experiência que geralmente não são mencionados quando ele conta histórias dentro de seu círculo imediato (PORTELLI, 2010, p. 19).

Para Portelli, o historiador pode ser considerado um coautor da fonte oral, pois *“cada entrevista documentada, (...), tem dois autores: a pessoa que pergunta e a pessoa que responde. Eu acrescentaria que, uma vez iniciado o diálogo, a destinação entre as duas funções jamais é rígida e absoluta”* (PORTELLI, 2010, p.212).

O tipo de entrevista que realizei, as entrevistas temáticas, colocam ainda mais em evidência esse papel do entrevistador no processo de construção das fontes orais, pois

proponho questões específicas para que esses entrevistados organizem os seus relatos e as suas memórias a partir deles.

Verena Alberti define as entrevistas temáticas como sendo “[...] *aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido*” (ALBERTI, 2005, p.20). Durante as entrevistas que realizei levei alguns temas específicos para os meus entrevistados, direcionando-os para as reflexões mais importantes para a minha pesquisa, que destaca temas como os CIEPs e o primeiro governo de Leonel Brizola.

Isso não significa dizer que as histórias de vida de nossos entrevistados tenham sido ignoradas durante o processo de construção das fontes orais. A trajetória de cada um deles foi considerada sempre com muita atenção, antes, durante e depois do processo de entrevista, porém as temáticas destacadas foram sempre priorizadas.

Consciente desse papel do entrevistador no processo de construção da fonte oral, procurei também preparar roteiros gerais e específicos para as entrevistas, estudando e considerando a trajetória de vida de cada uma das pessoas entrevistadas. Procurei, ainda, ficar bastante aberto para ouvir o que essas pessoas tinham a contar, seguindo os caminhos narrativos que cada uma delas trilhou, valorizando a vivência expressa em cada relato.

#### **4-1-2 O conceito de vivência**

Outro conceito importante levado em consideração nessa dissertação é o de vivência, ele é utilizado como uma das referências no processo de construção das fontes orais. Esse conceito é muito utilizado no âmbito da hermenêutica e foi criado por Wilhelm Dilthey. Para ele, vivência é a menor unidade das ciências humanas e fundamental para a compreensão das mesmas,

essa menor unidade é um dos termos da fórmula que, segundo Dilthey, torna acessíveis os objetos das ciências humanas: vivência-expressão-compreensão. As produções humanas exprimem a vivência e cabe aos hermenutas compreender essas expressões de tal forma que a compreensão seja o mesmo que tornar a vivenciar (ALBERTI, 2019, p.18).

O tipo de conhecimento proporcionado pela história oral é genuinamente hermeneuta, de interpretação,

(...) o que fascina numa entrevista é a possibilidade de tornar a viver as experiências do outro, a que se tem acesso sabendo compreender as expressões de sua vivência. Saber compreender significa realizar um verdadeiro trabalho de hermenêutica, de interpretação (ALBERTI, 2019, p. 19).

O conceito de vivência, portanto, permite que se volte a experimentar aquilo que foi vivido no passado, a partir de um processo de reconstrução da memória<sup>45</sup>. É esse processo que procurei nas entrevistas com os professores, isto é, tentar recuperar a experiência dos CIEPs e do primeiro governo de Leonel Brizola com aqueles que a vivenciaram.

#### 4-1-3 O processo de construção das entrevistas

Se em relação à escolha dos entrevistados e a participação dos historiadores no processo de produção das fontes orais o mecanismo é mais ou menos simples, o mesmo não se pode dizer de todo o resto dessa operação, isto é, da produção da fonte oral propriamente dito. Segundo Verena Alberti, “(...) a principal característica de um documento de história oral não consiste no ineditismo de algumas informações, tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos” (ALBERTI, 2019, p. 23).

O que existe de mais importante em uma fonte oral é o processo de construção dos relatos pelo indivíduo, as subjetividades a ele inerentes, que não só são consideradas uma virtude, como também são tidas como uma das peculiaridades da história oral,

assim, não é mais fator negativo o depoente poder “distorcer” a realidade, ter “falhas” de memória ou “errar” em seu relato; o que importa agora é incluir tais ocorrências em uma reflexão mais ampla, perguntando por que razão o entrevistado concebe o passado de uma forma e não de outra e por que razão e em que medida sua concepção difere (ou não) das de outros depoentes (ALBERTI, 2019, p.19).

Essas questões foram devidamente levadas em consideração ao longo do processo de entrevistas que realizei e nas discussões que foram trabalhadas nesse capítulo, até porque a maior parte dos nossos entrevistados teve uma ligação passional com os CIEPs, alguns manifestando amplo apoio ao projeto, outras por figurarem entre os seus principais críticos na década de 1980.

---

<sup>45</sup> Voltaremos a discutir a questão da memória adiante.

Durante o período em que realizei as entrevistas, apesar da opção por temas específicos e de ter roteiros preestabelecidos, procurei não cercear os professores com quem dialoguei. Tentei acompanhar os caminhos narrativos que seguiam, adaptando minhas questões ao que eles iam contando. Utilizei, para tal, o modelo de entrevista não diretiva, definida por Momberger como aquela em que o entrevistador passa a tentar seguir o entrevistado,

o narratório não pode mais que seguir o narrador, só pode correr atrás dele nas sinuosidades, nas bifurcações, nas rupturas de seus caminhos e dos seus desvios, sem nunca ultrapassá-lo (...). A questão do narratório só pode vir *depois*, seu questionamento só pode ser ulterior (MOMBERGER, 2012, p. 528).

As questões relacionadas à forma como os acontecimentos foram lembrados, narrados e mobilizados pelos entrevistados ganharam, a partir desse momento, uma grande relevância.

#### **4-1-4 A questão da memória**

Algumas dessas pessoas que entrevistei mudaram o seu ponto de vista, ao longo do tempo, principalmente em relação à forma como compreenderam a importância dos CIEPs. Pelo menos duas pessoas que entrevistei foram importantes críticos dos CIEPs durante os anos 1980. Atualmente, porém, essas pessoas entendem que o projeto foi um dos mais relevantes que já foram implementados no Brasil e elogiaram muito tanto esse modelo de escola como o seu criador, Darcy Ribeiro.

Essa mudança de posição chama a atenção para outra característica relevante das fontes orais, a sua mutabilidade, isto é, as narrativas, como um todo, não ficam congeladas no tempo, elas podem sofrer modificações. Até no instante em que os relatos são feitos há a possibilidade de ocorrerem mudanças, caso o narrador seja exposto a outros estímulos. Essas mudanças de posicionamento estão diretamente relacionadas à questão da memória:

isso deriva sobretudo do fato de que a memória não é um ato imediato e binário de retirada de informações já formadas, mas um processo múltiplo de produção gradual de significados, influenciados pelo desenvolvimento do sujeito, pelo interlocutor e pelas condições do ambiente (PORTELLI, 2010, p.72).

Jean Jacques Becker acrescenta que a história oral se inclui em uma categoria particular de fontes, que, segundo ele, foram definidas por Jacques Ozouf como arquivos

provocados. Segundo o mesmo Becker uma das mais importantes características desses arquivos provocados é a sua produção posterior ao ocorrido:

ora, qualquer que seja a forma do arquivo provocado, ele tem sempre o mesmo inconveniente: foi sempre constituído depois do acontecimento, portanto, é responsável por tudo que foi dito e escrito *a posteriori*, ele pode resgatar lembranças involuntariamente equivocadas, lembranças transformadas em função dos acontecimentos posteriores, lembranças transformadas deliberadamente para “coincidir” com o que é pensado muitos anos mais tarde, lembranças transformadas simplesmente para justificar posições e atitudes posteriores (BECKER, 2000, p. 28).

Não há como se produzir fontes orais sem se considerar também algumas características fundamentais da memória. O sociólogo Michael Pollack tem grandes contribuições sobre esse tema e pretendo levar em consideração muitos dos seus apontamentos nesse capítulo.

Um dos primeiros pontos a serem levados em consideração sobre a memória é a sua seletividade, isto é, a memória possui uma espécie de filtro para acessar fatos que mereçam mais atenção, que tenha marcado emocionalmente uma pessoa. Nesse processo, há que se considerar também que muitas outras informações acabam sendo descartadas, pois para a pessoa que está mobilizando determinada memória algumas informações podem não apresentar nenhum tipo de nexos ou relevância (POLLACK, 1992, p. 203).

Outro elemento constitutivo da memória que merece destaque, segundo Pollack, é o de que ela deve ser entendida como um fenômeno coletivo e permeado por disputas. Como apontou Maurice Halbwachs:

*a priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20 e 30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes (POLLACK, 1992, p. 201).

Pollack defende ainda a existência de várias memórias: uma dominante ou hegemônica e várias outras subterrâneas. A memória coletiva dominante é, em linhas gerais, aquela que reforça a ideia de coesão, de adesão ao grupo que governa ou domina (POLLACK, 1989, p.3). As memórias subterrâneas significam o extremo oposto, “(...) pois destacam o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional” (POLLACK, 1989, p. 4). Essas memórias subterrâneas surgem, em geral, em épocas de crise, mas podem ser identificadas em outros períodos por meio da história oral. Elas, em suma, esperam o momento certo para se expressarem publicamente

(POLLACK, 1989, p.4,5,12). Essa clivagem entre memória oficial e as memórias subterrâneas não se manifesta apenas na relação do Estado com a sociedade, ela pode ser percebida em outras estruturas sociais. Os sindicatos, por exemplo, fornecem, segundo Pollack ainda, um quadro de referências e de pontos referenciais aos seus membros, um enquadramento da memória <sup>46</sup> (POLLACK, 1989, p. 9). Ao entrevistar pessoas com esse referencial social, o pesquisador precisa de cuidados redobrados, pois

toda a organização política, por exemplo – sindicato, partido - veicula seu próprio passado e a imagem que ele forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob o risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento (POLLACK, 1989, p. 10).

Esse referencial é particularmente importante para a nossa pesquisa, pois duas de nossas entrevistadas foram destacadas líderes sindicais do período estudado. Além delas, outra professora teve uma passagem marcante pelo atual SEPE durante o período de sua organização, porém mais tarde aderiu ao trabalhismo, fatos que merecem ser levados em conta ao analisarmos os seus depoimentos.

Alessandro Portelli também tem importantes contribuições para essa discussão sobre memória. A esse respeito, o historiador italiano acrescenta a relevância da dimensão individual da memória. Mesmo levando em consideração os aspectos coletivos da memória, levantados por Pollack, Portelli pondera que se esse processo de construção da memória fosse unicamente social bastaria uma testemunha para sintetizar uma cultura inteira. Para o historiador italiano a memória também é individual e social,

cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história “social” (PORTELLI, 2000, p. 127).

A escolha de pessoas com diferentes vivências entre os nossos entrevistados também tem o objetivo de procurar indícios dessas várias possibilidades colocadas pela memória. A memória individual estará no relato de todos, a memória oficial dos CIEPs poderá ser identificada no relato da professora Lia Faria, que fez parte da cúpula da administração do governo do estado, além de ter sido filiada ao PDT; por sua vez, a memória sindical, ou memória oficial do sindicato, pode estar nos relatos de seus membros, como a professora Hildésia Medeiros, que presidiu o CEP e a professora Maria

---

<sup>46</sup> Para Pollack, “o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Este pode material pode, sem dúvida, ser interpretado e combinado a um cem número de referências associadas. (POLLACK,1989, p.9)

das Dores Mota, que também fez parte da cúpula do sindicato; já a memória subterrânea poderá ser encontrada nos relatos dos demais professores que entrevistamos, assim como, nas memórias dessas três primeiras citadas.

Por se tratar de pessoas inteligentes e com grande capacidade de autocrítica, muitos desses entrevistados acabaram não se mantendo fiéis a esses papéis de uma forma rígida, manifestando, em vários momentos, aspectos das chamadas memórias subterrâneas. Eles transgrediram constantemente as posições esperadas. A professora Hildésia, por exemplo, apesar de tratar o sindicato de uma forma extremamente ética e respeitosa, não se esquivou de discordar de muitas atitudes tomadas por essa instituição, demonstrando uma capacidade analítica bastante original e expressando em muitos momentos sua oposição a todas as formas de opressão.

Por fim, além da preocupação com essas questões acima expostas, é necessário ter atenção também a outras nuances que a memória apresenta. Pollack chama a atenção também para a relação da memória com o tempo presente, segundo ele a memória está sujeita a grandes flutuações em decorrência do momento em que se vive.

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas a vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que em função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória (POLLACK, 1992, p. 204).

Acredito que essa influência do tempo presente sobre a memória tenha sido um fator importante no processo de produção das fontes orais, pois entrevistei professores e lideranças sindicais que lutaram, em um passado recente, a favor da liberdade de organização e de expressão dos trabalhadores. Em outras palavras, voltarei a tratar dessas questões com lideranças políticas e sindicais justamente em uma época em que as liberdades de expressão e organização em nosso país voltam a ser ameaçadas.

Nesse sentido, destaco o fato de que, constantemente, as entrevistas foram pontuadas com críticas ao atual governo e à situação do país, de uma forma geral. Não estou considerando esse fato como uma limitação ou problema, muito pelo contrário, acredito que essas pessoas precisam se posicionar e serem ouvidas em tempos tão difíceis. Só não se pode deixar de considerar que o tempo presente criou influências significativas nos relatos que essas lideranças prestaram.

## 4-2 Diálogos sobre os CIEPs

O processo de entrevistas para essa dissertação levou cerca de um ano, tendo começado em novembro de 2019 e terminado em janeiro de 2021. No percurso, entrevistei cinco professores que possuem relações diretas com os temas trabalhados na dissertação, dois deles são pessoas com quem trabalhei e que sabia que suas trajetórias profissionais eram pertinentes para as discussões aqui presentes.

As outras três conheci durante o processo de entrevistas, porém elas já haviam sido citadas como referências históricas e/ou bibliográficas ao longo dos primeiros capítulos desse trabalho. Faz-se necessário, nesse sentido, uma breve apresentação das biografias desses entrevistados, para que posteriormente as discussões sejam consolidadas no contexto devido do conhecimento da trajetória de cada um deles.

Algumas entrevistadas ocuparam importantes funções em sindicatos e na administração pública estadual, outras tiveram uma participação marcante dentro das instituições escolares em que atuaram. Em comum o fato de todos terem muito a dizer sobre o período.

Assim, destaco: a professora Lia Ciomar Macedo de Faria, que lecionou História no interior do estado do Rio de Janeiro, na cidade serrana de Nova Friburgo, filiada ao PT, tendo sido candidata à prefeitura desta cidade, por este partido, em 1982. Ela também exerceu o cargo de presidente do CEP nesta mesma localidade e por esse motivo ganhou certa projeção entre os professores da rede pública. Segundo o relato das outras duas professoras do CEP que entrevistei, Lia Faria foi uma das mais atuantes lideranças no processo de formação do CEP e na greve de 1979.

Sua trajetória mudou radicalmente depois do Encontro de Mendes, quando, ao terminar o seu discurso, como representante da sua cidade, recebeu um convite inusitado, do sempre bem humorado Darcy Ribeiro. Segundo o relato da própria Lia Faria, depois que parou de discursar, Darcy a convidou publicamente para que ela integrasse a sua equipe, na secretaria de cultura.

Diante de uma assembleia que gritava em uníssono “*aceita! Aceita!*”, ela abraçou o convite, tornando-se, primeiramente, diretora de um complexo de escolas em São Gonçalo, que incluía, inclusive, um *campus* da UERJ. Pouco tempo depois ela se tornou

a coordenadora da Consultoria Pedagógica de Treinamento (CPT), um órgão público dos mais relevantes para o projeto dos CIEPs, responsável, como já assinalado, pela formação continuada nessas novas unidades de ensino.

Atualmente Lia Faria atua como professora universitária na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e tem como campo de pesquisa as questões relacionadas aos CIEPS, possuindo uma gama de estudos voltados para esse tema. A entrevista que realizei com a professora, além de ter possibilitado a produção de uma fonte oral das mais relevantes, também ocorreu com uma dinâmica muito semelhante a uma reunião de orientação de pós-graduação, com o apontamento de caminhos a serem seguidos e bibliografias a serem consideradas. Uma experiência intelectual realmente admirável.

Outra professora de História que entrevistei foi Hildésia Medeiros, uma militante que participou da luta contra a ditadura militar e que fez parte do grupo de professores responsáveis pela formação do SEP/CEP, na década de 1970. Hildésia foi uma das grandes lideranças do CEP nas décadas de 1970 e 1980 e presidiu o sindicato justamente durante a greve que ocorreu no governo Brizola, em 1986.

Também foi candidata à vereadora na cidade do Rio de Janeiro, pelo Partido dos Trabalhadores, em 1982. Hildésia conta até hoje com a admiração de muitos professores da rede pública e de membros do sindicato, além de ter sido tratada na época com simpatia e respeito por uma parte da imprensa carioca, que a classificava, como já assinalamos, como uma “*liderança moderada*”.

Esses atributos não foram suficientes para que uma ala mais radical do sindicato, formada por um grupo existente à época dentro do Partido dos Trabalhadores, a Convergência Socialista, que mais tarde foi expulsa do PT e deu origem ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e pela CUT, se movimentassem politicamente para afastá-la da presidência do sindicato.

A entrevista com Hildésia também foi um excelente aprendizado. Ela conduziu a sua fala de uma forma bastante descontraída e constantemente pedia a minha opinião sobre diversos assuntos. Quase sempre relacionados à realidade atual do Brasil. Sua narrativa também foi recheada de detalhes pitorescos e interessantes sobre personagens políticos como Darcy Ribeiro, Leonel Brizola e outras lideranças do período. Uma grande lição para toda a minha vida.

A professora Maria das Dores Mota, que prefere ser chamada de Dodora Mota, também foi professora da rede pública no período e uma das fundadoras do CEP em sua cidade, Volta Redonda. Dodora, além de presidente do CEP, no sul fluminense, também fez parte da gestão de Hildésia Medeiros, ocupando uma das secretarias do sindicato. Além disso, foi diretora de uma escola estadual da rede regular durante o primeiro governo Brizola.

Sua narrativa caracterizou-se pela racionalidade, a sua fala foi sempre muito pensada e organizada. Ela revelou com muita lucidez detalhes importantes das lutas sindicais do período e da história das instituições escolares. Uma liderança com um grande poder de síntese, pois foi capaz de explicar situações complexas de uma forma bastante clara e concisa.

A professora Paula Cristina Vieira dos Santos atuou como professora do primeiro segmento do ensino fundamental, isto é, trabalhava com as chamadas turmas de 1<sup>a</sup> à 5<sup>a</sup> série do período. Ela iniciou a sua carreira no magistério justamente no primeiro CIEP inaugurado pelos trabalhistas, o CIEP Tancredo Neves, no bairro do Catete, em 1986.

Era uma militante do Partido Verde (PV) e trabalhou, ao longo de sua carreira, apenas em escolas do município do Rio de Janeiro. Durante o primeiro governo Brizola chegou a trabalhar em escolas da rede regular, fazendo hora-extra, por isso conhecia a realidade dessas “*duas redes*”. No segundo governo Brizola atuou como professora da sala de leitura em seu CIEP de origem, ampliando ainda mais o seu conhecimento sobre esse modelo de escolas. É filiada ao SEPE até hoje e, na época, participou da greve de 1986 e de todos os demais movimentos sindicais. Sua principal reivindicação era a de que o projeto dos CIEPs fosse levado para toda a rede.

Durante o processo de entrevista, a professora Paula Cristina revelou-se uma entusiasta, ou melhor, uma apaixonada, segundo as suas próprias palavras, pelo projeto dos CIEPs. Ela realizou o concurso específico para os CIEPs porque desejava trabalhar com esse projeto. Mesmo depois que mudou para o subúrbio continuou lecionando no Tancredo Neves por acreditar na proposta.

O único docente do sexo masculino que entrevistei foi Luís Carlos Pimentel, professor de Biologia na rede estadual e de ciências na rede municipal. Por ter trabalhado nas duas redes, o professor Pimentel, como prefere ser chamado, tem uma visão holística sobre a educação e o governo Brizola.

O professor Pimentel também foi diretor de uma escola da rede municipal durante o período analisado. Conviveu muito com professores dos CIEPs nas escolas em que lecionava, além disso, passou por constantes processos de formação nessas unidades, por isso também tem uma opinião clara sobre o projeto de Darcy Ribeiro.

Pimentel não militou em nenhum partido político, porém participou com grande entusiasmo da greve de 1979 e depois se decepcionou com a categoria e nunca mais entrou em outra greve. Estabeleci com o professor Luís Carlos uma conversa de professores, mestres de escolas, pois cheguei a trabalhar com ele na rede estadual na primeira década do século XXI e sempre admirei muito a sua postura profissional e o carinho e a confiança que os alunos demonstravam para com ele.

Sua narrativa expressou uma visão bastante prática da educação e das questões sugeridas em geral. Ele defendeu, por exemplo, que o projeto dos CIEPs era excelente, porém utópico para o Brasil, pois para cada escola regular existente haveria a necessidade de se construir pelo menos três CIEPs.

Durante o processo de entrevista com esses profissionais sugeri, como já assinalado, alguns temas relacionados ao projeto dos CIEPs e ao primeiro governo Brizola. O ponto de vista de cada um deles sobre esses temas será analisado a seguir, realizando uma espécie de debate entre o que cada um apresentou como seu ponto de vista dessa história.

#### **4-3 As disputas pela memória**

Os CIEPs ocupam, como já pontuamos, um lugar privilegiado no imaginário da população do Rio de Janeiro e do Brasil. A forma como os professores da rede pública se relacionaram com essa proposta merece ser analisada e discutida levando-se em consideração diferentes pontos de vista. As fontes orais que organizei para essa pesquisa (por meio das entrevistas) permitem que se lance algumas luzes sobre esse processo, sendo possível, principalmente vislumbrar os apoios e críticas que o projeto recebeu na década de 1980.

Percebi, entre os professores que entrevistei, três posições em relação ao projeto educacional de Darcy Ribeiro: a primeira expressa a existência de professores que se

entusiasmaram com o projeto desde o período em que ele foi colocado em execução; havia também o grupo de professores que foram críticos do projeto desde o seu anúncio, principalmente porque ele não atingia todas as escolas da rede pública e também por criar uma categoria de professores diferenciados; um terceiro ponto de vista refere-se a posição atual dos professores em relação ao projeto: todos os docentes entrevistados reconheceram a importância dos CIEPs para a educação pública do Rio de Janeiro e do Brasil, isto é, mesmo aqueles que criticaram o projeto na década de 1980 hoje reconhecem o quanto esse projeto foi relevante e necessário para a educação pública carioca e fluminense.

Na década de 1980, portanto, o projeto dos CIEPs tinha tanto defensores incondicionais e passionais sob todos os aspectos, como críticos implacáveis e sempre prontos a denunciar todas as suas falhas, por menor que fossem.

#### **4-3-1 Um projeto considerado apaixonante**

A década de 1980 foi um período em que surgiram alguns projetos de reconstrução da democracia e da própria questão nacional no Brasil, temas como as eleições diretas, o combate à inflação, o equacionamento da dívida externa, são alguns do que figuravam na pauta das grandes discussões políticas do período. Brizola e Darcy Ribeiro acrescentaram um outro elemento a essa discussão: a educação. O projeto dos CIEPs oferecia à população do Rio de Janeiro um modelo de escolas de horário e ensino integrais, algo inteiramente novo no estado e na maior parte do país.

A reação dos professores, enquanto categoria, a esse projeto, como já analisamos, não foi unânime. Desde que Darcy anunciou o projeto, ainda de forma tímida, no Encontro de Mendes, algumas vozes docentes criticaram as propostas do antropólogo. Porém, vários outros professores aderiram aos chamamentos do governo e não só se candidataram para trabalhar nessas novas unidades de ensino, como demonstraram grande afinidade com a proposta.

A entrevistada que demonstrou mais entusiasmo com o projeto dos CIEPs foi a professora Paula Cristina, a primeira professora que entrevistei nesse processo de

construção de fontes orais. Ela declarou, por exemplo, que tinha uma verdadeira paixão pelo projeto dos CIEPs.

Ainda em 1985, poucos meses após a inauguração do primeiro CIEP no Catete, a professora Paula prestou concurso e foi aprovada para uma vaga no magistério. Ela poderia escolher entre as escolas da rede estadual ou municipal e ainda entre as escolas regulares e os CIEPs, mas não teve dúvida: escolheu o projeto de Darcy. O fato de ter sido obrigada a participar de uma fase a mais do concurso, a realização de uma entrevista, não demoveu a jovem docente de seu ideal e poucos meses depois ela começou a trabalhar no próprio CIEP Tancredo Neves (SANTOS, 2019).

Segundo a professora Paula Cristina, esse período em que trabalhou no CIEP foi fundamental para o seu amadurecimento profissional. Durante as formações oferecidas pela CPT ela aprendeu a alfabetizar com jornais, além disso, ela assinalou que era incentivada a trabalhar levando em conta a realidade do aluno,

como experiência, como profissional aquilo ali foi tudo para mim, acompanhar aquele material, participar daquelas capacitações [...], tinha um material maravilhoso, a gente usava material dourado, já tinha toda essa questão construtivista, trabalhar com o aluno a realidade deles, buscar material lúdico, já tinha todo esse trabalho (SANTOS, 2019).

Anos depois, quando passou a trabalhar em escolas da rede regular, a professora Paula Cristina conta que era vista por sua diretora e pelos demais colegas de magistério de então como uma profissional criativa. Essa criatividade, segundo ela, não era inata, tinha sido desenvolvida nas formações e no período em que trabalhou no CIEP,

Em todas as escolas em que eu chegava me achavam criativa. Quando cheguei na Mestre Valentim eu trouxe todo o material do CIEP, as pessoas diziam “Paula, você é criativa”, eu dizia “não, eu aprendi”. Era muita bagunça, mas os alunos aprendiam, eu utilizava jornal para alfabetizar, dividia os alunos em grupo, trabalhava com mídias [...] (SANTOS, 2021).

Essa narrativa da professora Paula Cristina aponta para a existência de uma estrutura de excelência nos CIEPs durante o primeiro governo Brizola, com a chegada efetiva de materiais e formações para os professores que atuavam nessas escolas. O relato da professora Paula enfatiza, principalmente, a importância da chamada formação em serviço, da formação prática que recebia, ao mesmo tempo em que desenvolvia as suas atividades profissionais.

A professora Lia Faria, outra das minhas entrevistadas, fez parte da cúpula que implantou o projeto dos CIEPs no Rio de Janeiro no primeiro governo Brizola. Ela era,

como bem classificou a professora Dodora Mota, um dos braços de Darcy Ribeiro, junto com Maria Yedda Linhares e Yara Vargas (MOTA, 2021). Lia Faria, defendia no período - e continua defendendo até hoje - o projeto dos CIEPs sob todos os aspectos. Ela foi a responsável justamente por essas formações tão elogiadas pela professora Paula Cristina.

Durante o processo de entrevista que realizei, ela também verbalizou esse apoio incondicional ao defender que os chamados brizolões representaram o maior projeto educacional que já existiu no Brasil: *“aí eu te pergunto: quando é que nós tivemos um projeto próximo, similar? Vou te responder: nunca! Nunca houve nada que chegasse perto do projeto de Brizola, Darcy e do PDT”* (FARIA, 2020).

Assim como a professora Paula Cristina, Lia Faria também se declarou apaixonada pelo projeto e defendeu a existência de vários outros professores nessa mesma condição:

[...]havia um grupo de professores, de pessoas, apaixonadas, como eu te falei. Eu própria falei para um grupo de nove mil, a minha equipe da CPT pessoas incríveis maravilhosas, que eram apaixonadas pelo projeto, e, como te disse, nem todos filiados ao PDT, nem todos tinham votado no Brizola, bem a maioria das pessoas ligadas a mim todas vinham do PT, todas vinham do CEP, que era a minha formação (FARIA, 2020).

As expectativas e esperanças que a abertura política trazia naquele momento, que foram traduzidas em movimentos com grande adesão popular como o das *“Diretas Já”*, podem ser consideradas como possíveis explicações para esse apoio de parte dos professores ao projeto de Darcy. O povo brasileiro e os professores, em particular, depois de um longo período de ditadura militar, viviam uma época histórica em que a mudança parecia algo possível de ser construído por cidadãos comuns. Um projeto de escolas voltado para as classes populares tinha, naquela conjuntura, esse poder de conquistar e envolver o magistério e a população em geral em sua defesa.

Observa-se ainda que da mesma forma que a professora Paula, que era filiada ao PV, a professora Lia Faria também destaca a existência de militantes de outros partidos políticos que apoiavam o projeto dos CIEPs, o que também expressa esse poder de sedução que os mesmos tiveram nos anos 1980, entre alguns professores com diferentes orientações.

Há que se considerar também que o projeto de Darcy trazia inovações e era um convite a ação. Durante a sua entrevista e também em sua ampla produção escrita, a professora Lia Faria expressa a ideia de que os projeto dos CIEPs traz uma perspectiva

de revolução para a educação, como já citado no primeiro capítulo. Essa perspectiva poderia ser notada, segundo ela, de diversas formas:

[...]porque aí tem um aspecto que não pode ser esquecido, que é outro aspecto revolucionário do projeto, quando Darcy coloca a cultura como o grande eixo, ele mostra a educação na cultura. Então, essa figura do animador cultural [...], que são pessoas da comunidade que tinham uma linguagem artística, balé, música, essas pessoas são integradas ao corpo escolar, elas vão trazer um novo olhar, que é o olhar da cultura, e arte liberta, ela é revolucionária, ela é subversiva, então isso começa a mudar o olhar de todo mundo sobre o que era educação [...] (FARIA, 2020).

Em suma, assim como a professora Paula Cristina e a professora Lia Faria, havia uma parte dos professores do período que se mostraram muito entusiasmados com o projeto dos CIEPs e a adesão de muitos deles a esse novo modelo de escolas não deve ser considerada apenas como uma busca por melhores salários. Existiam aqueles profissionais que não só apoiavam o projeto como mantiveram com ele uma relação passional.

Se existe a possibilidade de se afirmar que a visão da professora Lia Faria reflete, pelo menos em parte, o ponto de vista do governo sobre o projeto dos CIEPs, o mesmo tipo de associação não pode ser feito, de uma forma assim tão direta, em relação à professora Paula Cristina.

Apesar de verbalizar uma ideia muito parecida com a que a professora Lia Faria expressou, o tipo de memória articulada pela professora Paula Cristina durante a entrevista está, segundo a minha percepção, mais associada a uma mescla, pois ela experimentou os benefícios que a CPT proporcionou à sua vida profissional e que a tornaram uma profissional diferenciada, uma professora “criativa”, mais qualificada. Mas ao mesmo tempo ela era uma profissional muito ativa do ponto de vista político, pois participava das assembleias do CEP, nas quais as críticas ao governo Brizola e ao projeto dos CIEPs era algo bem comum.

Por atuar em escolas da rede regular no regime de horas extras, ela rapidamente percebeu que uma grande quantidade de unidades de ensino e de professores estavam completamente alijados desse processo de formação pelo qual passou nos CIEPs, por isso, segundo o seu relato, aderiu à greve de 1986 contra o governo Brizola.

A professora Paula Cristina, segundo as suas lembranças, defendia, naquela época, que todas as escolas da rede mereciam a mesma atenção que os CIEPs tinham do governo. Suas memórias são, portanto, uma espécie de mescla entre a memória oficial difundida

pelo governo trabalhista, de defesa passional e incondicional dos brizolões, e a memória oficial, difundida pelo sindicato, que criticava o fato de várias escolas não serem contempladas. Ela, portanto, considerou as qualidades do projeto, mas compreendia os seus limites.

#### **4-3-2 Escolas consideradas superiores**

Durante o processo de organização das fontes orais para essa pesquisa entrevistei, como já assinalado, duas grandes lideranças sindicais do período, as professoras Hildésia Medeiros e a professora Dodora Matos. As duas expressaram a variação da memória oficial que citamos acima, não a ligada a governos, mas a uma outra estrutura social também muito importante, os sindicatos. Segundo Pollack, estas instituições dispõem de um quadro de referências e de pontos referenciais aos seus membros. Desse modo, proporcionam um enquadramento da memória, uma forma de articular o passado vivenciado ( POLLACK, 1989, p.9).

Nossas duas entrevistadas defenderam posições bem parecidas em relação aos CIEPs, posições essas que coincidiam com o que o sindicato também defendia naquela oportunidade. Tanto a professora Hildésia Medeiros, como a professora Dodora Mota, defenderam que os CIEPs “*eram escolas melhores que as demais*”; e que o governo Brizola fazia “*tudo para os CIEPs e nada para as demais escolas*”. A professora Dodora Mota, por exemplo, defende que existia mesmo um sentimento de rejeição entre os professores da rede pública regular em relação ao governo Brizola:

a gente se sentia meio rejeitada [...] para o CIEP tudo, o CIEP tinha tudo que precisava, aquela estrutura maravilhosa e as escolas da rede, porque na verdade eles criaram uma rede paralela, o que eu acho que foi desnecessário, podia ter implantado o projeto mesmo construindo e dando estrutura para os CIEPs, mas ter um diálogo melhor com a rede, e não tinha, então isso causou muita frustração nos professores (MOTA, 2021).

A professora Paula Cristina corrobora essa ideia de que os CIEPs ofereciam uma estrutura maravilhosa. Segundo ela as turmas tinham, no máximo, 20 alunos, uma biblioteca de qualidade, materiais didáticos abundantes e relevantes, passeios frequentes e os alunos ainda levavam materiais de higiene pessoal para as suas casas (SANTOS, 2019).

A professora Hildésia Medeiros também defendeu a ideia de que o governo Brizola tratava os dois modelos de escolas de uma forma desigual. Segundo ela, o governo estadual chegava até a tratar os professores de uma forma diferenciada: “[...] *muitas vezes foi colocado uma diferenciação, como se fossem (os professores dos CIEPs) melhores que o conjunto do magistério como um todo [...]*” (MEDEIROS, 2020).

O professor Luís Carlos Pimentel, que nesse período não tinha nenhuma ligação com o sindicato, também percebia esse tipo de diferenciação, inclusive nas relações que mantinha com outros professores dos CIEPs nas tão movimentadas salas de professores:

Eu falo por experiência própria, porque uma amiga minha, com pouco mais de um ano de magistério, de concurso no estado, fez esse concurso do CIEP [...], quando ela passou para o CIEP ela já estava se sentindo superior a todos os outros professores e tem que ver a forma como ela se gabava [...], achava que estava sendo professora da elite do estado, eu falo por experiência própria. Então para você ver, o que eu falei foi um exemplo, mas outros professores me falaram a mesma coisa quando eu contei o caso dessa professora [...]. Só quem vivenciou essa história pode falar (PIMENTEL, 2021).

O relato do professor Pimentel, que enfatiza que chegou a essa conclusão através de sua experiência pessoal (e também pelo fato de que vivenciou tal postura de sua colega de profissão) denota o quanto a percepção defendida pelo CEP, de que o governo Brizola tratava os CIEPs e as escolas da rede regular de forma diferenciada, estava difundida entre uma parte significativa dos professores.

Não se pode deixar de assinalar que os jornais opositores ao governo trabalhista, aqui analisados nos capítulos 2 e 3, o *Jornal do Brasil* e *O Globo*, começaram a difundir esse mesmo tipo de crítica logo depois do anúncio público do projeto dos CIEPs, no final de 1984, ou seja, esbarra-se aqui em uma terceira força política, que tinha posições claras e uma narrativa própria sobre os brizolões. Essa narrativa da imprensa acabou exercendo influência também sobre os professores, pois muitos deles eram leitores desses veículos.

Esse complexo jogo de forças - que levava diferentes instituições, como os jornais que defendiam a ditadura militar, o sindicato dos professores e parte do próprio magistério a manifestarem posições contrárias aos CIEP – demonstra que as discussões envolvendo a questão da memória são bastante complexas, pois o que é lembrado por um determinado grupo pode ter sido apropriado até por instituições que esses grupos consideravam antagônicas.

Elas também podem demonstrar que o sindicato e muitos professores do período não se deram conta, naquele momento, da importância que projeto dos CIEPs tinha para

a população de baixa renda do estado do Rio de Janeiro e para a educação pública brasileira de um modo geral. Esses professores analisaram e, em alguns casos, criticaram o projeto do dos CIEPs, tendo como referencial apenas as vantagens e desvantagens que o mesmo proporcionava para a sua categoria.

A professora Lia Faria, que chegou a ser presidente do sindicato dos professores em Nova Friburgo, entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, antes de ser uma figura importante no processo de implantação dos CIEPs, discordava, segundo seu próprio relato, desse posicionamento do CEP e de parte dos professores da época. Para ela, o projeto de Darcy Ribeiro não se resumia apenas aos CIEPs. No mesmo período se registraram, segundo a sua narrativa, diversas outras iniciativas no campo da educação:

a ideia, o projeto inicial, era que esse projeto não fosse só aquelas escolas (do modelo dos CIEPs), daquelas construções, que elas fossem estendidas para outras escolas que pudessem assumir mais adiante um projeto de educação integral, que tivesse espaço, que tivesse equipamento. Tinha também um outro arquiteto além do Niemeyer, que era o Lelé, já falecido, [...] a primeira escola que eu inaugurei foi uma Lelé[...] Maria Yedda também construiu outras escolas e reformou outras escolas, um investimento furioso na educação, então os políticos e opositores, mais uma vez, explodiram em *fake News* dentro do PT e do CEP de que era tudo CIEP e colégio da rede abandonada, isso era mentira! (FARIA, 2020)

É interessante observar que, apesar de ter pertencido ao PT e ao CEP, a professora Lia Faria relaciona essas duas instituições de uma forma direta ao processo de decadência dos CIEPs. Segundo ela os adversários de Brizola do campo progressista foram tão desonestos como a imprensa e os grupos conservadores:

a minha relação com o CEP, com o PT, vai mudar de uma forma radical [...]. Fui uma grande liderança do CEP, acreditava naquele PT dos anos 80, fui candidata a prefeita pelo PT de Nova Friburgo em 1982, meus amigos eram do PT, meu marido foi candidato a vereador pelo PT. Depois eu vi coisas inacreditáveis, as pessoas que se diziam de esquerda, a maioria do PT, do CEP, desmoralizando Brizola e Darcy com *fake News*, inventando milhares de mentiras, com um único objetivo, chegando as eleições nós temos que destruir o PDT, temos que destruir o Brizola, temos que destruir o CIEP, temos que destruir Darcy (FARIA, 2020).

Pode-se perceber que ocorreram impasses e desavenças entre os dois lados: se por um lado faltava diálogo entre o governo do estado e a categoria, como bem assinalou a professora Dodora Mota em seu relato, a fala da professora Lia Faria demonstra que o sindicato, por sua vez, se prendeu a um problema do projeto de Darcy, a menor atenção dada às escolas da rede regular, fato que também era muito explorado pelos jornais da época, como um argumento para desqualificá-lo por completo. Essas discordâncias pavimentaram o caminho para que os governadores que sucederam Leonel Brizola implodissem o projeto dos CIEPs.

Nossa percepção diante das narrativas é a de que se existisse um diálogo mais propositivo entre essas instâncias, o projeto de Darcy teria mais chance de sobreviver aos ataques da imprensa e de políticos de outros campos de atuação. Os elogios que professores e lideranças do CEP fazem atualmente ao projeto dos CIEPs e o reconhecimento, por parte de alguns trabalhistas, de que Brizola era um político centralizador e, às vezes, impulsivo, demonstram que a ausência desse diálogo foi uma grande perda para a educação do estado do Rio de Janeiro.

#### **4-3-3 As narrativas atuais sobre os CIEPs**

Atualmente os CIEPs funcionam como escolas que não se diferenciam das demais: atendem os alunos em turno parcial, não possuem nenhum projeto pedagógico diferenciado, não têm verbas especiais, enfim, podem ser consideradas escolas da rede regular. Mais do que tudo isso, os CIEPs da rede estadual deixaram de atender os alunos do ensino fundamental, as crianças, uma das prioridades do projeto educacional de Darcy Ribeiro.

Mesmo assim, os CIEPs continuam a usufruir de muito prestígio no imaginário da população do Rio de Janeiro, são lembrados não apenas como as escolas do Brizola, os Brizolões, mas também como as escolas de dia inteiro, como as escolas de comida boa, como as escolas que atendiam os filhos das mulheres trabalhadoras, como a escola que tem a melhor quadra de esportes do bairro. Enfim, as memórias positivas que cercam esse modelo de escola prevaleceram sobre as críticas e os problemas tão intensamente destacados nas décadas de 1980 e 1990.

Os professores que entrevistamos também expressaram opiniões muito parecidas com essas: para todos eles, os CIEPs foram o maior projeto educacional que existiu no Brasil no período posterior à ditadura militar. É desnecessário apontarmos as posições das professoras Paula Cristina e Lia Faria sobre o projeto, pois, como mencionado, as duas se declararam apaixonadas pelos CIEPs.

A posição atual dos demais entrevistados, no entanto, merecem ser acompanhadas, pois eles manifestaram oposição ao projeto na década de 1980 e acabaram modificando esse conceito.

O professor Luís Carlos Pimentel, apesar de considerar o projeto inviável para o Brasil, comparou o modelo de escolas defendido por Darcy Ribeiro com as escolas de países que estão entre os que possuem o melhor índice de desenvolvimento humano do planeta:

grande projeto, um dos maiores realmente, ele tinha o maior educador do Brasil na época do lado dele, o Darcy Ribeiro, quem contestaria Darcy Ribeiro, mas eu falava, “*isso não vai dar certo*” [...], tempo integral, isso é o sonho de todo o governante [...]. Projeto dos sonhos, pode comparar com uma Suíça, uma Dinamarca, uma Suécia, esses países com uma renda *per capita* alta (PIMENTEL, 2021).

Mesmo para as docentes que tiveram uma atuação sindical de oposição no período, caso das professoras Hildésia Medeiros e Dodora Mota, esse olhar positivo prevaleceu. A professora Dodora Mota destacou, em sua narrativa, que atualmente considera que o sindicato errou ao se opor aos CIEPs naquele período, embora não se esqueça a forma como o governo Brizola tratou a categoria:

hoje eu acho que foi errado, hoje eu acho que o CIEP foi o que teve de mais importante em termos de projeto de educação desde Anísio Teixeira, mas na época nós que éramos da rede fomos tratados com muito descaso pelo próprio Darcy Ribeiro e isso pegou muito mal na categoria (MOTA, 2021).

A professora Hildésia Medeiros vai um pouco além, defendendo que os CIEPs seriam fundamentais para na solução de um grave problema dos nossos dias, no auxílio a mulheres que possuem a responsabilidade de criar seus filhos sozinhas:

na verdade a escola de dia inteiro é uma coisa interessante, principalmente para as mulheres pobres [...]. Não só para quem sai para trabalhar não, a mulher fica com a sobrecarga econômica e sobrecarga da dita educação sim. Então, nesse sentido, é claro que a gente não pode dizer que substituiria [...], mas, sem dúvida nenhuma, a escola de dia todo é uma visão extremamente importante porque, por exemplo, a maior parte das mulheres, principalmente as mulheres negras, empregadas domésticas, deixavam seus filhos e mais tarde buscavam [...]. Acho que é uma coisa importante e acho que é um projeto que não podia ser perdido de vista (MEDEIROS, 2020).

Essa mudança de atitude, na verdade, acentua o aspecto da memória enquanto arquivo provocado, mencionado por Becker e que leva em consideração as transformações das lembranças em função de acontecimentos posteriores (BECKER, 2000, p. 28).

Acredito que nesse caso as lembranças, ou melhor, a opinião de nossas entrevistadas, foi transformada em função dos acontecimentos posteriores: os retrocessos que ocorreram na educação, entre eles, o sepultamento do projeto dos CIEPs e todo o

sucateamento pelo qual a educação vem passando nas últimas décadas, contribuíram para esse olhar mais atento para as ideias de Darcy.

#### **4-4 As imagens de Darcy Ribeiro e Brizola**

Darcy Ribeiro e Leonel Brizola foram figuras onipresentes em todas as entrevistas realizadas. Mesmo antes de serem feitas perguntas sobre esses grandes personagens da política carioca e fluminense, nossos interlocutores mencionavam atos ou ações relacionadas a eles, sempre pontuadas de impressões pessoais sobre essas lideranças trabalhistas.

A forma como cada um deles foi tratado, no entanto, foi bastante diferente: Darcy Ribeiro contou com as simpatias dos professores, sendo lembrado como um grande intelectual e grande político, como o responsável pelo projeto dos CIEPs; Brizola não conseguiu alcançar esse mesmo sucesso, foi lembrado por quatro de nossos entrevistados como um político que tentou a todo custo se aproveitar dos CIEPs e dos investimentos em educação para chegar à presidência da República.

Apenas a professora Lia Faria, grande defensora da memória oficial dos CIEPs, considerou Brizola um líder verdadeiramente respeitável. Em sua narrativa, o ex-governador é caracterizado como um dos maiores estadistas que o Brasil já possuiu. O desenrolar de mais esses fios das memórias coletivas e individuais de nossos entrevistados também se revelou como um processo muito rico e interessante.

##### **4-4-1 Darcy, o educador**

Nossos entrevistados manifestaram grande admiração para com Darcy Ribeiro. Todos foram unânimes em destacar não só as suas realizações durante o governo trabalhista, mas também a sua trajetória intelectual, o seu bom humor e personalidade ímpar, que se manifestava tanto em negociações sérias e tensas com a categoria, como em conversas informais variadas, às vezes as duas acontecendo ao mesmo tempo.

A professora Paula Cristina e o professor Pimentel classificaram Darcy Ribeiro como o maior educador do Brasil e creditam a ele todo o sucesso do projeto dos CIEPs. A professora Dodora Mota seguiu na mesma linha, considerando o antropólogo o responsável pelo sucesso do projeto dos CIEPs:

eu acho o Darcy uma pessoa muito idealista, um político que realmente era muito sério. Ele tinha o projeto na cabeça dele, a construção do próprio projeto do CIEP eu acho que foi um desafio, com todo o apoio do Brizola, ele conseguiu dar conta [...]. ele era um idealista, um comprometido com a educação, não só o comprometimento dele com a causa indígena, que era onde eu o conhecia, dos livros dele [...], mas na educação ele foi muito ousado, foi uma pena o que aconteceu no segundo governo (MOTA, 2021).

Apesar de toda essa admiração, a professora Dodora não deixou de lembrar algumas provocações que Darcy fez à categoria, principalmente a forma como tratou as professoras durante o concurso para os CIEPs:

o Darcy Ribeiro foi para a imprensa dizer que ele queria professoras novas no CIEP, que ele não queria professoras mal amadas, disse que as professoras do estado eram mal amadas. Ele fez muitos ataques a quem era da rede e isso pegou feio, o CEP, inclusive, fazia uma certa oposição, não uma oposição muito pesada, mas fazia um debate muito crítico em relação à formação do CIEP (MOTA, 2021).

Mesmo demonstrando respeito pela obra e pelas realizações de Darcy para a educação carioca e brasileira, a professora Dodora pontuou constantemente na entrevista esse distanciamento e, no caso citado, o desrespeito explícito de Darcy para com a categoria, principalmente com as professoras.

Essa postura de Darcy nesse momento específico citado pela professora Dodora e a postura de Brizola, em vários outros momentos, demonstram a já citada dificuldade de diálogo entre o governo trabalhista, o CEP e os professores. Os erros pontuais que cada lado cometeu inviabilizou um diálogo que poderia ser promissor.

A professora Hildésia Medeiros também destacou a importância intelectual de Darcy Ribeiro e as suas realizações enquanto gestor público da educação brasileira. Iniciativas bem sucedidas de Darcy, como a fundação da UNB, foram citadas por ela, mas a maior parte de seus elogios foram direcionados aos CIEPs, considerados como uma de suas grandes realizações:

era [...] um visionário, no sentido positivo mesmo. Um cara cheio de sonho, eu acho que, sem dúvida nenhuma, ele foi uma contribuição importante para a educação no conjunto. No estado do Rio de Janeiro com os CIEPs, enquanto preocupação dele, ele sabia que não adiantava colocar só professor, tinha que colocar comida também, atendia à população mais pobre. Isso eu acho que ele era uma personalidade.

Hildésia não destaca em suas lembranças os embates que Darcy acabou travando com o CEP e com os professores, muito pelo contrário, ela pontuou, em muitos momentos, a sua genialidade, o seu bom humor e a sua irreverência. Mesmo em momentos mais tensos, Darcy, segundo ela, demonstrava a leveza de sua personalidade:

as vezes que nós tivemos que negociar com o Darcy era muito respeitosa, ele me chamava assim, “ô minha terrível antagonista”, uma coisa assim, mas assim rindo, era uma pessoa muito agradável mesmo, talvez a Lia se lembra disso (MEDEIROS, 2020).

A professora Lia Faria foi quem melhor expressou memórias positivas sobre Darcy, considerando-o um intelectual e como um homem público de grandes realizações no campo da educação. Para a responsável pela CPT, Darcy foi um intelectual que no período da redemocratização estava propondo um projeto de nação, ou melhor, retomando um projeto de nação que havia sido abortado depois do golpe militar de 1964.

Segundo ela, Darcy, durante o primeiro governo Brizola, nos anos 1980, recuperou os grandes intelectuais e políticos do Brasil, responsáveis por grandes projetos nacionais dos anos 1960, 1950 e até mesmo de antes:

o que são os anos 80? É a retomada de um projeto de Brasil, de um projeto de nação que vem lá de trás, do Getúlio Vargas, do próprio Tancredo Neves, Juscelino, esses políticos antigos que tinham a visão do Brasil, do povo, da sociedade. Não eram bandidos, criminosos, corruptos, misturados com milícia, narcotraficantes, neofundamentalismo de igreja. Então tentou-se recuperar esse Brasil lá de trás, com o Capanema, com o movimento da Escola Nova, com Anísio Teixeira. Os anos 80 têm uma importância histórica, biográfica, autobiográfica, memorialista, por quê? Porque retoma o projeto dos anos 1960 (FARIA, 2020).

Os professores que entrevistei mantiveram uma memória tão positiva em relação a Darcy Ribeiro que chegaram até a considerar, como oficial, a versão que o antropólogo passou a propagar sobre o Encontro de Mendes, ocorrido ainda no primeiro ano de governo, em 1983. No primeiro capítulo dessa dissertação analisei esse congresso de professores e constatei que ele terminou cercado por muita polêmica, com os professores discordando abertamente de Darcy, inclusive, sobre o projeto dos CIEPs.

Mesmo assim, vimos que o vice-governador passou a difundir a ideia de que o encontro foi um sucesso e que todo o seu plano de educação para o estado, incluindo os CIEPs, foi debatido e aprovado pelos professores em Mendes. Todos os professores que entrevistei e que participaram do congresso defenderam, em suas entrevistas, versões muito próximas a essa de Darcy.

A professora Hildésia participou do encontro e considera que ele foi uma das grandes realizações de Darcy. Para a professora Lia Faria, o Encontro de Mendes foi um pouco mais que isso, em sua concepção trata-se de uma das grandes realizações de todo o primeiro mandato de Brizola:

Fui delegada, como te disse, foi outro ponto alto desse primeiro governo Brizola, do primeiro PEE [...]. Vai reunir todos, todos os professores, em todas as escolas os professores foram colocados para discutir. Em cada escola foi se tirando representantes, até chegar no final, por regiões e por zonais do município do Rio de Janeiro, que se tirou os delegados para irem para Mendes, era em torno de trezentos (FARIA, 2020).

A professora Dodora, sempre crítica em relação aos trabalhistas, dessa vez endossou a versão de Darcy:

Foi um encontro importante, foi um encontro que de fato traçou todas as linhas da educação naquele momento, um encontro que entusiasmou muito a educação. Foi uma mobilização da base da categoria para debater mesmo as questões da educação, com teses. Um processo muito importante.

É interessante assinalar que a professora Dodora utiliza argumentos e até palavras muito próximas das que Darcy utilizou no *Livro dos Cieps*, tal como a ideia de que o Encontro de Mendes mobilizou a base da categoria do magistério.

Em suma, para todos os professores que entrevistei, o legado de Darcy Ribeiro foi muito positivo, tanto como intelectual, quanto como educador. Suas falhas foram destacadas por poucos e mesmo assim minimizadas quando resgatadas.

Segundo a professora Lia Faria, Darcy Ribeiro atribuía a Brizola todo o sucesso que conseguiu em sua vida enquanto educador. Para a dirigente da CPT, Brizola foi, junto com o Marechal Rondon e Anísio Teixeira, uma das grandes referências de vida para o antropólogo mineiro.

Brizola, assim como Darcy Ribeiro, também foi um homem público que tratou a educação como prioridade em sua carreira política, porém, a maioria dos professores que entrevistei acabaram destacando outra imagem do líder político gaúcho, dissociando-o da educação, ao contrário do que fizeram com Darcy.

#### 4-4-2 Brizola, o político

Se sobre Darcy Ribeiro houve, entre os nossos entrevistados, uma certa unanimidade em relação à maneira como ele foi lembrado, prevalecendo a memória de um grande educador, um brilhante intelectual e de um homem público com grandes serviços prestados à causa pública<sup>47</sup>. Em relação ao governador Leonel Brizola esse tipo de memória só existiu no relato da professora Lia Faria. Para os demais prevaleceram algumas críticas bastante duras e a imagem de um político que se aproveitou das circunstâncias para a autopromoção.

A professora Lia Faria, como assinalado, foi quem melhor mobilizou a memória oficial do período, nesse sentido, foi a única que destacou Brizola como um dos poucos políticos brasileiros que tiveram a educação como prioridade em sua atuação política e também como o corresponsável pela retomada do projeto de nação citado acima. Em sua entrevista, ela destaca que Brizola teve a educação como prioridade, muito antes até dos CIEPs:

porque o Brizola tinha como carro chefe a questão da educação, ele sempre teve, ele não vai ter isso só nos anos 80 não. Quando ele foi eleito em Porto Alegre, quando ele foi governador do Rio Grande do Sul, aquele programa dele que tem cartaz até hoje: “*nenhuma criança sem escola*”, que ele vai construir seis mil<sup>48</sup> salas de aula, eu acho que tinha que estar no Guinness [...] (FARIA, 2020).

A importância de Brizola nessa conjuntura histórica de retomada de projetos de nação foi, assim como Darcy Ribeiro, das mais relevantes, segundo Lia Faria, pois ele se apresentou como o grande defensor de mudanças na educação, enquanto fator preponderante para a transformação do país:

é um momento, uma conjuntura histórico política, que você vê todo esse movimento de reconstrução do país, de retomada da vida democrática, enfim, de redemocratização e que a educação, principalmente na região sudeste, ela é colocada como uma grande prioridade, e ela é colocada como grande prioridade em primeiro lugar pelo Brizola (FARIA, 2001).

---

<sup>47</sup> Não se pode deixar de lembrar que apesar dos elogios, a professora Dodora Mota também fez críticas à forma como Darcy tratou principalmente as professoras da rede pública, durante o primeiro governo Brizola. Não há dúvida, no entanto, que, mesmo para ela, essa imagem de intelectual, educador e político que muito realizou em prol da educação prevaleceu.

<sup>48</sup> A professora Lia Faria exagerou um pouco nos números, como indicado pela professora Libânia Xavier a intenção de Brizola era criar duas mil salas de aula, o que não deixa de ser um número bastante expressivo (XAVIER, 2016, p. 276).

A professora Hildésia também destaca, em seu relato, os pontos positivos da personalidade política de Leonel Brizola, classificando-o como um sedutor, porém, não deixa de apontar também para os seus defeitos. Segundo ela o seu governo caracterizou-se por ter sido um período em que:

vieram pessoas com a cabeça um pouco mais aberta, claro que o Brizola era aquilo mesmo: ele era sedutor, mas absolutamente [...] não gostava de ser contestado, como bom gaúcho, o caudilho não gostava de ser contestado (MEDEIROS, 2020).

Hildésia lembra das negociações sempre difíceis que o sindicato travava com o governador. Em 1984, por exemplo, o governador utilizou uma estratégia para tentar enfraquecer os sindicalistas, ele decidiu atender todas as reivindicações de várias categorias e fazia questão de fazer esse anúncio em grande estilo, utilizando as próprias assembleias para tal:

uma coisa ele começou a instaurar quando ele tinha repostas, quando ele tinha respostas do César Maia<sup>49</sup> com as tabelas e tudo. Ele ia pessoalmente às assembleias para ele anunciar, então ele dirigia as assembleias [...], ele chegava lá e dirigia as assembleias, ele fez isso nos bancários, fez na saúde e tentou fazer nos professores (MEDEIROS, 2020).

Hildésia segue contando que apesar de entrar vaiado e sair aplaudido, Brizola não conseguiu dirigir a assembleia do magistério, porque ela tomou uma decisão para impedi-lo, só declarando a mesma aberta depois que o governador discursou (MEDEIROS, 2020). Não há dúvida, no entanto, de que Brizola, nesse momento, conseguiu trazer a categoria para o seu lado. Em 1986, ano da eleição para o governo do estado, momento estratégico para o projeto dos CIEPs, ele não teve essa mesma atitude e se negou até a negociar com a categoria, como exposto no capítulo 2.

Para Hildésia Medeiros, portanto, a imagem que ficou de Brizola foi a de um político experiente que procurava se aproveitar de todas as situações em proveito próprio, para a promoção de sua imagem. Todos os demais entrevistados manifestaram uma imagem semelhante em relação a Leonel Brizola, classificando-o ora como populista, ora como um político que só pensava unicamente em se tornar Presidente da República.

A professora Dodora Mota também lembra desse episódio da campanha salarial de 1984, narrado pela professora Hildésia. Em suas memórias, o governador é lembrado

---

<sup>49</sup> Na época, César Maia era o secretário estadual de fazenda.

de uma forma nada positiva, o que sobressaiu para ela nesse episódio foi o populismo de Brizola:

um populista, eu me lembro bem dessa época, estava na comissão de negociação no Palácio e o Brizola enrolou, enrolou... e não dava resposta da pauta. Contava caso dele viajando no avião para o Uruguai [...] até que o Godofredo falou: “governador, sinto muito, mas tem uma assembleia nos esperando e nós não temos nenhuma resposta”. Aí ele falou: “eu vou com vocês”. Aí saiu todo mundo desesperado correndo para chegar antes [...]. Quando chegou na assembleia ele foi vaiado, muito vaiado, até que ele disse “tudo bem então, eu atendo todas as reivindicações de vocês.” E aí saiu carregado da assembleia, tem até uma foto que diz: “cuidado governador, quem elege é quem derruba” (MOTA, 2021).

A professora Paula Cristina, apesar de toda paixão pelo projeto do CIEP, não era, como citado, uma eleitora de Brizola, porém não fez nenhum tipo de crítica contundente ao governador. Já o professor Pimentel foi bastante direto ao defender que a única pretensão de Brizola era o exercício do cargo de Presidente da República: “*não apoiava, não votei nele e sempre falei que o Brizola tinha sede de presidente da república, mais nada.*”

Essa lembrança trazida pelo professor Pimentel também foi defendida na década de 1980 pelos principais veículos de comunicação da cidade do Rio de Janeiro aqui analisados, e eram constantemente destacadas em editoriais e matérias do período para atingir o governador. As disputas pela memória do que foi esse período de nossa história recente continuam, portanto, mais acesas do que nunca.

#### **4-5 Discussões transversais**

O processo de entrevistas acabou revelando outras questões muito relevantes acerca do período estudado. Essas questões, embora não tenham uma relação direta com a dissertação, merecem também destaque. Em virtude disso, há a necessidade de encerrarmos esse capítulo trazendo duas questões bastante relevantes que se completam: a questão de gênero no movimento sindical dos anos 1970 e 1980 e as circunstâncias que levaram a professora Hildésia e a sua chapa a renunciarem a direção do sindicato.

#### 4-5-1 Um sindicato formado por mulheres

Vários pesquisadores destacam a presença majoritária de mulheres nos postos de trabalho como profissionais da educação no Brasil, ao longo de todo o século XX<sup>50</sup>. Na rede pública de ensino do estado e do município do Rio de Janeiro a situação não era muito diferente, a maioria das turmas existentes na época eram das séries iniciais do primeiro grau, nível em que as professoras constituíam e constituem uma maioria ainda mais significativa, mesmo nos dias de hoje.

Essa questão do gênero foi constantemente mencionada ao longo das nossas entrevistas, até porque 4 das nossas interlocutoras eram mulheres que exerceram cargos de comando no período e vivenciaram essa questão, apresentando sempre uma visão crítica em relação a tudo pelo que passaram.

A professora Lia Faria lembra, por exemplo, da presença maciça feminina nas assembleias realizadas em sua cidade, Nova Friburgo, onde a greve de 1979 alcançou um grande sucesso graças a adesão das professoras dos anos iniciais do primeiro grau (FARIA, 2020). A professora Dodora Mota, outra importante liderança feminina do interior, da cidade de Volta redonda, também atestou a grande presença feminina nas assembleias e na primeira greve da categoria, ainda durante a ditadura militar (MOTA, 2021).

Essa liderança feminina atuante foi, segundo Hildésia Medeiros, uma das razões para o sucesso da greve de 1979 e pela própria existência do sindicato, mesmo no período de ilegalidade, durante o governo de Chagas Freitas:

eu gostaria de destacar um pouco o fato de que com a emergência das lideranças grevistas pelo interior, não se esqueça que eu falei e você sabe disso, a maior parte do magistério era de mulheres, e começaram a emergir algumas lideranças muito fortes. [...]Tem a Lia Faria, tem a Dodora, tem a Dulce que chegou a ser prefeita em Barra do Piraí, uma série de mulheres. Por exemplo, se você tentar trabalhar com esse corte assim de gênero, você vai ver como elas saíam de seus municípios e vinham para as assembleias (MEDEIROS, 2020).

---

<sup>50</sup> Ver a esse respeito: APPLE, Michael. **Trabalho docente e textos**: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: Arte Médicas, 1995. GATTI, B. ; BARRETO, E.S. **A atratividade da carreira docente no Brasil**. Estudos e pesquisas educacionais. São Paulo, n.1, p. 139-210, maio/ago 2010.

A despeito dessas trajetórias, quem controlou o sindicato em seus primórdios foram os homens. Segundo a professora Hildésia, esse fato era facilmente explicado, a sua razão era o machismo predominante na época:

eu quero te dizer o seguinte, em alguns lugares, por exemplo, as mulheres eram grandes lideranças locais, mas quando chegava a hora de vir para a representação formal, elas próprias ajudavam a escolher “*los machos*”, porque ou os maridos não gostavam ou elas se sentiam intimidadas. Mas vamos dizer assim, daquele trabalho de organização do cotidiano, as mulheres tiveram proeminência muito grande no estado do Rio de Janeiro, de uma maneira geral, no Brasil (MEDEIROS, 2020)

O primeiro presidente do CEP também foi um homem, o professor Godofredo Pinto. Segundo a professora Lia Faria, Godofredo Pinto tinha um perfil completamente diferente de Hildésia. Enquanto esta última era uma mulher, negra, de origem nordestina, professora de História e que tinha uma trajetória de luta popular contra a ditadura, Godofredo caracterizava-se por ser um homem branco, de classe média, de uma família tradicional da cidade de Campos, interior do estado do Rio de Janeiro, e professor de Matemática (FARIA, 2020).

Além disso, o professor Godofredo tinha a seu favor, segundo as memórias da professora Hildésia, um outro trunfo muito importante para conseguir a preferência dos professores, o seu distanciamento em relação à luta contra ditadura:

qual a diferença básica? O Godofredo sempre se considerou absolutamente independente, vinha de uma tradicional família campista, ele tinha sensibilidade para essa questão, a família dele tinha muita gente do magistério, ele veio morar, veio para a UFF e vamos dizer assim, ele era uma liderança que representava muito os independentes, por aquela coisa né, ser de esquerda, ser comunista, ser esquerdista [...], não esqueça que a gente estava saindo de uma ditadura militar na qual muitas companheiras e muitos companheiros nossos foram assassinados (MEDEIROS, 2020).

Segundo as percepções da professora Lia Faria, Hildésia acabou sendo muito desprestigiada pela própria categoria dos professores, que, muitas vezes, aderiu às propostas de Godofredo sem muitos questionamentos (FARIA, 2020). Foi o que aconteceu, por exemplo, segundo a professora Dodora Mota, no final da greve de 1979. Godofredo foi a favor do final do movimento após o governador Chagas Freitas atender as reivindicações salariais da categoria, enquanto Hildésia defendia a continuidade do movimento, em busca de conquistas ainda mais significativas, como o plano de carreira. A proposta de Godofredo prevaleceu e Hildésia foi derrotada, apesar de apresentar argumentos mais estruturados (MOTA, 2021).

Ainda segundo a professora Dodora Mota, nesses primeiros anos de existência do CEP, o sindicato estava dividido entre os seguidores de Godofredo e aqueles que simpatizavam com Hildésia (MOTA, 20201). O grupo de Godofredo prevaleceu no CEP até o momento em que esse professor assumiu, praticamente ao mesmo tempo, a vice-presidência da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação) e o cargo de deputado estadual no Rio de Janeiro.

A partir desse momento, Hildésia assume o sindicato, primeiro de forma interina e depois eleita pela categoria. Segundo as lembranças da própria Hildésia, sua gestão foi a primeira a se autoproclamar feminista:

na verdade, eu posso até lembrar uma coisa importante, não me lembro exatamente o ano, mas eu me lembro que estava na direção do CEP, [...] foi a primeira chapa que se considerou feminista, havia homens é claro, mas a chapa como um todo se declarou feminista. [...] Foi muito interessante essa discussão internamente no CEP, fizemos seminários, inclusive com uma companheira que já morreu, fizemos outra coisa também que entrava a questão de gênero [...], trabalhando com o teatro do oprimido do Boal. Isso, sem dúvida, contribuiu para o alargamento da visão das pessoas (HILDÉSIA, 2020).

As próprias assembleias da categoria destacavam esse caráter feminista da gestão liderada por Hildésia. Em uma concorrida assembleia no Maracanãzinho houve o respeito de um minuto de silêncio, em memória de Simone de Beauvoir:

eu me lembro assim, como as coisas começaram a chegar para nós, eu me lembro que a gente teve o privilégio e a honra, mesmo com uma coisa negativa, em um dia de assembleia no Maracanãzinho fazer um minuto de silêncio porque a Simone Beauvoir havia morrido (MEDEIROS, 2020).

Hildésia mostra muito orgulho em relação a esse posicionamento, pois, segundo o seu relato, essas atitudes acabavam chegando nos locais mais afastados do estado e acabavam tendo um caráter didático: o movimento social estimulando mudanças de atitudes da categoria de uma forma geral.

A professora Dodora Mota fez um excelente resumo sobre a importância de Hildésia Medeiros naquela conjuntura. Em seu relato fica muito explícito a relevante participação da primeira presidente do CEP no processo de formação do sindicato e nas lutas da categoria nesse período:

a Hildésia era uma militante de muita experiência, porque ela veio da luta clandestina, veio do MEP, Movimento de Emancipação do Proletariado. Então, ela tinha muita experiência e foi assim, ela sempre foi a minha referência

política. Eu nunca achei a Hildésia moderada<sup>51</sup>, nas situações que tinha que conduzir a categoria ela buscava muito o equilíbrio, mas eu não considero equilíbrio como moderação, nas situações que tinha que conduzir a categoria, por exemplo. Na greve de 1979 teve o arranca rabo dela com o Godofredo até por conta da situação em que o país vivia [...], ela teve um papel muito importante nesse sentido de buscar esse equilíbrio, mas ela nunca deixou de colocar as posições dela. O Godofredo sempre querendo se impor enquanto liderança [...] <sup>52</sup>, mas a disputa sempre foi feita e ela nunca deixou de fazer o debate aberto com as bases que ela tinha. Porque tinha as Godofrenéticas e as Hildesistas, o negócio não era fácil não, brigava mesmo (MOTA, 2021).

Apesar de todas essas realizações, dessa condução firme e democrática e de ainda ter liderado a categoria durante uma grande greve contra o governo Brizola, em 1986, Hildésia e sua chapa acabaram renunciando aos cargos que exerciam. A professora Dodora relaciona esse episódio como a ascensão de novas forças políticas dentro do sindicato:

estava surgindo a oposição cutista nessa época e como havia essa disputa também dentro do sindicato entre quem era, vamos dizer assim, de uma ala, de um setor do PT e quem era aqueles que de fato seguiam mais a linha cutista, a Hildésia sempre teve um papel de equilíbrio nesse debate (MOTA, 2021).

A professora Hildésia lembra com muito bom humor esse “golpe” que sofreu no sindicato, mas também o analisa de uma forma muito crítica, atribuindo-o aos setores mais radicais do PT, que naquele momento estavam insatisfeitos com as suas ações equilibradas:

a gente sofreu um golpe (muitos risos), quando um setor de oposição a esse setor mais moderado realmente tomou, tomou<sup>53</sup>, enfim, assumiu o CEP e infelizmente não conseguiu levar muito pra frente não, infelizmente eu digo pra categoria como um todo, não estou falando de pessoas, personalidades (MEDEIROS, 2020).

O pesar da professora Hildésia faz todo o sentido, pois esse novo grupo não foi bem sucedido nas greves que ocorreram nos governos seguintes, tanto em termos de mobilização da categoria, que progressivamente se enfraqueceu, como em termos de conseguir que as suas reivindicações fossem atendidas pelos governos.

A professora Lia Faria também atribuiu a destituição da professora Hildésia à sua ação mais equilibrada e ao início da ação de grupos mais radicais no sindicato:

---

<sup>51</sup> No capítulo 2 vimos que os grandes jornais do Rio de Janeiro, o *Jornal do Brasil* e *O Globo*, consideravam a professora Hildésia Medeiros uma liderança moderada. A professora Dodora Mota não concorda com essa visão e prefere classificar a liderança de Hildésia como equilibrada.

<sup>52</sup> A pausa que a professora Dodora deu a sua fala nesse momento pode sugerir que ela tivesse a intenção de utilizar outro termo, mas acabou optando pelo tema liderança, após uma breve reflexão.

<sup>53</sup> A repetição da professora Hildésia nessa parte serve para expressar, em minha opinião, a forma como vivenciou esse momento de renúncia de seu cargo. Para ela a presidência do sindicato lhe foi tomada, ela, apesar dos risos iniciais, sente-se vítima de um golpe.

Sabe o que aconteceu? [...] os grupos mais radicais do PSTU<sup>54</sup>, enquanto não puseram a Hildésia pra fora não sossegaram. Aí a direção dela, com ela de frente, renunciou, renunciou. Para você ver o que acontece com os grupos mais mediadores (FARIA, 2020).

Mais adiante, já no segundo governo Brizola, o diálogo dos trabalhistas já com o sindicato com seu nome atual de SEPE será praticamente inexistente, fato que contribuiu para tornar inviável qualquer negociação futura para que o projeto dos CIEPs fosse aceito enquanto uma política de Estado e não como a política de um governo.

#### **4-6 Conclusão: a qualidade das entrevistas realizadas**

Cabe, mais uma vez, expressar minha grande satisfação com o processo de realização das entrevistas e com a escrita desse último capítulo. Todos os entrevistados foram muito solícitos e colaboraram de imediato com as entrevistas sem nenhum tipo de restrição ou limitação, além de propiciarem momentos ímpares de trocas de ideias e de aprofundamento de conhecimentos.

A historiadora Danièle Voldman distingue os entrevistados em história oral em dois grupos: um formado pelas grandes testemunhas e outro formado pelas pequenas testemunhas. O primeiro grupo é formado por pessoas que possuem o sentimento de terem feito a história, de terem participado de algo realmente relevante; enquanto o segundo grupo é formado por pessoas que se entendem submetidas à história, que se sentem excluídas do processo histórico (VOLDMAN, 2000, p.39).

Acredito que no grupo de pessoas que entrevistei essa divisão, apesar de válida para outras situações, não possa ser levada em consideração. Todos os professores que com que falei manifestaram opiniões claras sobre todos os temas discutidos e se posicionaram como protagonistas de suas histórias de vida e da história dessa importante categoria profissional que é o magistério. Fica o exemplo para todos nós que voltamos a enfrentar uma realidade de grandes dificuldades na educação brasileira: a luta coletiva pautada pelo diálogo segue sendo o melhor caminho.

---

<sup>54</sup> O PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) ainda não existia nessa época, O que de fato existia era a chamada Convergência Socialista, uma das alas existentes dentro do Partido dos Trabalhadores que defendia o Trotskismo. Em 1992 esse grupo foi expulso do PT e aí sim formou o PSTU em 1993.

## CONCLUSÃO DA DISSERTAÇÃO

Revisitar o passado recente de nosso país é um exercício historiográfico necessário e relevante. Mesmo tão próximo, parece que estamos perdendo o referencial de uma época em que existiam intelectuais que pensavam o país e propunham projetos para equacionar os grandes problemas nacionais e, ao mesmo tempo, existiam grupos políticos dispostos a colocar esses projetos em prática.

A parceria entre Leonel Brizola e Darcy Ribeiro foi um desses momentos em que ocorreu uma bem sucedida junção do projeto de um intelectual com a ação de um homem público que tinha uma trajetória política significativa.

Darcy propôs a Brizola, logo depois que recebeu o esboço dos CIEPs das mãos de Niemeyer, um projeto pedagógico que carregava influências de outros grandes intelectuais, como Anísio Teixeira e Paulo Freire, além das suas próprias contribuições originais.

Brizola que, por sua vez, tinha uma história ligada a construção de escolas em suas passagens como prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul, não vacilou diante de uma proposta tão contundente. Ao tomar contato com os projetos arquitetônico e educacional dos CIEPs, logo passou a tê-los como a menina dos olhos dos governos que realizou no estado do Rio de Janeiro.

O projeto tinha tudo para dar certo, afinal o governador viabilizou, inclusive, as verbas necessárias para a sua implementação, aumentando os impostos cobrados dos bancos estabelecidos no estado. Vale ressaltar que essa ação política, ainda hoje, é considerada das mais temerárias por todos os grupos que ocupam o poder, mas das mais necessárias para as milhares de pessoas carentes que vivem em nosso país.

O sucesso do projeto, no entanto, durou pouco. Os críticos do período atribuíram esse insucesso à falta de competência do governo pedetista, destacando fatos como o alto custo dos CIEPs e a ausência de transparência nos processos de construção dos mesmos, além de um longo rosário de críticas pontuais ao novo modelo de escolas.

Ao longo dessa dissertação procurei demonstrar que as razões para a desarticulação do projeto educacional de Darcy, logo após o fim dos governos trabalhistas, possui raízes mais profundas. Relaciona-se sim aos constantes ataques que sofreu dos órgãos de

imprensa e de grupos políticos conservadores, mas vincula-se também à falta de apoio e até as críticas feitas por grupos e pessoas do campo progressista, caso dos intelectuais e dos professores da rede pública.

O fato de os CIEPs terem sido implementados em uma conjuntura em que o sindicato dos professores se consolidava enquanto a instituição que representava o interesse dos docentes, acabou sendo um fator que afastou essa categoria do projeto dos trabalhistas.

Darcy Ribeiro manteve discussões constantes e fez críticas contundentes a intelectuais de alguns dos principais centros acadêmicos do Rio de Janeiro, isto provocou o distanciamento dessa categoria em relação ao projeto dos CIEPs. Os docentes das faculdades de educação, que teriam uma importância fundamental para a difusão do projeto nas academias e entre os novos professores, foram os primeiros a serem repelidos pelo vice-Governador e acabaram se tornando um dos seus grandes detratores.

Observei nas entrevistas que realizei que professores e intelectuais que vivenciaram o período de governo trabalhista não conseguem negar, nos dias de hoje, um certo arrependimento por tê-lo combatido e terem se posicionado contra os CIEPs. Afinal, nunca mais testemunharam outro projeto educacional com alcance e qualidade semelhantes.

Retomar essas discussões é cada vez mais necessário, pois vivemos uma época de imobilismo significativo. Não se observa projetos públicos relevantes nem para a educação e nem em qualquer outra área social. Não existem governos, sejam eles de qualquer campo político ou instância, que considerem a educação como uma prioridade.

Um local interessante para que tais mudanças comece a acontecer são as salas de aula. Nós professores precisamos estar abertos a novas metodologias e a novas formas de manter e despertar o interesse dos alunos para que, dessa forma, eles tenham autonomia, senso crítico e sejam capazes de reconhecerem a necessidade de projetos de Estado para a educação que possam promover transformações positivas a médio e longo prazo no país.

## CAPÍTULO V: O PRODUTO

### O uso de fontes históricas no ensino básico

Os produtos dos cursos de mestrado profissional são definidos pelo documento da área de ensino da CAPES como sendo “*processos educacionais que possam ser utilizados por professores e outros profissionais da área de ensino em espaços educativos formais e não formais*” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2019, p.15).

Para esse fim, a princípio, eu havia planejado realizar um vídeo, uma espécie de curta metragem, em parceria com os meus alunos do CIEP em que leciono, o CIEP Brizolão 097 Carlos Chagas, localizado no município de Duque de Caxias. A ideia inicial era contar a história dessa unidade a partir da perspectiva de sua comunidade escolar: alunos, professores, pais, funcionários, etc.

Tinha a intenção de destacar fatos importantes como: as memórias dos alunos e funcionários sobre a época de inauguração da escola, o marcante processo de degradação do prédio e o impacto que o processo de municipalização teve na qualidade material e pedagógica da escola. O agravamento da pandemia de Covid 19, a suspensão das aulas por um longo período, o retorno gradual dos alunos e os protocolos sanitários impostos pela pandemia, inviabilizaram que tal projeto pudesse ter sido levado a termo.

Ao tentar me adaptar a essa nova realidade, acabei mudando de planos. Depois de conversas esclarecedoras com a minha orientadora, Maria Paula Nascimento Araujo, e de preciosas sugestões dos membros da banca de qualificação, decidi mudar de rumo e ter como tema do produto a discussão de algumas fontes históricas que foram utilizadas nessa dissertação, demonstrando a possibilidade de uso das mesmas em turmas do ensino básico.

Essas fontes históricas são de diferentes tipos - escritas, iconográficas, orais – e abordam o período de governo de Leonel Brizola no estado do Rio de Janeiro. Elas dizem respeito principalmente o primeiro governo pedetista, que teve início em 1983 e terminou em 1987.

Acredito que as mesmas poderão auxiliar os professores na organização de suas aulas, em temas como: o fim da ditadura militar, a abertura política, o período de redemocratização brasileira, questões relacionadas ao Rio de Janeiro no final do século

XX, as políticas públicas no campo da educação nesse mesmo período. Além disso, as observações e as análises que realizo também podem servir de orientação para trabalhos com fontes históricas ligadas a outros temas e outras temporalidades.

### **5-1- A metodologia do trabalho com fontes históricas**

No processo de seleção que envolve a pesquisa, optei por elencar algumas fontes que considerei relevantes para se ter um panorama do que foi o governo Brizola no Rio de Janeiro e também sobre o processo de implantação dos CIEPs, questões que foram muito importantes ao longo de toda essa dissertação. Essas fontes estão divididas em três grandes grupos, como já destacamos.

O primeiro grupo de fontes é formado por documentos impressos. Nesse grupo constam dois editoriais do *Jornal do Brasil*, com críticas à política de segurança pública do governo Brizola e à construção do Sambódromo, a primeira do final de 1983 e a segunda do início de 1984. Outro documento que apresento nessa parte é um *Tijoloço* assinado pelo próprio Leonel Brizola, defendendo-se dessas acusações do *JB*. Este último documento foi publicado em 1984.

O segundo grupo de fontes é formado pelas iconográficas. Entre as imagens selecionadas constam fotografias dos CIEPs, de manifestações dos professores e também charges. Algumas delas foram tiradas dos jornais que analisei ao longo da dissertação, *O Jornal do Brasil* e *O Globo*, outras foram tiradas de sites da internet e foram escolhidas em virtude do impacto visual e pedagógico que podem causar entre os alunos.

O terceiro grupo de fontes é constituído por trechos das entrevistas que realizei para o capítulo 4 da dissertação. A escolha desse tipo de fonte tem como principal objetivo estimular a utilização da história oral em turmas do ensino básico. Acredito que essa metodologia tem muito a contribuir para que o ensino de história se torne mais dinâmico, relevante e atrativo para alunos e professores.

Estabeleci alguns objetivos para o desenvolvimento desse produto. O primeiro deles é justamente propor atividades e metodologias que tornem o ensino de história mais atrativo para os alunos do ensino básico. Apesar de alguns avanços que ocorreram no ambiente escolar nos últimos anos - como a participação de alunos, professores, pais no

processo de escolha de diretores das escolas públicas e a adoção de práticas inclusivas, como a educação para alunos com deficiência e algumas outras práticas democráticas - no ambiente da sala de aula e no campo da construção do conhecimento escolar, propriamente dito, os avanços ainda não foram tão significativos. O método tradicional de ensino continua sendo o mais usual entre nós, principalmente nas unidades públicas.

Segundo a pesquisadora Circe Maria Fernandes Bittencourt o método tradicional de ensino tem sido “*um dos vilões do ensino de história*” (BITTENCOURT, 2004, p.225). Segundo essa mesma autora o ensino tradicional pode ser definido como “*aquele que conduz o aluno a simplesmente aprender de cor os conteúdos*” (BITTENCOURT, 2004, p.225).

Um dos grandes responsáveis pela permanência desse ensino tradicional em nossas escolas é, segundo o historiador Paulo Knauss de Mendonça, o livro didático. Segundo esse autor, o livro didático acaba sendo utilizado como um normatizador, identificado com uma concepção de saber pronto. Nesse contexto, a escola e a sala de aula surgem como:

um lugar social de interiorização de normas, em que o livro didático é o ponto comum entre o professor e o aluno, sendo todos elos de uma cadeia de transferência disciplinadora do cotidiano e ratificadora das estruturas vigentes (MENDONÇA, 2001, p. 27).

Um dos caminhos possíveis para se romper com essa normatização tradicional representa o nosso segundo objetivo na elaboração do produto: trazer a pesquisa em história para a sala de aula. O professor Paulo Knauss ressalta a necessidade de “*confundir o processo de aprendizagem com o processo de construção do conhecimento. E o processo de construção do conhecimento requer pesquisa*” (MENDONÇA, 2001, p. 30).

Nesse sentido, estimular a junção do fazer do professor com o fazer do pesquisador é, portanto, um caminho bastante produtivo. Como assinala Circe Bittencourt, o docente é um trabalhador intelectual por excelência:

as propostas atuais (...) exigem um trabalho intenso do professor, uma concepção diferenciada desse profissional, como um trabalhador intelectual que juntamente com os seus alunos, deve pesquisar, estudar, organizar e sistematizar materiais didáticos apropriados para as diversas condições escolares (BITTENCOURT, 2004, p. 128).

O trabalho com fontes históricas em sala de aula surge como uma alternativa viável para a maior parte dos professores por diversas razões: os arquivos estão cada vez mais acessíveis em sites e aplicativos diversos, a utilização de fontes é mais barata e pode

apresentar resultados mais promissores do que os livros didáticos, as fontes históricas permitem que os alunos façam as suas próprias interpretações e até criem hipóteses sobre diversos fatos.

Em relação aos alunos, é preciso esclarecer que o trabalho de pesquisa com fontes traz muitas vantagens, porém, ele também gera algumas preocupações que precisam ser levadas em conta. Se, por um lado, as pesquisas com fontes históricas podem significar uma grande vantagem em termos de aprendizagem, de desenvolvimento da perspectiva temporal, de ilustração para temas diversos; por outro, não se deve esquecer que os alunos não são historiadores:

os jovens e as crianças estão “aprendendo história” e não dominam o contexto histórico em que o documento foi produzido, o que exige sempre atenção ao momento propício de introduzi-los como material didático e à escolha do tipo adequado aos níveis e condições de escolaridade (BITTENCOUR, 2004, p. 128).

O terceiro objetivo que estabeleci para esse produto é o de estimular o senso crítico dos alunos. Esse tipo de atitude, que está intrinsecamente relacionada ao ensino de história, torna-se ainda mais necessária em nossos dias, classificados por muitos como a era da pós-verdade (DUNKER, 2017, p. 5).

O trabalho com fontes históricas aqui proposto é algo que se revela muito importante na formação desse senso crítico, pois, como assinala a pesquisadora Dayana Medeiros Luz, “*as fontes ajudariam a formar no estudante uma postura mais crítica tanto em relação à construção do conhecimento quanto em relação à atualidade*” (LUZ, 2019, p. 4).

Compreender as diferentes fontes históricas como discursos, como construções da realidade e não como verdades prontas e acabadas torna-se, portanto, uma tarefa relevante e urgente. Principalmente entre os alunos de escolas públicas do ensino básico que a todo momento são bombardeados com os discursos de isenção das diferentes formas de mídia e com afirmações de que a palavra escrita, de uma forma geral, encerra verdades incontestáveis, além de estarem expostos cada vez mais a *fake news*.

A utilização, como mencionei, de diversos tipos de fontes históricas – escritas, iconográficas, orais -, além da análise e atividades específicas com elas, são caminhos utilizados para se demonstrar que não existem fontes históricas neutras. Esse tema parece bem consolidado entre os estudantes de nível superior, porém, entre os estudantes da educação básica ainda é mal compreendido.

Em suma, o trabalho com fontes históricas favorece o processo de construção de escolas e alunos que cultivam e valorizam posturas críticas:

o trabalho com os documentos históricos desde cedo pode ser justamente uma fórmula para não adiarmos as tarefas que o mundo contemporâneo exige da escola – que o aluno compreenda a lógica dos meios de comunicação, especialmente de massa, para não ser agente passivo da manobra de informações reconhecendo outras visões de mundo, desabsolutizando-se e demarcando a sua identidade de sujeito da própria existência (MENDONÇA, 2001, p. 44).

O último objetivo que proponho ao trabalhar com as fontes históricas selecionadas representa a busca por uma aprendizagem realmente significativa. Propor que os alunos pesquisem e tirem as suas conclusões sobre determinados fatos históricos são atitudes que contribuirão não só para romper com práticas de ensino tradicionais, como também para dar suporte para que os alunos se tornem independentes em seus processos de aprendizagem e de leitura do mundo que os cerca.

## **5-2 A análise das fontes**

Para a orientação dos alunos em relação à análise das fontes históricas selecionadas utilizarei algumas sugestões defendidas pela pesquisadora Dayana Medeiros Luz, acrescidas de algumas experiências pedagógicas que realizei ao longo da minha carreira como docente. De acordo com a proposta citada, o trabalho com fontes históricas com os alunos do ensino básico deve ser feito seguindo algumas etapas (LUZ, 2019, p. 4).

Em uma etapa inicial, o professor precisa realizar a identificação do documento com os alunos, ou seja, precisa lançar um primeiro olhar crítico sobre as fontes históricas. Há a necessidade de se formular algumas questões e tentar respondê-las junto com os alunos. Entre as perguntas relevantes a serem consideradas nessa etapa estão: “quem produziu essa fonte?” “Qual foi a sua intenção ao produzi-la?” “Para que e/ou para quem ela foi produzida?” (LUZ, 2019, p. 5).

É interessante ressaltar também que o professor deve procurar estimular os alunos a fazerem as suas próprias perguntas ao documento e, caso eles não consigam respondê-las inteiramente, construir as respostas coletivamente.

Ainda nessa primeira etapa é importante que o professor identifique com os alunos as palavras que não façam parte de seu cotidiano, sugerindo que os alunos busquem os seus significados em um dicionário apropriado.

Na segunda etapa ainda haverá a necessidade de o professor continuar auxiliando os alunos, pois ocorrerá a identificação do documento propriamente dito. Nessa fase o professor esclarecerá os alunos sobre o tipo de fonte que estará em análise, sobre o veículo que publicou a fonte e mais alguns detalhes sobre a época em que foi publicado. Também é importante confrontar a fonte com conceitos e fatos que já sejam do conhecimento dos alunos, isto é, confrontar esse novo saber com os saberes que os alunos já adquiriram (LUZ, 2019, p. 5). Além disso, o professor também precisa identificar os conceitos mais importantes trazidos pelo documento.

Esse processo de orientação do professor com os alunos deverá ocorrer fora do horário de aula propriamente dito, preferencialmente durante o período de planejamento das atividades pedagógicas, um espaço que, apesar de não ser cumprido inteiramente por muitas redes públicas de educação, também é negligenciado por muitos docentes, que o tratam como um tempo vago ou como um horário que pode ser utilizado para se trabalhar em outros estabelecimentos. O prazo para que o aluno realize a tarefa deverá ser de, no mínimo, duas semanas, para que seja possível a leitura, a reflexão e a discussão sobre o material que receberam.

Na terceira e última etapa o professor terá um papel de coadjuvante, pois os alunos apresentarão os documentos para os seus pares em sala de aula através da prática de seminários. A essa altura, o professor deverá intervir o menos possível, cabendo-lhe apenas o papel de mediador e de orientador, apenas quando necessário.

Caberá aos alunos realizar comentários e expor as suas impressões sobre os documentos que analisaram. A apresentação desses comentários ocorrerá de forma oral, porém, nada impede que ao longo do processo se peça também um relatório descritivo, apresentando as conclusões do grupo e a contribuição de cada membro para o resultado final.

Outro fator importante a ser levado em consideração ao se trabalhar com fontes históricas é o processo de seleção das mesmas. No processo de escolha dos documentos procurei levar em consideração algumas ideias expressas por Circe Bittencourt. Segundo ela, há que se considerar, em primeiro lugar, a escolha de documentos atrativos:

existe o problema de escolher documentos que sejam atrativos e não oponham muitos obstáculos para serem compreendidos pelos alunos, tais como vocabulário complexo (...), grande extensão, considerando o tempo cronológico da aula (...) (BITTENCOURT, 2004, p. 330).

Os trechos que escolhemos são relativamente curtos, todos com quatro ou cinco parágrafos, no máximo, e imagens que são de fácil entendimento. Não possuem uma linguagem muito rebuscada, além disso, pretendo manter a diagramação original dos jornais e possibilitar que os alunos ouçam os áudios das entrevistas orais, para que experimentem a sensação de estarem consultando uma fonte histórica de fato.

A segunda ideia que Circe Bittencourt defende sobre a seleção das fontes é o fato de se levar em consideração nesse processo os documentos que ajudem os alunos a compreender que os registros históricos são diversos: “*nessa condição, convém que os alunos perceberem que tais registros e marcas do passado são os mais diversos e encontram-se por toda a parte, em livros, revistas, quadros, músicas, filmes e fotografia*” (BITTENCOURT, 2004, p. 331).

Como já assinalei, selecionei fontes escritas, fontes iconográficas e fontes orais. A diversidade dessas fontes torna-se-á bastante explícita, na medida em que os alunos iniciarem o processo de apresentação dos seminários.

Por último, Circe Bittencourt aconselha que os documentos auxiliem os alunos na compreensão dos conceitos: “*a escolha deles, em qualquer situação ou nível escolar, deve favorecer o domínio de conceitos históricos e ajudar na formulação de generalizações*” ((BITTENCOURT, 2004, p.331). O conceito de democracia, por exemplo, é presença constante em praticamente todos os documentos que apresento aos alunos.

Proponho, portanto, a utilização das fontes históricas em sala de aula como fontes de pesquisa e de produção de conhecimento. Cabe assinalar, no entanto, que essas mesmas fontes podem ser utilizadas no espaço escolar com outros objetivos: como ilustração, como fonte de informação e como uma situação problema (BITTENCOURT, 2004, p. 330).

Considero a abordagem que escolhi a mais produtiva, pois elas possibilitam que os alunos “*identifiquem o objeto de estudo ou o tema histórico a ser pesquisado*”, de uma forma mais fácil e dinâmica (BITTENCOURT, 2004, p. 330).

O governo Leonel Brizola está inserido em uma unidade programática comum ao 9º ano do ensino fundamental e ao 3º ano do ensino médio: o processo de

redemocratização no Brasil. A minha intenção é a de trabalhar esse tema partindo do “nível particular e sensível para alcançar a conceituação e a problematização abrangente” (MENDONÇA, 2001, p. 35).

Essa proposta é reforçada pelo fato de que atualmente concentro a maior parte da minha atividade docente em um CIEP. Partirei, portanto, de uma questão sensível aos meus alunos, a história do processo de implantação do modelo de escola em que estudam, para chegar a um importante período da história do Brasil, que foi o da redemocratização política.

### **5-3 Fontes impressas**

Selecionei para essa parte do produto trechos dos jornais que trabalhei ao longo da dissertação. Acredito que esses trechos contribuirão para que os alunos entendam um pouco mais sobre as discussões políticas e os projetos de nação que existiam no Brasil durante o período da abertura política.

O projeto de Leonel Brizola e dos trabalhistas será o destacado, pois esse foi o tema que desenvolvi na dissertação. Contudo, nada impede que outros professores ou que, em um futuro próximo, eu mesmo venha a destacar outros projetos existentes no período, afinal, o acesso às fontes está cada dia mais facilitado pela rede mundial de computadores.

Para esse fim, selecionei três fontes impressas: dois editoriais do *Jornal do Brasil*, um que aborda a visão do periódico sobre a questão da violência pública durante o governo Brizola, e o outro sobre a inauguração da Passarela do Samba, um do final de 1983 e outro do início de 1984; a terceira fonte selecionada é um trecho de um *tijoloço*, também de 1984, no qual Leonel Brizola acusa o proprietário do *JB* de ter ligações políticas e econômicas com a ditadura militar.

Destaco que antes de iniciar o momento das orientações e dos seminários que apresentarão as fontes históricas, pretendo realizar uma aula sobre o período da

Fonte 1: editorial do *Jornal do Brasil* (14/12/1983). Imagem digitalizada.

## Chuva no Molhado

O agravamento da situação do Rio de Janeiro ocorre com tal intensidade que o carioca vive autêntico pesadelo ao verificar que o Sr Leonel Brizola cumpriu menos de um quarto do seu mandato. Nessa progressão, o esforço para recuperar a cidade e o Estado terá que se estender por sucessivos governos, que exerçam de fato as suas funções.

O Sr Leonel Brizola fez nitidamente duas opções fundamentais, sendo a primeira a escolha da marginalidade como seu público e ponto de apoio social. A segunda é apenas uma decorrência desta e consiste na destruição da autoridade. O Governo não se exerce, sobretudo no que respeita à manutenção da ordem pública, porque marginalidade é sinônimo de desordem. Se houvesse ao menos policiamento, não se explicaria que os camelôs tivessem chegado a ocupar as calçadas das principais artérias. A situação que se implantou nos presídios e delegacias é de todo equiparável: fugas, assassinatos e circulação de vários tipos de armas entre os presos. As denúncias são de que os guardas estão proibidos de praticar qualquer tipo de repressão; ou melhor, a autoridade acha-se expressamente eliminada. O governante perdeu por completo o senso de medida. Uma coisa é respeito a cidadãos, outra é autorizar a desordem.

O exame do confronto que se estabeleceu entre o comércio marginal e o comércio organizado é muito

elucidativo. Por quem optou o Governo Leonel Brizola? Basta contemplar o panorama da cidade para encontrar uma resposta. Os contribuintes, que são os empresários do comércio, encontram-se verdadeiramente acuados. São afrontados nos próprios locais em que se estabeleceram, em que pese estejam em dia com os seus tributos e devessem merecer proteção da autoridade constituída. O propósito do Governador parece ser o de generalizar semelhante estado de coisas. As famílias já estão acuadas em suas casas, com medo dos assaltantes que campeiam nas ruas. Diante do que estamos presenciando, é presumível que dentro em breve a marginalidade perturbe o funcionamento das escolas, da indústria e dos serviços em geral.

Em todo esse plano o Sr Leonel Brizola só parece haver esquecido a tradição de combatividade do povo carioca. Ou será que está justamente apostando nesse aspecto, provocando-o para que reaja? Em vista de seus antecedentes, não se pode certamente descartar a possibilidade de que esteja atuando de modo calculado, desde que não se exige muita acuidade para perceber que está sendo gestado um vasto conflito entre a população e o elemento marginal. Só que não há nenhum prenúncio que o líder da marginalidade venha a alcançar sucesso ali onde fracassou a liderança populista.

Fonte 2: Editorial do *Jornal do Brasil* (09/02/1984). Imagem digitalizada.

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO, Presidente do Conselho Diretor  
 BERNARD DA COSTA CAMPOS, Diretor  
 J. A. DO NASCIMENTO BRITO, Vice-Presidente Executivo  
 WALTER FONTOURA, Diretor  
 MAURO GUTMARAES, Vice-Presidente  
 J. B. LEMOS, Editor

---

## Praça de Comícios

O término virtual da obra denominada *sambódromo* permite ter uma visão definitiva da determinante verdadeira de sua construção: trata-se de uma grande praça para comícios. Essa praça constitui a parte nuclear do conjunto de estruturas e tem, num de seus lados, dois ostensivos palanques, capazes de permitir que os oradores contemplem a massa presente, que se distribuirá parte na própria praça e parte na arquivancada fronteira que a limita. Ao fundo construiu-se, também, um grande arco certamente destinado a permitir a fixação de bandeiras ou retratos gigantescos. As demais arquivancadas que foram adicionadas a esse conjunto de modo algum o desfiguram. Além de que constituem acesso natural à praça, bloqueado e livre de trânsito, pode eventualmente figurar como reserva para o que extravase de gente, sem dar ao logradouro central dimensões maiores do que seria razoável, já que pode comportar em torno de cem mil pessoas.

A fonte inspiradora é clara: os locais especialmente construídos a fim de comportar grandes concentrações humanas, que apareceram em nossa época primeiro na Rússia Soviética e na Itália de Mussolini, depois copiadas por Adolf Hitler na Alemanha nazista.

A revelação dos verdadeiros objetivos desse projeto é um fato da maior significação política porquanto faculta desvendar as verdadeiras intenções do Sr. Leonel Brizola. É sabido que sua franca opção pelo elemento marginal da sociedade fluminense a todos apanhou de surpresa e houve quem a atribuisse à simples improvisação. Sem programa e sem prioridades, desconhecendo a realidade do Rio de Janeiro, graças a ações irrefletidas teria chegado a aliar-se a bicheiros, camelôs, etc. A Praça de Comícios da Marquês de Sapucaí evidencia, ao contrário, que sua ação é deliberada e plenamente meditada em seus contornos mais gerais e principais implicações.

Sem dispor de bases sindicais, que deram a Vargas a possibilidade de estruturar o populismo, Brizola escolheu a marginalidade. Sabia certamente que este constituía grupo social amplamente minoritário. Mas provavelmente atribuiu maior peso à sua disponibilidade para o aventureirismo. Sem patrão, sem horários, vivendo de biscates ou abertamente da contravenção, encontrara afinal massa de manobra verdadeiramente privilegiada. Daí que haja paralisado o aparelho repressor, freqüente a favela, estimule a ação predatória dos camelôs, mendigos e toda classe de marginais. Eis aí a massa a ser mobilizada para demonstrações na Praça de Comícios da Sapucaí. E para dar curso a esse plano insano não hesitou em gastar nunca menos de Cr\$ 25 bilhões, que ultrapassa de muito as disponibilidades para investimentos. Nutre também a esperança adicional de satisfazer aos carnavalescos e integrantes de blocos e escolas para aquele fim estruturadas. Mas, em seu todo, esta não é a camada social visada, nem muito menos a ampliação de salas de aula, já que as últimas modificações introduzidas na obra, para reforço de estruturas, de fato impossibilitam essa destinação.

O projeto é em sua inteireza totalitário e só um espírito primário o conceberia nesses lances espetaculares de esconde-esconde. O mínimo que se pode dizer é que se encontra inteiramente dissociado dos sentimentos da maioria de nossa população e do resto do país, que aspira a levar a abertura política até a implantação das instituições que garantam a democracia. Os sonhos e ambições do Sr. Leonel Brizola não se orientam no mesmo sentido. Corteja as minorias fora da lei e ignora solenemente as suas atribuições no que se refere à administração estadual. Supondo talvez que a opinião nacional possa ser manietada por demonstrações de cunho totalitário, suposição que o levará a morder novamente o pó da derrota de modo inapelável.

redemocratização brasileira, destacando conceitos como o de democracia, ditadura militar, governo militar, governo civil e também apresentando os principais projetos de nação existentes nessa época, além dos principais acontecimentos do período.

No processo de criação desse produto, observei que os trechos dos jornais que selecionei dialogam entre si. Os editoriais do JB fazem críticas ao governo trabalhista, enquanto no trecho do Tijoloço selecionado, o governador Leonel Brizola não só se defende dessas críticas como ataca os seus detratores, utilizando o próprio veículo jornalístico em que foi criticado. Essa discussão permite, por exemplo, que se discuta o papel da mídia enquanto a de um ator político, que possui interesses próprios e que os manifesta em vários momentos. Reforçando a ideia de que não existem fontes históricas imparciais.

### **5-3-1 Os editoriais do JB**

Selecionei dois editoriais do *Jornal do Brasil* para trabalhar com os alunos: “Chuva no molhado” (Fonte 1), publicado em 14 de dezembro de 1983; e “Praça de comícios” (Fonte 2), publicado poucos meses depois, em 09 de fevereiro de 1984.

O primeiro editorial, “Chuva no molhado”, é uma crítica à política de segurança pública do governo Brizola. Nele, o governador é acusado, explicitamente, de proteger os criminosos do estado do Rio de Janeiro, a partir da utilização de ideias como a de que Brizola fazia uma opção consciente de defesa dos marginais e de que o governo trabalhista não respeitava a manutenção da ordem pública.

O segundo editorial, “Praça de comícios”, realiza comentários que desqualificam a Passarela do Samba, obra que à época acabara de ser inaugurada pelos trabalhistas na Praça Onze, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Nesse texto, os editores do JB compararam a Praça da Apoteose, que fica no centro da Passarela do Samba, às praças de comícios de governos totalitários, citando, inclusive, semelhanças com o nazismo alemão.

É necessário lembrar que, pela proposta de trabalho que estou apresentando, antes de entregar as fontes para os alunos realizarei uma análise preliminar com a turma, explicitando alguns conceitos e projetos políticos existentes no período. Vale assinalar também que o conceito de governos totalitários antecede o trabalho com as questões

referentes a redemocratização brasileira, fato que possibilitará que os alunos tenham suporte para analisar a acusação feita pelo jornal, considerando o cenário político e social daquele momento.

No processo de orientação que realizarei com os alunos procurarei explicitar o modo de construção narrativa presente nesses tipos de textos, os editoriais, uma vez que os mesmos não costumam apresentar o nome dos seus autores, levando em conta o fato de que os jornais possuem uma linha editorial a ser seguida e seus editores costumam ser muitos fiéis a ela.

Como mantive a formatação original do periódico, foi possível apresentar na Fonte 2 todo o expediente do jornal, incluindo o nome do editor-chefe do *JB* na época, o jornalista João Batista Lemos (J. B. Lemos). Durante o processo de orientação explicarei para o grupo que a autoria do artigo pode ser atribuída a esse jornalista ou a algum outro editor ou jornalista que estivesse sob a sua supervisão direta.

Ao partir para a análise das fontes, a ideia é a de sugerir que os alunos procurem responder questões de cunho mais específico em face da disponibilização dos documentos para a turma: qual personagem ou quais grupos políticos são criticados nos editoriais? Os textos indicam algum tipo de preferência política por parte dos editores? Como o primeiro texto sugere que a questão da violência seja tratada? A Praça da Apoteose é utilizada atualmente para que tipo de evento? A associação dessa praça ao Nazismo foi uma crítica justa?

Essas questões possuem respostas aparentemente óbvias para estudantes de cursos de ciências humanas do ensino superior, porém para estudantes de ensino básico, principalmente do ensino fundamental, elas podem funcionar como um roteiro para propiciar valiosos momentos reflexão.

Para a grande maioria desses alunos, a imprensa, principalmente a parte dela que trabalha com a palavra impressa, é uma fonte fidedigna de verdades. Como professor, já experimentei diversos momentos de tensões com os alunos quando manifesto, por exemplo, uma interpretação diferente da que consta em um livro didático. Para muitos alunos aquilo que está escrito tem valor de verdade.

Fonte 3: *Tijolão* ou *Tijolaço* de Leonel Brizola (Jornal do Brasil, 26 de agosto de 1984).

Imagem digitalizada.

domingo, 26/8/84 □ 1º caderno

## Esclarecendo a população

(7)

### Fins inconfessáveis

A opinião pública do País, a população de nosso Estado e, muito particularmente, todas as pessoas de bem há muito já se aperceberam porque o "Jornal do Brasil" do Sr. M. F. Nascimento Brito vem atacando e achincalhando todos os dias a Administração do Rio de Janeiro e seu Governador. Com relação a "O Estado de São Paulo" (J. Mesquita Neto), embora mais sofisticado, isto também já está se tornando claro. Para a população, basta uma ponta desse tipo de iceberg para o seu infalível julgamento. Ela conhece esse pessoal de outros carnavais: suas obras, seus feitos e interesses.

E como foi possível, que dados concretos permitiram a tantas pessoas tirarem as suas conclusões?

**Primeiro:** configurou-se, desde logo, que se tratava de uma campanha invariavelmente dirigida contra, sem nenhuma isenção e sem preocupações com o bem público, mal intencionada, de ataques sistemáticos e evados de facciosismo e maldade. Como é natural, desde o início despertou suspeitas. Todos diziam nas ruas e rodas de conversa: "Algo está atrás de tudo isto. Tem carçoço nesse angu. Que Diabo, ficaram em silêncio durante os 8 anos do Chagas e outros tantos da ditadura e agora, de repente, exigem e reclamam de tudo! Dar crédito a isso seria conceder demasiado espírito público a estes fariseus".

**Segundo:** tornou-se do conhecimento público que os referidos srs. Brito (JB) e Mesquita Neto (Estadão) são sócios, parceiros e beneficiários em grandes negócios e operações, concedidos pelo Governo Federal, de dezenas de milhões de dólares e, também, de bilhões e bilhões de cruzeiros (PISA S/A e as chamadas debêntures DEBAN/DIDEC-11-83/00984). E como ninguém desconhece, sobre essas grandes operações no Banco Central, no Banco do Brasil e BNDES só uma pessoa resolve e decide: o Sr. Delfim Neto e mais ninguém. Principalmente, quando se trata de operações de exceção, com cláusulas de favorecimento. São os chamados empréstimos de pai para filho. Brito e Mesquita, como é compreensível, passaram a depender das benesses do poderoso Sr. Ministro do Planejamento. Atacar e hostilizar, impiedosamente, o Governo Leonel Brizola, seria como lubrificar todas as engrenagens e o próprio centro motor das decisões. Além disso, forneceria matéria e inspiração para, em conversas posteriores, estabelecerem outros desdobramentos. Que o Sr. Delfim (uma das peças centrais do núcleo autoritário do regime, como responsável e executor do modelo econômico) está empenhado em asfixiar o Governo do Rio de Janeiro, é uma questão evidente demais. Dispensa qualquer demonstração. Reuniu-se, assim, a fome com a vontade de comer. Uma perfeita associação com fins inconfessáveis.

Desses comprometimentos decorrem as novas e inusitadas posições do velho JB, danosas ao nosso Estado e a favor de causas como os interesses do FMI e dos bancos internacionais, a defesa permanente dos atos do Sr. Delfim Neto (que considera um gênio), a justificação de coisas como o Colégio Eleitoral, o arrocho salarial e a extinção do ensino gratuito nas Universidades, e a pregação da segregação social, atribuindo a toda a população carente e favelada o estigma da marginalidade.

Nesse sentido, chama a nossa atenção o fato de que se com os livros didáticos existe essa relação quase mitológica sobre a verdade da palavra impressa, imaginem em relação aos jornais, que constantemente fazem propagandas reforçando a percepção de que são imparciais e que só publicam os fatos, a verdade.

Demonstrar a oposição presente em um jornal, no caso o *Jornal do Brasil*, ao projeto político dos trabalhistas, pode ser um interessante caminho para tentar desconstruir essa ideia arraigada entre alguns estudantes do ensino básico.

Nesse percurso do produto, no propósito de substanciar a análise das fontes, o diálogo entre os grupos também vai se mostrar necessário. Esse grupo que apresenta os editoriais precisará, por exemplo, conversar bastante com o grupo que apresentará o tijolo (Fonte 3).

### **5-3-2 Fins inconfessáveis: um tijolo**

Cada fonte, com as suas especificidades, compreende uma forma de leitura e análise. Inicialmente cabe-nos entender que a resposta de Leonel Brizola contra as acusações que o *JB* lhe fazia quase que diariamente, como já assinalamos, não tardaram. Elas vieram principalmente através dos chamados *tijolões* ou *tijolos*, textos que o governador publicava nos próprios jornais que faziam críticas a seu governo (Fonte 3).

A participação do professor na orientação aos alunos para a análise dessa fonte será absolutamente essencial. Caberá ao docente explicar o que foram os *tijolos*, caracterizando-os como uma arma política utilizada pelo governador Leonel Brizola para enfrentar seus inimigos políticos, entre os quais uma parte da própria imprensa.

O fato de os *tijolos* serem publicados em espaços pagos, nos próprios jornais que faziam críticas ao governador Leonel Brizola, como no caso do *JB*, acrescentará muito para que os alunos entendam que o jornal pode ser um objeto cultural, mas também uma mercadoria. A ideia de que o jornal possui um proprietário e de que ele precisa agradar os seus clientes/leitores para poder vender deve fazer parte da abordagem durante a apresentação dessa fonte.

Além disso, as críticas feitas por Brizola nesse documento contribuirão para que os alunos compreendam melhor que o jornal é um veículo formado por pessoas – jornalistas, editores, o proprietário do jornal – com posições políticas definidas.

Desse modo, as perguntas a serem feitas a essas fontes deverão ser diferentes das perguntas feitas às fontes anteriores. Os alunos, após os esclarecimentos iniciais do professor, saberão quem é o seu autor, porém precisam ser estimulados responder outras questões relevantes, no caso dessa fonte, em especial: que fatos levaram o governador a fazer críticas tão contundentes aos periódicos citados? Qual a posição do governador em relação à ditadura militar? Uma vez mais ressaltamos a importância do diálogo com os grupos anteriores.

Para a promoção do diálogo entre os grupos proponho dois procedimentos. Inicialmente deixarei que os alunos organizem os encontros por conta própria. Se por alguma razão – distrações, timidez ou conversas desconexas - essa organização não se revelar produtiva, direcionarei as discussões com questões específicas sobre o posicionamento político do jornal contra Brizola e da resposta dada pelo governador.

Os grupos podem tentar responder juntos outras questões relevantes para a análise das fontes históricas em geral, tais como: quem eram os leitores desse jornal? Será que ele se direcionava às classes populares ou a grupos que de classe média alta? Quais indícios sustentam as escolhas dos alunos<sup>55</sup>? Ou seja, os alunos poderão desenvolver, inclusive, uma pesquisa qualitativa com levantamento de hipótese.

Ao final da apresentação, o professor pode sugerir que os alunos desses grupos escrevam alguns editoriais e textos críticos sobre alguns problemas da atualidade. Questões como a pandemia de Covid 19, as *fakes news* que se alastram no cenário político e a crise econômica que arrasa o país, por exemplo, são temas com argumentos fáceis para se estruturar esse tipo de texto.

Outra possibilidade interessante é a de os alunos produzirem jornais com notícias relevantes para as suas turmas ou mesmo para toda a escola. Nesse caso, além do noticiário a ser produzido pelos alunos, o professor pode sugerir a construção de editoriais sobre temas diversos de interesse geral, como o estado de conservação da escola, a

---

<sup>55</sup> Uma das maneiras para que os alunos identifiquem quem eram os leitores do jornal é analisando o tipo de propaganda que o periódico trazia, se era direcionado às classes populares ou aos grupos mais abastados.

importância de se estudar, etc. Essa proposta também pode ser levada para todos os outros grupos.

#### **5-4 Fontes iconográficas**

As imagens selecionadas para compor as fontes históricas que estão sendo analisadas nesse produto são de duas naturezas: fotografias e charges. A maioria delas foram retiradas dos periódicos trabalhados nessa dissertação. Algumas, no entanto, foram tiradas de uma página do Facebook denominada *Observatório dos CIEPs*. Essa página tem como principal objetivo denunciar a situação de abandono que a maioria dos CIEPs se encontram nos dias atuais.

Considerarei as imagens como textos passíveis de serem analisados e interpretados. Procurarei considerar e explorar as emoções que as imagens provocam, tal como assinalado pelo historiador Elias Thomé Saliba, em todos os seus níveis de possibilidade:

há, em primeiro lugar, a emoção que experimentamos ou não ao ver uma imagem; em segundo lugar, a emoção daquele que fez a imagem, e por último, mas não menos importante, a reação emocional daquele que é objeto da imagem. Este é um tema muito vasto, com férteis desdobramentos didáticos (SALIBA, 2011, p. 94-95).

Nesse sentido, proponho, tendo Circe Bittencourt mais uma vez como base, que as imagens sejam utilizadas em sala de aula não apenas como ilustração:

(...) o problema central que se apresenta para os professores é o tratamento metodológico que esse acervo iconográfico exige, para que não se limite a ser usado apenas como ilustração para um tema ou como recurso para seduzir um aluno acostumado com a profusão de imagens e sons do mundo audiovisual (BITTENCOURT, 2004, p. 361).

Terei, contudo, o cuidado de não exagerar no uso desse tipo de fonte, pois, como defende Saliba, vivemos nos dias de hoje uma verdadeira invasão das imagens em todos os aspectos das nossas vidas:

(...) como educador preocupa-me a verdadeira intoxicação de imagens que nossa sociedade já vive e acho que a escola não deve repetir esse círculo vicioso e desgastante, mas capturar o interesse pela imagem – interesse cada vez mais disseminado – utilizando-os para as suas finalidades educacionais (SALIBA, 2011, p. 90).

Nesse sentido, proponho a utilização de cinco fotografias, algumas utilizadas em conjunto e em termos comparativos; e também de duas charges. Todas elas correspondentes ao período de governo de Leonel Brizola.

#### **5-4-1 A fotografia enquanto fonte histórica**

Minha proposta principal ao trazer a fotografia para a sala de aula é mostrar para o aluno, como já assinalado, que a imagem é um texto, uma leitura do mundo real. Como reforça a historiadora Ana Maria Mauad, a fotografia:

para além de sua gênese automática (...) é uma elaboração do vivido, o resultado de um ato de investimento de sentido, ou ainda, uma leitura do real realizada mediante o recurso a uma série de regras que envolve, inclusive, o controle de um determinado saber de ordem técnica (MAUAD, 1996, p. 3).

Para entender a imagem é necessário desconstruí-la. Essa desconstrução passa, inicialmente, pela análise do papel do fotógrafo (BITTENCOURT, 2004, p. 367). Por trás de uma foto existe uma pessoa que domina um conjunto de técnicas e possui intenções ao realizar a fotografia, inclusive intenções relacionadas a categoria social a que se vincula:

no caso da fotografia é evidente o papel de autor imputado ao fotógrafo. Porém, há que se concebê-lo como uma categoria social, quer seja profissional autônomo, fotógrafo de imprensa, fotógrafo oficial ou um mero batedor de chapas (...). O controle de uma câmera fotográfica impõe uma competência mínima por parte do autor, ligada fundamentalmente a manipulação de códigos convencionados social e historicamente para a produção de uma imagem possível de ser compreendida (MAUAD, 1996, p. 8).

Há que se considerar ainda, nesse processo de desconstrução da imagem fotográfica, as competências do leitor (entender a fotografia como suporte material de uma imagem) e a circulação e os destinatários das imagens fotográficas: álbuns de retratos, veículos de imprensa, álbuns eletrônicos, redes sociais, coleções, etc. (RENDEIRO, 2017, p.15).

Em relação à escolha, segui as orientações de Circe Bittencourt. Segundo essa autora, é aconselhável a escolha de imagens fortes “*capazes de causar um impacto visual*” (BITTENCOURT, 2004, p. 368). Ana Maria Mauad acrescenta que é importante não se misturar diferentes tipos de fotografias (MAUAD, 1996, p. 368).

Fonte 4: A inauguração do CIEP Tancredo Neves (*Jornal do Brasil*, 09/05/1985).

Imagem digitalizada.



Fonte 5: Manifestação de professores (*O Globo*, 03/04/1986). Imagem digitalizada.



Em frente à Câmara Municipal, professores erguem faixas e cartazes na manifestação de cerca de três mil arvistas

A seguir analisarei as imagens que considere relevante para se trabalhar alguns aspectos referentes ao governo Brizola em sala de aula.

#### **5-4-2 A inauguração do CIEP Tancredo Neves**

As duas primeiras imagens selecionadas são fotografias da inauguração do CIEP Tancredo Neves (Fonte 4). A autoria das duas fotografias está identificada na edição do *JB*, de 09 de maio de 1985, um dia depois da inauguração do primeiro CIEP, propriamente dito: a primeira fotografia é de Vidal de Trindade e a segunda de Evandro Teixeira.

Apesar desses fotógrafos estarem a serviço do *JB*, tratarei essas duas imagens como documentos canônicos, pois eles foram produzidos, em minha opinião, com a intenção de serem documentos oficiais sobre o fato histórico que retrataram. Desse modo, iniciarei minha orientação com o grupo explicando, justamente, o que vem a ser um documento canônico.

A primeira imagem mostra o Presidente José Sarney no primeiro plano e a seu lado, segurando o seu braço, o governador Leonel Brizola, que aponta para a direção do prédio do CIEP. É possível identificar também na fotografia a presença do cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Salles, logo atrás de Brizola. Na segunda fotografia, o presidente Sarney continua na posição de protagonista, sendo abraçado pela primeira diretora do CIEP Tancredo Neves, a professora Fernanda.

Eu planejo realizar essa identificação dos personagens que aparecem na fotografia com os alunos durante o processo de orientação. Mas, nessa etapa, pretendo pedir que eles realizem um levantamento das posições políticas de cada um dos personagens citados, o presidente José Sarney, o governador Leonel Brizola e o cardeal arcebispo, Dom Eugênio Salles, de modo que os alunos possam apresentá-los.

Algumas perguntas também precisam ser feitas em relação a essas imagens, tais como: para quem foi dado o maior destaque nas fotografias? Para o governador, que implementou o projeto, ou para o Presidente da República, que veio para a inauguração como convidado? Essa escolha teria, na opinião dos membros do grupo, alguma relação com a linha editorial do jornal apresentada pelos grupos que analisaram os textos

impressos? Qual a opinião do grupo sobre a presença de um líder religioso no evento de inauguração do CIEP?

Em suma, esses questionamentos têm o objetivo de ajudar os alunos a perceberem a fotografia como um texto que possui intenções determinadas pelos fotógrafos e por aqueles que pretendem publicar a fotografia.

#### **5-4-3 Aluno não é leitão**

A terceira fotografia apresentada (Fonte 5) é de uma manifestação dos professores durante a greve de 1986. Ela foi publicada no jornal *O Globo*, no dia 3 de abril 1986. A imagem mostra diversos docentes concentrados na porta da câmara dos vereadores do Rio de Janeiro. Diversos cartazes são percebidos, o mais evidente tem a seguinte frase estampada: “*Governador, aluno não é leitão*”.

Deixarei os alunos livres para formularem perguntas sobre a imagem, porém a discussão do significado da frase do cartaz, que ocupa o primeiro plano da fotografia, é fundamental. Estimularei os alunos a criarem hipóteses para responder o significado dessa frase.

Outra questão que os alunos também podem levantar hipóteses para possíveis respostas é a busca dos motivos para que o fotógrafo tenha focado justamente nesse cartaz em meio a tantos outros. Por que não foram escolhidos cartazes que faziam alusão ao plano de carreira ou a outras reivindicações dos professores? Esses questionamentos têm o objetivo de, mais uma vez, demonstrar que a imprensa possui posicionamentos políticos e não é um grupo isento.

Por fim sugirirei que os alunos comentem sobre alguns aspectos técnicos das fotografias apresentadas, tais como: a questão da coloração, definição, focos e outras questões técnicas que perceberem. A comparação com as fotografias atuais será inevitável. Pretendo, por fim, decifrar junto com os alunos o que está escrito em cada uma das faixas, fato que trará ainda mais informações relevantes para os grupos

**Fonte 6** : Um CIEP em funcionamento (Foto de divulgação do governo do estado do Rio de Janeiro, retirado da página “Observatório dos CIEPs (Link: <https://www.facebook.com/ObservatoriodosBrizoloes/> Os direitos autorais da imagem não foram encontrados até o momento de conclusão da dissertação). Imagem digitalizada. Ano não identificado.



**Fonte 7** : CIEP degradado (“Observatório dos CIEPs”. Link: <https://www.facebook.com/ObservatoriodosBrizoloes/> Os direitos autorais da imagem não foram encontrados até o momento de conclusão da dissertação). Imagem digitalizada. Ano não identificado.



#### 5-4-4 Dois CIEPs

As duas últimas fotografias (Fonte 6 e Fonte 7) são de dois CIEPs. Um recém-inaugurado e em pleno funcionamento, na década de 90, do século passado; e o outro dos dias atuais, completamente degradado.

Essas fotografias foram retiradas de uma página do facebook denominada “*Observatório dos CIEPs*” e foram repostadas várias vezes desde, pelo menos, o início do ano 2020. Seus autores não foram identificados, porém, acredito que a primeira imagem tenha sido retirada da revista “*Escola viva, Viva a escola*”, publicada pela secretaria estadual de educação ao longo dos dois governos de Brizola<sup>56</sup>.

Ao contrário das fotografias anteriores, não deixei nenhum tipo de legenda escrita nessas imagens. Essa opção tem o objetivo de atribuir ao aluno a tarefa de identificar temporalmente as imagens. Questões como: qual imagem é a mais antiga? Qual a época aproximada de cada uma delas? Minha premissa é a de que essa atividade pode ajudar os alunos a iniciarem um processo de reflexão sobre elas.

Esse tipo de exercício com fotografias é bastante recomendado pelos especialistas no assunto. Primeiro porque permite que os alunos percebam a passagem do tempo, isto é, consigam identificar o antes e o depois; além disso, a atividade também pode ser utilizada para que os alunos observem a forma de utilização de um determinado espaço em épocas distintas (BITTENCOURT, 2004, p. 369).

Outras questões que podem ser trabalhadas com essa imagem podem ser alocadas em um processo de identificação das crianças que estudavam nos CIEPs: a primeira fotografia (Fonte 6), por exemplo, permite associar esses alunos a algum grupo social? Que tipo de roupa estão utilizando? Também é possível discutir com a segunda imagem (Fonte 7) as razões para a degradação dos CIEPs. A essa altura também é possível estimular os alunos a levantarem hipóteses para explicar esse verdadeiro processo de destruição que algumas dessas escolas vem passando desde o fim dos governos trabalhistas.

---

<sup>56</sup> Em função do fechamento dos arquivos motivado pela pandemia de covid 19 não pude confirmar essa informação até o momento.

Como pretendo realizar esse trabalho com os meus alunos do CIEP Carlos Chagas, em Duque de Caxias, sugeri que eles realizem fotografias dessa unidade para uma exposição interna. Além de imagens denunciando os problemas da unidade, também estimularei os alunos a utilizarem a fotografia como um recurso artístico, buscando cenas de crianças brincando, estudando, interagindo com outras.

Existem também algumas imagens nos CIEPs – as famosas curvas de Niemeyer - que não são vistas por muitas pessoas que frequentam cotidianamente esse espaço. Estimularei os alunos a encontrá-las e registrá-las para a exposição.

Os demais alunos que trabalharam com a apresentação de imagens também podem participar dessa atividade e trazer contribuições valiosas. Afinal, atualmente é bastante comum os alunos possuírem celulares e ficarem com eles durante as aulas. Nós, professores reflexivos, precisamos demonstrar que existem algumas possibilidades de utilização desse aparelho com finalidades pedagógicas relevantes.

Outro detalhe que não pode passar despercebido nessas duas fotos é o fato de possuírem cores. Esse detalhe precisa ser discutido pelo grupo e será um elemento importante para a localização temporal delas e a diferenciação em relação às demais imagens.

## **5-5 As charges**

As charges são imagens que também podem ser tratadas como textos e que podem ser utilizadas como um excelente recurso pedagógico, pois é atraente aos olhos de quem as leem e utilizam o humor como principal recurso. Trata-se de:

(...) uma modalidade de linguagem iconográfica que se caracteriza essencialmente por sua natureza dissertativa e ideológica, além de primar pela presença do humor com o propósito de denunciar e satirizar através do apelo ao exagero. Também deve ser reconhecida em seu potencial como fonte histórica, capaz de contribuir para a reflexão sobre determinada época, pois expressa e transmite, assim como toda configuração visual, ideias, sentimentos, valores e informações a respeito de seu tempo e lugar, bem como de outros tempos e lugares (MACÊDO, 2019, p. 4).

A charge, assim como todas as fontes históricas, também fornece respostas ao ser inquirida, além de também possuir o potencial de prender a atenção dos alunos. Além

disso, a utilização das charges nas aulas possibilita que os alunos tenham acesso a um outro tipo de discurso utilizado pelos jornais e pela imprensa em geral.

Cabe assinalar, mais uma vez, que apesar da presença do humor, as charges são fontes históricas que apresentam as mesmas características que as demais: elas são um discurso que não tem nada de imparcial ou de inocente (MACÊDO, 2019, p.5).

### **5-5-1 O Rambo**

A primeira imagem que selecionei, Fonte 8, é de autoria do famoso cartunista Chico Caruso, Francisco Paulo Hespanha Caruso, e foi publicada no jornal *O Globo*, em 10 de abril de 1984, durante a greve dos professores da rede pública de ensino. Na sátira, o rosto de Leonel Brizola é colocado no corpo estilizado de Sylvester Stallone, ator que na época fazia muito sucesso com o filme *Rambo, programado para matar*. Porém, ao invés de empunhar uma metralhadora, tal como o ator hollywoodiano, o governador porta um lápis com a ponta quebrada.

No processo de orientação do grupo preciso alertar os alunos para o fato de que o rosto colocado no corpo do personagem norte-americano é o de Leonel Brizola. Depois disso, deixarei o grupo livre para fazer a leitura do documento.

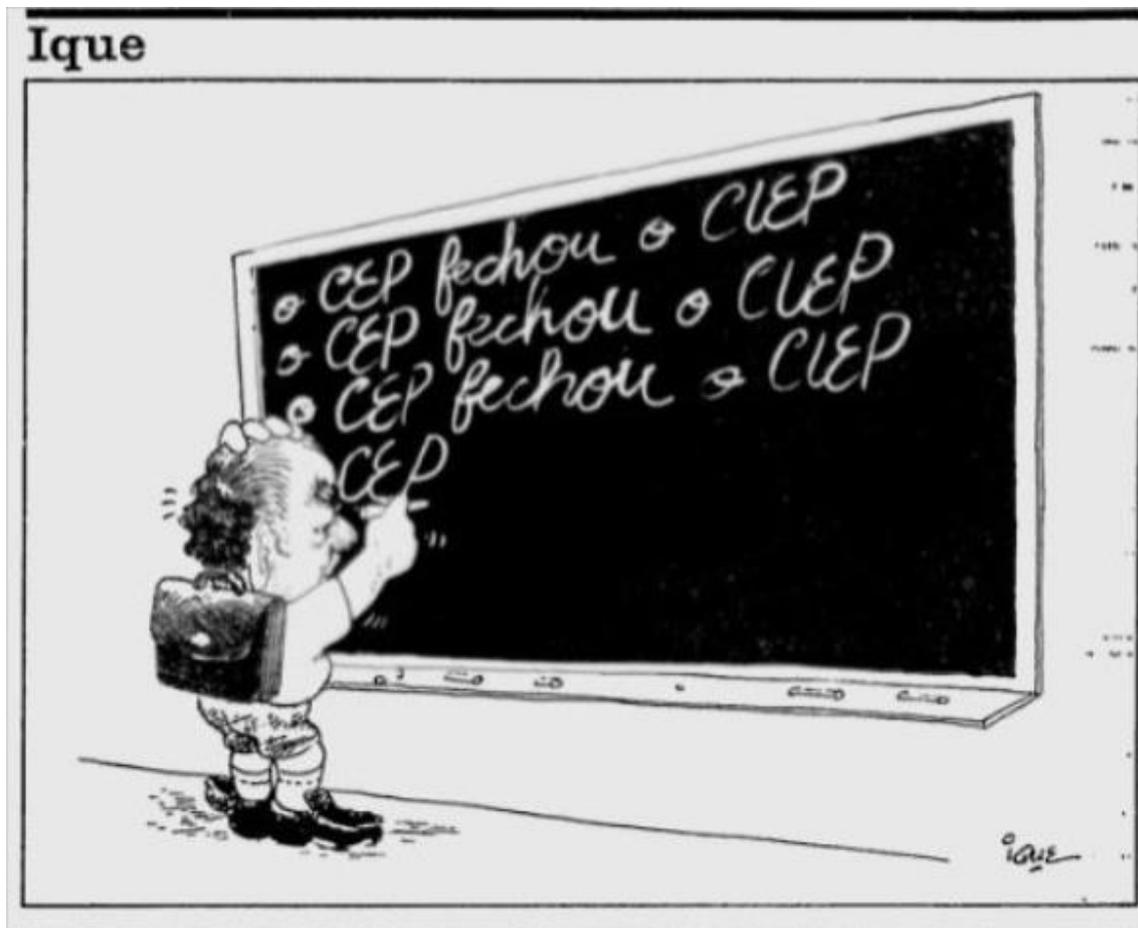
Uma discussão que pode ser sugerida, caso ela não seja destacada pelos próprios alunos, é se a charge faz um elogio ou uma crítica ao governador. Acredito que surgirão leituras divergentes, pois o governador está sendo retratado com o corpo de um guerreiro, entretanto, a arma que utiliza, o lápis, está com a ponta quebrada. Nessa discussão a melhor postura a ser tomada pelo professor é a de ouvinte. Ele precisa deixar emergir a leitura dos alunos, interpretando eles próprios os documentos.

Uma das poucas intervenções que o professor pode fazer para ajudar nesse processo de discussão é contextualizar a posição do jornal *O Globo*, que publicou a charge, como a de um dos grandes inimigos do governo trabalhista de Leonel Brizola nessa época.

Fonte 8: Rambo (Chico Caruso, *O Globo*, 04/04/1986). Imagem digitalizada.



Fonte 9: “O CEP fechou o CIEP” (Ique, *Jornal do Brasil*, 03/04/1986). Imagem digitalizada.



#### 5-4-2 “O CEP fechou o CIEP”

A segunda charge selecionada, Fonte 9, é a do cartunista Ique, Victor Henrique Woitschach. Ela foi publicada no *Jornal do Brasil*, no dia 03 de abril de 1984, também durante a greve dos professores citada na charge anterior. Na imagem, Brizola está estilizado como um aluno e escreve em um quadro-negro, repetidas vezes, que “O CEP fechou o CIEP”.

No processo de orientação que realizarei com os alunos preciso esclarecer o que significa a sigla CEP, Centro Estadual dos Professores, a entidade sindical que representava os professores no período. Há que se esclarecer também que esse tipo de prática, escrever uma mesma frase repetidas vezes em um quadro-negro, era utilizada pelos professores da época como punição contra os alunos indisciplinados. Preciso também reforçar com os alunos uma leitura dos fatos em que, apesar de o governo Brizola ter a educação como prioridade, os professores da rede pública organizaram uma importante greve de luta contra o governo trabalhista, o que contribuiu muito para a derrota dos aliados de Brizola na eleição que ocorreu meses depois.

Realizadas as orientações iniciais, sugerirei algumas questões para os alunos levarem em consideração, durante o processo de apresentação da fonte, entre elas: o governador foi caracterizado como que tipo de aluno pelo cartunista? Por que apenas os CIEPs foram destacados como estando fechados e não todas as escolas da rede?

A questão do posicionamento do *Jornal do Brasil* em relação ao governo do estado, pode voltar a ser discutida pelos alunos, com a mediação do professor, se for necessário. Para ajudar os alunos a empreenderem essa discussão posso disponibilizar trechos de textos de autores que são referências nessa discussão, como Tânia de Luca, para que os alunos tomem contatos com argumentações consistentes.

Esses mesmos trechos podem ser direcionados também para os outros grupos que travaram essa mesma discussão, como no caso dos grupos que apresentaram os textos impressos anteriormente citados.

A crítica do cartunista ao governador nessa charge é bastante explícita. Posso aproveitar esse gancho, para reforçar a ideia de que as charges são discursos parciais, que trazem posicionamentos políticos do seu autor e do veículo que a publica. Aliás, seria

mais importante perguntar aos alunos, a essa altura em que essa discussão já foi amplamente realizada pelos outros documentos apresentados, se eles consideram as charges documentos isentos?

Vale assinalar que apesar de sugerir algumas perguntas para ajudar os alunos no processo de apresentação das fontes, meu propósito será estimular os alunos a explicitarem as leituras próprias, que cada grupo ou os seus membros individualmente tenham feito.

Desde o início da minha carreira observo que em quase todas as turmas que leciono sempre existem alunos que se destacam fazendo desenhos, inclusive, já me deparei com alguns cartunistas muito talentosos durante essa jornada. Se conseguir identificar algum tipo de aluno com essas características, sugeri que realize releituras dos personagens do período: Brizola, Darcy, Niemeyer; ou crie imagens interessantes sobre o processo de realização do trabalho.

## **5-6 As fontes Oraís**

A história oral consolidou-se nas últimas décadas como um importante campo de pesquisa acadêmico. No ensino básico, no entanto, a utilização dessa importante metodologia ainda é bastante restrita e se resume a algumas iniciativas isoladas ou de pequenos grupos docentes.

A metodologia da história oral pode e deve ser considerada como uma importante ferramenta a ser utilizada pelos professores e alunos do ensino básico, desde que se leve em consideração algumas adaptações necessárias. Como assinala Verena Alberti, existem muitas contribuições que a história oral pode oferecer ao ensino de história:

no ensino de história, por exemplo, alguns recursos oferecidos pela história oral podem ser úteis: uma entrevista pode tornar a aprendizagem mais fácil, porque trata de experiências concretas, narradas de forma direta e coloquial, e os alunos também podem fazer entrevistas sobre as histórias das comunidades e das famílias. Além de passar a entender essas histórias, o estudante desenvolve várias habilidades: o planejamento do trabalho, a prática da pesquisa e a capacidade de falar com pessoas desconhecidas (ALBERTI, 2019, p. 28).

A minha ideia inicial é apresentar trechos de algumas entrevistas que já realizei com duas professoras para a dissertação: Lia Faria e Hildésia Medeiros. Elas apresentam,

nesses trechos de entrevistas, suas percepções sobre a política educacional de Brizola e dos CIEPs e outras questões relevantes do período.

Acredito, porém, que essa atividade pode se desdobrar em outros projetos. Podemos, tão logo voltemos para a nossa rotina de aulas regulares, organizar trabalhos para se contar a história da própria unidade em que trabalho e do bairro na qual ela está inserida.

No final de 2019 cheguei a iniciar um projeto como esse com os alunos do CIEP Carlos Chagas. Nesse período, estava ocorrendo a remoção de uma comunidade que existia no final da rua da escola, a comunidade do Dique 1. Os moradores dessa comunidade, incluindo muitos dos meus alunos, foram levados para morar em prédios que faziam parte do programa “*Minha casa, minha vida*”, instituído pelo governo federal.

Os alunos estavam transbordando de vontade de contar esse importante fato da vida deles para todos os professores. Comecei a observar que no início de todas as aulas, tanto nas minhas como nas de outros colegas, eles sempre surgiam com uma novidade a respeito desse processo de remoção.

Decidi não perder essa oportunidade com eles e realizei a gravação de uma série de depoimentos orais nos quais eles contavam como viviam no Dique 1 e como estava sendo a nova vida nos prédios, para onde foram mandados. Depois da edição, apresentei esse trabalho em uma culminância de projetos que ocorreu na escola e realizei um pequeno debate após a apresentação do vídeo, fato que contou com a participação significativa de alunos de todos os anos de escolaridade. Afinal, era uma parte da história da vida deles que estava em foco.

Oportunidades como essa aparecem constantemente em nosso cotidiano escolar e não podemos desperdiçá-las, pois, como assinala a historiadora Krisitna Llewellyn, a história oral pode oferecer possibilidade de os estudantes ressignificarem as suas vidas e auxiliá-los no processo para alcançar a tão necessária consciência crítica:

por que estudar história oral? É que ela é uma metodologia coletiva que envolve os jovens com a memória de sua comunidade sobre injustiças históricas e, ao fazê-lo, promove a sua conscientização e sustenta o seu envolvimento nos processos democráticos que constroem relações corretas entre as gerações. A educação com a história oral é um caminho para a democratização e para a conscientização (LLEWELLYN, 2016, p. 18).

Trata-se de uma experiência muito relevante promover a utilização da história oral entre os alunos do ensino básico. Porém, antes de se tornarem os protagonistas no

processo de produção de entrevistas, os alunos precisam tomar contatos com fontes orais já produzidas. Adiante apresento duas possibilidades de trabalho com fontes de história oral que produzi para essa dissertação.

### **5-6-1 A entrevista de Lia Faria**

O primeiro trecho de história oral que apresento para trabalhar com os alunos do ensino básico, Fonte 10, foi retirado de uma entrevista que a professora Lia Ciomar Faria me concedeu, no final do ano de 2020, e na qual ela analisa o governo de Leonel Brizola e a sua política educacional.

Nesse trecho, a professora apresenta uma autocrítica sobre a sua militância no Partido dos Trabalhadores (PT) e no Centro Estadual dos Professores (CEP); e realiza críticas a essas instituições pela forma desrespeitosa e desonesta com que trataram o governo de Leonel Brizola e o projeto dos CIEPs.

Nas orientações iniciais, que pretendo fazer com os alunos, constarão esclarecimentos sobre a biografia da professora Lia Faria; e também sobre a importância dos sindicatos na luta política dos trabalhadores brasileiros, no final do século XX. Também pedirei que os alunos pesquisem sobre as características dos partidos de esquerda e esclareçam para a turma as suas conclusões.

Em relação às perguntas que podem ser feitas ao documento, sugerirei as seguintes: pelo que a fonte histórica informa, os chamados partidos de esquerda conseguem se unir, conseguem formar alianças em torno de ideias e propostas? Segundo a fonte, quais foram as armas políticas utilizadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) contra Brizola?

Durante a apresentação, instigarei os alunos a responderem se existe algum tipo de fonte que é mais confiável do que outra, se eles consideraram que alguma fonte é mais objetiva do que a outra; se é possível encontrar verdades em algum tipo de fonte e em outras não. Depois de escutar as opiniões dos alunos, demonstrarei que todos os tipos de fontes históricas são subjetivas e trazem o ponto de vista daqueles que a produziram.

**Fonte 10:** trecho da entrevista com a professora Lia Faria

*“Eu vim do PT, vim do CEP. Esse era outro aspecto muito interessante do Darcy Ribeiro, ele nunca pediu a nossa carteirinha. Você podia ser de qualquer partido ou de partido nenhum, o que ele queria era o compromisso com a escola pública, o compromisso com a educação. Era isso que ele exigia muito, muito trabalho. A gente nunca trabalhou tanto na vida (...).*

*A minha relação com o CEP, com O PT vai mudar de uma forma radical. Eu fui uma grande liderança do CEP, acreditava naquele PT da década de 1980, fui candidata a Prefeita pelo PT, meu marido foi candidato a vereador pelo PT de Nova Friburgo. Depois eu vi coisas inacreditáveis, as pessoas que se diziam de esquerda, a maioria do PT e do CEP, desmoralizando Brizola e Darcy com ‘fake news’, inventando milhares de mentiras com um único objetivo: chegando as eleições nós temos que destruir o PDT, temos que destruir o Brizola, temos que destruir o CIEP, temos que destruir Darcy.”*

**Fonte 11:** trecho da entrevista com a professora Hildésia Medeiros.

*“Eu gostaria de destacar um pouco o fato de que com a emersão de lideranças grevistas pelo interior, não esqueça o que eu falei, você sabe disso, a maior parte do magistério era de mulheres e começaram a emergir algumas lideranças muito fortes (...).*

*Tinha a Lia Faria, a Dodora (Maria das Dores Mota), tinha a Dulce, que chegou a ser prefeita em Barra do Piraí, tinha, enfim, uma série de mulheres (...). Eu quero dizer o seguinte, que em alguns lugares as mulheres eram grandes lideranças locais, mas quando chegava a hora de vir para a representação formal elas próprias ajudavam a escolher ‘los machos’, porque ou os maridos não gostavam ou elas se sentiam intimidadas. Mas vamos dizer assim, daquele trabalho de organização do cotidiano as mulheres tiveram uma proeminência no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil (...).*

*Quando eu concorri a eleição no CEP foi a primeira chapa que se declarou feminista. Foi muito interessante essa discussão, fizemos seminários, fizemos outra coisa também que entrava essa questão de gênero, o trabalho com o Teatro dos Oprimidos do Boal. Isso, sem dúvida nenhuma, contribuiu para o alargamento das pessoas em relação a essa questão”*

### **5-6-2 A entrevista de Hildésia Medeiros**

O segundo trecho de entrevistas que será trabalhado pelos alunos, Fonte 11, é o da professora Hildésia Medeiros, a presidente do CEP durante uma parte do primeiro governo Brizola. Essa entrevista também foi realizada por mim, em janeiro de 2021.

Nessa passagem, a professora Hildésia comenta a importância das professoras no processo de organização de um dos mais relevantes sindicatos do Rio de Janeiro, o SEPE. Mostra também que, a despeito de toda essa relevância feminina, o machismo foi um problema a mais que essas professoras tiveram que enfrentar.

Nas orientações iniciais explicarei a biografia dessa importante líder sindical: uma professora nordestina, que lutou contra a ditadura e que foi uma das sindicalistas mais atuantes no Rio de Janeiro durante a década de 1980. Voltarei a destacar a importância dos sindicatos na luta política dos trabalhadores brasileiros, no final do século XX, e esclarecerei outras dúvidas que os alunos possam levantar.

Entre as questões - que sugerirei que levem para esse documento - constarão: o machismo é um tipo de preconceito que só existiu nos setores conservadores da sociedade brasileira? As mulheres deixaram de lutar, abaixaram a cabeça diante do machismo que prevalecia no período?

A ideia é que ocorra, mais uma vez, discussões envolvendo o maior número possível de alunos. Afinal, trata-se de um tema extremamente palpitante e que, infelizmente, ainda se encontra na ordem do dia. Estimularei, principalmente, que as alunas registrem as suas posições sobre essas questões durante as discussões.

### **5-7- Conclusão**

O trabalho com fontes históricas em sala de aula traz grandes benefícios para o processo de aprendizagem dos alunos. Em primeiro lugar, porque ele quebra a espinha dorsal do ensino tradicional, tirando o professor do centro do processo de aprendizagem. Nesse tipo de trabalho, o professor atua mais como um orientador, como aquele que indica possibilidades, cabendo aos alunos as ações mais relevantes.

Com essa metodologia os alunos ocupam, portanto, o centro do processo de aprendizagem: são eles que interpretarão os documentos, discutirão os seus pontos de vistas, criarão hipóteses, criarão conhecimentos próprios, em suma.

A utilização de fontes históricas em sala de aula pode ser também, como assinala Paulo Knauss de Mendonça, uma alternativa mais barata e eficiente em relação aos livros didáticos (MENDONÇA, 2001, p. 32). Além de escapar de toda a cadeia normatizadora a que os livros didáticos estão submetidos, o trabalho com fontes estimula a criatividade dos alunos e a criação de pensamentos e ideias originais.

Por fim, como assinala Circe Bittencourt, o trabalho com fontes estimula o diálogo em sala de aula. Fazer perguntas, ouvir respostas diferentes e, em alguns casos divergentes, pesquisar informações, são práticas extremamente comuns no trabalho com as fontes.

O trabalho com fontes encontra-se diretamente relacionado a um modelo de educação dialógica, tal como foi proposto por Paulo Freire. Esse deve ser o ideal que todo professor que possui responsabilidade social deve cultivar como um mantra em sua vida profissional.

**Lista de Fontes:**

Fonte 1: editorial do *Jornal do Brasil* (14/12/1983). Imagem digitalizada.

Fonte 2: Editorial do *Jornal do Brasil* (09/02/1984). Imagem digitalizada.

Fonte 3: *Tijolão* ou *Tijolaço* de Leonel Brizola (*Jornal do Brasil*, 26 de agosto de 1984). Imagem digitalizada

Fonte 4: A inauguração do CIEP Tancredo Neves (*Jornal do Brasil*, 09/05/1985). Imagem digitalizada.

Fonte 5: Manifestação de professores (*O Globo*, 03/04/1986). Imagem digitalizada.

Fonte 6: Um CIEP em funcionamento (Foto de divulgação do governo do estado do Rio de Janeiro, retirado da página “Observatório dos CIEPs”). Imagem digitalizada. Ano não identificado.

Fonte 7: CIEP degradado (“Observatório dos CIEPs”). Imagem digitalizada. Ano não identificado.

Fonte 8: Rambo (Chico Caruso, *O Globo*, 04/04/1986). Imagem digitalizada.

Fonte 9: “*O CEP fechou o CIEP*” (Ique, *Jornal do Brasil*, 03/04/1986). Imagem digitalizada.

Fonte 10: trecho da entrevista com a professora Lia Faria

Fonte 11: trecho da entrevista com a professora Hildésia Medeiros.

**FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS****PERIÓDICOS:****JORNAL DO BRASIL**

- Período de 31 de julho de 1979 a 23 de agosto de 1979.

- Período de 29 de novembro de 1983 a 01 de março de 1984.

- Período 01 de fevereiro de 1984 a 20/11/1984.
- Período de 26 de janeiro de 1985 a 31 de maio de 1985.
- Período de 01 de outubro de 1985 a 20 de novembro 1985.
- Período de 19 de março de 1986 a 24 de abril de 1986.
- Período de 01 de outubro de 1986 a 20 de novembro 1986.
- Exemplares avulsos sobre os CIEPs: 15 de outubro de 1983, 21 de outubro de 1983, 18 de novembro de 1983, 22 de novembro de 1983, 25 de novembro de 1983, 26 de novembro de 1983, 27 de novembro de 1983, 28 de novembro de 1983, 01 de setembro de 1984, 02 de setembro de 1984, 04 de setembro de 1984, 15 de setembro de 1984, 19 de setembro de 1984, 01 de maio de 1985, 03 de maio de 1985, 04 de maio de 1985.

### **O GLOBO**

- Período de 19 de março de 1979 a 23 de agosto de 1979.
- Período 01 de fevereiro de 1984 a 20/11/1984.
- Período de 01 de fevereiro de 1985 a 31 de maio de 1985.
- Período de 01 de outubro de 1985 a 20 de novembro 1985.
- Período de 30 de março de 1986 a 23 de agosto de 1986.
- Período de 01 de outubro de 1986 a 20 de novembro 1986.
- Exemplares avulsos sobre os CIEPs: 12 de agosto de 1985, 26 de agosto de 1985, 17 de agosto de 1986.

**REVISTA SEPE. 40 anos da greve da educação de 1979**, Rio de Janeiro, dez. 2019.

### **DOCUMENTOS OFICIAIS**

**LINHA DE PESQUISA E ESTRUTURA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA** ([www.profhistoria.ufrj.br](http://www.profhistoria.ufrj.br)).

### **DOCUMENTOS DO ARQUIVO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFESSORES (SEPE)**

CONSTRUIR UM CEP DE LUTAS, 1987. (Documento encontrado nos arquivos do CEP, mas que não consegui uma definição precisa do que se trata: se é uma ATA, um panfleto).

CEP, CADERNOS DE TESES DO II CONGRESSO ESTADUAL SAMORA MACHEL. Rio de Janeiro, 1986.

**BIBLIOGRAFIA**

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**. Textos de história oral. Rio de Janeiro: FGV editora, 2019.
- AMORIM, Paulo Henrique; PASSOS, Maria Helena. **Plim Plim**. A peleja de Brizola contra a fraude eleitoral. São Paulo: Conrad editora do Brasil, 2005.
- APPLE, Michael. **Trabalho docente e textos**: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: Arte Médiacas, 1995.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Uma história oral da anistia no Brasil: memória, testemunho e superação. In: MONTENEGRO, Antônio T... **Marcas da Memória: história oral e anistia no Brasil**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2012.
- BARRETO, E.S. **A atratividade da carreira docente no Brasil**. Estudos e pesquisas educacionais. São Paulo, n.1, p. 139-210, maio/ago 2010.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- BOMENY, Helena. **Darcy Ribeiro**. Sociologia de um indisciplinado. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.
- BOMENY, Helena. Salvar pela escola. Programa especial de educação. **Sociologia, problemas e práticas**, n.55, 2007, p. 41-67.
- BOMENY, Helena. Salvar pela escola: programa especial de educação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **A FORÇA DO POVO. Brizola e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ALERJ, CPDOC, FGV, 2008.
- BOMENY, Helena. A escola no Brasil de Darcy Ribeiro. **Em aberto**. Brasília, V. 22, n. 80, p. 109-120, abr. 2009.
- BRANDÃO, Zaia. Escola de tempo integral e cidadania escolar. **Em aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 97-108, abr. 2009.
- CAVALIERE, Ana Maria Vilela; COELHO, Lígia Martha. Para onde caminham os CIEPs? Uma análise após 15 anos. **Cadernos de pesquisa**, n.119, p. 147-174, julh. 2003.
- CAVALIERE, Ana Maria Vilela. Anísio Teixeira e a educação integral. **Paidéia**, n. 20 (46), p. 249-259, jul. 2009 (1).
- CAVALIERE, Ana Maria Vilela. Escolas de tempo integral *versus* alunos em tempo integral. **Em aberto**, Brasília, v.22, n.80, p. 51-63, abr. 2009.

- CUNHA, Luís Antônio da. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez/EdUFF, 1991.
- DUNKER, CHRISTIAN. **Ética e pós-verdade**. São Paulo: Dublinense, 2017.
- FARIA, Lia. **CIEP, uma utopia possível**. São Paulo: Livros do tatu, 1991.
- FARIA, Lia; SILVA, Leonardo Nolasco. **Educação integral e ampliação do tempo escolar diário na cidade do Rio de Janeiro: aproximações e diferenças entre o projeto CIEP e programa escolas do amanhã**. Rio de Janeiro, 2009.
- FERREIRA, Marieta De Moraes. A reforma do Jornal do Brasil. In: ABREU, Alzira. **A imprensa em transição**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. P.140-156.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*. Rio de Janeiro, dezembro de 2002.
- FERREIRA, Marieta Moraes. **A força do povo. Brizola e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ALERJ, CPDOC, FGV, 2008.
- FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **História & ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino**. Campinas: Papyrus, 2009.
- FREIRE, Américo. “Novo sindicalismo e movimentos sociais” In: FERREIRA, Marieta Moraes. **A FORÇA DO POVO. Brizola e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ALERJ, CPDOC, FGV, 2008.
- FREIRE, Américo; AZEVEDO, Flávia. Intervenção política, imprensa e democracia: os tijolos de Leonel Brizola. **Anos 90**. Porto Alegre: v.18, n.33, p.15/40, jul. 2011.
- FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. **A razão indignada. Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 2000.
- GRAÇA, Luís Felipe Guedes. Produção legislativa no primeiro governo Brizola. **Cadernos do desenvolvimento fluminense**. Rio de Janeiro: n.3, Nov. 2013.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista brasileira de História da Educação**. V.1 ,n.1, 2001.

- LLEWELLYN, Kristina R. De volta para o futuro: o poder político da história oral na educação. In: RODEGHERO, Carla Simone. **História Oral e práticas educacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- LEVY, Geovany. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PYNSKI, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. P.111-153.
- LUZ, Dayana Medeiros. **O uso dos jornais como recurso didático no ensino de história sobre a Balaiada**. ANPUH-Brasil: Recife, 2019.
- MACÊDO, José Emerson Tavares de; SOUZA, Maria Lindaci Gomes. **A charge no ensino de história**. ANPUH-Brasil: Recife, 2019.
- MATTOS, André Luís Borges de. **Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)**. Campinas: Unicamp, Tese de Doutorado, 2007.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos**. Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998.
- MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: Fotografia história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 73-98.
- MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Literatura e representação da escola pública de horário integral. **Revista brasileira de educação**, Rio de Janeiro, n.27, set.-dez. 2004.
- MENDONÇA, Paulo knauss de. “Sobre a norma e obvio: a sala de aula como lugar de pesquisa.” In: NIKITIUK, Sônia (org). **Repensando o ensino de história**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. **CIEP: alternativa para a qualidade do ensino ou nova investida do populismo na educação.?** Brasília, Em Aberto, nov. de 1989.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. **Escolas na vitrine: Centros Integrados de Educação Pública (1983-1987)**. Estudos Avançados. São Paulo: Maio/agosto, 2001.
- MIRANDA, Kênia Aparecida. **As greves do CEP-RJ na década de 1980 e a sindicalização dos trabalhadores da educação**. XIV Encontro Regional da ANPUH Rio, Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, Julho, 2010.
- MIRANDA, Kênia Aparecida. **As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo ao rompimento com a CUT**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011 (Tese doutorado).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Documento de área (área 46 ensino)**. Brasil: 2019.

MISUKAMI, M. das G. Et al. **Escola e aprendizagem da docência: o processo de investigação e formação**. São Carlos, EdUFCar, 2002.

MONTEIRO, Ana Maria. **CIEP – escola de formação de professores**. Pontos de vista, dezembro de 2019.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Propostas curriculares alternativas: limites e avanços. **Educação & sociedade**, ano XXI, n. 73, dez. 2000, p. 109- 138.

MOREIRA, Luiza Silva; SOARES, Antônio Jorge Gonçalves Soares. Entre defesas e críticas aos centros integrados de educação pública. *Revista Contemporânea de Educação*, v.14, n.30. Maio/agosto de 2019 (<http://dx.doi.org/10.20500/rcei30.21051>).

MOREL, Márcia; PORTUGAL, Ana Maria Vilela; SOARES, Antônio Jorge Gonçalves; CAVALIERE, Ana Maria Vilela. Educação integral e educação do corpo na obra de Anísio Teixeira. **Currículo sem fronteira**. V.15, n. 2, p. 527-542, maio/ago. 2015.

MORICONE, Ítalo. No calor da luta. Há 40 anos a primeira greve desde 68. **REVISTA SEPE. 40 anos da greve da educação de 1979**, Rio de Janeiro: Dez/2019, p. 11-12.

NÓVOA, Antônio. **Formação Contínua de professores: realidades e perspectivas**. Portugal: Dom Quixote, 1992.

NUNES, Clarice. Centro educacional Carneiro ribeiro: concepção e realização de uma experiência de educação integral no Brasil. **Em aberto**, Brasília, V.22, n. 80, p.121-134, abr. 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade de. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol.25, nº. 89, 2004.

PAULA, Cristiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009. (Versão digital).

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989. P. 3-15.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992. P. 200-212.

- PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e voz, 2010.
- PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.
- RENDEIRO, Márcia Elisa Lopes Silveira. **As arestas sociais do facebook**. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.
- RIBEIRO, Darcy. **O LIVRO DOS CIEPS**. Rio de Janeiro. Bloch, 1986.
- RIBEIRO, Darcy. CIEPS: a educação como prioridade. In: **Gabinete do Senador Darcy Ribeiro**. Carta, nº5 . Brasília, Senado Federal, 1992. p.25.39.
- RIOUX, Jean Pierre. A associação em política. In: REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.
- RODRIGUES, Mônica. “Imprensa: uma relação de amor e ódio”. In: FERREIRA, Marieta Moraes. **A FORÇA DO POVO. Brizola e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ALERJ, CPDOC, FGV, 2008.
- SALIBA, Elias Thomé Saliba. “As imagens canônicas e a história” In: CAPELATO, Maria Helena. **História e cinema: dimensões históricas do audiovisual**. São Paulo: alameda, 2011.
- SENTO-SÉ, João Trajano. **Brizolismo**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Editora FGV, 1999.
- SENTO-SÉ, João Trajano; SOARES, Luiz Eduardo. **ESTADO E SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO: DILEMAS DE UMA APRENDIZAGEM DIFÍCIL**. Disponível em: [www.ucamscesc.com.br/arquivos/](http://www.ucamscesc.com.br/arquivos/). 2000.
- SENTO-SÉ, João Trajano. As várias cores do socialismo moreno. **Anos 90**, Porto Alegre, v.11, n.19/20, p. 49/76, jan/dez 2004.
- SILVA, Irla Ribeiro de Oliveira. Carneiro da. **A construção dos CIEPS e da escolarização em tempo integral através da formação continuada em serviço: memória de professores**. Campinas: Unicamp, 2009. (Tese de doutorado)

SILVA, Cristiane Bereta. O conhecimento histórico escolar. FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2019.

SILVA, W. C. **Formação de professores: travessias críticas em um labirinto legal**. Rio de Janeiro: Quartet / Niterói: Intertexto, 1999.

SCHON, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. NÓVOA, Antônio. **Formação Contínua de professores: realidades e perspectivas**. Portugal: Dom Quixote, 1992.

SHULMAN, Lee S. **Conhecimento e ensino: fundamentos para uma nova reforma**. Harvard Education Review, v.57, n.1, p.1-22, primavera de 1987. Traduzido e publicado com a autorização. Tradução de Leda Beck e revisão técnica de Paula Louzano.

SILVA, Bruno Marques. A segurança pública nos governos de Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1983-1995). In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. **A razão indignada. Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

TARDIF, Maurice; MOSCOSO, Javier Nunes. **A noção de professor reflexivo na educação: atualidade, usos e limites**. Universidade de Montreal, Centre de Recherche interuniversitaire et la profession enseignante, 2018.

VIANNA, Luiz Weneck. Atualizando uma bibliografia: “novo sindicalismo”, cidadania e fábrica. In: **Dados**, Rio de Janeiro: IUPERJ, n. 17, 1º semestre de 1979.

XAVIER, Libânea N. Universidade, pesquisa e educação pública em Anísio Teixeira. **História, Ciências, saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, n.2, abr.-jun 2011. p.669-682.

XAVIER, Libânea. Das Brizoletas aos Brizolões: a educação pública nos governos Brizola. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. **A razão indignada. Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.